UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO DUARTE REI

Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira

Niterói, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO DUARTE REI

Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira.

Niterói, 2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R347c Rei, Bruno Duarte
Celebrando a pátria amada : esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972) / Bruno Duarte Rei ; Jorge Luiz Ferreira, orientador. Niterói, 2019.
201 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.12466324709

1. Esporte. 2. Propaganda política. 3. Consenso social. 4. Ditadura militar (Brasil). 5. Produção intelectual. I. Ferreira, Jorge Luiz, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

BRUNO DUARTE REI

Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira - Orientador
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof.ª Dr.ª Janaína Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof.ª Dr.ª Lívia Gonçalves Magalhães
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Antonio Jorge Gonçalves Soares
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda
Fundação Getúlio Vargas

Data: 29/03/2019

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste doutoramento – feito concomitantemente a outro, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – não foi fácil. Porém, apesar das dificuldades (tanto as previstas quanto as inimagináveis), encerro essa etapa feliz e com certeza de que tudo valeu a pena. Certamente, um dos motivos que me fazem ter tal convicção é a sorte de ter contado com o apoio e incentivo de pessoas especiais, que me acompanharam de perto nesses últimos anos.

Gostaria de agradecer:

ao professor Jorge Luiz Ferreira, meu orientador, pela disponibilidade, acolhida, amizade, companheirismo, confiança, autonomia, apoio, incentivo, ensinamentos e qualidade das orientações oferecidas, que não se restringiram à elaboração desta tese;

às professoras Janaína Martins Cordeiro e Lívia Gonçalves Magalhães, e aos professores Antonio Jorge Gonçalves Soares e Bernardo Borges Buarque de Hollanda, pela disponibilidade, apreciação crítica e qualidade das sugestões oferecidas na condição de integrantes da banca do exame de defesa desta tese;

às professoras Janaína Cordeiro e Lívia Magalhães, agradeço, ainda, pela participação e qualidade das sugestões oferecidas na condição de integrantes da banca do exame de qualificação desta tese, bem como pelo apoio, incentivo e toda a atenção que sempre me foi dispensada.

Também agradeço:

às professoras Juniele Rabelo de Almeida e Renata Torres Schittino, pelas rápidas, embora fecundas, ideias trocadas sobre esta tese nos cursos que ministraram junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense;

à professora Icléia Thiesen, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, *mutatis mutandis*, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

aos professores Carlos Fico da Silva Júnior e Henrique Buarque de Gusmão, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ao professor Victor Andrade de Melo, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada dessa mesma universidade, pela disponibilidade e apreciação crítica da versão preliminar do projeto de pesquisa que originou esta tese, assim como pela qualidade das sugestões oferecidas;

aos colegas e às colegas do *Sport*: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (liderado pelo professor Victor Melo, meu orientador no curso de Bacharelado em História, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro), pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

aos colegas e às colegas do Brasil Republicano: Pesquisadores em História Política e Cultural (grupo de pesquisa liderado pelo professor Jorge Ferreira e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), pela convivência fraterna e todos os ensinamentos recebidos nos seus mais diversos espaços de formação;

aos colegas e às colegas do Laboratório Educação e República (liderado pela professora Lia Ciomar Macedo de Faria, minha orientadora no curso de Doutorado em Educação, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e do Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos em Educação Física e Esportes (liderado pela professora Sílvia Maria Agatti Lüdorf, minha orientadora nos cursos de Licenciatura e Mestrado em Educação Física, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro), pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

aos colegas e às colegas do Colégio Pedro II, em especial àqueles e àquelas do *Campus* São Cristóvão I, pela convivência fraterna, apoio e todo o incentivo que sempre me foi dado em meu ambiente de trabalho;

e aos meus alunos e às minhas alunas, pois sem eles e elas todo o investimento que tenho feito em minha formação continuada perderia grande parte de seu sentido.

Não poderia deixar de agradecer:

à Luana Gonçalves Cardoso Mororo, pelo apoio, incentivo, carinho e todo o cuidado que me foi prestado nos momentos finais deste doutoramento;

à Camilla de Faria Ferrão, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, bem como aos seus servidores e às suas servidoras, por sempre me acolherem enquanto pesquisador e por terem me disponibilizado grande parte das fontes utilizadas nesta tese;

à Universidade Federal Fluminense, assim como aos seus servidores e às suas servidoras, por me acolherem enquanto discente de pós-graduação desde 2015 e por terem me oferecido todo o suporte necessário para realização desta tese;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pela bolsa de estudo a mim concedida.

Por fim, agradeço especialmente:

aos meus familiares, sobretudo aos meus pais, Ana Maria Duarte da Silva e Ronaldo Rei de Campos, aos meus avós, Armindo Ferreira da Silva, Emilia Judite Duarte Campos (*in memoriam*), Silvio Vianna de Alencar e Elvira Rei de Campos, ao meu irmão, Pedro Duarte Rei, à minha madrinha Rosângela Rei de Campos, e ao meu padrinho, Luiz Carlos Duarte da Silva (*in memoriam*), pelo companheirismo, parceria, ensinamentos, apoio, incentivo e amor incondicional;

e, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este, à Mariana da Costa Portugal, minha companheira, e família: Sergio de Aguiar Portugal, Angelica da Costa Portugal e Natália da Costa Portugal.

Afora tudo que foi dito, é sempre válido lembrar que, apesar de todo o auxílio recebido das referidas pessoas e instituições, sou o único o responsável pelas análises contidas nesta singela tese.

RESUMO

REI, Bruno Duarte. *Celebrando a pátria amada:* esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). 2019. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

Nesta tese, analisa-se as relações estabelecidas entre esporte e política no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972. Discute-se como, no âmbito das celebrações, o esporte estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de propaganda política em voga no país. Simultaneamente, trata-se o esporte como um objeto privilegiado para a compreensão das relações instituídas entre regime militar e sociedade civil em sua complexidade. Debate-se, mais especificamente, como o esporte constituiu-se em um mecanismo de reafirmação de um consenso social estabelecido em torno da ditadura militar.

Palavras-chave: esporte; propaganda política; consenso social; ditadura militar (Brasil).

ABSTRACT

REI, Bruno Duarte. *Celebrating the beloved homeland: sport, propaganda and consensus in the festivities of the Sesquicentenary of the Independence of Brazil (1972)*. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

In this thesis, it is analyzed the relations established between sport and politics in the context of the commemorations of the Sesquicentenary of the Independence of Brazil, which took place between April 21 and September 7, 1972. It is discussed how, within the celebrations, sport established cadres of dialogue with the political propaganda project in vogue in the country. Simultaneously, sport is treated as a privileged object for the understanding of the relations established between military regime and civil society in its complexity. It is debated, more specifically, how the sport constituted in a mechanism of reaffirmation of a social consensus established around the military dictatorship.

Keywords: sport; political propaganda; social consensus; military dictatorship (Brazil).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I:

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1972): A ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES 24

Governo Costa e Silva (1967-1969): as primeiras iniciativas oficiais 24
Governo Médici (1970): das primeiras iniciativas a um novo projeto 26
O primeiro ato de Médici: a criação de uma comissão nacional 28
Segundo ato: a transferência dos restos mortais de dom Pedro I ao Brasil 32
As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais 36
De Lisboa ao Rio de Janeiro: a chegada dos restos mortais ao Brasil 40
Sobre Tiradentes e o *Encontro Cívico Nacional* que abriu as comemorações ... 46
O esporte na programação das comemorações: uma visão panorâmica 52

CAPÍTULO II:

MUITO MAIS QUE UM EVENTO ESPORTIVO: A *OLIMPÍADA DO EXÉRCITO* EM QUESTÃO 55

Os restos mortais de dom Pedro I rumo a Porto Alegre 55
A recepção dos restos mortais na capital gaúcha 57
A chegada de Médici para a abertura da *III Olimpíada do Exército* 63
A propósito da cerimônia de abertura da olimpíada 66
A seleção brasileira de futebol entra em campo contra o Paraguai 71
A programação da olimpíada e a promoção da união entre civis e militares ... 76
A repercussão do show de Elis Regina no âmbito das esquerdas 79
O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo" 86

CAPÍTULO III:

***TAÇA INDEPENDÊNCIA*: A PAIXÃO NACIONAL EM TEMPOS DE MILAGRE** 94

***Taça Independência*: o estado da arte** 94
Primeiras articulações, ideal de "Brasil grande" e integração nacional 97
O surgimento de um imprevisto: a recusa de tradicionais seleções europeias 102
A etapa preliminar do torneio e um novo imprevisto: os estádios vazios 106
Super ou mini? Uma análise das dimensões simbólicas do torneio 108
A fase eliminatória do torneio e a campanha do escrete canarinho 111
Uma final surpreendente: Brasil *versus* Portugal 113
O torneio como produto e agente do "milagre econômico" 117

CAPÍTULO IV:

A APROPRIAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA: UM OLHAR SOBRE A *CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA* 122

A respeito da fundação da Liga de Defesa Nacional 122
A invenção de uma tradição: a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* 127
A 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*: tratativas iniciais 131
Os objetivos da 35ª edição da corrida e o mito da integração nacional 134
O itinerário da corrida como representação do ideal de "Brasil grande" 135
Além do mito e do ideal de um país grande e integrado: outras estratégias ... 139
Entre a unidade e a sacralização do tempo/espaço: as normas da corrida 151
À guisa de conclusão: notas sobre a corrida e seus momentos derradeiros 159

CONSIDERAÇÕES FINAIS 173

REFERÊNCIAS 189

Fontes 189
Fundos documentais 189
Jornais e revistas 189
Legislação 189
Publicações oficiais 190
Publicações não oficiais 190
Sítios eletrônicos 190

Referências bibliográficas 190

INTRODUÇÃO

A descoberta e a produção de novas fontes, assim como o surgimento de novos métodos e novas abordagens teóricas, provocaram a renovação dos estudos sobre a ditadura militar. Versões longamente partilhadas e estereótipos estão sendo problematizados, ao passo que, na esteira das revelações feitas pela Comissão Nacional da Verdade e de um expressivo crescimento do interesse acadêmico, novas interpretações não param de vir à tona. Silêncios e esquecimentos também vêm sendo superados, enquanto temas até então tabus passam a ser encarados, sem *parti pris*, por uma nova geração de pesquisadores.[1] Vivenciamos uma mudança geracional[2] e, nessa dinâmica, dois assuntos, que tem despertado instigantes debates, me chamam a atenção: a propaganda política e o consenso social estabelecido em torno do regime militar.

As comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972, carecem, apesar de reunirem diversos objetos privilegiados para o estudo dos temas citados, de mais atenção por parte dos historiadores. Após levantamento bibliográfico, não detectei, além dos trabalhos de Luís Fernando Cerri,[3] Adjovanes Thadeu de Almeida,[4] Élio Serpa,[5] Janaína Cordeiro[6] e Thaisy Sosnoski,[7] outros estudos que abordam especificamente as festividades. Afora essas referências, observei algumas poucas publicações que tratam de eventos pontuais relativos às celebrações, mas que não as definem como aspectos centrais de suas análises. Como exemplo, posso citar o já bastante conhecido livro publicado por Carlos

---

[1] Para mais informações, *cf.* QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Apresentação. In: _____; _____ (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015; *Ibid.*, vol. 2.

[2] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

[3] CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.

[4] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

[5] SERPA, Élio Cantalício. Revista *O Cruzeiro* de 1972: conmemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.

[6] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

[7] SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória:* Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

Fico, em 1997.[8] Livro esse que, ao examinar a propaganda política produzida pelo regime militar (1969-1977), apreciou um episódio particular dos festejos: a missa solene realizada na Catedral da Sé, em 7 de setembro de 1972.

Entre outros objetos, o que escapou aos poucos estudiosos do tema foram os eventos de caráter esportivo: uma série de competições nacionais e internacionais de pequena, média e grande amplitude, que ocorreram em todas as regiões do país, entre abril e setembro de 1972. Através de consulta ao Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, disponível no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro),[9] fiz um levantamento dos certames atrelados às festividades. Foram detectados mais de 50 eventos, entre os quais posso destacar: a *Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência*, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, entre outros.[10]

Dos diversos eventos esportivos vinculados às comemorações, apenas a *Taça Independência* – torneio internacional de futebol, ocorrido entre 11 de junho e 9 de julho de 1972 – recebeu olhares um pouco mais detidos por parte de historiadores.[11] No entanto, em que pese as contribuições dos estudos históricos até então desenvolvidos sobre a *Taça Independência*,[12] ela é apenas um dos certames vinculados às celebrações. Não existem trabalhos que abordam de um modo aprofundado outros eventos, tal qual o que foi organizado por João Manuel Santos e Victor Melo, em 2012, tendo em consideração os festejos do Centenário do "grito do Ipiranga".[13]

Nesta tese, analiso as relações estabelecidas entre esporte e política no contexto das festividades do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Discuto como, no âmbito das comemorações, o esporte estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de

---

[8] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

[9] Para mais informações, *cf.* REI, Bruno Duarte. Arquivos e esporte: o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 62-69, 2014.

[10] Voltarei a tratar desses certames no primeiro capítulo desta tese, na seção intitulada *O esporte na programação das comemorações: uma visão panorâmica*.

[11] Analisarei a *Taça Independência* no terceiro capítulo desta tese.

[12] Para mais informações, *cf.* AGOSTINO, Gilberto. Populistas, ditadores e guerrilheiros. In: _____. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Popularizando os festejos: a *Taça Independência* e o Sesquicentenário. In: _____. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009; CORDEIRO, Janaína Martins. Da solenidade das comemorações à festa do futebol. In: _____. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

[13] SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *1922:* celebrações esportivas do Centenário. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

propaganda política em voga no país. Simultaneamente, trato o esporte como um objeto privilegiado para a compreensão das relações instituídas entre regime militar e sociedade civil em sua complexidade. Debato, mais especificamente, como o esporte constituiu-se em um mecanismo de reafirmação de um consenso social estabelecido em torno da ditadura militar.[14]

Desde já, gostaria de mencionar que não pretendo demonstrar que meu objeto foi mobilizado somente como parte de uma estratégia deliberada de manipulação e controle ideológico. Minha intenção é analisar como o esporte estabeleceu pontos de contato com um projeto mais amplo de propaganda política desenvolvido pelo regime militar (1969-1977). Projeto esse que, como resume Fico,[15] tinha como um de seus principais traços característicos a apropriação, de forma um tanto quanto sofisticada e até então inédita, de temáticas não-doutrinárias, com poucas colorações oficiais e caras ao povo brasileiro: a exuberância natural da pátria, a democracia racial na nação, o congraçamento social entre os seus compatriotas etc. Como sublinha o autor, em 1972, grande parte do empenho que girava ao redor da implementação do referido projeto de propaganda política tinha entre seus objetivos centrais o estabelecimento de associações – feitas sempre de maneira muito sutil, justamente devido à eficácia desse tipo de abordagem – entre a ditadura militar e a "onda" de otimismo que "varreu" o Brasil, especialmente na esteira das altas taxas de crescimento artificialmente provocadas pelo "milagre econômico".[16]

Por esse motivo, procurarei, assim como Fico,[17] tecer, ao longo desta tese, nexos relacionais entre meu objeto, de caráter político/cultural, e fenômenos de outra "natureza", como por exemplo: o próprio "milagre brasileiro", de feitio econômico; e a disputa por uma "leitura correta" do Brasil, de feitio social. Nesse último caso, estou me referindo a um fenômeno de longa duração,[18] que, como evidencia Laura de Mello e Souza,[19] se expressa desde o período colonial: os embates travados entre os defensores de uma imagem do Brasil como um país pacífico, grandioso, rico, exuberante e,

---

[14] Minha opção pelo uso do termo "ditadura militar" ao invés de "ditadura civil-militar" não é fortuita. Tratarei desse assunto nas considerações finais desta tese.
[15] FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo... Op. cit.*
[16] Voltarei a tratar desse assunto em outras oportunidades, no decorrer desta tese.
[17] FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo... Op. cit.*
[18] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de longa duração formulada por Fernand Braudel. Para mais informações, *cf.* BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: _____. *História e Ciências Sociais.* 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.
[19] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz:* feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

principalmente, predestinado ao sucesso, que legitima a vocação do brasileiro para ser um otimista; e os defensores de uma imagem do Brasil como um país marcado pelas suas insuficiências estruturais, não restando aos brasileiros muito mais do que uma expectativa cética e pessimista em relação ao futuro da pátria.

De acordo com Fico,[20] entendo que a disputa por uma "leitura correta" sobre o Brasil não é um fenômeno digno de ser compreendido apenas como um processo de distorção das contradições sociais, patrocinado pelas classes dominantes. Afinal, como explica o autor, esse assunto não expressa somente o anseio de sustentar as relações de subordinação e dependência existentes em uma época, constituindo-se, igualmente, como a base de uma significativa rede de auto-reconhecimento social, pois: "o conjunto de convicções sobre as grandes potencialidades brasileiras e da consequente postura do brasileiro como um otimista, [...] vem servindo como referencial para a inclusão em [...] uma comunidade – mais precisamente, a que conforma o Brasil".[21] Ademais, como também esclarece Fico, até mesmo a visão pessimista sobre o país é originária de setores da elite, ou seja: "embora a perspectiva otimista sirva mais facilmente aos propósitos de dominação (exercendo o que poderíamos chamar de *função ideológica*), as visões trágicas sobre o Brasil – sua inviabilidade e seus desmantelos – foram produzidas também por setores dominantes".[22]

Em função do exposto, acredito que o uso do conceito de ideologia,[23] em sua conotação crítica e negativa, não viabilizaria a abordagem que pretendo realizar. Creio que será mais funcional operar com a noção de imaginário social, entendida, conforme José D'Assunção Barros, como: "sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais, verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas".[24] Dentro desse prisma, procurarei pensar o imaginário social como um fenômeno que intervém constantemente na esfera do poder, mais exatamente, no exercício daquilo que Pierre Bourdieu[25] denominou de poder simbólico: um poder de

[20] FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo... Op. cit.*
[21] *Ibid.*, p. 17.
[22] *Ibid.*, p. 18.
[23] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de ideologia formulada por Karl Marx. Para mais informações, *cf.* LARRAIN, Jorge. Ideologia. In: BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence; KIERNAN, Victor Gordon; MILIBAND, Ralph. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
[24] BARROS, José D'Assunção. *O campo da história:* especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 92-93.
[25] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, capaz de condicionar tanto os modos de sentir, pensar e agir quanto as crenças nas "verdades universais" em vigência em determinados campos sociais.

Como salienta Bronislaw Baczko: "exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência 'real', mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio".[26]

Para melhor compreender as apropriações de competições esportivas como símbolos mobilizados para legitimar regimes políticos, autoritários ou não, a noção de tradições inventadas parece-me ser uma ferramenta teórica útil. Segundo Eric Hobsbawm,[27] tais tradições destacam-se como fatores importantes na formação de identidades nacionais ao longo da modernidade. Para o autor, a referida noção pode ser definida como: "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas [...], de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado".[28]

Hobsbawm[29] distingue as tradições inventadas em duas categorias: as de caráter político, que são produtos de movimentos sociais e políticos organizados ou, até mesmo, de Estados – como, por exemplo, festas cívicas, heróis nacionais, hinos e bandeiras; e as de caráter social, que são arranjadas por grupos sociais sem organização formal ou sem objetivos políticos específicos – como, por exemplo, a tradição dos brasileiros de considerar o Brasil como o país do futebol. Conforme o autor, o esporte é um elemento chave para a construção de identidades nacionais, sobretudo pelo fato de reunir diversas tradições inventadas seu redor: cantos de hinos, hasteamentos de bandeiras, cerimônias de abertura e premiação, invenções de heróis nacionais etc. Nas palavras de Hobsbawm: "uma das novas práticas sociais mais importantes de nosso tempo, tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de

---

[26] BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 5, Antrophos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 298-299.
[27] HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.
[28] *Ibid.*, p. 9.
[29] HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

tradições sociais e políticas [...] constituindo[-se como] [...] meio[s] de identificação nacional e comunidade artificial".[30]

No decorrer da modernidade, muitos eventos esportivos, especialmente os de maior popularidade, ganharam rapidamente o *status* de tradição inventada.[31] Aliás, como chamam a atenção João Manuel Santos, Maurício Costa e Victor Melo: "até mesmo quando a ideia de nação tornou-se mais frágil, em função do desenvolvimento econômico transnacional, o esporte manteve o papel de construtor e consolidador de discursos identitários, de celebração [ou de desvalorização] da pátria".[32] No que se refere a esse assunto, um episódio digno de nota é a derrota da seleção brasileira de futebol para o Uruguai na final da copa de 1950, fato intensamente mobilizado, por diversos segmentos sociais da época, para reforçar visões pessimistas sobre o Brasil.[33] O jornalista, escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, por exemplo, afirmava que tal ocorrência era um reflexo do que denominou de "complexo de vira-latas": um sentimento de inferioridade dos brasileiros perante membros de outras nações.[34]

O posicionamento de Nelson Rodrigues é um exemplo clássico de apropriação de uma tradição inventada visando reforçar características de um imaginário social sobre um país, nesse caso pessimista, através da reafirmação de elementos identitários. Segundo Fico,[35] uma estratégia parecida foi adotada pela ditadura militar (1969-1977), que, entre outras ações propagandísticas, mobilizou diversas tradições inventadas a fim de reforçar a ideia de que o Brasil era, de fato, uma pátria promissora e que, por isso, o brasileiro deveria ser um otimista. Como demonstra o autor, a crença em elementos desse imaginário social otimista contou com uma impressionante adesão popular, sobretudo no período do "milagre econômico" (1969-1973). A propósito, como destaca Fico: "qualquer ideia que se consiga vincular efetivamente à imagem do Brasil e do

---

[30] *Ibid.*, p. 309.
[31] Para mais informações, *cf.* HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições... *Op. cit.*
[32] SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; COSTA, Maurício da Silva Drumond; MELO, Victor Andrade de. Celebrando a nação nos gramados: o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1922. *História:* Questões & Debates, Curitiba, n. 57, v. 1, 2012, p. 155.
[33] Para mais informações, *cf.* SOUTO, Sérgio. *Imprensa e memória da copa de 50:* a glória e a tragédia de Barbosa. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
[34] Para mais informações, *cf.* ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *"Com brasileiro não há quem possa!":* futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
[35] FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo... Op. cit.*

brasileiro, numa sociedade que atribui tanta importância a um suposto caráter de ambas as noções, acabará por ter força de preceito".[36]

Nesta tese, também pretendo operar com as categorias consenso e consentimento. De acordo com Mario Riorda,[37] compreendo consenso como um acordo entre membros de uma mesma unidade social, que diz respeito às normas, aos princípios, valores e objetivos almejados por uma comunidade, assim como aos meios utilizados para alcançá-los. Como resume Giacomo Sani, o consenso, dentro dessa perspectiva: "se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade".[38] Por sua vez, o consentimento, como chama a atenção Cordeiro,[39] refere-se, mais especificamente, aos comportamentos sociais. Tal como a autora, entendo como consentimento: "as formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* [ou, em outras palavras, o consenso] é conformado e se expressa socialmente".[40]

Cumpre frisar, conforme Lívia Magalhães,[41] que os termos consenso e consentimento não sugerem o estabelecimento de uma simples unanimidade entre membros de uma determinada unidade social. Mais do que isso, fazem alusão a fenômenos complexos, marcados por comportamentos sociais variados e, até mesmo, ambivalentes. Comportamentos esses que, como afirma Daniel Aarão Reis Filho,[42] concorrem para a sustentação de um determinado regime político, democrático ou não, bem como para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse próprio regime. Dentro dessa perspectiva, procurarei analisar, de um modo articulado com o estudo do uso político/propagandístico do esporte, como esse mesmo objeto constituiu-se em um mecanismo de reafirmação de um consenso social estabelecido em torno da ditadura militar.

---

[36] *Ibid.*, p. 24.
[37] RIORDA, Mario. Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso. In: ELIZANDE, Luciano; FERNÁNDEZ, Damián; RIORDA, Mario. *La construcción del consenso.* Gestión de la comunicación gubernamental. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
[38] SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (Orgs.). *Dicionário de política*. Volume 1. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010, p. 240.
[39] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[40] *Ibid.*, p. 20.
[41] MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. *Com a taça nas mãos:* sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
[42] REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A proposta é tratar o esporte como um objeto privilegiado para a compreensão das relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil em sua complexidade, contrapondo-me a uma memória ainda dominante em determinados espaços de sociabilidade, construída, sobretudo, a partir do último processo de redemocratização da sociedade brasileira. Como já é amplamente conhecido, tal memória, ao versar sobre temas que se remetem à ditadura militar, preza por reforçar traços de leituras simplistas, binárias e maniqueístas sobre o período, tais como: Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores v*ersus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros.[43] A partir de tal contraposição, pretendo lançar luzes sobre uma vasta zona cinzenta,[44] eivada de diversidades e ambivalências, que se situa entre os polos citados.

No que se refere ao caso brasileiro, contemplar as diversidades e as ambivalências que compõem a zona cinzenta significa, como lembra Cordeiro,[45] verificar um conjunto de atitudes que nos possibilita entender melhor as lógicas pelas quais o regime militar se sustentou. Significa, ainda conforme a autora, compreender que os modos de agir das pessoas comuns não podem ser aprendidos de forma sistemática e hermética. Afinal, como destaca Cordeiro, a realidade é difusa: "afirmar a popularidade da ditadura não significa tratar os apoios que recebeu de forma homogênea. Por outra parte, não se pode, como pretendem as construções de memória a partir da redemocratização, reconstruir a sociedade como essencialmente resistente".[46]

Intento, portanto, contribuir para a superação de uma memória que tende a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos, atribuindo somente aos mecanismos de coerção e de manipulação o advento e a permanência da ditadura militar. Estudos desenvolvidos no Brasil e no exterior demonstram que a complexa articulação entre coerção, manipulação, consenso e consentimento são, de um modo geral, traços

---

[43] Para mais informações, *cf.* ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009; REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004; entre outros.

[44] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de zona cinzenta formulada por Pierre Laborie. Para mais informações, *cf.* LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: _____. *Les Français des années troubles.* De la guerre d'Espagne a la Liberation. Paris: Seuil, 2003.

[45] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*

[46] *Ibid.*, p. 23.

característicos de sociedades que experimentaram o autoritarismo.[47] De acordo com esse ponto de vista, buscarei, assim como Cordeiro,[48] compreender o regime militar sobretudo a partir das relações de continuidade que estabeleceu com a sociedade civil brasileira. Relações essas que, como sublinha a autora, costumavam identificar a ditadura militar como um legítimo representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como por exemplo: o otimismo, a crença no futuro promissor do país.

Em que pese o grande volume de eventos esportivos presentes na programação das celebrações, existe, como já pontuei, uma lacuna de referências bibliográficas direcionadas para esse objeto. A carência de trabalhos específicos e os limites dos escassos estudos históricos até então desenvolvidos iluminam a necessidade de lançarmos luzes sobre os eventos que obtiveram maior popularidade entre as festividades. Como chama a atenção Almeida,[49] nenhuma das atividades ligadas aos festejos pôde mobilizar, seja presencialmente ou através da cobertura de meios de comunicação social, um contingente maior de pessoas do que as de natureza esportiva. As rarefeitas publicações que investigam as relações estabelecidas entre esporte e política nas comemorações se reduzem a investigar somente a *Taça Independência*. Não existem referências que abordam de um modo pormenorizado os demais eventos esportivos ocorridos. Parece-me que analisar as celebrações sem se deter no aspecto que contou com a maior adesão popular é uma forma incompleta de apreciação desse objeto.

Além da relevância acadêmica, também é digna de nota a relevância social do objeto aqui enfocado. Recentemente, o Brasil sediou os dois maiores eventos esportivos do planeta: a *Copa do Mundo*, em 2014; e os *Jogos Olímpicos*, em 2016; além de ter sediado os *Jogos Pan-Americanos*, em 2007; os *Jogos das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*, em 2008; os *Jogos Mundiais Militares*, em 2011; e a *Copa das Confederações*, em 2013. Acredito que o desenvolvimento desta tese pode gerar profícuas reflexões, principalmente no que tange às peculiaridades, problemas, potencialidades e impactos desses megaeventos para o país. Afinal, como estimavam Santos e Melo, ainda que se referindo aos certames esportivos vinculados às festividades do Centenário da Independência do Brasil: "certamente algo similar

[47] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; *Ibid.*, vol. 2: Brasil e América Latina; *Ibid.*, vol. 3: Europa.
[48] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[49] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa... Op. cit.*

ocorrerá com as competições que estão para ocorrer no século XXI... para o bem ou para o mal".[50] Acredito que os certames ocorridos em 1972 podem ser caracterizados como episódios importantes da história do esporte nacional e, igualmente, como eventos relevantes para uma melhor compreensão do projeto de propaganda política em voga no período, bem como do consenso social estabelecido em torno da ditadura militar.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro, abordarei as cerimônias de abertura dos festejos. A partir de tal abordagem, traçarei uma visão panorâmica das comemorações, que me parece ser útil, entre outras coisas, aos leitores com elas pouco familiarizados. Iniciarei o capítulo tratando das primeiras iniciativas oficiais voltadas para a organização das celebrações, que foram tomadas ainda no governo do general Artur da Costa e Silva, com o intuito de realizar as festividades em um formato próximo ao das ocorridas na ocasião dos 100 anos do "grito do Ipiranga". Formato esse que, por sua vez, era inspirado nas suntuosas – e já bastante conhecidas – exposições internacionais europeias e norte-americanas que marcaram o século XIX.

Em seguida, discutirei, ainda no primeiro capítulo, as reformulações feitas no governo do general Emílio Garrastazu Médici, que defendia que os festejos deveriam ser desprendidos da ideia de suntuosidade, assim como pulverizados e marcados pela participação efetiva do povo brasileiro. Na esteira desse debate, tratarei dos desdobramentos dos dois atos oficiais implementados por Médici, com o objetivo de redimensionar as comemorações: a instituição de uma comissão nacional, de caráter "civil-militar", responsável por programar, coordenar e propor os meios necessários à realização das celebrações; e as negociações para que fossem confiados ao governo brasileiro a guarda dos restos mortais de dom Pedro I, escolhido como o grande herói nacional a ser homenageado nas festividades. Posteriormente, abordarei o *Encontro Cívico Nacional*, evento que selou, em 21 de abril, a abertura oficial dos festejos, bem como a mobilização em torno de outro herói nacional: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Finalmente, lançarei luzes sobre as competições esportivas que foram incorporadas à programação do referido encontro cívico e, ainda, sobre a presença do esporte na programação oficial e extraoficial das comemorações.

No segundo, terceiro e quarto capítulo, apreciarei, em consonância com o debate teórico apresentado nesta introdução, três eventos esportivos específicos, selecionados

[50] SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *Op. cit.*, p. 14.

diante do imperativo de delimitar a minha análise. Tal seleção foi fundamentada, basicamente, em dois critérios: proeminência e disponibilidade de fontes.

O primeiro evento a ser examinado será a terceira edição da *Olimpíada do Exército*, que ocorreu entre 26 de abril e 7 de maio, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), sob a organização da Comissão de Desportos do Exército. Ao longo desse período, o público interessado no evento pôde acompanhar, seja presencialmente ou através da cobertura televisiva, um conjunto de competições e apresentações gratuitas – nacionais e internacionais, civis e militares – relacionadas a 17 modalidades esportivas: atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, hipismo, judô, natação, pentatlo militar, rally, remo, tênis, tiro, turfe, vela e vôlei. Em 1972, um total de 1.400 atletas participaram da olimpíada: 900 militares, representando o I, II, III e IV Exército e o Comando Militar da Amazônia e do Planalto; e 500 civis, representando alguns dos mais tradicionais clubes brasileiros (Clube de Regatas do Flamengo, Minas Tênis Clube, Sport Club Corinthians Paulista, entre outros).

Além das competições e apresentações esportivas, a programação da olimpíada foi composta, ainda, por outros eventos gratuitos de diversas naturezas, que também serão por mim analisados no segundo capítulo. Falo, mais especificamente, da *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*, que ocorreu, de 27 de abril a 7 de maio, no Palácio Farroupilha; da *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*, que aconteceu, também de 27 de abril a 7 de maio, no Teatro São Pedro; da *Feira da Criança*, uma grande festa voltada para o público infantil, realizada, nos dias 29 e 30 de abril, no Jardim Zoológico de Sapucaia; do desfile de tradicionais escolas de samba cariocas (Em Cima da Hora, Imperatriz Leopoldinense, Acadêmicos do Salgueiro, entre outras), que ocorreu, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Monumental; do show aéreo da Força Aérea Brasileira, que aconteceu, no dia 6 de maio, em frente ao Parque Náutico Alberto Bins; do desfile náutico de aproximadamente 500 embarcações civis e militares, realizado, nesse mesmo dia 6 de maio, no rio Guaíba; e dos shows de renomados músicos, artistas e humoristas (Roberto Carlos, Jorge Ben Jor, Elis Regina, Agildo Ribeiro, Jô Soares, Moacyr Franco, entre outros), que ocorreram, nas noites de 27, 28 e 29 de abril e 1º, 2, 3, 4, 5 e 7 de maio, no ginásio do Grêmio Football Porto-Alegrense.

O segundo evento esportivo a ser analisado será a já mencionada *Taça Independência*, torneio internacional de futebol realizado pela Confederação Brasileira de Desportos, entre 11 de junho e 9 de julho, em 12 cidades-sedes: Aracaju (Sergipe),

Belo Horizonte (Minas Gerais), Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Curitiba (Paraná), Maceió (Alagoas), Manaus (Amazonas), Natal (Rio Grande do Norte), Porto Alegre, Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro (Guanabara), Salvador (Bahia) e São Paulo (Capital). Também conhecida como *Minicopa*, a *Taça Independência* foi, certamente, um dos eventos mais populares das celebrações e contou com a participação de 20 seleções, quatro a mais que as 16 que disputaram a célebre copa de 1970: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Escócia, França, Irã, Irlanda, Iugoslávia, Paraguai, Peru, Portugal, Seleção da África, Seleção da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe, Tchecoslováquia União Soviética, Uruguai e Venezuela. O Brasil foi o campeão do torneio, vencendo a final disputada contra Portugal, em 9 de julho, no Rio de Janeiro – mais precisamente, no Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. O público presente foi estimado em 100 mil pessoas. Entre os espectadores da partida, é digna de destaque a presença de Médici, que chegou a ser ovacionado pelo público assim que foi visto na tribuna de honra do estádio.

Apesar da qualidade dos estudos até então desenvolvidos sobre a *Taça Independência*,[51] creio que existem algumas polêmicas e imprecisões nas narrativas historiográficas que a abordam. Ademais, ao apreciar o torneio como objeto de pesquisa, bem como ao mobilizar o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil como repositório de fontes, verifiquei alguns aspectos relacionados à *Taça Independência* que ainda não foram estudados e que podem, na minha opinião, servir para ampliar o conhecimento histórico já produzido a seu respeito. Parece-me que as ditas polêmicas, imprecisões e lacunas justificam a necessidade de lançarmos novos olhares sobre esse objeto de estudo. É o que procurei fazer no terceiro capítulo.

Por fim, analisarei a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, evento cívico/esportivo realizado anualmente, desde 1938, pela Liga de Defesa Nacional: associação cívico-cultural fundada, em 1916, por um grupo de intelectuais liderados por Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon e Wenceslau Braz, na época presidente da república.[52] Em 1972, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* também recebeu o nome de *Corrida da Integração Nacional*. Na ocasião, quatro tochas, acesas com o Fogo

[51] Para mais informações, *cf.* as referências contidas na nota de rodapé de número 12.
[52] Voltarei a tratar desse assunto na seção intitulada *A respeito da fundação da Liga de Defesa Nacional*, contida, como se pode presumir, no quarto capítulo desta tese.

Simbólico da Pátria, foram transportadas, por meio de revezamento, por atletas em quatro rotas, que partiram de quatro pontos extremos do Brasil: Cabo Branco (Paraíba), Oiapoque (Amapá), Javari (Amazonas) e Chuí (Rio Grande do Sul), nos dias 1º, 9, 17 e 27 de maio, respectivamente. O destino final das quatro rotas era o Monumento do Ipiranga (São Paulo), onde, em 1º de setembro, quatro atletas que conduziam o fogo citado se encontraram, para realização de cerimônia que selava o final da corrida e, simultaneamente, dava início à Semana da Pátria, em todo o país.

Cabe destacar que os atletas envolvidos com o evento cívico/esportivo percorreram, em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, um total de 21.000 quilômetros, entre cidades do interior e capitais de todos os estados e territórios nacionais. Por onde passavam, tais atletas distribuíam, à população local, mensagens patrióticas de fé e esperança e, também, bandeiras do Brasil, folhetos com símbolos e bandeiras históricas da nação e livretos em quadrinhos com versão resumida da história da Independência brasileira. Em grande parte dessas cidades, as autoridades locais chegaram a realizar pronunciamentos no momento da passagem do Fogo Simbólico da Pátria, em solenidades realizadas especialmente para a ocasião, que, como veremos no quarto capítulo, costumavam ser sucedidas por outros eventos, tais como: missas, shows, certames esportivos, entre outros.

CAPÍTULO I:

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1972): A ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES

Governo Costa e Silva (1967-1969): as primeiras iniciativas oficiais

As primeiras iniciativas oficiais voltadas para a organização das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil são anteriores ao governo do general Emílio Garrastazu Médici e, portanto, ao próprio "milagre brasileiro". Pelo menos desde 1967, já se vislumbrava a realização de uma exposição mundial comemorativa. Na ocasião, o presidente da república, general Artur da Costa e Silva, criou uma comissão responsável pelo desenvolvimento de estudos preliminares. O grupo de trabalho, coordenado pelo secretário do comércio do Ministério da Indústria e Comércio, foi composto pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Comércio Exterior também do Ministério da Indústria e Comércio, pelo diretor da Divisão de Propaganda e Expansão Comercial do Ministério das Relações Exteriores e pelos presidentes da Empresa Brasileira de Turismo, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional da Agricultura.[53]

Em 1968, uma nova comissão foi formada, ainda sob coordenação do secretário do comércio do Ministério da Indústria e Comércio, mas, dessa vez, integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O grupo de trabalho foi encarregado de formular a estrutura de uma unidade administrativa específica para a exposição. Para tanto, pôde contar com a cooperação de diversos órgãos da administração pública, bem como das confederações nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, que, nessa oportunidade, ficaram de fora da comissão *stricto sensu*.[54]

No mesmo ano, a unidade administrativa foi criada, com o nome de Superintendência da Exposição Mundial Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil (EXPO-72). Vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio e com sede na cidade do Rio de Janeiro, a EXPO-72 tinha como seus objetivos: planejar, organizar e programar a exposição, prevista para acontecer na "cidade maravilhosa";

[53] Decreto nº 61.181/1967. Diário Oficial da União, 21 ago. 1967, s. 1, p. 8666.
[54] Decreto nº 62.836/1968. Diário Oficial da União, 7 jun. 1968, s. 1, p. 4673.

promover a participação de expositores nacionais e estrangeiros; preparar e aprovar um regimento de acordo com normas internacionais; selecionar o local e fiscalizar a construção das instalações; estabelecer seus serviços, elaborar e executar seu orçamento; e sugerir medidas a serem tomadas por outros órgãos governamentais. Junto com a superintendência, foi criado um conselho consultivo, composto pelo superintendente da EXPO-72, que era o presidente do conselho, além de quatro membros, que representavam, respectivamente, os ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria e Comércio e do Planejamento e Coordenação Geral.[55]

As movimentações não pararam por aí. O Decreto-Lei nº 386/1968, que criou a EXPO-72, foi revogado em 1969. O motivo foi que a matéria tratada era de competência do presidente da república, devendo ser, consequentemente, objeto de decreto do Poder Executivo.[56] Em vista disso, a superintendência recebeu, no mesmo ano, uma nova regulamentação, mas permaneceu com seus objetivos e modo de organização muito próximos aos estabelecidos no decreto-lei invalidado. Poucas mudanças podem ser observadas, como por exemplo: a disponibilização de um assessor jurídico, um secretário e assistentes para o superintendente da EXPO-72, além de alterações na estrutura do conselho consultivo, que passou a ser composto por uma assessoria de planejamento, voltada para a orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades necessárias à realização da exposição; uma assessoria de divulgação, voltada para a promoção, divulgação e publicidade dos assuntos e fatos relacionados com o evento; e uma assessoria administrativa, voltada para a orientação, coordenação, execução e controle das atividades administrativas.[57]

A superintendência parecia que iria prosperar. Ainda em 1969, foi incorporada ao seu conselho consultivo uma assessoria de obras, voltada para a orientação, coordenação, execução e controle das obras do parque da exposição. A equipe à disposição do superintendente da EXPO-72 também sofreu alteração, passando a contar com um chefe de gabinete.[58] De acordo com o novo regulamento da superintendência, o término de 1973 seria o prazo de encerramento de suas atividades, que deveriam culminar com o envio da prestação de contas dos recursos utilizados ao Ministério da Indústria e Comércio.[59] Entretanto, em 1970, no início do mandato de Médici, a EXPO-

[55] Decreto-Lei nº 386/1968. Diário Oficial da União, 27 dez. 1968, s. 1, p. 11202.
[56] Decreto-Lei nº 471/1969. Diário Oficial da União, 20 fev. 1969, s. 1, p. 1537.
[57] Decreto nº 64.193/1969. Diário Oficial da União, 12 mar. 1969, s. 1, p. 2177.
[58] Decreto nº 65.309/1969. Diário Oficial da União, 9 out. 1969, s. 1, p. 8524.
[59] Decreto nº 64.193/1969. *Op. cit.*

72 foi extinta. Os saldos dos recursos consignados à superintendência, bem como seus móveis, equipamentos, máquinas e veículos foram reaproveitados pelo Poder Executivo. Já os servidores requisitados de outros órgãos puderam optar por permanecer ou não no Ministério da Indústria e do Comércio, em face de necessidade de serviços e observadas as normas legais vigentes.[60]

Governo Médici (1970): das primeiras iniciativas a um novo projeto

O novo presidente da república vislumbrava realizar as festividades em um formato distinto do proposto pela EXPO-72, que era uma espécie de réplica da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, também conhecida como Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.[61] Inspirado nas já bastante conhecidas exposições internacionais europeias e norte-americanas que marcaram o século XIX,[62] o evento, organizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é, até hoje, um dos maiores da categoria já realizados no país.[63] Sua estrutura contou com mais de 20 suntuosos pavilhões nacionais e estrangeiros, dois portais monumentais, além de um moderno parque de diversões. De setembro de 1922 a abril de 1923, a exposição, que aconteceu na região central da "cidade maravilhosa", recebeu cerca de 10 mil expositores e 3 milhões de visitantes. Entre seus objetivos, estava a celebração dos 100 anos da emancipação política brasileira, bem como do "progresso" alcançado pela nação enquanto república.[64]

Mutatis mutandis, os objetivos da exposição realizada em 1922 se aproximavam dos das comemorações previstas para ocorrer em 1972. Todavia, em que pese essa convergência, Médici almejava fazer com que as celebrações fossem grandiosas, porém, simultaneamente, austeras. Em outras palavras, sem os excessos que poderiam resultar

[60] Decreto nº 66.143/1970. Diário Oficial da União, 30 jan. 1970, s. 1, p. 793.
[61] CORRÊA, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca do Sesquicentenário. A referência contida nesta nota de rodapé é o relatório final da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que foi publicado no formato de livro pelo seu presidente, o general Antonio Jorge Corrêa. Voltarei a tratar dessa comissão na próxima seção, intitulada *O primeiro ato de Médici: a criação de uma comissão nacional*.
[62] Para mais informações, *cf.* PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais:* espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.
[63] Para mais informações, *cf.* ARQUIVO NACIONAL. *A exposição internacional de 1922:* memória e civilização. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/exposicoes/60-4-rio-do-morro-ao-mar/283-a-exposicao-internacional-de-1922-memoria-e-civilizacao.html>. Acesso em: 9 jul. 2016.
[64] Para mais informações, *cf.* MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos:* a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1992.

em prodigalidade, mas, também, sem as omissões que o evento não comportaria. Usando como justificativa a necessidade de marcar o "espírito" de austeridade que deveria nortear a reformatação das festividades, o presidente da república determinou, por exemplo, que toda a verba destinada para a EXPO-72 fosse aplicada na conclusão das obras da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de modo a garantir com que os efêmeros e luxuosos pavilhões programados para serem construídos no parque da exposição se transformassem em estabelecimentos "eternos" e de grande utilidade à nação. Em resumo, Médici defendia que os festejos deveriam ser desprendidos da ideia de suntuosidade, assim como pulverizados e, sobretudo, marcados pela participação efetiva do povo brasileiro.[65]

Dentro dessa perspectiva, o presidente da república ordenou que as comemorações fossem descentralizados e populares, abrangendo, em um intenso período de atividades cívicas, todos os estados e territórios do país. Médici também determinou que as celebrações deveriam possuir um caráter multifacetado, contemplando, dessa maneira, os mais diversos campos de interesse nacionais: histórico, diplomático, artístico, cultural, cívico, esportivo, entre outros.[66] Como chamam a atenção Luís Fernando Cerri,[67] Adjovanes Thadeu de Almeida,[68] Élio Serpa,[69] Janaína Cordeiro[70] e Thaisy Sosnoski,[71] a intenção central do presidente da república era explorar, ao máximo, a possibilidade de celebrar, em conjunto com a nação, os tempos extraordinários que se acreditava viver no Brasil. Tempo esse em que a sociedade brasileira – em grande medida, deslumbrada com a euforia desenvolvimentista provocada pelo "milagre econômico" – vivia sob forte influência de um regime moderno de historicidade: rítmica temporal que, como explica François

[65] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*
[66] *Id*.
[67] CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.
[68] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
[69] SERPA, Élio Cantalício. Revista *O Cruzeiro* de 1972: conmemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.
[70] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
[71] SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória:* Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

Hartog,[72] se caracteriza por ser profundamente calcada na ideia de progresso e pautada por perspectivas otimistas em relação ao futuro.

O primeiro ato de Médici: a criação de uma comissão nacional

Médici implementou, em 1971, dois atos oficiais visando dar curso ao seu novo projeto para as comemorações.[73] O primeiro foi a instituição de uma comissão nacional responsável por programar, coordenar e propor os meios necessários à realização dos festejos. O grupo de trabalho foi integrado pelos titulares das pastas das Relações Exteriores, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da Justiça e da Educação e Cultura, bem como pelos chefes dos gabinetes militar e civil da presidência da república. Os presidentes das seguintes instituições também participaram da comissão: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Conselho Federal de Cultura, Liga de Defesa Nacional, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e Associação Brasileira de Rádio e Televisão. Conforme o Decreto nº 69.344/1971, que criou o grupo de trabalho, era dever do mesmo manter entendimentos com os governadores de estados e territórios e com os poderes legislativo e judiciário, a fim de harmonizar a participação de toda a nação nas celebrações. Ademais, cabia à comissão designar uma comissão executiva central, além das subcomissões que se fizessem necessárias.[74]

A comissão executiva central foi criada em 1972.[75] O grupo de trabalho, que teve todos os seus integrantes designados pelo presidente da república, foi sediado no Palácio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro,[76] e composto do seguinte modo: presidência, grupo executivo, secretaria, grupo de administração, grupo de ligação, assessores especiais e subcomissões especiais. A função do presidente era requisitar servidores, celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas, distribuir tarefas entre seus subordinados e realizar os demais atos necessários ao cumprimento da programação oficial. À comissão, competia, de um modo geral, executar as medidas de coordenação e direção das comemorações, tendo sempre em observância as diretrizes

[72] HARTOG, François. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
[73] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*
[74] Decreto nº 69.344/1971. Diário Oficial da União, 8 out. 1971, s. 1, p. 8179.
[75] Decreto nº 69.922/1972. Diário Oficial da União, 13 jan. 1972, s. 1, p. 305.
[76] *Tudo pronto para receber os restos mortais de Pedro I.* O Estado de S. Paulo, 6 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.

formuladas pela comissão nacional. O grupo de trabalho também tinha por competência coordenar as atividades desenvolvidas pelas comissões estaduais, territoriais e municipais, instituídas por atos de governadores e prefeitos.[77]

A comissão executiva central contou com a atuação de sete subcomissões especiais, que foram organizadas conforme os seguintes eixos temáticos: assuntos culturais, assuntos diplomáticos, assuntos desenvolvimentistas, assuntos desportivos, assuntos cívicos, festejos populares e propaganda/publicidade. Um dos objetivos centrais das subcomissões era garantir o já citado caráter multifacetado das comemorações, que, de fato, tiveram uma programação composta por eventos de diversas naturezas: paradas e encontros cívicos; atividades estudantis; demonstrações e exibições; visitas de personalidades estrangeiras; espetáculos de som e luz; produções culturais, musicais e teatrais; mostras de artes e exposições; congressos e conferências; sessões solenes, homenagens, discursos e pronunciamentos; inaugurações e lançamentos; publicações e reedições de livros; exibição de filmes; concursos e cursos; feiras de exportação; cerimônias religiosas; certames esportivos; além do recebimento, da peregrinação e da inumação dos despojos de dom Pedro I.[78]

Ao longo das festividades, algumas subcomissões acabaram adquirindo maior proeminência em relação a outras.[79] É o caso da subcomissão de assuntos culturais, que, em termos gerais, foi a principal responsável pelo estabelecimento do sentido cívico-patriótico das comemorações, e da subcomissão de assuntos diplomáticos, que esteve, entre outras ações, à frente das negociações da transferência dos restos mortais de dom Pedro I para o Brasil. Outra subcomissão digna de nota é a de assuntos desportivos, que foi integrada por dois militares, o brigadeiro Jeronymo Bastos e o coronel Eric Tinoco Marques, e, também, por um civil: João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos. Coube, por exemplo, a essa subcomissão colaborar com a organização da *Taça Independência* (como já vimos, um dos maiores e mais populares eventos associados às comemorações), bem como de uma gama de outros certames esportivos ocorridos em todo o país.[80]

---

[77] Decreto nº 69.922/1972. *Op. cit.*

[78] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.* Voltarei a tratar do recebimento dos despojos de dom Pedro I ainda neste capítulo, nas seções intituladas *Segundo ato: a transferência dos restos mortais de dom Pedro I ao Brasil* e *As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais*.

[79] Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*

[80] Como já anunciei, tratarei desses certames ainda neste capítulo, na seção intitulada *O esporte na programação das comemorações: uma visão panorâmica*. Já a *Taça Independência*, como também já disse, será o objeto de estudo do terceiro capítulo desta tese.

A participação de civis, na realidade, não é um traço que caracteriza somente a subcomissão de assuntos desportivos. Além das outras subcomissões, a comissão nacional e a comissão executiva central também contaram com civis em sua composição. O mesmo pode ser dito sobre as comissões executivas estaduais e territoriais.[81] Em vista disso, concordo com Janaína Cordeiro[82] ao afirmar que as comissões e as subcomissões envolvidas com a organização das comemorações são objetos úteis para um melhor entendimento do consenso social estabelecido em torno da ditadura militar. Um dos exemplos utilizados pela autora para sustentar essa afirmação é o caso do IHGB. Como explica Cordeiro, um dos projetos assumidos pelo referido instituto durante as festividades foi o de pensar e de divulgar uma história oficial da nação, que foi bastante mobilizada pelo regime militar, na medida em que a ele servia como uma espécie de manancial de inspiração cívico-patriótica, altamente capaz de despertar, nos mais diversos seguimentos da sociedade brasileira, um forte sentimento de identidade e de pertença a uma mesma comunidade política imaginada.[83] Para a autora, foi, portanto, muito em função da atuação de intelectuais associados ao IHGB, que compunham e exerciam uma forte influência sobre o andamento dos trabalhos da subcomissão de assuntos culturais, que: "[uma] *História [Oficial] do Brasil*, dotada de sentido *cívico-patriótico*, mas também de *métodos científicos*, ganhou as ruas do país, ratificando a *vocação nacional* para a paz e harmonia social, para o congraçamento regional e racial".[84] Enfim: "para a grande obra da *integração nacional*, iniciada pelo imperador ao manter a unidade territorial do país e confirmada pelo *vibrante* processo de modernização vivido [nos anos do governo Médici]".[85]

É bem verdade que, desde 1964, o instituto lançava mão de diversas estratégias para estreitar seus laços com a ditadura militar e que, em 1972, ele foi contemplado pela mesma com diversas benesses: a concessão de crédito para a conclusão da construção de seu edifício-sede, o repasse de verbas para a realização de eventos e edição de materiais referentes à Independência do Brasil, o direito de venda e distribuição dos

[81] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*
[82] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[83] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de comunidade imaginada formulada por Benedict Anderson. Para mais informações, *cf.* ANDERSON, Benedict. Introdução. In: _____. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[84] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 211.
[85] *Id*.

livros selecionados para compor a Biblioteca do Sesquicentenário etc.[86] Todavia, a despeito disso, entendo, assim como Cordeiro,[87] que a participação do IHGB nas comemorações deve ser compreendida como algo que extrapola um mero ato de colaboracionismo interessado. Mais do que isso, o envolvimento do instituto indica, como defende a autora, que: "mais que uma relação de militares *todo-poderosos* e *civis indefesos*, as relações entre sociedade civil e ditadura envolviam [em muitos casos] negociações, jogos de interesses [...], projetos e concepções de *história* e *nação* em comum".[88] Em outras palavras, sugerem que: "[havia] um profícuo diálogo entre determinados setores da sociedade – neste caso específico, entre determinados setores da intelectualidade nacional – e a ditadura".[89] Entre os diversos pontos em comum com a ditadura militar, posso tomar como exemplo o já citado projeto de se pensar e difundir uma história oficial da nação. Projeto esse que, como lembra Ângela de Castro Gomes,[90] era algo muito caro à tradição que envolvia o IHGB – instituto que, nas palavras da autora, tinha como missão, desde o ano de sua fundação (1838): "dedicar-se à escrita da história do país, num processo simultâneo de construção dessa história e de afirmação do papel do Estado como criador e garantidor de nossa nacionalidade".[91]

Também concordo com Cordeiro[92] quando ela afirma que, além do consenso social, as comissões e as subcomissões que participaram da organização das comemorações são objetos que nos ajudam a entender melhor como certos segmentos da sociedade brasileira expressaram seu consentimento em relação ao regime militar. Segundo a autora, a comissão executiva central, por exemplo, acumulou vasta correspondência.[93] Muitas delas eram de caráter burocrático e, consequentemente, voltadas para questões relativas ao arranjo dos festejos. Porém, outra parte significativa era oriunda da sociedade civil: associações de bairro, clubes, escolas, empresas, afora cidadãos comuns, que escreviam para a comissão por diversos motivos – oferecer ajuda e, até mesmo, força de trabalho, congratular as iniciativas tomadas, fazer críticas,

---

[86] Para mais informações, *cf.* SOSNOSKI, Thaisy. *Op. cit.*; Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit*. Voltarei a tratar da Biblioteca do Sesquicentenário ainda neste capítulo, na seção intitulada *Segundo ato: a transferência dos restos mortais de dom Pedro I ao Brasil*.
[87] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[88] *Ibid.*, p. 195-196.
[89] *Ibid.*, p. 196.
[90] GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[91] *Ibid.*, p. 15.
[92] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[93] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 3, 3a, 3b, 3c, 3d e 3e.

sugestões, elogios etc. Foram diversas as correspondências desse último tipo analisadas por Cordeiro. Uma das mais emblemáticas é uma carta que continha dois poemas, assinados pelo aposentado potiguar Militão Lima, de 80 anos. Em um fragmento do primeiro poema, intitulado *Pedro Primeiro*, escreveu Lima: "teu 'Fico' despertou jovem gigante" / "Para as aspirações, grandes destinos". / "Hoje um Brasil ao som dos belos hinos.".[94] Já no segundo, denominado *Fico*, o aposentado se referiu a dom Pedro I da seguinte forma: "exemplo de fé cívica e tocante," / "Milagre fez, parece um grande sonho:" / "Hoje um Brasil feliz, livre, risonho!" / "Tudo é 'Fico' no 'Brado retumbante'!".[95] Os poemas de Lima são apenas dois de vários exemplos mobilizados pela autora para demonstrar como os populares que endereçavam cartas à comissão executiva central manifestavam – sobretudo por meio do estabelecimento de associações entre passado e presente, orientadas por uma perspectiva otimista de futuro – o seu consentimento em relação ao regime militar. Como destaca Cordeiro, o estabelecimento de tais associações – que, como já vimos, era uma das linhas mestras da história oficial da nação difundida pela ditadura militar durante as festividades – não era, na realidade, uma prática exclusiva dos intelectuais associados ao IHGB. Muito pelo contrário, elas também estavam presentes nas ruas e nos versos populares, graças a força de um imaginário cívico-patriótico que, conforme com a autora: "via em d. Pedro I e em seu *grande gesto* exemplos de 'fé cívica e tocante' que esteve na origem do *Brasil feliz, livre e risonho* no qual muitas pessoas acreditavam estar vivendo em 1972".[96]

Segundo ato: a transferência dos restos mortais de dom Pedro I ao Brasil

O segundo ato oficial implementado por Médici com o intuito de dar continuidade ao seu novo projeto para as comemorações foi um apelo para que a sua guarda fossem confiados os restos mortais de dom Pedro I. A ideia partiu de Mário Gibson Barbosa, ministro das relações exteriores.[97] De acordo com o jornal *O Globo*, a transferência não foi algo simples. Teria sido somente após uma intensa jornada de atividades diplomáticas, em grande parte sigilosa, que o Brasil conseguiu obter o

[94] *Carta do aposentado Militão de Lima*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 3b.
[95] *Id*.
[96] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit*., p. 226.
[97] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*

assentimento por parte de Portugal. Conforme o periódico: "a concordância só foi possível porque houve uma conjugação de fatores favoráveis e convincentes: o empenho pessoal do presidente Médici e o fato da comemoração do Sesquicentenário". Ainda segundo *O Globo*: "com esses dois trunfos na mão, a diplomacia brasileira pôde conseguir um resultado que noutras circunstâncias seria praticamente inviável".[98]

Um episódio que marcou a negociação foi o envio de uma carta do presidente brasileiro ao presidente português, almirante Américo Thomaz. Por meio dessa correspondência, Médici formalizou, em "nome da nação brasileira", o pedido de recebimento dos despojos: "o Brasil, que tanto recebeu de Portugal, deseja continuar a merecer as dádivas de sua amizade generosa. [...] E, por meu intermédio, o povo brasileiro pede agora ao povo português [...] os restos mortais de dom Pedro I". Na mesma carta, o presidente da república fez outra solicitação: "não esquecerá o povo do Brasil esse desprendido gesto da nação portuguesa. E aspira a que se complete com o atendimento de outro pedido. O Brasil deseja e espera que vossa excelência traga pessoalmente para o chão brasileiro os restos mortais".[99]

A carta de resposta a Médici foi redigida no dia seguinte ao seu recebimento. Nas palavras de Thomaz: "consideramos, [...] nesta hora em que nos empenhamos [...] na construção efetiva da comunidade luso-brasileira, que a morada definitiva no Brasil dos restos mortais do seu primeiro imperador constituirá mais um ponto de convergência, um símbolo indiscutível de coesão". Dentro dessa perspectiva, afirmou o presidente de Portugal: "seguro de interpretar a vontade do povo português, comunico a vossa excelência que Portugal, numa atitude sem paralelo, confia de futuro ao Brasil os despojos de dom Pedro". Além disso, também disse Thomaz: "é com plena consciência do privilégio que a história me outorga que acompanharei pessoalmente ao Brasil o português da dinastia de Bragança que regressou ao país de que foi o primeiro soberano e erigiu em império".[100]

Como se pode observar, há, na carta de Thomaz, uma notável preocupação com o fortalecimento da comunidade luso-brasileira, que nos ajuda a compreender, de certo modo, alguns possíveis motivos do aceite do envio dos restos mortais ao Brasil. Como é sabido, desde a década de 1960, Portugal enfrentava movimentos pela libertação

[98] *O fio da meada*. O Globo, 7 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[99] *Carta do presidente da república brasileira*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52.
[100] *Carta do presidente da república portuguesa*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52.

nacional ocorridos em suas colônias africanas e sofria, devido à intransigência de sua política colonialista, fortes pressões da comunidade internacional – principalmente, da Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme Fernando Catroga,[101] o governo português, ao estreitar laços com a sua ex-colônia e atual aliado, tentava, entre outras coisas, reiterar a tese de que a negação do direito à independência às colônias da África não era uma questão de princípio, mas sim de prudência. Como explica o autor, uma das estratégias utilizadas por Portugal nesse contexto era reafirmar, sobretudo por meio de ações simbólicas levadas a cabo em diversos espaços de sociabilidade, a ideia de que as colônias africanas ainda não tinham condições de se tornarem independentes. Em outras palavras, de serem novos "Brasis em África".[102]

Diversas reportagens divulgadas na imprensa escrita brasileira apontam indícios que corroboram os argumentos de Catroga, apresentados no parágrafo anterior.[103] Entre tais indícios, é digno de destaque o discurso proferido pelo primeiro ministro de Portugal, Marcelo Caetano, no momento do embarque de Thomaz com destino ao Brasil, para a entrega dos despojos a Médici. Na ocasião, disse Caetano: "aos observadores desprevenidos poderá parecer ilógico o procedimento dos portugueses de hoje: como celebram tanto a Independência do Brasil? Não estará essa atitude em contradição com outras agora tomadas resolutamente por Portugal?". Na visão do primeiro ministro, a situação brasileira, em 1822, divergia radicalmente da observada nas colônias africanas, por ele classificadas como torrões que ainda eram marcados pelas suas débeis possibilidades humanas, materiais e estruturais. Para Caetano, os portugueses tinham diversos motivos para celebrar a emancipação política do Brasil. Um deles era o fato de que a efeméride representava o "nascimento de um filho" e não a "amputação de um membro". De acordo com o primeiro ministro, diferentemente do que se podia estimar para o caso de uma possível ruptura política com as colônias da África, a Independência brasileira foi um ato bem-sucedido de reprodução da estirpe lusitana, entroncada na "velha família europeia" e calcada em sólidos pilares, tais como: o pensamento clássico greco-romano, o cristianismo, a língua latina etc.[104]

---

[101] CATROGA, Fernando. *Mito, nação e rito:* religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.
[102] *Ibid.*, p. 141.
[103] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 52 e pasta 52a.
[104] *Caetano: um procedimento ilógico?* Folha de S. Paulo, 12 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.

Como destaca Carlos Fico,[105] alguns autores – como, por exemplo, Williams Gonçalves,[106] Shiguenoli Miyamoto,[107] Luís Fernando Cerri,[108] entre outros – também relacionam o recebimento dos restos mortais com o contexto da política externa do Brasil. Conforme Gonçalves e Miyamoto, a necessidade de fortalecimento da comunidade luso-brasileira, preocupação igualmente expressa na carta de Médici, também era vista como algo relevante pelo governo brasileiro. Afinal, era considerada, como afirmam os autores, como um elemento fundamental para o sucesso de duas ações caras ao regime militar: o investimento na defesa do Atlântico Sul e, consequentemente, da fronteira leste, avaliada como de vital importância para a segurança e a soberania do país que almejava se tornar, em curto prazo, uma das grandes potências mundiais; e a tentativa de aproximação com região da África Austral, tendo em vista, principalmente, a possibilidade de explorar as potencialidades do mercado da região, na qual os portugueses exerciam expressiva influência.

No que tange ao investimento na defesa do Atlântico Sul, pude verificar, nas fontes por mim coletadas,[109] uma única reportagem, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que destaca a ocorrência de uma reunião travada entre Rui Patrício, ministro dos negócios exteriores de Portugal, e Barbosa, já citado ministro das relações exteriores do Brasil. Um dos pontos de pauta do encontro foi a ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas. Ao ser indagado por jornalistas, Patrício expressou o ponto de vista de Portugal sobre a matéria: "ainda não definimos nossa posição sobre o mar territorial, que, para nós, é um problema complexo e não tem urgência. Vamos esperar a conferência da ONU, no ano que vem". De todo modo, assegurou o ministro dos negócios exteriores: "o apoio de Portugal ao Brasil independe da tese que venha a adotar sobre o mar territorial".[110] Já sobre a tentativa de aproximação com o sul da África, um importante acordo, amplamente divulgado na imprensa escrita brasileira, foi assinado durante os festejos. Trata-se do Tratado de Cidadania Comum, que concedeu aos cidadãos brasileiros residentes em Portugal praticamente os mesmos direitos e

[105] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
[106] GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.
[107] *Id*.
[108] CERRI, Luís Fernando. *Op. cit.*
[109] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Fontes*, contida nas referências desta tese.
[110] *Patrício: já há imprensa livre*. O Estado de S. Paulo, 22 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.

deveres dos cidadãos portugueses e vice-versa.[111] Cabe destacar que, com a vigência do tratado, os cidadãos brasileiros passaram a ter, inclusive, os mesmos direitos e deveres que os cidadãos portugueses no que se refere à realização de empreendimentos nas cobiçadas colônias de Angola e Moçambique, ambas situadas – como se sabe, mas vale lembrar – na região da África Austral.[112]

As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais

Apesar das intencionalidades citadas, o recebimento dos despojos não foi uma unanimidade entre civis e militares brasileiros. Em entrevista concedida a Carlos Fico,[113] o próprio coronel Octávio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável pela propaganda política produzida pela ditadura militar, disse ter se posicionado de um modo contrário à ocorrência dessa possibilidade. Conforme o autor, Costa acreditava que a iniciativa – vista como uma ação "oficialesca" e sombria, que ia de encontro ao projeto de propaganda escapista e idílico desenvolvido pela AERP – era pouco efetiva. Para o chefe da AERP: "o máximo que se pode extrair de um morto ilustre é a sua 'santificação', isto é, a transformação da figura da pessoa morta em herói".[114] Em sua visão: "D. Pedro já ocupava o seu lugar (relativamente secundário) no panteão das grandes figuras nacionais. Dificilmente a mórbida cerimônia [...] alteraria esse *status* ou renderia bons frutos".[115]

Como demonstram Fico[116] e Adjovanes Thadeu de Almeida,[117] além da cerimônia fúnebre, a escolha de dom Pedro I como o herói nacional máximo a ser homenageado durante as festividades também não era consensual. Como destaca Fico, Costa, por exemplo, disse, na mesma entrevista citada no parágrafo anterior, que chegou a procurar Médici antes do início das comemorações para convencê-lo de que elas deveriam se centrar na figura de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), tradicionalmente considerado o grande herói nacional pelo menos desde os primórdios

[111] *Estatuto já está em vigor*. O Estado de Minas, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[112] *O esquife de D. Pedro I parte hoje para o Brasil*. Folha de S. Paulo, 10 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[113] FICO, Carlos. *Op. cit.*
[114] *Ibid.*, p. 64.
[115] *Id*.
[116] FICO, Carlos. *Op. cit.*
[117] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*

do período republicano.[118] Como chama a atenção Almeida, já durante o momento de vigência dos festejos, era muito comum, entre outras ações, a publicação de reportagens – sobretudo na imprensa mineira, mas não somente nela – que definiam o alferes como um herói nacional com uma amplitude maior do que a de dom Pedro I. Ainda segundo o autor, o mesmo pode ser observado, embora que de um modo menos recorrente, no que se refere à figura de José Bonifácio, grande homenageado, diga-se de passagem, nas celebrações do Centenário da Independência do Brasil.[119]

São vários os exemplos apresentados por Almeida.[120] Sobre Tiradentes, posso citar a reportagem intitulada *Tiradentes-Pedro I*, veiculada pelo jornal *Estado de Minas*. Conforme o periódico: "a alegria justificável das homenagens a d. Pedro […] foi decorrência da tristeza e agonia pelo sangue de Tiradentes e de inúmeros heróis que morreram exatamente porque desejavam aquela libertação". Sendo assim: "Tiradentes e todos que por ela [a Independência] foram enforcados e esquartejados têm de estar entre os aclamados 150 anos depois. [...] São as duas maiores figuras deste Sesquicentenário: Tiradentes e os martirizados com ele e, em seguida, Pedro I".[121] Já no que diz respeito a Bonifácio, é digno de destaque o anúncio publicado pela empresa Elekeiroz no impresso paulista *Diário Popular*. Ao se referir ao patriarca, dizia a propaganda: "estamos em meados de 1822. [...] Um grupo de estrangeiros ouvia uma voz ousada falar sobre 'Independência ou morte'. Era a voz brasileira de José Bonifácio de Andrada e Silva". Pouco depois: "em 6 de agosto de 1822, a libertação do Brasil era confirmada em documento redigido pelo patriarca, assinado para d. Pedro I e dirigido às maiores potências mundiais". Segundo o anúncio, as contribuições de Bonifácio não pararam por aí: "aos seus profundos conhecimentos sobre mineralogia e geologia, aos seus incansáveis estímulos, devemos a implantação pioneira da indústria siderúrgica no Brasil. E, com ela, o início da nossa independência econômica, hoje já consolidada". Por isso: "a Elekeiroz – também pioneira em seu setor de atividades industriais – acha que neste 7 de setembro, quando o progresso e o desenvolvimento invadem o país, um nome não pode ser esquecido: José Bonifácio de Andrada e Silva".[122]

---

[118] Para mais informações, *cf.* CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* o imaginário da república no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
[119] Para mais informações, *cf.* MOTTA, Marly. *Op. cit.*
[120] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[121] *Tiradentes-Pedro I.* Estado de Minas, 21 jul. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 65a.
[122] *Produtos Químicos Elekeiroz S.A.*. Diário Popular, 1º set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76d.

As análises de Fico[123] e Almeida[124] indicam que tanto o recebimento dos restos mortais de dom Pedro I quanto a decisão de estabelecê-lo como o herói nacional máximo durante as comemorações não foram unanimidades. Muito pelo contrário, foram idiossincrasias de alguns grupos civis e militares e, sobretudo, de Médici. Como explica Luís Fernando Cerri,[125] o presidente da república acreditava que a imagem de Tiradentes, quase sempre associada à figura de um herói popular que conspirou contra o poder constituído, tinha um forte potencial subversivo. De acordo com o autor, Médici, ao eleger dom Pedro I como o grande herói nacional a ser homenageado ao longo dos festejos, optou por não correr riscos. Vale lembrar que, na ocasião, vivia-se um momento eufórico e, simultaneamente, conturbado, marcado pelo "milagre brasileiro", mas também, entre outras coisas, pelas conhecidas ações desempenhadas por movimentos de oposição de luta armada – que, inclusive, tinha como uma de suas organizações mais proeminentes o Movimento Revolucionário Tiradentes.[126]

De todo modo, como aponta Janaína Cordeiro, independente do alferes ou, até mesmo, do patriarca: "o imperador não era o herói óbvio da Independência".[127] Afinal, caracterizava-se como uma figura um tanto quanto ambivalente: "se podia expressar a força e autoridade tão caras à ditadura, era, ao mesmo tempo, informal, mundano, difícil de ser apropriado por um regime que prezava pela ordem, pela moral e pelos bons costumes".[128] Para resumir, parafraseando o título do livro de Isabel Lustosa, dom Pedro I era: "um herói sem nenhum caráter".[129] Em vista disso, como demonstram Cerri,[130] Almeida[131] e Cordeiro,[132] os organizadores das celebrações precisaram reinventar a sua imagem, apagando alguns traços vistos como negativos – a prepotência, as aventuras amorosas, a falta de educação palaciana, os arroubos impensados etc. – e ressaltando outros considerados positivos – a figura do monarca forte, a inteligência, a audácia, a impetuosidade e, especialmente, a sensibilidade às necessidades do país.

---

[123] FICO, Carlos. *Op. cit.*
[124] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[125] CERRI, Luís Fernando. *Op. cit.*
[126] Para mais informações, *cf.* GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
[127] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 93.
[128] *Ibid.*, p. 96.
[129] Para mais informações, *cf.* LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I:* um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
[130] CERRI, Luís Fernando. *Op. cit.*
[131] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[132] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

Como afirma Almeida,[133] dom Pedro I foi, dessa maneira, transformado em um mito político.[134] Nessa dinâmica, foram firmadas, como já pontuei, diversas conexões entre o imperador e outro mito: o presidente da república. Através do estabelecimento de linhas de continuidade entre 1822 e 1972, dom Pedro I passou a ser representado como o grande responsável pela independência política brasileira e Médici, por sua vez, pela independência econômica. Como sintetiza Cordeiro, o imperador, dentro dessa perspectiva, costumava simbolizar, de um lado: "a fundação da nação, a preservação da sua unidade territorial e *identitária*, a conciliação através da manutenção do laço com o colonizador, enfim, *o príncipe da ordem*, pulso firme e, ao mesmo tempo, carismático e, sobretudo, apaixonado pelo Brasil".[135] Já o presidente da república, por outro lado, era frequentemente concebido como: "uma espécie de *consolidador da obra da revolução*, [...] o *reflexo* daquele país em processo acelerado de crescimento econômico, [...] [que] sonhava em se tornar *potência econômica e política mundial*".[136]

Almeida[137] e Cordeiro[138] analisaram diversas fontes, provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil, que reafirmavam, pelos mais variados motivos, traços de uma figura mitificada de dom Pedro I e Médici: propagandas, filmes, entrevistas, discursos, cartas de populares etc. Entre essas fontes, merecem destaque os livros que compõem a já citada Biblioteca do Sesquicentenário, que foi estudada, mais detidamente, por Thaysi Sosnoski.[139] Como demonstra a autora, a biblioteca, que é fruto de um convênio firmado entre o regime militar e o IHGB, não visava apenas reunir referências úteis para uma melhor compreensão do processo de emancipação política brasileira. Além disso, a coletânea também procurava exaltar o presente considerado favorável e um suposto futuro promissor, sobretudo por meio do estabelecimento de *links* com 1822, ano tido como o de fundação da pátria. Conforme Sosnoski, a biblioteca buscava, ainda desse mesmo modo, associar as imagens do imperador e do presidente da república, que costumavam ser representados, principalmente nos prefácios das obras da coletânea, como dois "grandes homens" da nação, que

---

[133] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[134] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de mito político formulada por Raoul Girardet. Para mais informações, *cf.* GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político: na direção de um ensaio de interpretação. In: _____. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[135] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 94.
[136] *Id.*
[137] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[138] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[139] Para mais informações, *cf.* SOSNOSKI, Thaisy. *Op. cit.*

compartilhavam, entre outras coisas, de um mesmo "nobre" ideal: manter o Brasil uno e soberano. A biblioteca foi formada por 18 volumes, que podem ser classificados em duas categorias: obras clássicas reeditadas, como a conhecida *História da Independência*, de Adolfo de Varnhagen (1916), e *A História do Império*, de Tobias Monteiro (1927); e livros produzidos especialmente para a ocasião, como *O ferro na história e na economia do Brasil*, do general Edmundo Macedo Soares, e a *História da Independência do Brasil*, organizada, em 4 volumes, por Josué Montello.[140]

Como se pode notar, o recebimento dos despojos também estava, em grande medida, articulado com aspectos da política interna brasileira. Como afirma Cordeiro: "para além do amistoso encontro entre *colonizadores* e *colonizados*, simbolizado e unificado na figura do herói de dois povos, a [chegada, peregrinação e] inumação de D. Pedro I [...] representava[m] um encontro do passado com o futuro".[141] Tal como a autora, entendo que esses eventos contribuíram, com efeito, para reafirmar – para a nação que experimentava o "milagre econômico" e vivia sob forte influência de um regime moderno de historicidade – a pujança do ideal de "Brasil grande", entendido como uma pátria capaz de realizar feitos inimagináveis, na medida em que caminhava em passos largos rumo ao seu predestinado futuro próspero. Futuro esse que, ainda de acordo com Cordeiro, orientava as ações cotidianas e os projetos porvindouros de parcelas expressivas da sociedade e era, também, concebido como o momento em que as grandes aspirações do passado nacional iriam se concretizar, como uma espécie de fruto das iniciativas promovidas pelo regime militar em associação com o trabalho do povo brasileiro. Em síntese, como dizia a propaganda da cervejaria Antarctica publicada no *Jornal do Brasil*: "os 150 de história não nos separam daquele grito: nos unem a ele, no caminho do futuro".[142]

De Lisboa ao Rio de Janeiro: a chegada dos restos mortais ao Brasil

Em 10 de abril de 1972, os despojos de dom Pedro I partiram de Lisboa para o Rio de Janeiro, com exceção do coração, doado pelo imperador em testamento à cidade do Porto, em reconhecimento ao apoio recebido durante o já bastante conhecido

[140] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*
[141] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[142] *O Brasil recebe hoje um imperador e um presidente. Ambos brasileiros*. Jornal do Brasil, 22 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76a.

episódio do Cerco do Porto. No referido dia 10, uma missa solene, assistida somente por altas autoridades brasileiras e portuguesas, foi realizada na igreja de São Vicente de Fora, onde se localiza o panteão da família Orleans e Bragança, no qual há 138 anos os restos mortais estavam enterrados.[143] Posteriormente, os despojos seguiram em procissão, sob escolta da Guarda Nacional Republicana, pelas principais ruas da capital de Portugal, até chegarem ao Cais da Fundição, nas margens do rio Tejo.[144] Marcelo Caetano era quem encabeçava o cortejo. Sempre junto a ele, estava o embaixador do Brasil em Portugal, Luís Antônio da Gama e Silva, e a princesa Teresa Maria de Orleans e Bragança, representante da família imperial brasileira.[145]

No Cais da Fundição, os restos mortais foram recebidos por marinheiros brasileiros e portugueses, que prestaram continências de estilo ao som dos hinos dos dois países e de uma salva de 21 tiros, disparados, simultaneamente, pelos navios Santa Catarina, da Marinha do Brasil, e Sacadura Cabral, da Marinha de Portugal. Em seguida, quatro marinheiros brasileiros, trajando fardas imperiais, e mais quatro portugueses, vestidos com fardas à época atuais, conduziram os despojos até o interior do navio português Funchal, guardando-os em uma câmara ardente. Do dito cais, o Funchal percorreu duas milhas Tejo abaixo, até atracar no Cais de Alcântara, para o embarque de Thomaz e sua comitiva. Findo o embarque, o navio zarpou, escoltado por três barcos de guerra brasileiros – Paraná, Pernambuco e Santa Catarina – e três portugueses – Gago Coutinho, Sacadura Cabral e João Belo – rumo ao Brasil,[146] país que, conforme as palavras do presidente de Portugal em mensagem enviada a Médici um dia antes de embarcar no Funchal: "sabidamente está trilhando o caminho seguro que o vai aproximando rapidamente do futuro portentoso que o aguarda".[147]

---

[143] *Lisboa indiferente ao translado de Pedro I*. O Estado de S. Paulo, 11 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[144] *Emoção, em Lisboa, no cortejo com os despojos de D. Pedro I*. O Globo, 11 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[145] *Corpo do imperador D. Pedro já está a caminho do Brasil*. A Notícia, 11 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[146] *Emoção, em Lisboa, no cortejo com os despojos de D. Pedro I*. *Op. cit.*
[147] *É hora de festa no Brasil inteiro*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a. A fonte citada nesta nota de rodapé é um recorte de uma matéria publicada por um jornal que não foi identificado pelos organizadores do Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Os organizadores do fundo também não divulgaram a data de publicação da matéria.

Como destaca Janaína Cordeiro,[148] apesar das homenagens prestadas, todas dignas de um grande chefe de Estado e herói nacional, os portugueses trataram com indiferença o momento solene de despedida dos restos mortais. Como resume o jornal *O Estado de S. Paulo*: "uma Lisboa fria em temperatura e calor humano assistiu quase impassivamente as protocolares cerimônias do translado, com apenas alguns populares nas ruas presenciando os acontecimentos, muito respeitosamente, mas sem a menor participação". De acordo com o periódico: "a frieza da despedida [...] foi a mesma na cidade do Porto, [...] quando da celebração da missa solene na catedral de Santa Tereza, onde seu coração está guardado [...]. Os paroquianos assistiram à missa normalmente, sem nenhuma manifestação especial". Para *O Estado de S. Paulo*, a indiferença observada era um indicativo de que os portugueses consideravam: "muito mais importante a visita do presidente [...] ao Brasil, quando deverão ser abordados aspectos práticos do convênio atual entre os dois países, do que recordações históricas e gestos sentimentais sobre um homem que mudou [...] o destino das duas nações".[149]

Em 17 de abril, o Funchal e o comboio marítimo que o escoltava atingiram as proximidades do penedo de São Pedro e São Paulo, passando, portanto, a navegar em águas territoriais brasileiras. Nesse dia, dois aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoaram o local. Enquanto uma das aeronaves despejava uma "chuva" de flores sobre os navios, a outra, através do rádio, transmitia uma mensagem de boas-vindas de Médici a Thomaz, que, entre outras coisas, afirmava em tom cordial:[150] "o Brasil o aguarda com emoção para expressar-lhe, durante nosso encontro fraterno – que constituirá [...] um dos mais significativos capítulos na história da comunidade luso-brasileira – a admiração e o afeto que lhe desperta a figura do presidente de Portugal".[151] Cabe destacar que, em 17 de abril de 1922, ano em que, como já mencionei, o Brasil comemorava os 100 anos de sua emancipação política, os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral concluíram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Travessia essa que culminou com um pouso épico do hidroavião Lusitânia na mesma região em que estavam o Funchal e as embarcações que o acompanhavam.[152]

---

[148] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[149] *Lisboa indiferente ao translado de Pedro I*. *Op. cit.*
[150] *A FAB escolta o Funchal*. Folha de S. Paulo, 15 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[151] *Funchal já em águas do Brasil*. A Tarde, 18 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[152] *A FAB escolta o Funchal*. *Op. cit.*

Os despojos chegaram ao Rio de Janeiro em uma outra data simbólica: 22 de abril, que, como é sabido, é o mesmo dia da chegada, em 1500, da esquadra de Pedro Álvares Cabral à terra hoje conhecida como Brasil.[153] Na Baía de Guanabara, os restos mortais foram transferidos, em meio a honras de estilo, do navio Funchal para a corveta brasileira Piraquê.[154] Após a transferência, o Funchal dirigiu-se ao cais do I Distrito Naval, onde Thomaz desembarcou, sendo recepcionado, em breve cerimônia, por Médici, Barbosa e outras autoridades civis e militares. Concomitantemente, o Piraquê conduziu os despojos até um cais montado na Enseada de Botafogo, onde foram recebidos, igualmente em breve cerimônia, por Alfredo Buzaid, ministro da justiça, Erasmo Martins Pedro, vice-governador do estado da Guanabara, e representantes do I Exército, do I Distrito Naval e da III Zona Aérea. Logo depois, os restos mortais foram levados em cortejo, sob escolta de Dragões da Independência, até o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Médici e Thomaz também partiram – em carro aberto, sob forte aclamação da colônia portuguesa e da população carioca – rumo ao mesmo destino. Assim que chegaram, foi iniciada a solenidade de entrega dos restos mortais,[155] que contou com um público presente estimado em 12 mil pessoas, distribuídas entre a altas autoridades, militares, convidados especiais e populares.[156]

A cerimônia foi estruturada em três momentos: a recepção solene dos despojos, seguida dos discursos dos presidentes de ambos os países e da assinatura da ata de entrega, que ocorreu ao som do Hino da Independência, entoado por um coral de mil estudantes.[157] Em sua fala, Thomaz adotou uma postura conciliadora, que procurava não definir a proclamação da Independência como um momento de ruptura política, mas sim de fortalecimento da comunidade luso-brasileira. De acordo com o presidente português, dom Pedro I foi, aliás: "o primeiro precursor da comunidade luso-brasileira, pois foi ele quem lançou o grito definitivo de Independência do Brasil, e foi ele quem acudiu a sua pátria de origem, num instante de supremo debate ideológico

---

[153] *A coincidência feliz de uma data*. O Estado, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[154] *D. Pedro I de volta, depois de 141 anos*. Folha de S. Paulo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[155] *Emoção nacional na chegada dos restos mortais de D. Pedro I*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52. As observações feitas na nota de rodapé de número 147 também são válidas para esta nota, assim como para as demais que, por ventura, não apresentarem identificação do jornal e/ou data de publicação de uma determinada matéria contida Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
[156] *Médici recebe os restos mortais de dom Pedro I*. Jornal do Brasil, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[157] *Id.*

[notadamente, durante o Cerco do Porto]".[158] Médici fez um discurso alinhado com o de Thomaz. De um modo geral, o presidente do Brasil reiterou a tese, também defendida pelo presidente de Portugal, de que o imperador era um exemplo perfeito de simbiose de português e de brasileiro e, principalmente, da união estabelecida entre as duas nações. Nas palavras de Médici, a doação dos restos mortais por parte do governo português caracterizava-se, de fato, como uma verdadeira prova de que: "são permanentes e inquebrantáveis os vínculos raciais, a comunhão de sentimentos, a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem [...] [Brasil e Portugal]".[159]

Após a assinatura da ata de entrega, os restos mortais foram levados novamente em cortejo, sob a escolta de militares, até o Palácio de São Cristóvão, antiga sede do governo imperial.[160] No caminho, aconteceu uma única parada, em frente à estátua equestre de dom Pedro I erguida na Praça Tiradentes, para uma rápida homenagem – revoada de pombos, ao som do Hino da Independência entoado por um coral de 1.200 estudantes – organizada pela Liga de Defesa Nacional.[161] Posteriormente, a procissão deu continuidade ao seu trajeto e, tão logo chegou ao palácio, foi recebida em uma nova solenidade, comandada, dessa vez, por Antônio Chagas Freitas, governador do estado da Guanabara. Assim como na cerimônia que a antecedeu, autoridades, militares, convidados e populares saudaram, com pompas e honras, a chegada dos restos mortais, com direto a queima de fogos, revoada de pombos, canto de hinos, hasteamento de bandeiras, entre outras ações.[162] Concluída a solenidade, os despojos foram transportados para a sala dos embaixadores, no interior do palácio, onde ficaram expostos ao público durante três dias.[163] Segundo balanço divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, aproximadamente 25 mil pessoas foram visitar os restos mortais nesse período.[164]

Em 25 de abril, os despojos foram enviados à Porto Alegre, dando início a uma longa peregrinação por todos os estados e territórios brasileiros, até serem inumados em

---

[158] *Discurso do presidente de Portugal*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52.
[159] *Discurso do presidente Médici*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52.
[160] *Entusiasmo cívico na volta de dom Pedro I*. Correio Braziliense, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[161] *Defronte à estátua uma homenagem muito rápida*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52.
[162] Não detectei, nas fontes por mim analisadas, a ocorrência de discursos durante o cerimonial.
[163] *Urna vista por mais de 10 mil pessoas numa só tarde*. O Globo, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[164] *Muitas visitas à urna no Rio*. O Estado de S. Paulo, 18 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53d.

São Paulo, no dia 6 de setembro.[165] Diferentemente do que havia pensado o chefe da AERP, as cerimônias de recebimento dos restos mortais tiveram um caráter solene, grave e de pesar, mas, ao mesmo tempo, altamente festivo, comovente e mobilizador. Como afirmam Adjovanes Thadeu de Almeida[166] e Cordeiro,[167] se em Portugal a despedida dos despojos expressou a indiferença da sociedade e, de certo modo, o momento de declínio da ditadura em vigência no país, o que ocorreu no Brasil foi o contrário. Afinal, como demonstram os autores, as solenidades de recepção dos restos mortais foram transformadas em verdadeiros espetáculos, que simbolizavam, entre outras coisas, a grandeza e a capacidade de realização do "Brasil grande". Por outro lado, refletiam, também, o entusiasmo de determinados segmentos da sociedade brasileira, que, diante das expectativas positivas de futuro geradas sobretudo pelo "milagre econômico", celebravam com euforia o presente e rememoravam com orgulho o passado nacional.[168]

Em vista disso, concordo com Cordeiro[169] ao afirmar que as cerimônias de recepção dos despojos são, de fato, objetos valiosos para um melhor entendimento do consenso social constituído em torno do regime militar. Consenso esse que, como lembra Daniel Aarão Reis Filho, não é formado apenas pelo ato de adesão engajada a um determinado regime político, mas, também, por outros comportamentos dos tipos mais variados, tais como: "a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência".[170] Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que, além dos apoios entusiasmados citados no parágrafo anterior, outras diversas formas de conduta expressavam o consenso estabelecido na ocasião, como por exemplo: a atuação dos ambulantes, que vendiam faixas e bandeiras às famílias que aguardavam a passagem de Médici e Thomaz pela Avenida Rio Branco após a conclusão da cerimônia de entrega dos restos mortais; a "chuva" de papeis

---

[165] *Peregrinação do corpo pelo Brasil inicia-se amanhã*. A Notícia, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[166] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[167] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[168] *Saída foi triste, mas chegada muito alegre*. Jornal do Brasil, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a; *Entusiasmo cívico na volta de D. Pedro I*. Correio Braziliense, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a; *Emoção nacional na chegada dos restos mortais de D. Pedro I*. *Op. cit.*; *Urna vista por mais de 10 mil pessoas numa só tarde*. *Op. cit.*; *Muitas visitas à urna no Rio. Op. cit.*; entre outras.
[169] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[170] REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387.

picados orquestrada por trabalhadores comuns, que "caiu" dos prédios dessa mesma avenida no momento em que por ela passou o carro que levava os dois presidentes para o Palácio de São Cristóvão; a participação de curiosos, que, assim que souberam do que estava prestes a acontecer, resolveram parar os seus afazeres para saudar Médici e Thomaz; e, até mesmo, a indiferença daqueles que estavam preocupados somente com a reprodução de seus cotidianos, compondo os conhecidos bolsões de silêncio que, cabe sublinhar, foram de grande utilidade para a sustentação da ditadura militar.[171]

Sobre Tiradentes e o *Encontro Cívico Nacional* que abriu as comemorações

Embora dom Pedro I tenha sido escolhido o grande herói nacional a ser exaltado durante as comemorações, Tiradentes não chegou a ser deixado totalmente de lado pelo regime militar, muito pelo contrário. Em 21 de abril, dia em que tradicionalmente se rememora a execução do alferes, foi realizado o *Encontro Cívico Nacional*, que selou a abertura dos festejos. Em entrevista concedida ao jornal *Notícias Populares*, o general Antonio Jorge Corrêa, presidente da comissão executiva central, afirmou que, além de ser um dos principais eventos das celebrações, o encontro cívico era uma iniciativa até então inédita no mundo, pois visava mobilizar, pela primeira vez na história, a população de todo um país para: "numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias, ouvir a saudação e o chamamento do presidente [...] e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional". Na mesma entrevista, Corrêa também alegou ter convicção de que os brasileiros estavam, de fato, preparados para participar efetivamente do evento, por ele classificado como: "[a] maior demonstração de civismo que um povo pode dar".[172]

As propagandas de divulgação do encontro começaram a circular, em todo o território nacional, a partir de março, por meio de filmes, *jingles*, *spots*, cartazes, anúncios em jornais e revistas etc.[173] No início do referido mês, o presidente da comissão executiva central alegou, em entrevista dada ao jornal *Diário da Manhã*, que garantir a motivação do povo era uma de suas preocupações centrais. Na ocasião, disse

[171] *Cortejo passou muito depressa pela Avenida e povo quase não viu*. O Globo, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[172] *Todo o Brasil cantará o hino na mesma hora*. Notícias Populares, 3 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[173] *Propaganda de Independência tem o sentido da liberdade*. Jornal do Brasil, 24 fev. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76.

Corrêa: "se ele [evidentemente, o povo] não estiver engajado nas programações, as festividades não poderão alcançar o sucesso esperado".[174] Convém destacar que uma das principais estratégias publicitárias utilizadas pela comissão executiva para atrair o grande público foi a mobilização de imagens de personalidades que, de um modo geral, gozavam de prestígio junto à sociedade brasileira e que apoiavam a ocorrência dos festejos. É o que se pode observar, por exemplo, no anúncio que, ao mesmo tempo em que estampava fotos com *closes* dos rostos de Tarcísio Meira, Glória Menezes, Marília Pêra, Paulo Gracindo e Pelé, afirmava em letras garrafais: "junte-se a nós no dia 21 de abril. Vai ser uma festa".[175] Outra prática publicitária recorrente foi a reprodução, tanto no rádio quanto na televisão, de mensagens gravadas por celebridades. Em uma dessas mensagens, era Roberto Carlos quem mandava o recado: "é isso aí bicho. Vai ter muita música, muita alegria. Porque vai ser a festa de paz e amor e todo o povo brasileiro vai participar, cantando a música de maior sucesso no país: ouviram do Ipiranga às margens plácidas".[176]

Não foram poucos os artistas que se envolveram com a divulgação do encontro.[177] Como destaca Paulo César de Araújo, Elis Regina, por exemplo, era uma que estava entre as celebridades que, assim como Roberto Carlos, gravaram mensagens de convite à nação: "nessa festa, todos nós vamos cantar juntos a música de maior sucesso neste país: o nosso hino. Pense na vibração que vai ser 90 milhões de brasileiros cantando juntos, a mesma hora, em todos os pontos do país".[178] Afora a classe artística, um outro importante agente publicitário do evento foi a imprensa escrita nacional. Como demonstra Janaína Cordeiro,[179] os jornais e revistas em circulação no país, além

---

[174] *Festa da Independência*. Diário da Manhã, 7 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[175] *Junte-se a nós no dia 21 de abril. Vai ser uma festa*. Jornal do Brasil, 11 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76.
[176] *Roberto Carlos, mensageiro da Independência*. A Notícia, 28 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[177] Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*; ALONSO, Gustavo. *Simonal:* quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga. Rio de Janeiro: Record, 2011; LUNARDI, Rafaela. *Em busca do "Falso Brilhante".* Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006; ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não.* Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002; entre outros.
[178] *Ibid.*, p. 288. Voltarei a tratar do caso de Elis no segundo capítulo desta tese, nas seções intituladas *A repercussão do show de Elis Regina no âmbito das esquerdas* e *O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo"*.
[179] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

de serem em sua maioria uns dos principais suportes materiais de veiculação da propaganda oficial, também tinham por costume divulgar, por conta própria e com certa regularidade, matérias sobre o encontro. São vários os casos analisados pela autora. Um deles é o texto intitulado *Crônica da cidade*, publicado pelo *Jornal do Commercio*. No dia 5 de março, a crônica anunciava, com bastante antecedência e de um modo um tanto quanto entusiasmado, a ocorrência do evento: "espetáculo jamais registrado (que se saiba) no mundo, será o que o Brasil oferecerá aos povos da terra no próximo 21 de abril, para dar início [...] às comemorações do Sesquicentenário". Nessa oportunidade: "sinos repicarão; sirenes soarão; buzinas serão acionadas e vibrantes aclamações populares assegurarão ao Brasil o amor de sua gente, boa e generosa, pronta, a qualquer momento, a se sacrificar pela sua grandeza, pela sua liberdade, pela sua soberania".[180]

O encontro teve início às 18 horas e 30 minutos – horário de Brasília – do dia 21 de abril. Nessa data e horário, um discurso gravado por Médici foi reproduzido para todo o Brasil em cadeia de rádio e televisão, bem como em diversas localidades de todos os seus estados e territórios, seguindo-se de cerimônias de hasteamento da bandeira do país, ao som do Hino Nacional.[181] De acordo com o presidente da comissão executiva central, o evento buscava cumprir: "um programa pequeno, mas de alto teor cívico".[182] Afinal, como chama a atenção Corrêa, o encontro não visava apenas demarcar o início das comemorações, mas, também, realizar: "[uma] reunião física e espiritual de todos os brasileiros, num mesmo momento e no âmbito de suas comunidades, levando cada participante a sentir-se parcela integrante da grande coletividade nacional".[183] Assim como Cordeiro,[184] entendo que, apesar de seu duplo escopo, o evento foi pensado para ser, acima de tudo, um espaço voltado para que os brasileiros reafirmassem o seu sentimento de pertença à nação, por meio do culto a símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, e do compartilhamento da crença em três aspectos: na posse de um passado em comum, representado nas homenagens feitas a Tiradentes, na vivência de um presente favorável e na breve chegada de um futuro

[180] *Crônica da cidade*. Jornal do Commercio, 5 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[181] *Médici: este é o encontro do Brasil com os brasileiros*. Diário de São Paulo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[182] *Preparativos do Sesquicentenário da Independência*. Jornal do Commercio, 19 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[183] CORRÊA, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. *Op. cit.*
[184] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

promissor, ambos personificados na própria imagem de Médici – a principal liderança do "Brasil grande" ou, nas palavras do jornal *Tribuna do Ceará*: "o atual condutor de todos os brasileiros, [...] o brasileiro que consolida a independência econômica do Brasil".[185]

Como sublinha Cordeiro: "foi, portanto, a essa *imagem de comunhão,* não apenas territorial, mas atemporal, *a-histórica*, unindo passado, presente e futuro, que o *Encontro Cívico Nacional* buscou recorrer".[186] Dentro dessa perspectiva, o presidente da república chegou a afirmar, em seu discurso, que o evento era: "[o] imenso encontro dos brasileiros com o Brasil, [...] o encontro de compromisso visceral entre o homem e a nação, [...] o encontro, por fim, com o Brasil constantemente valorizado, aperfeiçoado e defendido com todo o nosso ardor". Com o pensamento voltado a Deus – a quem agradeceu por toda a inspiração, altivez e coragem concedida aos membros de sua livre e soberana nação – complementou Médici: "fazemos votos para que todos possam descobrir, no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que, na união, na confiança e na fé, os brasileiros de agora constroem a grandeza vislumbrada no sonho dos precursores".[187]

Na imprensa escrita, é possível encontrar diversas matérias alinhadas com o discurso do presidente da república. Como exemplo, posso citar uma outra publicação do *Jornal do Commercio*, o artigo intitulado *Encontro cívico*. Em 18 de abril, o periódico convocava, com dois dias de antecedência e munido de expectativa parecida com a expressa na já citada *Crônica da cidade*, toda a nação para o evento: "todos os brasileiros têm um encontro marcado com o Brasil, depois de amanhã, às 18 horas. [...] Dia de Tiradentes – patrono cívico da nação brasileira – é mister que [...] o país inteiro contribua para o maior brilho das festas do Sesquicentenário". Afinal, disse o jornal: "essa contribuição, espontânea e patriótica, será, de igual modo, uma reafirmação de nossa fé nos destinos da nacionalidade, hoje mais gloriosos do que ontem, amanhã ainda mais do que hoje". Ao concluir a matéria, garantiu o impresso: "a solenidade do dia consagrado ao protomártir [...] permanecerá, para todo o sempre, na memória de todos quantos dela participarem". Ademais: "se inscreverá nos anais de nossa história como o

[185] *O povo faz a história*. Tribuna do Ceará, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[186] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 118.
[187] *Médici: este é o encontro do Brasil com os brasileiros*. *Op. cit.*

mais alto movimento de decisão dos brasileiros de reafirmar à pátria o amor que lhe dedica, superior a todos os sacrifícios e capaz de todas as renúncias".[188]

O principal símbolo mobilizado nas articulações entre passado, presente e futuro que atravessaram o encontro era, com efeito, a figura de Tiradentes. Apesar do forte potencial subversivo contido em sua imagem, o alferes não pôde deixar de ser lembrado, pois era, como afirmou o presidente da república em seu discurso, nada mais nada menos que: "o nosso maior herói popular e patrono cívico da nação brasileira [a propósito, estabelecido como tal pela Lei nº 4.897/1965, sancionada pelo general Humberto Castello Branco, então presidente da república]".[189] Como demonstra Cordeiro, a estratégia utilizada pela comissão executiva central para cultuar o controverso herói nacional foi realizar: "[uma] associação entre as figuras de Tiradentes e dom Pedro I, como se ambos tivessem lutado na mesma luta; como se a batalha do primeiro não tivesse se travado contra a dinastia a qual viria pertencer o segundo".[190] Como explica a autora, tudo isso, na realidade, pouco importava. Afinal, o que se objetivava era realçar possíveis pontos de contato de imagens mitificadas do imperador e do alferes, bem como silenciar, evidentemente, sobre todos os seus contrastes. Dentro desse prisma, Tiradentes foi representado como uma espécie de protomártir. Em outras palavras, como aquele que deu origem ao movimento ocorrido em 1822. Como sugeria a propaganda oficial publicada no *Jornal do Brasil*: "tudo começou com ele".[191]

Como afirmou Laudo Natel, governador do estado de São Paulo, em discurso proferido no encontro realizado no estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi: "nenhuma data é mais apropriada para abrir comemorações tão caras à alma nacional do que a do dia de Tiradentes". Pois: "no sacrifício do mártir da Inconfidência Mineira encontramos inspiração e forças para nos afirmarmos como a grande nação com que sonhara, ele e seus companheiros, e que com D. Pedro I começou a existir".[192] Como se pode perceber, o papel atribuído ao alferes na história oficial da nação difundida nas comemorações era, portanto, o de um verdadeiro precursor. Não somente da independência política, mas, igualmente, da independência econômica brasileira. Como resumiu a *Tribuna do Ceará*, ao realizar um breve balanço sobre o encontro: "se a

[188] *Encontro cívico*. Jornal do Commercio, 19 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[189] *Id.*; Lei nº 4.897/1965. Diário Oficial da União, 13 dez. 1965, s. 1, p. 12755.
[190] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 100.
[191] *Tudo começou com ele*. Jornal do Brasil, 24 fev. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76.
[192] *Laudo: "sempre vivos os ideais de Tiradentes"*. Diário da Noite, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.

bandeira desfraldada por Tiradentes [...] trinta anos depois se transfigurou no 'grito do Ipiranga' [...] também é verdade que ela tem estado presente em todos os encontros dos brasileiros, para que a soberania conquistada em 7 de setembro de 1822 cada vez se firmasse mais". Como sublinhou o periódico: "já então não mais em seu sentido político, mas também econômico, na caminhada que ainda hoje encetamos em busca de um desenvolvimento cada vez maior e de uma integração nacional cada vez mais completa".[193]

De acordo com Cordeiro,[194] acredito que foi dentro dessa lógica – que exaltava a continuidade e a conciliação, colocando em segundo plano os conflitos – que Tiradentes foi cultuado no encontro. Todavia, em que pese as honrosas homenagens prestadas ao alferes, é importante reiterar que, durante as festividades, ele foi tratado pela comissão executiva central – como já vimos, não sem tensões – como um tipo de herói coadjuvante, que ocupava um lugar secundário em relação ao imperador. Como demonstra a autora, quando Castello Branco estabeleceu Tiradentes como patrono cívico da nação por meio da Lei nº 4.897/1965, havia uma clara necessidade de congregar a sociedade brasileira em torno da "revolução", com o objetivo de consolidá-la. Nesse contexto, era comum, como explica Cordeiro, a difusão de determinadas interpretações cívicas e patrióticas do martírio do alferes, que buscavam, entre outras coisas, chamar a atenção da população para importância da união, bem como da realização de determinados sacrifícios em prol de algo maior: a pátria. Entretanto, em 1972, o cenário era diferente. Como afirma a autora, afora o já citado cuidado com potencial subversivo contido na imagem do alferes: "o Brasil não combinava, ao menos aos olhos dos segmentos sociais que estavam comemorando, com martírio, com sofrimento e estoicismo, com morte, com esquartejamento".[195] Ademais: "não ia bem com um herói sacrificado, derrotado e, além disso, *plebeu*. Antes, para muitos, um dom Pedro I *triunfante*, *nobre* e com *autoridade*, correspondia melhor com as expectativas de um país que festejava cotidianamente o seu milagre".[196]

[193] *O povo faz a história. Op. cit.*
[194] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit*.
[195] *Ibid.*, p. 108.
[196] *Id.*

O esporte na programação das comemorações: uma visão panorâmica

Como já disse, o encontro contava com uma programação mínima a ser cumprida: a reprodução de um discurso gravado por Médici para todo o Brasil em cadeia de rádio e televisão, bem como em diversas localidades de todos os seus estados e territórios, seguindo-se de cerimônias de hasteamento da bandeira do país, ao som do Hino Nacional. Entretanto, cumpre registrar que, em grande parte das localidades que promoveram o evento, atividades de naturezas variadas foram incorporadas à dita programação mínima – creio que, sobretudo, com o objetivo de tornar o encontro mais atrativo e, consequentemente, aumentar a adesão do público. De um modo geral, tais atividades costumavam ser de três tipos: as de caráter religioso, como os *Te Deuns* realizados em Aracajú,[197] Brasília[198] e Florianópolis;[199] as de caráter artístico, como os shows de Miltinho, realizado em Maceió,[200] de Luiz Gonzaga, em Natal,[201] e de Lupicínio Rodrigues, *Golden Boys* e Rosimere, em Porto Alegre;[202] e as de caráter esportivo, como o torneio quadrangular de futebol que envolveu as categorias de base de Flamengo, Fluminense, Botafogo e Vasco, realizado no Rio de Janeiro;[203] a partida entre São Paulo e Barcelona de Guayaquil, válida pela *Taça Libertadores da América*, realizada em São Paulo[204]; e o amistoso entre Bahia e Vitória, realizado em Salvador.[205]

De fato, o futebol foi o esporte mais mobilizado no evento.[206] Porém, não foi o único. Em Curitiba, por exemplo, 100 jovens, em grande parte estudantes de ensino

---

[197] *Bastião reúne o povo para Encontro Cívico Nacional*. Diário de Aracajú, 22 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[198] *DF prestigia o encontro cívico*. Correio Braziliense, 22 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[199] *Cidade participou do encontro cívico*. O Estado, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[200] *Povo prestigiou o encontro cívico no estádio*. Gazeta de Alagoas, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[201] *Civismo reúne o país inteiro*. O Estado de S. Paulo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[202] *Muito povo e revoada de pombos deram calor à festa nacional*. Correio do Povo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[203] *Cinquenta mil estudantes vão ao encontro cívico no Maracanã*. Jornal do Brasil, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[204] *Dia cívico nacional, povo em festa no Morumbi*. Folha da Tarde, 22 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51.
[205] *Civismo reúne o país inteiro*. O Estado de S. Paulo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.
[206] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 51 e 51a.

médio e superior, formaram a equipe denominada *Presidente Médici*, liderada por Forisbelto Molina Carvalho Paes. Às 9 horas do dia 21 de abril, a equipe deu início a uma ação que, conforme o jornal *Diário do Paraná*: "foi algo de heroico, que bem patenteia o civismo da juventude brasileira". O feito consistiu na escalada do Pico do Olimpo, o mais alto do estado do Paraná, para cantar o Hino Nacional, diante da bandeira brasileira, em homenagem a Tiradentes. Dos 100 integrantes do grupo, apenas 13 chegaram ao destino final, por volta de meio dia. Cerca das 13 horas, foi iniciada a descida. Às 18 horas e 30 minutos, todos os que participaram da empreitada, inclusive os que não completaram a subida, já estavam na estação ferroviária do Marumbi, esperando pelo trem de partida, cantando orgulhosamente o Hino Nacional. Junto com eles, também cantavam os populares presentes na estação, bem como o restante dos compatriotas que, naquele momento, participavam do *Encontro Cívico Nacional*.[207]

A mobilização do esporte não é algo que caracteriza somente o encontro. A programação oficial das comemorações contou com 12 eventos esportivos: *Olimpíada do Exército*, *Concurso Hípico Internacional*, *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, *Competição Internacional de Remo*, *Sarau Internacional de Ginástica Moderna*, *Campeonato Sul-Americano de Tiro ao Alvo*, *Festival Nacional de Desportos*, *Taça Independência*, *Rally Internacional da Amizade*, *Jogos Colegiais*, *Jogos Universitários* e *Prova Turfística Grande Prêmio Sesquicentenário da Independência do Brasil*.[208] Mas não foi só isso. Afora os eventos que fizeram parte da programação oficial, mais de 40 campeonatos esportivos se associaram extraoficialmente às celebrações: *Regata Salvador-Rio*, *500 Milhas de Interlagos*, *Taça Independência de Bolão*, *Campeonato Gaúcho de Paraquedismo*, *Corrida Rústica Duque de Caxias*, *Prova Hípica Alferes Tiradentes*, *Torneio Internacional ABC de Atletismo*, *Taça Independência de Hóquei sobre Patins*, *Campeonato Brasileiro de Skeet*, *Campeonato de Tiro ao Alvo das Forças*

[207] *Bandeira fica no pico após Hino Nacional cantado pela Equipe Presidente Médici*. Diário do Paraná, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 51a.

[208] *Programa*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76. Entre os eventos citados, dois tiveram mais de uma edição. O *Concurso Hípico Internacional* contou com duas edições: a primeira ocorreu entre 28 de abril e 1º de maio, na cidade de Porto Alegre, como parte da programação da *Olimpíada do Exército*; e a segunda entre 25 e 31 de agosto, na cidade de São Paulo. Já o *Sarau Internacional de Ginástica Moderna* teve, por sua vez, seis edições: a primeira aconteceu em 6 de maio, na cidade de Porto Alegre, também como parte da programação da *Olimpíada do Exército*; a segunda em 10 de maio, na cidade de Belo Horizonte; a terceira em 13 de maio, na cidade de Brasília; a quarta em 16 de maio, na cidade de Salvador; a quinta em 19 de maio, na cidade de Recife; e a sexta de 21 a 22 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.

Armadas e Polícia Militar, *Jogos Colegiais, Regionais e Abertos do Interior*, *Jogos Operários*, entre outros.[209]

Se, por um lado, a carência de trabalhos específicos e os limites dos escassos estudos históricos até então desenvolvidos iluminam, entre outros motivos, a necessidade de lançarmos luzes sobre os eventos esportivos que fizeram parte da programação oficial e extraoficial das festividades; por outro, o alto quantitativo de eventos dessa natureza me colocou diante da necessidade de fazer escolhas – notadamente, voltadas para a delimitação de minha análise. Afinal, como se pode perceber, seria, com efeito, impossível apreciar, nesta tese, a totalidade dos inúmeros eventos esportivos vinculados, seja oficialmente ou extraoficialmente, à programação dos festejos. Por esse motivo, analisarei, como já anunciei, três eventos específicos. Mais precisamente, um em cada um dos capítulos subsequentes a este, na seguinte ordem: *Olimpíada do Exército*, *Taça Independência* e *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Como também já disse, mas vale igualmente lembrar, foram dois os critérios que, basicamente, embasaram a minha opção por esses eventos: proeminência e disponibilidade de fontes.[210]

Ora, será que, durante as comemorações, a *Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foram, de fato, mobilizadas pela ditadura militar como estratégia de propaganda política, com vistas a legitimar simbolicamente o seu desempenho em campos de atuação diversos – econômico, político, social, cultural etc. – e, consequentemente, reforçar o consenso estabelecido ao redor dela própria? Seria razoável afirmar que, dentro dessa perspectiva, tais eventos esportivos foram aproveitados para reafirmar certos elementos identitários nacionais, como, por exemplo, a definição da figura do "brasileiro" como um obstinado otimista, crente no futuro promissor de sua pátria? É possível aferir que, desse modo, esses mesmos eventos contribuíram reforçar determinados traços de um imaginário social otimista sobre o Brasil, que o identificava como um país formidável e, sobretudo, predestinado ao sucesso? Qual teria sido, afinal, significado dos eventos em questão no contexto das celebrações? Em suma, serão essas as questões sobre as quais irei me debruçar a partir de agora.

---

[209] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.
[210] Para mais informações, *cf.* a introdução desta tese.

CAPÍTULO II:

MUITO MAIS QUE UM EVENTO ESPORTIVO: A *OLIMPÍADA DO EXÉRCITO* EM QUESTÃO

Os restos mortais de dom Pedro I rumo a Porto Alegre

Como já pontuei, em 25 de abril, os despojos de dom Pedro I partiram do Rio de Janeiro (Guanabara) rumo a Porto Alegre (Rio Grande do Sul), dando início a uma longa peregrinação por todos os estados e territórios brasileiros, até serem inumados na cidade de São Paulo, no dia 6 de setembro.[211] Nesse dia, os quatro soldados da Polícia Militar que faziam a guarda permanente dos restos mortais no Palácio de São Cristóvão tiveram – depois de um final de semana um tanto quanto movimentado, que contou com a visita de aproximadamente 20 mil pessoas somente entre os dias 22 e 23 – uma manhã um pouco mais tranquila. Os funcionários do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, situado nas dependências do palácio, foram os únicos que entraram na sala dos embaixadores, onde estavam guardados os despojos, para fazer a limpeza do local. De acordo com o jornal *Gazeta do Povo*, tais funcionários: "[iniciaram] a limpeza as 6h e 30 min, mas procurando fazer o menor barulho possível para não perturbar o merecido repouso".[212]

O translado dos restos mortais com destino à capital gaúcha iniciou-se nessa mesma manhã do dia 25 de abril. Na ocasião, estavam presentes no Palácio de São Cristóvão diversas autoridades, entre as quais posso destacar: o coronel da Polícia Militar Nelson Rebouças, subchefe do gabinete militar de Antônio Chagas Freitas, governador do estado da Guanabara; além do professor Celso Octavio Kelly e do coronel Annibal Uzêda, ambos da comissão executiva do estado da Guanabara para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Do palácio, os despojos seguiram em cortejo – em carro do Corpo de Bombeiros, cobertos com uma bandeira do Brasil imperial e com um manto roxo que os acompanhavam desde Portugal – até o Aeroporto Santos Dumont. O carro foi escoltado por quatro batedores da Polícia Militar e 16 soldados da Brigada Independência. Todos os 16 soldados estavam vestidos com

[211] *Peregrinação do corpo pelo Brasil inicia-se amanhã*. A Notícia, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 52a.
[212] *Restos mortais de D. Pedro I no RS*. Gazeta do Povo, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.

uniformes idênticos aos usados em 1815,[213] ano em que, como é sabido, o então Estado do Brasil foi elevado à condição de reino, unido aos reinos de Portugal e Algarves, com a designação oficial de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O cortejo, que demorou cerca de uma hora, seguiu pela Avenida Dom Pedro II, passou pela Avenida Francisco Bicalho, pelo Viaduto dos Aviadores, pela Avenida Presidente Vargas, pela Candelária, subiu pela Avenida Perimetral, foi até o Trevos dos Estudantes, e, finalmente, chegou ao Aeroporto Santos Dumont.[214] As fontes por mim analisadas indicam que a despedida dos restos mortais no Rio de Janeiro contou com uma adesão inferior à observada no seu momento de chegada.[215] Muito provavelmente, pelo fato de tal evento ter sido menos divulgado e agendado para uma terça-feira comum e não para um dos dias do final de semana ou para um feriado, por exemplo. Conforme recorte de matéria publicada em jornal não identificado, contido no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil: "o contraste entre o cortejo solene e vagaroso e a cidade movimentada era flagrante; passantes apressados mal pararam, na Avenida Presidente Vargas, para ver o ataúde; motoristas distraídos só olhavam ao ver as sirenes dos batedores e do carro do Corpo de Bombeiros". Segundo o mesmo recorte de jornal: "só na Avenida Rio Branco o cortejo atraiu mais atenção do povo, que parou ao longo do meio-fio para vê-lo passar, mas as janelas dos escritórios permaneceram vazias".[216]

Um coral de 300 jovens, todos eles estudantes de colégios estaduais, saudou a chegada dos despojos ao Aeroporto Santos Dumont, cantando o Hino da Independência. Lá, os restos mortais foram passados do coronel da Polícia Militar Nelson Rebouças ao coronel do Exército Luiz José Marques, que teve a responsabilidade de coordenar as operações de embarque. Comandados por Marques, oito soldados da Polícia Militar levaram os despojos do carro do Corpo de Bombeiros para uma Kombi da Santa Casa de Misericórdia. Sob os ruídos de hélices ligadas, que abafaram o toque de sentido dos soldados da Polícia da Aeronáutica que estavam formados em honra ao imperador, a Kombi subiu a rampa de acesso de um avião C-115 da Força Aérea Brasileira. Porém, devido a um problema detectado na ventoinha da hélice esquerda, os restos mortais

[213] *Rio despediu-se de D. Pedro I.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53. Devo lembrar que nem todos os recortes de matérias contidas no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil possuem identificação do jornal e da data em que foram publicados.
[214] *Restos mortais de D. Pedro I no RS. Op. cit.*
[215] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais*, que compõe o primeiro capítulo desta tese.
[216] *Rio despediu-se de D. Pedro I. Op. cit.*

tiveram que ser transferidos para outro C-115, que foi solicitado junto à Base Aérea do Campo dos Afonsos. Por volta de meio-dia, o avião substituto decolou rumo à Porto Alegre, com aproximadamente duas horas de atraso. Afora os despojos, o C-115 também conduziu uma comissão, designada por Chagas Freitas, que representava o estado da Guanabara. A composição da referida comissão era, mais precisamente, a seguinte: Erasmo Martins Pedro, vice-governador; seu secretário, Arnao Mendes de Holanda; sua chefe de gabinete, Ilza Moreira; Fernando Barata, secretário de educação; e Rubens de Almeida Cosme, chefe da Casa Militar.[217]

A recepção dos restos mortais na capital gaúcha

Os restos mortais chegaram a Porto Alegre cerca das 15 horas. Nesse momento, uma multidão de populares pôde observar a Kombi da Santa Casa de Misericórdia descer a rampa do C-115 e estacionar ao lado de um tapete de veludo vermelho, que cobria grande parte da pista do Aeroporto Salgado Filho. Uma guarda de honra composta por oito elementos das quatro forças – Exército, Marinha, Aeronáutica e Brigada Militar – conduziu os despojos até o largo fronteiro do aeroporto, acompanhado da já citada comissão do estado da Guanabara e, também, de outras autoridades – Telmo Thompson Flores, prefeito de Porto Alegre; Edmar Fetter, vice-governador do estado do Rio Grande do Sul; Poty Medeiros, presidente do Tribunal de Contas; Mauro Rodrigues, secretário de educação; Edison Chaves, secretário de turismo; Ney de Alencar, secretário de segurança; Victor Faccioni, secretário de estado extraordinário para assuntos da Casa Civil; Carlos Alberto Allgayer, secretário de interior e justiça; Luiz de Freitas, capitão dos portos; José Sarmento, cônsul de Portugal em Porto Alegre; entre outras. Defronte ao aeroporto, os despojos foram acomodados, com honras de chefe de Estado, na parte superior de um blindado M-113 do III Exército, em cerimônia que contou com salva de 21 tiros, disparados por quatro canhões, e execução do Hino da Independência – que, cumpre sublinhar, é de autoria do próprio dom Pedro I.[218]

---

[217] *Porto Alegre acolhe com reverência os restos mortais do imperador Pedro I*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53; *Multidão saúda a chegada de Pedro I ao sul*. O Globo, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.

[218] *Tapete vermelho para o imperador perpétuo.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.

Finda a cerimônia, os restos mortais seguiram com destino ao Palácio Piratini.[219] De acordo com ordem da Secretaria de Educação, todas as escolas que estivessem em um raio de dois quilômetros de distância deveriam posicionar seus alunos ao longo do trajeto do cortejo, devidamente uniformizados e acompanhados de seus professores.[220] No Aeroporto Salgado Filho, era possível observar alguns poucos estudantes.[221] Na Avenida dos Farrapos, eles estavam na casa das centenas.[222] Um pouco mais adiante, no Viaduto Loureiro de Lima, os mesmos – que se destacavam empunhando bandeiras entre os populares que ali se comprimiam – já alcançava a casa dos milhares. É igualmente digno de destaque o alto quantitativo de pessoas que, na ocasião, podiam ser vistas, também empunhando bandeiras ou, até mesmo, despejando "chuvas" de flores, nas janelas dos edifícios próximos ao viaduto.[223] Diante de um clima de forte euforia e entusiasmo cívico, os despojos foram transferidos, ainda no Viaduto Loureiro de Lima, do blindado M-113, na época um dos mais modernos do Brasil, para uma luxuosa carruagem fúnebre da Santa Casa de Misericórdia, que era puxada por duas parelhas de cavalos. Fabricada em 1854, a carruagem ainda conservava suas características originais: rodas em aro de madeira, cor preta, detalhes pintados em ouro 18 quilates e enfeites de leões, tochas e anjos, simbolizando, respectivamente, a fé, a esperança e a caridade. Um anjo de mãos postas foi, na realidade, a única peça original retirada da carruagem. Conforme a comissão executiva do estado do Rio Grande do Sul para os festejos Sesquicentenário da Independência do Brasil, a remoção da referida peça cumpria com o objetivo de não dar um aspecto fúnebre à solenidade.[224]

Do viaduto, local onde se situavam os antigos portões da cidade, o cortejo avançou pela Rua Duque de Caxias, antigas ruas Alegre e da Igreja, passou pela Praça da Matriz, antiga Praça da Igreja, até chegar, enfim, ao Palácio Piratini.[225] Tal itinerário foi escolhido por corresponder ao caminho percorrido pelo imperador em 1826, ano em

---

[219] *Id.*
[220] *Uma ordem: os escolares nas ruas para ver.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[221] *Porto Alegre acolhe com reverência os restos mortais do imperador Pedro I. Op. cit.*
[222] *Tapete vermelho para o imperador perpétuo. Op. cit.*
[223] *Sobre o viaduto, a passagem do esquife para a carruagem.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[224] *Nesta carruagem, os restos mortais de D. Pedro I repetirão histórico trajeto.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53; *Tapete vermelho para o imperador perpétuo. Op. cit.*
[225] *Despojos de D. Pedro I poderão ser visitados até sexta-feira.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53; *146 anos depois D. Pedro I volta à Porto Alegre*. Correio do Povo, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.

que realizou sua única visita a Porto Alegre, para tomar providências relativas à campanha do Império do Brasil na já bastante conhecida Guerra da Cisplatina.[226] Na Praça da Matriz, houve uma nova parada. Dessa vez, para a realização da cerimônia de entrega dos restos mortais ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Quando os regimentos de cavalaria que precediam o cortejo – Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar e Regimento de Cavalaria do III Exército – chegaram à praça, se depararam com um público estimado em 10 mil pessoas.[227] Público esse que se "acotovelava" para ver a volta do homem que, conforme propaganda oficial publicada no jornal *Correio do Povo*, teria sido o responsável por tornar a nação brasileira: "livre e soberana".[228]

Os despojos chegaram na Praça da Matriz cerca de 55 minutos após saírem do Aeroporto Salgado Filho.[229] Nesse momento, uma guarda de honra – muito provavelmente, a mesma que participou da recepção dos restos mortais no aeroporto – retirou o esquife de dom Pedro I da carruagem e o colocou em uma essa, localizada em frente a um palanque oficial, que abrigava diversas autoridades – Euclides Triches, governador do estado do Rio Grande do Sul; Francisco Solano Borges, presidente da Assembleia Legislativa; general Breno Borges Fortes, comandante do III Exército; brigadeiro Leonardo Teixeira Collares, comandante da V Zona Aérea; contra-almirante José da Silva Sá Earp, comandante do V Distrito Naval; dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre; Flávio Alcaraz Gomes, presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão; Alberto André, presidente da Associação Riograndense de Imprensa; entre outras.[230] Durante a transferência dos despojos da carruagem para a essa, os clarins do Regimento Bento Gonçalves executaram um toque de vitória, sob o olhar atendo de doze soldados dispostos ao redor do catafalco, vestidos com fardas do Exército e da Marinha, idênticas às utilizadas no ano da proclamação da Independência nacional (1822). Em seguida, o coral do tradicional Instituto de Educação Flores da Cunha e dos cadetes da Academia de Polícia Militar entoaram os hinos de Brasil e Portugal, acompanhados pela banda da Brigada Militar. Por fim, foram pronunciados

---

[226] FETTER, Edmar (Org.). *Os despojos de dom Pedro I no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão de Honra de Recepção e de Acompanhamento aos Despojos de D. Pedro I, 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[227] *Tapete vermelho para o imperador perpétuo*. *Op. cit.*
[228] *146 anos depois D. Pedro I volta à Porto Alegre*. *Op. cit.*
[229] *Porto Alegre acolhe com reverência os restos mortais do imperador Pedro I. Op. cit.*
[230] *Despojos de D. Pedro I poderão ser visitados até sexta-feira. Op. cit.*

dois discursos: o do vice-governador do estado da Guanabara e, logo após execução do Hino da Independência, o do governador do estado do Rio Grande do Sul.[231]

Em termos gerais, o discurso proferido por Martins Pedro procurou associar, sobretudo através do estabelecimento de linhas de continuidade entre 1822 e 1972, as imagens de dois mitos políticos – ou de dois "salvadores", se termos em horizonte os já bastante conhecidos conjuntos míticos formulados por Raoul Girardet:[232] dom Pedro I, concebido como a grande liderança da independência política do Brasil; e Emílio Garrastazu Médici, concebido como o grande homem à frente da consolidação da independência econômica desse mesmo país. Independência essa que, conforme assegurou, em sua fala, o vice-governador do estado da Guanabara: "já emerge [ou melhor, já emergia] dadivosamente [em 1972]".[233] Em seu discurso, Triches também procurou associar, ainda que de uma maneira muito mais sutil que Martins Pedro, as imagens do imperador e do presidente da república. Entretanto, o foco de sua fala foi, de um modo geral, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul entre dois tempos míticos – ou entre duas "idades de ouro", se considerarmos, também para esse caso, os conjuntos míticos desenvolvidos por Girardet: 1822, momento em que o Brasil de dom Pedro I começava a se constituir como nação e que o Rio Grande do Sul ainda era, segundo o governador, uma província com: "população de pouco mais de cem mil habitantes, voltada para a agricultura e para a pecuária, dotada de marcantes características humanas, dinâmica, empreendedora, cavalheiresca, para quem a liberdade era bem primordial"; e 1972, período em que o Brasil de Médici dava supostos sinais de que estava se tornando uma potência econômica e que, ainda de acordo com Triches, o Rio Grande do Sul já era um estado com: "7 milhões de habitantes, [...] amadurecidos pelo tempo, [...] num clima de ordem e tranquilidade, levando o estado pelos irreversíveis rumos do desenvolvimento".[234]

Após os pronunciamentos dos discursos, que se encerraram por volta das 17 horas e 30 minutos, os restos mortais foram retirados da essa montada na Praça da Matriz, pela mesma guarda de honra que lá os colocaram. Posteriormente, os despojos foram conduzidos, também pela dita guarda, ao Palácio Piratini. As autoridades presentes acompanharam o translado dos restos mortais, enquanto a multidão que estava

---

[231] *Tapete vermelho para o imperador perpétuo*. *Op. cit.*
[232] GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[233] *Sentido de honra impelia Pedro I aos grandes feitos*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[234] *Triches: progresso é a sinfonia com que Rio Grande recebe Pedro I*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

aglutinada na praça formava alas, acenando com suas bandeiras.[235] Ao chegar ao palácio, os despojos foram dirigidos ao salão negrinho do pastoreio, que serviu como uma espécie de câmara ardente do imperador.[236] Nesse local, foi lida e assinada, em cerimônia protagonizada por Triches, a ata de recepção oficial dos restos mortais. Em seguida, o governador e sua esposa, Neda Triches, cobriram o esquife de dom Pedro I com uma bandeira do Brasil imperial, que, diga-se de passagem, era a mesma que acobertou o corpo de dom Pedro II, filho do imperador, no dia de sua morte – ocorrida em 5 de dezembro de 1891, em Paris. Cerca das 18 horas, o Palácio Piratini foi aberto à visitação pública dos despojos, que permaneceram expostos até o dia 29 de abril, das 9 às 22 horas.[237]

Tal como no Rio de Janeiro,[238] a recepção dos restos mortais em Porto Alegre não foi um evento eminentemente fúnebre, mas sim de caráter solene e, ao mesmo tempo, altamente festivo. Outro traço característico que aproxima os eventos ocorridos em terras cariocas e gaúchas era a participação efetiva de diversos segmentos sociais. Participação essa que, entre outras coisas, nos possibilita identificar uma miríade de atitudes a partir das quais o consenso estabelecido no país se conformava e se expressava socialmente. Entre os exemplos já citados até aqui, gostaria de ressaltar a colaboração da Santa Casa de Misericórdia, que disponibilizou veículos para o translado dos despojos – entre eles, a luxuosa carruagem fúnebre que carregou o esquife de dom Pedro I a partir do Viaduto Loureiro de Lima. Um outro fato digno de nota foi a presença de várias autoridades civis no palanque oficial montado na Praça da Matriz – o cardeal-arcebispo de Porto Alegre dom Vicente Scherer, o presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão Flávio Alcaraz Gomes, o presidente da Associação Riograndense de Imprensa Alberto André, entre outras. Não poderia deixar de citar, ainda, a participação de pessoas comuns, que compunham, assim como a luxuosa carruagem fúnebre e as autoridades civis que subiram no palanque oficial, a *mise-en-scène* do regime militar – empunhando suas bandeiras, despejando "chuvas" de flores, acompanhando, seja nas ruas ou nas janelas dos edifícios próximos, o cortejo que seguia em direção ao Palácio Piratini, levando os restos mortais do imperador.

---

[235] *Na mesma praça, dom Pedro recebe grande consagração popular*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[236] *Tapete vermelho para o imperador perpétuo*. *Op. cit.*
[237] *Despojos de dom Pedro poderão ser visitados até sexta feira*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[238] Para mais informações, *cf.* as orientações contidas na nota de rodapé de número 215.

Um outro momento em que se pode observar diversas atitudes a partir das quais o consenso estabelecido no país se conformava e se expressava socialmente foi a exposição dos despojos no Palácio Piratini. Entre as atitudes das 61.898 pessoas que visitaram os restos mortais,[239] posso destacar a de um homem de cabelos brancos, que, segundo matéria divulgada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 27 de abril: "entrou chorando no palácio, perfilou-se diante dos despojos do imperador, prestou-lhe continências e retirou-se soluçando".[240] De acordo com a matéria citada, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – entre outras organizações, como, por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Beneficência,[241] o Lions Club[242] e a Maçonaria[243] – também não deixou de prestar a sua homenagem. No mesmo dia 27 de abril: "muitas cabeças brancas cercaram, reverentemente, os restos de dom Pedro I, entre os quais o presidente do instituto, Adroaldo Mesquita da Costa, o general Riograndino da Costa e Silva, e os historiadores Dante de Laitano, Olinto San Martin, Paulo do Couto e Silva e Coelho de Sousa".[244] Na ocasião, o historiador Francisco Riopardense de Macedo: "lembrou a participação gaúcha no 'Dia do Fico', dizendo que o deputado rio-grandense Sílvio Fontoura discursou, juntamente com o presidente da câmara do Rio de Janeiro, Clemente Pereira, para pedir a dom Pedro que permanecesse no Brasil".[245] Além das pessoas comuns e organizações civis, diversas autoridades visitaram os despojos.[246] Certamente, a mais proeminente delas era Médici, que aproveitou para reverenciar o imperador no dia 26 de abril, data em que chegou à capital gaúcha para presidir a cerimônia de abertura da *III Olimpíada do Exército*.[247]

---

[239] *Despojos de dom Pedro I transladado na manhã de ontem para Santa Catarina*. Correio do Povo, 30 abr. 1972 In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[240] *Milhares viram os restos de dom Pedro I no Sul*. Jornal do Brasil, 28 abr. 1972 In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[241] *Homenagem a D. Pedro*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[242] *Id.*
[243] *Solene cerimônia maçônica para reverenciar dom Pedro I*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 53.
[244] *Milhares viram os restos de dom Pedro I no Sul*. *Op. cit.*
[245] *Id.*
[246] *Porto Alegre acolhe com reverência os restos mortais do imperador Pedro I*. *Op. cit.*
[247] *Ponche Verde deixa Médici muito comovido*. Folha da Tarde, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

A chegada de Médici para a abertura da *III Olimpíada do Exército*

Chovia bastante quando Médici chegou ao Aeroporto Salgado Filho, a bordo de um avião *One Eleven* da Força Aérea Brasileira, por volta das 13 horas e 30 minutos do dia 26. O presidente da república não estava sozinho. O ministro João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, o general João Batista Figueiredo, chefe do gabinete militar, e o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações, acompanhavam Médici na visita feita a Porto Alegre. Tão logo houve o desembarque, o presidente da república, que segurava um guarda-chuva com a mão esquerda, se destacou de seus acompanhantes para receber continência de estilo, prestada por um pelotão de soldados da Aeronáutica.[248] Em seguida, Médici foi cumprimentado por Triches e sua esposa, assim como por outras autoridades civis e militares, como por exemplo: Edmar Fetter, Francisco Solano Borges, Breno Borges Fortes, Leonardo Teixeira Collares, José da Silva Sá Earp, dom Vicente Scherer, entre outras já citadas na seção anterior deste capítulo. Finda a recepção, o presidente da república seguiu em direção a uma sala reservada a autoridades, onde permaneceu por aproximadamente 15 minutos. Lá, aproveitou, entre outras coisas, para dar um forte abraço em duas primas, Zulmira e Rosa Médici, que conseguiram ter acesso ao presidente da república após uma longa e insistente negociação travada com os seguranças do aeroporto.[249]

Do Aeroporto Salgado Filho, Médici foi direto ao Palácio Piratini. Ao chegar no palácio, o presidente da república teve uma rápida conversa com Triches e, depois, se recolheu para os aposentos da ala residencial, onde ficou hospedado até a manhã do dia 27 – momento em que partiu de Porto Alegre com destino ao Rio de Janeiro, para cumprir compromissos de sua agenda oficial.[250] É bem verdade que o principal motivo da presença de Médici em terras gaúchas era a abertura da *III Olimpíada do Exército*.[251] Entretanto, outras duas ações que precediam a referida abertura também faziam parte dos planos do presidente da república: a visita aos despojos de dom Pedro I, que, como

---

[248] *Ponche Verde lembrou a Médici sua terra e os seus antepassados*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[249] *Presidente recebe no aeroporto também abraço de familiares.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[250] *Ponche Verde deixa Médici muito comovido*. *Op. cit.*; *Médici regressou ao centro do país, voltará em maio*. Jornal do Commercio, 28 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[251] *Presidente Médici viaja amanhã para Porto Alegre*. Folha da Tarde, 25 abr. 1972 In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

já vimos, estavam expostos no próprio Palácio Piratini;[252] e o recebimento, nesse mesmo palácio, da mais alta condecoração do estado do Rio Grande do Sul, a Ordem do Ponche Verde.[253] Devo destacar que Médici foi, na realidade, a primeira personalidade a ser distinguida pela então recém-criada comenda, que, como se pode perceber, faz explícita alusão ao conhecido acordo que pôs fim à Revolução Farroupilha: o Tratado de Ponche Verde (1845). Como explica o Decreto nº 21.687/1972, que instituiu, em 14 de abril, a condecoração: "quando a alma nacional evoca o acontecimento magno de sua história, ao comemorar o Sesquicentenário da Independência do Brasil, o governo do estado do Rio Grande do Sul [...] institui galardão rememorativo dos episódios de Ponche Verde". Especialmente, com a finalidade de se alcançar dois objetivos primordiais: "agraciar àqueles que, pela ação, pelo devotamento à causa do bem comum, da paz, do desenvolvimento e da fraternidade, se impõem à exaltação perante a sociedade rio-grandense"; e, simultaneamente, "ressaltar o mérito de bravos antepassados que, sobrepondo a tudo o ideal da unidade nacional, escreveram página heroica da história rio-grandense e brasileira, que é símbolo de compreensão, harmonia, integração e paz".[254]

O presidente da república foi agraciado com a Ordem do Ponche Verde cerca das 17 horas, no salão dos espelhos – uma das dependências da ala residencial do Palácio Piratini. A cerimônia durou aproximadamente 15 minutos e foi estruturada em cinco momentos. Victor Faccioni – como já mencionei, secretário de estado extraordinário para assuntos da Casa Civil – deu o pontapé inicial, ao ler o termo de entrega da condecoração às autoridades civis e militares presentes.[255] Em seguida, o governador Triches fez um discurso improvisado, sucedido da entrega da comenda a Médici. Posteriormente, foi a vez do discurso do presidente da república, que, visivelmente emocionado e também de improviso, agradeceu pela condecoração. Por fim, houve mais uma homenagem, protagonizada por Antônio Pires, prefeito de Bagé,

---

[252] *Presidente retorna hoje à capital de seu estado*. Correio do Povo, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[253] *Chefe da nação agraciado com a Ordem do Ponche Verde*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[254] Decreto nº 21.687/1972. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 14 abr. 1972, s. 1, p. 1.
[255] *Ponche Verde lembrou a Médici sua terra e os seus antepassados*. *Op. cit.* As autoridades civis e militares presentes na cerimônia de entrega da Ordem do Ponche Verde eram, basicamente, as mesmas que recepcionaram Médici em sua chegada ao Aeroporto Salgado Filho. Para evitar repetições, optei, neste momento, por não citá-las nominalmente. Para mais informações, *cf.* o primeiro parágrafo desta seção.

cidade natal de Médici.[256] Em nome da comunidade bajeense, Pires entregou um presente ao presidente da república: um ponche verde, muito parecido com os que costumavam ser utilizados pelos primeiros habitantes da terra hoje conhecida como Rio Grande do Sul. Tecida em fio lanígero especial, com detalhes em lã crua, a peça foi produzida, especialmente para Médici, na Associação Social Diocesana de Bagé, pela artesã Érica Giesdritohd.[257]

Na cerimônia de entrega da Ordem do Ponche Verde, Triches optou por iniciar o seu discurso com uma saudação ao presidente da república, por ele caracterizado como: "[o] chefe da nação, que vem conduzindo o Brasil nesta fase de extraordinário progresso". Na sequência, o governador do estado do Rio Grande do Sul explicou ao público presente que: "a comenda inspirada no episódio de Ponche Verde, onde Canabarro e Caxias, em 1845, após dez anos de lutas, reuniram todo o povo e as suas tropas para anunciar a paz, simboliza, verdadeiramente, a união que hoje estamos vivendo". Dentro dessa perspectiva, Triches reiterou que: "o Ponche Verde é, portanto, símbolo da integração nacional" e, direcionando sua fala a Médici, concluiu: "entendemos, assim, que o primeiro a ser agraciado devia ser vossa excelência, pois é um presidente humano, sensível, da comunicação e, sobretudo, da integração".[258] Por sua vez, o presidente da república fez uso de seu discurso para, fundamentalmente, agradecer aos elogios que tinha acabado de receber. As palavras de Médici proferidas na ocasião foram, mais precisamente, as seguintes: "o Ponche Verde lembra a minha terra, meus antepassados, minhas origens, e, para mim, lembra muito mais que isso". Lembra igualmente: "o único patrimônio material que possuo, recebido por herança dos meus pais". Lembra ainda: "a Epopeia Farroupilha, e tudo isso [...] me comove profundamente, mas, também, a alegria me invade a alma. Muito obrigado, não só pela comenda que muito me honra". Mas, além disso: "pelas palavras do senhor governador, lembrando tudo aquilo que tem sido feito por este Brasil".[259]

---

[256] *Médici emociona-se ao receber a comenda – Ponche Verde lembra minha terra, meus antepassados, minhas origens.* Correio do Povo, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[257] *Ponche Verde e abriu olimpíada*. Zero Hora, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[258] *Governador discursa explicando.* Zero Hora, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[259] *Agradecimento emocionado de Médici, lembrando sua terra e origens*. Zero Hora, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

Como se vê, enquanto o presidente da república se limitou a fazer agradecimentos em sua fala, o governador do estado do Rio Grande do Sul proferiu um discurso marcado pelo uso do mito da integração nacional – ou da "unidade", se preferirmos levar em conta os conjuntos míticos formulados por Girardet.[260] Mito esse que, como chama a atenção Luís Fernando Cerri,[261] era um aspecto caro à história oficial da nação difundida nas comemorações Sesquicentenário da Independência do Brasil e que se caracteriza, resumidamente, por dois aspectos centrais. O primeiro aspecto é o entendimento de que a integração nacional era uma obra iniciada por dom Pedro I – notadamente, ao garantir a unidade territorial brasileira ao longo de seu tenso processo emancipação política – e que vinha sendo consolidada por Médici – evidentemente, em função do êxito de seu projeto de desenvolvimento nacional, fortemente calcado, como já é bastante conhecido, no ideal de "Brasil grande". O segundo aspecto diz respeito à visão de que o país vivia um momento de paz, harmonia e união, garantido não apenas pelo sucesso do projeto desenvolvimentista capitaneado pelo presidente da república, mas, também, pelo efetivo controle dos grupos que conspiravam – a "conspiração", aliás, é outro conjunto mítico identificado por Girardet – contra esse mesmo projeto: "anarquistas", "comunistas", "trabalhistas", "subversivos", "guerrilheiros", "terroristas", entre outros. Amplamente mobilizado pelo regime militar, o mito da integração visava, como se pode presumir, gerar uma certa unidade dos brasileiros ao redor do ideal de "Brasil grande", pensado, sobretudo, como um fruto de um projeto de desenvolvimento nacional bem-sucedido, ao qual não cabia nenhum tipo de oposição, nenhuma voz dissonante.

A propósito da cerimônia de abertura da olimpíada

Mal acabou a cerimônia de entrega da Ordem do Ponche Verde e Médici já teve que se preparar para outro compromisso: declarar aberta a *Olimpíada do Exército*. Segundo o jornal *Folha da Tarde*, a chuva que insistia em cair desde a manhã daquele dia 26 impediu que o estádio José Pinheiro Borda, mais conhecido como Beira-Rio, estivesse lotado durante o evento,[262] cuja a entrada era gratuita.[263] Contudo, se, por um

[260] GIRARDET, Raoul. *Op. cit.*
[261] CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.
[262] *Chuva impediu que o Beira-Rio lotasse*. Folha da Tarde, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

lado, muitos optaram por acompanhar, devido às condições climáticas ruins, a abertura da olimpíada por meio da cobertura televisiva; por outro, o público presente no estádio não pode ser classificado como inexpressivo. Ao todo, cerca de 50 mil pessoas foram ao Beira-Rio para prestigiar o evento,[264] que teve início, por volta das 20 horas, com um desfile de 900 atletas militares, integrantes das delegações do I, II, III e IV Exército, bem como do Comando Militar da Amazônia e do Planalto. Aproximadamente meia hora após o início do desfile, o presidente da república apareceu na tribuna de honra do estádio. Tão logo foi visto pelo público, Médici recebeu uma salva de palmas, ao mesmo tempo em que trabalhadores envolvidos com a organização da abertura da olimpíada soltavam balões verdes e amarelos de diversos locais do Beira-Rio.[265]

Finda a salva de palmas e soltura de balões, foi a vez do general Breno Borges Fortes – além de comandante do III Exército, presidente da comissão organizadora da *Olimpíada do Exército* – saudar o presidente da república, as autoridades, os atletas e os populares presentes, por meio de um breve discurso. Afora a saudação propriamente dita, o general também aproveitou o seu momento de fala para realizar uma operação que, como venho destacando ao longo desta tese, era muito corriqueira durante as comemorações dos 150 anos do "grito do Ipiranga": articular passado e presente, com o intuito de, sobretudo, ressaltar uma visão otimista acerca do futuro da nação. Dentro dessa perspectiva, Fortes chegou a afirmar em seu discurso que feliz é o povo que: "sabe cultuar os grandes vultos de seu passado e festejar condignamente os momentos marcantes de sua história". De acordo com o general: "o Brasil de hoje, que vive um maravilhoso momento de seu desenvolvimento, embora com os olhos voltados para o futuro, não esquece o passado e nele busca força e inspiração para prosseguir na sua jornada". Não à toa: "como parte das comemorações do sesquicentenário de nossa independência política, estamos aqui, irmanados e confiantes, para darmos início à *Olimpíada do Exército*". Sendo assim, concluiu Fortes: "na condição de presidente da

---

[263] *Você nada pagará e ainda concorrerá a um carro*. Folha da Tarde, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

[264] *Cinco gols assinalaram a abertura da Olimpíada do Exército no Gigante*. Folha da Tarde, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[265] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada*. Jornal da Semana, 30 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

comissão organizadora da olimpíada [...], cabe-me a satisfação de expressar os votos de saudações e boas-vindas a todos que participam desta cerimônia".[266]

Após a fala do general, Médici fez uso da palavra. Nessa oportunidade, o presidente da república foi objetivo, se limitando a dizer: "declaro aberta a *Olimpíada do Exército*".[267] Logo em seguida, ao passo que Médici recebia uma nova salva de palmas do público presente, os alto-falantes do estádio reproduziram o Hino da *Olimpíada do Exército*.[268] Composto por Miguel Gustavo e interpretado por Clara Nunes, o hino é, em resumo, uma marcha de exaltação da própria olimpíada, representada como uma espécie de elemento deflagrador de um suposto clima de união entre civis e militares em prol da pátria: "Ô ô ô ô ô ô *Olimpíada do Exército*" / "Todos cantando à uma voz" / "Ô ô ô ô ô ô *Olimpíada do Exército* de todos nós" / "Porto Alegre recebe feliz gente de todo o país" / "Salve os artistas, salve os turistas" / "Salve a torcida unida e gentil." / "Irmãos, cada um do seu lado" / "Mas todos ao lado do meu Brasil!".[269] Ao término do Hino da *Olimpíada do Exército*, houve uma nova solenidade. Ao som do Hino Nacional, também reproduzido pelos alto-falantes do Beira-Rio, três bandeiras foram hasteadas:[270] a do Brasil, içada por Breno Borges Fortes; a do Rio Grande do Sul, içada por Victor Faccioni – além de secretário de estado extraordinário para assuntos da Casa Civil, membro da comissão executiva estadual para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil; e a da Comissão de Desportos do Exército, içada pelo general Antonio Jorge Corrêa[271] – além de presidente da comissão executiva central, secretário-geral do Ministério do Exército e presidente da Comissão de Desportos do Exército.[272]

Na sequência, as luzes do estádio foram apagadas, até surgir, no gramado, o major Nilo Jaime Ferreira da Silva, campeão mundial de pentatlo militar, em 1960.[273]

---

[266] *Chefe do governo abriu ontem a olimpíada em festa popular*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[267] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada*. *Op. cit.*
[268] *Tudo foi muito bonito na abertura da terceira olimpíada*. Correio do Povo, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[269] *Hino da Olimpíada do Exército*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23.
[270] *Chefe do governo abriu ontem a olimpíada em festa popular*. *Op. cit.*
[271] *Fogos, hinos e bandeiras: foi o começo da olimpíada/72*. Zero Hora, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[272] *General Corrêa chegou ontem para a Olimpíada do Exército*. Correio do Povo, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[273] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada*. *Op. cit.*

Carregando uma tocha, o major deu uma volta ao redor do campo e, posteriormente, acendeu a pira olímpica, com chama que veio diretamente de São Paulo – mais especificamente, do Monumento do Ipiranga. Nesse momento, quando os sons de aplausos pelo acendimento da pira tomavam conta do Beira-Rio, um coral cantou, junto com o público presente, uma outra composição de Miguel Gustavo: o famoso *hit Pra frente Brasil*[274] – "hino" que, como é sabido, embalou tanto o selecionado nacional que conquistou o mundial de futebol de 1970 quanto o próprio "Brasil grande" capitaneado por Médici durante o "milagre brasileiro". Após a cantoria, os refletores do estádio foram, novamente, desligados. Dessa vez, o apagar das luzes foi a deixa para que se iniciasse um espetáculo pirotécnico, com direito à queima de foguetes multicoloridos, que, na ocasião, deram um toque especial ao céu de Porto Alegre. Tal espetáculo coincidiu com a entrada das seleções brasileira e paraguaia de futebol,[275] que se enfrentariam naquela noite, como atração maior da abertura da olimpíada.[276] Assim que entraram, ambos os selecionados se posicionaram no campo e observaram, antes da execução de seus respectivos hinos nacionais, os refletores serem reacendidos para a retirada das delegações.[277] Retirada essa que ocorreu por meio de desfile em continência ao presidente da república,[278] ao som do Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil[279] – outra composição de Miguel Gustavo, que foi gravada em duas versões: a da dupla Miltinho e Shirley e a de Ângela Maria, em parceria com o Coral do Joab.[280]

Devo destacar que o teor do Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil não difere muito do da célebre canção *Pra frente Brasil*, assim como do de outras músicas apologéticas do regime militar um pouco menos conhecidas compostas por Miguel Gustavo. Como exemplo, posso citar *Brasil, eu adoro você!*, feita para a Semana da Pátria de 1970; *Semana do Exército*, feita, como se pode presumir, para a Semana do Exército de 1971; *A estrada*, feita, em 1972, em homenagem à Rodovia Transamazônica; além do próprio Hino da *Olimpíada do Exército*, já citado neste

[274] *A Olimpíada do Exército começou com várias solenidades. Do jogo, nem os jogadores gostaram.* Diário da Noite, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[275] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada. Op. cit.*
[276] *Chefe do governo abriu ontem a olimpíada em festa popular*. *Op. cit.*
[277] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada. Op. cit.*
[278] *Tudo foi muito bonito na abertura da terceira olimpíada. Op. cit.*
[279] *Fogos, hinos e bandeiras: foi o começo da olimpíada/72. Op. cit.*
[280] *O hino*. O Diário, 24 fev. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76.

capítulo.[281] Em linhas gerais, um traço característico de todas essas canções é a exaltação – por meio da abordagem de temas específicos, em versos de fácil memorização – daquilo que Carlos Fico[282] chama de "tópicos do otimismo": a exuberância natural do Brasil, a democracia racial, o congraçamento social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro, entre outros. Como se pode observar, grande parte desses tópicos são contemplados pelo Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que, além de convidar a população para participar das comemorações, sugere uma leitura otimista sobre o país: "Marco extraordinário" / "Sesquicentenário da Independência" / "Potência de amor e paz" / "Esse Brasil faz coisas" / "Que ninguém imagina que faz" / "É Dom Pedro I" / "É Dom Pedro do Grito" / "Esse grito de glória" / "Que a cor da história à vitória nos traz" / "Na mistura das raças" / "Na esperança que uniu" / "O imenso continente nossa gente, Brasil" / "Sesquicentenário" / "E vamos mais e mais" / "Na festa, do amor e da paz.".[283]

Como se vê, ao compor sob encomenda o Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil,[284] Miguel Gustavo fez uso de uma das estratégias retóricas mais mobilizadas pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) – como já pontuei, órgão responsável pela propaganda política produzida pela ditadura militar: tentar reafirmar exatamente o contrário do que se vivia no cotidiano do país.[285] Conforme Fico, assim como em outras esferas, no âmbito da propaganda política o regime militar agia igualmente de forma "envergonhada": "desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, como

[281] Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009; ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não.* Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002. Não cabe reproduzir, nesta seção, a letra de todas as músicas citadas. Tal empreendimento, além de desnecessário, me distanciaria demasiadamente do percurso que pretendo percorrer. Tanto a letra quanto a gravação original do Hino do Sesquicentenário da Independência, de *Pra frente Brasil* e das demais canções mencionadas estão disponíveis na *internet* e podem ser facilmente localizadas por meio de pesquisa em *sites* de buscas, como, por exemplo, o Google.
[282] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
[283] *O hino. Op. cit.*
[284] Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[285] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. *Op. cit.*

negava que houvesse tortura e censura".[286] Segundo o autor, o principal mentor da propaganda política desenvolvida pela AERP – como também já vimos, o coronel Otávio Costa – acreditava que uma série de características definiam o caráter nacional. Entretanto, além da alegria, do otimismo, da hospitalidade etc., Costa chamava a atenção para o grande senso de ridículo dos brasileiros, que, na sua visão, inviabilizava realização de uma propaganda política que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Como destaca Fico, vem daí a opção pelo já bastante conhecido projeto de propaganda política de caráter escapista desenvolvido pela AERP, que falava de temas idílicos – como, por exemplo, confiança, dedicação e participação – em plena ditadura militar. Creio que vem igualmente daí a mobilização do Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil para se falar, entre outras coisas, de paz, amor e união em 1972: ano marcado pelo otimismo em relação à pátria que vivia o "milagre econômico", mas, também, pelo horror causado pelas violações aos direitos humanos cometidas contra aqueles que eram os tidos como "inimigos da nação" – prisões arbitrárias, torturas, execuções, entre outras.[287]

A seleção brasileira de futebol entra em campo contra o Paraguai

O jogo entre Brasil e Paraguai começou cerca das 21 horas,[288] com o apito inicial do juiz Armando Marques.[289] Como afirma reportagem publicada pelo jornal *Correio do Povo*, a seleção brasileira não estava disputando, na noite daquele dia 26, um simples amistoso.[290] Afinal, além do jogo ser o ponto culminante da abertura da *Olimpíada do Exército*, foi exatamente em seu último amistoso disputado no Beira-Rio, em 4 de março de 1970, que o escrete canarinho tinha sofrido a sua última derrota: 2 a 1, para a Argentina, em jogo que selava o início dos preparativos para a copa do

[286] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 196.
[287] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
[288] *Olimpíada*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[289] *Brasil teve problemas. Mas passou pelo Paraguai: 3 a 2*. Correio do Povo, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[290] *É uma festa cívico-esportiva no Beira-Rio*. Correio do Povo, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

México.[291] É bem verdade que entre os atletas convocados pelo técnico Zagallo para o amistoso contra o Paraguai não estavam presentes algumas figuras que tiveram destaque na ilustre campanha do mundial de 1970 – notadamente, Pelé, Gerson, Piazza e Brito.[292] Todavia, apesar dessas ausências, não se pode negar que o time que iniciou o jogo era qualificado, bem como composto, em grande medida, por jogadores consagrados e experientes. Eis a escalação da seleção brasileira: Félix, Carlos Alberto, Marinho, Vantuir, Everaldo, Clodoaldo, Rivellino, Paulo Cézar, Jairzinho, Roberto e Tostão.[293]

O Brasil era, com efeito, o grande favorito para vencer o amistoso. Afora a condição de jogar em casa e possuir excelentes jogadores, o escrete canarinho enfrentava um Paraguai que, por ter sido convidado "de véspera" pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), sequer teve tempo de se preparar.[294] Como disse Aurelio Gonzalez, técnico da seleção paraguaia, em entrevista concedida a jornal não identificado, contido no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil: "ninguém esperava que a CBD nos convidasse. Com isso, o tempo para os preparativos foi curto. Nossa seleção foi formada há dez dias e nós só fizemos um treino". De acordo com Gonzalez, o Paraguai iria encarar a seleção brasileira com um time majoritariamente composto por jovens atletas. Conforme o técnico paraguaio: "estamos iniciando um trabalho para a Copa do Mundo, portanto temos que começar com gente jovem. Daqueles que disputaram as eliminatórias da copa de 70 só três ou quatro ainda estão na seleção". Ainda segundo Gonzalez: "a partir deste jogo até a *Minicopa* [como já vimos, nome pelo qual também era chamada a *Taça Independência*] a seleção ficará convocada, treinando uma vez por semana".[295] A escalação da seleção paraguaia que iniciou o jogo contra o Brasil era a seguinte: Baez, Molinas, Ortiz, Riveros, Mendonza, Godoy, Jara, Escobar, Diarte, Arrua e Gimenez.[296]

Quando a bola rolou, o escrete canarinho apresentou, contra um Paraguai aguerrido, um futebol lento, muito distante daquele que encantou o mundo na copa do México.[297] Porém, a despeito do desempenho abaixo do esperado, a seleção brasileira jogou o suficiente para garantir a vitória: 3 a 2, com gols de Carlos Alberto, Tostão e Dirceu Lopes (que substituiu Tostão no segundo tempo), pelo Brasil; e de Escobar e

[291] *Olimpíada. Op. cit.*
[292] *É uma festa cívico-esportiva no Beira-Rio. Op. cit.*
[293] *Brasil teve problemas. Mas passou pelo Paraguai: 3 a 2. Op. cit.*
[294] *É uma festa cívico-esportiva no Beira-Rio. Op. cit.*
[295] *Olimpíada. Op. cit.*
[296] *Brasil teve problemas. Mas passou pelo Paraguai: 3 a 2. Op. cit.*
[297] *Brasil em ritmo lento mantém a invencibilidade*. Folha da Manhã, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

Gimenez, pela seleção paraguaia.[298] Como afirmou o jornal *Diário da Noite*: "do jogo, nem os jogadores gostaram. [...] O Brasil não jogou bem. É essa a opinião de Paulo Cézar, Rivellino, enfim, de todos os jogadores". De acordo com o jornal, essa opinião era a mesma de Zagallo, que fez questão de tentar explicar o motivo da atuação ruim em entrevista coletiva: "por exemplo, o Roberto. Ele foi sacrificado porque jogou sem bola, apenas se deslocando para atrair um adversário". O Tostão: "procurou fazer a mesma função que Pelé fazia, mas ainda não teve tempo de adaptar-se com os outros, principalmente os que estrearam na seleção". De Marinho e Vantuir: "eu não podia exigir muito [...], pois foi a primeira vez que eles jogaram juntos. Mas, individualmente, posso dizer que eles se saíram bem". O técnico também aproveitou a entrevista para fazer algumas especulações sobre o futuro do escrete canarinho. Conforme Zagallo: "se me perguntarem agora qual é a seleção para a *Minicopa*, eu não sei dizer. Vai depender muito dos treinos que serão dentro de 45 dias. Posso até afirmar que poderá sair outra seleção. Ontem, o time apenas cumpriu com a sua obrigação".[299]

Após o apito final, Jairzinho, capitão da seleção brasileira, foi conduzido à tribuna de honra do Beira-Rio, para se encontrar com Médici. Em nome do escrete canarinho, o capitão recebeu, das mãos do presidente da república, o Troféu Sesquicentenário da Independência, feito especialmente para o vencedor do amistoso entre Brasil e Paraguai.[300] Segundo matéria veiculada pelo jornal *Diário de Notícias*, a entrega do troféu foi um momento de alta significação não somente para a equipe capitaneada por Jairzinho, mas, igualmente, para Médici, caracterizado pelo jornal como: "o propulsor notável não só do futebol como do esporte brasileiro".[301] Cabe mencionar que o empresário e senador arenista João Calmon – presidente do grupo *Diários Associados*, responsável pela publicação do *Diário de Notícias* – estava entre os convidados especiais presentes na tribuna de honra do estádio no momento em que o Troféu Sesquicentenário da Independência foi entregue.[302] Dessa mesma tribuna, outras várias figuras proeminentes do regime militar também presenciaram a entrega do troféu, como, por exemplo, os ministros: Orlando Geisel, do Ministério Exército; Adalberto de Barros Nunes, do Ministério da Marinha; Joelmir de Araripe Macedo, do Ministério da

[298] *Brasil teve problemas. Mas passou pelo Paraguai: 3 a 2. Op. cit.*
[299] *A Olimpíada do Exército começou com várias solenidades. Do jogo, nem os jogadores gostaram. Op. cit.*
[300] *Troféu é nosso.* Diário de Notícias, 28 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[301] *Id.*
[302] *Tribuna de honra.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

Aeronáutica; Alfredo Buzaid, do Ministério da Justiça; Jarbas Passarinho, do Ministério da Educação; além da comitiva do presidente da república e de diversas outras autoridades – civis e militares – estaduais e municipais.[303]

Como chamam a atenção Denise Rollemberg e Samantha Quadrat,[304] sociedades como a brasileira, que experimentaram regimes ditatoriais sucedidos por regimes democráticos, tendem a construir – sobretudo a partir do uso de oposições simplistas, binárias e maniqueístas, do tipo vítima e algoz, oprimido e opressor, luz e trevas etc. – memórias coletivas[305] que sugerem que seus regimes ditatoriais só foram possíveis em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias. Assim como as autoras, entendo que tais interpretações, ainda hegemônicas em muitos espaços de sociabilidade, possuem expressivas distorções, especialmente por desconsiderarem os regimes ditatoriais como um produto social. Como explica Daniel Aarão Reis Filho,[306] a ditadura militar no Brasil, por exemplo, não se sustentou, ao longo de seus 21 anos, somente por meio da coerção e da manipulação. Havia instituições e práticas coercitivas e manipulatórias sim, como, aliás, já é amplamente conhecido.[307] Contudo, cumpre sublinhar que, afora essas instituições e práticas, havia um consenso social estabelecido em torno do regime militar. Consenso esse que, como destaca Reis Filho, era marcado por comportamentos sociais complexos e multifacetados, que concorriam, em diferentes momentos e situações, para sustentar tal regime, assim como para enfraquecer uma eventual luta contra o mesmo.

---

[303] *Chefe do governo abriu ontem a olimpíada em festa popular*. *Op. cit.* As autoridades civis e militares que estavam na tribuna de honra do Beira-Rio no momento da entrega do Troféu Sesquicentenário da Independência eram, praticamente, as mesmas que recepcionaram Médici em sua chegada ao Aeroporto Salgado Filho e que, na sequência, participaram da cerimônia de outorga da Ordem do Ponche Verde ao presidente da república, no Palácio Piratini. Para evitar repetições, também optei por não citá-las nominalmente neste parágrafo. Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *A chegada de Médici para a abertura da III Olimpíada do Exército*, contida neste capítulo.

[304] ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Memória, história e autoritarismo. In: _____; _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[305] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de memória coletiva formulada por Maurice Halbwachs. Para mais informações, *cf.* HALBWACHS, Maurice. *La memóire colletive.* Paris: Albin Michel, 1997.

[306] REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[307] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. Represión durante la dictadura militar brasileña (1964-1985): violencia y pretensión pedagógica. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, Cidade do México, v. 1, p. 17-41, 2009; _____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004; _____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda... Op. cit.*; _____. *Como eles agiam... Op. cit.;* _____. *Reinventando o otimismo... Op. cit.*; entre outros.

Acredito que a abertura da *Olimpíada do Exército* nos ajuda, entre outras coisas, a entender a ditadura militar como um produto social. Em outras palavras, como um regime que foi gestado no interior da sociedade brasileira e que, muito em função disso, não era reconhecido como algo estranho – e tampouco problemático – por parcelas expressivas dos seus mais distintos segmentos sociais. Além do enaltecimento ao presidente da república publicado pelo *Diário de Notícias* e do convívio fraterno de Calmon e outras várias autoridades civis com militares na tribuna de honra do Beira-Rio, pude detectar, no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, diversos outros exemplos de condutas que também reafirmavam, no contexto da abertura da olimpíada, o consenso social estabelecido em torno da ditadura militar.[308] Entre elas, posso destacar: a manifestação de apoio e de interesse em colaborar emitida por entidades como o Diretório Estadual de Estudantes, a União Gaúcha dos Estudantes Secundários[309] e a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil, que chegou a doar uma quantia de 50 mil cruzeiros aos organizadores do evento para a compra de bandeiras, flâmulas e outros distintivos;[310] o gesto "nobre" e "solidário" do Sport Club Internacional e dos proprietários de cadeiras perpétuas do Beira-Rio, que cederam todas as dependências do estádio à organização da olimpíada;[311] afora, como já vimos, a própria euforia e entusiasmo cívico das cerca de 50 mil pessoas que estiveram presentes no Beira-Rio em um dia chuvoso,[312] celebrando não somente a abertura do evento, mas, ao mesmo tempo, o "Brasil grande" e os seus mais variados símbolos mobilizados naquele momento, tais como: o presidente Médici,[313] o *hit* "Pra frente Brasil",[314] a seleção brasileira de futebol[315] e, até mesmo,

[308] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 23, 23a, 23b, 58 e 58a.
[309] *Atos do Sesquicentenário terão o mais alto sentido de civismo*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[310] *Entidades colaboram com as festas do Sesquicentenário*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[311] *Comissão do "Sesqui" agradece cooperação da torcida colorada*. Correio do Povo, 23 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a; *Nota oficial do Inter*. Correio do Povo, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[312] *Cinco gols assinalaram a abertura da Olimpíada do Exército no Gigante*. *Op. cit.*
[313] *Chefe do governo abriu ontem a olimpíada em festa popular. Op. cit.*
[314] *A Olimpíada do Exército começou com várias solenidades. Do jogo, nem os jogadores gostaram. Op. cit.*
[315] *Brasil teve problemas. Mas passou pelo Paraguai: 3 a 2. Op. cit.*

um automóvel VW Fusca 1500, popularmente conhecido como Fuscão, sorteado no intervalo do jogo entre Brasil e Paraguai.[316]

A programação da olimpíada e a promoção da união entre civis e militares

A *Olimpíada do Exército* ocorreu entre os dias 26 de abril e 7 de maio. Ao longo desse período, o público interessado pôde acompanhar, seja presencialmente ou através da cobertura televisiva,[317] um conjunto de competições – nacionais e internacionais, civis e militares[318] – relacionadas a 17 modalidades esportivas: atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, hipismo, judô, natação, pentatlo militar, rally, remo, tênis, tiro, turfe, vela e vôlei.[319] O acesso a todos os eventos esportivos que compunham a programação da olimpíada era gratuito. A única exceção foi a partida entre III Exército e II Exército, ocorrida pelo campeonato de futebol militar, em 29 de abril, no Beira-Rio. Nesse caso, a cobrança de ingressos para a entrada no jogo ocorreu, excepcionalmente, em função de o mesmo ter sido aproveitado como evento preliminar de uma partida entre Internacional e Caxias, que disputavam, na ocasião, o *Campeonato Gaúcho de Futebol*.[320]

Em um primeiro momento, pode até parecer estranha a informação, dada no parágrafo anterior, de que havia competições esportivas civis na programação da *Olimpíada do Exército*. Em vista disso, é importante esclarecer que a olimpíada – desde as edições que antecederam a de Porto Alegre (Curitiba, 1970; e Belo Horizonte, 1971)[321] – nunca se propôs a ser um evento voltado apenas para o público militar.[322] Muito pelo contrário, a olimpíada sempre foi um evento de caráter "civil-militar". Evento esse que, inclusive, tinha como objetivo central estimular, sobretudo por meio

[316] *Você nada pagará e ainda concorrerá a um carro. Op. cit.*; *Chuva impediu que o Beira-Rio lotasse. Op. cit.*
[317] *Festa da Independência tem esporte programado*. Diário de Notícias, 4 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[318] *Festejos do "Sesqui" terão aqui grandes programações*. Folha da Tarde, 10 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[319] *Olimpíada do Exército/72 e festejos paralelos*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[320] *É o ponto mais alto da olimpíada*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[321] *Seleção do "tri" abre Olimpíada do Exército*. Diário de Notícias, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[322] *Brasil x Paraguai abre olimpíada militar*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

da mobilização do esporte, a união de civis e militares em prol da pátria.[323] Em 1972, um total de 1.400 atletas participaram da terceira edição da olimpíada:[324] 900 atletas militares, representantes, como já mencionei, do I, II, III e IV Exército e do Comando Militar da Amazônia e do Planalto;[325] e 500 civis, entre atletas independentes e representantes de selecionados estaduais e nacionais, bem como de alguns dos mais tradicionais clubes brasileiros – Botafogo de Futebol e Regatas, Clube de Regatas do Flamengo, Clube Sírio Libanês do Rio de Janeiro, Esporte Clube Pinheiros, Fluminense Football Club, Minas Tênis Clube, Sport Club Corinthians Paulista, entre outros.[326]

Através de consulta ao Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pude perceber que as competições esportivas civis que compunham a programação da *Olimpíada do Exército* sempre ocorriam de um modo paralelo às competições esportivas militares.[327] Assim, atletas civis competiam somente com atletas civis, preferencialmente em eventos esportivos de caráter estritamente civil, abertos ao público em geral. Por sua vez, atletas militares competiam apenas com atletas militares, preferencialmente em eventos esportivos de caráter estritamente militar, também abertos ao público em geral. Das 17 modalidades esportivas verificadas na programação da olimpíada, dez tiveram eventos voltados tanto para a participação de atletas civis quanto para a participação de atletas militares – atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, hipismo, judô, natação e vôlei; quatro tiveram eventos voltados apenas para a participação de atletas civis – rally, remo, turfe e vela; e três tiveram eventos voltados apenas para a participação de atletas militares – pentatlo militar, tênis e tiro.[328] Entre os militares, os atletas do III Exército foram os que ganharam a maior quantidade de provas individuais e coletivas das modalidades esportivas disputadas, obtendo, entre outras conquistas, o primeiro lugar

---

[323] *Exército invadiu Porto Alegre para uma olimpíada*. *Op. cit.*
[324] *Olimpíada do Exército tem início amanhã e já recebeu os 1.400 atletas*. Jornal do Brasil, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[325] *Médici abra amanhã a III Olimpíada do Exército*. Diário da Noite, 25 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[326] *Olimpíada do Exército tem até escola de samba*. Jornal do Brasil, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58; *Artistas e esportes são o dia-a-dia da olimpíada*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[327] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 23, 23a, 23b, 58 e 58a.
[328] *Olimpíada do Exército/72 e festejos paralelos. Op. cit.*

no basquete, no ciclismo, no hipismo e no tênis.[329] Já entre os clubes civis, tal feito foi alcançado pelos atletas do Botafogo, que tiveram, por exemplo, o maior número de vitórias nas provas de natação e foram campeões do vôlei.[330]

As competições esportivas civis da *Olimpíada do Exército* contavam, muitas das vezes, com a participação de equipes e atletas de renome, tais como: Nélson Prudêncio e Aida dos Santos, duas figuras proeminentes do atletismo nacional;[331] as equipes de vôlei de Botafogo, Minas e Pinheiros, onde jogava a maioria dos atletas do país convocados para os *Jogos Olímpicos* de Munique (1972); as equipes de basquete de Corinthians, Flamengo e Sírio Libanês, que foi às quadras com Dodi, Mosquito e Menon, três jogadores titulares da seleção brasileira, e Radvilas, Sucar e Vitor, que também já haviam atuado pela mesma; a equipe de remo do estado da Guanabara, composta, em grande medida, por atletas campeões das mais diversas categorias do *Campeonato Sul-Americano de Remo* de Montevideo (1972); afora o próprio selecionado nacional de futebol, que, como já vimos, tinha como base jogadores consagrados, partícipes da notável conquista, em 1970, do mundial do México.[332] De acordo com matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, a admissão de competições esportivas civis na programação da olímpiada tinha um único motivo: popularizar o evento – aspecto caro, como se pode imaginar, para o alcance do já citado objetivo de estimular, especialmente através da mobilização do esporte, o congraçamento de civis e militares ao redor da pátria.[333]

Além da admissão de competições esportivas civis, uma outra estratégia adotada para popularizar a *Olimpíada do Exército* foi a inclusão de eventos gratuitos de outras naturezas em sua programação.[334] Falo, mais especificamente, da *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*, que ocorreu, de 27 de abril a 7 de maio, no Palácio Farroupilha, como uma das quatro etapas regionais preliminares da *Mostra de Artes – Sesquicentenário da Independência do Brasil*,[335] que, por sua vez, foi realizada, entre 25

---

[329] *Olimpíada do Exército terminou com sucesso*. Correio da Manhã, 12 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[330] *Artistas e esportes são o dia-a-dia da olimpíada. Op. cit.*
[331] *Abertura solene da olimpíada será assistida por Médici*. A Notícia, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[332] *Olimpíada*. Zero Hora, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[333] *Olimpíada do Exército tem até escola de samba. Op. cit.*
[334] *Você nada pagará e ainda concorrerá a um carro. Op. cit.*
[335] *Sesquicentenário terá cinco mostras de artes*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

de agosto e 30 de setembro, no Parque Ibirapuera (São Paulo);[336] da *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*, que, entre outras coisas, exibiu – também de 27 de abril a 7 de maio, no Teatro São Pedro – uma coleção de objetos pessoais de dom Pedro I,[337] bem como promoveu um ciclo de conferências que tematizavam distintos assuntos relacionados à Independência nacional;[338] da *Feira da Criança*, uma grande festa voltada para o público infantil, que aconteceu, nos dias 29 e 30 de abril, no Jardim Zoológico de Sapucaia e que contou com desfiles de crianças, passeios pelo zoológico, apresentações de artistas, atividades recreativas, sorteio de prêmios e distribuição de comidas e bebidas;[339] do desfile de tradicionais escolas de samba cariocas, que ocorreu, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Monumental;[340] do show aéreo realizado pela Força Aérea Brasileira, no dia 6 de maio, em frente ao Parque Náutico Alberto Bins; do desfile náutico civil-militar que aconteceu, no rio Guaíba, logo após o show aéreo citado, tendo como ponto de partida o Estádio Náutico de Porto Alegre e destino final a Companhia Estadual de Silos e Armazéns;[341] e dos shows de renomados músicos, artistas e humoristas, que ocorreram, nas noites de 27, 28 e 29 de abril e 1º, 2, 3, 4, 5 e 7 de maio, no ginásio do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense.[342]

A repercussão do show de Elis Regina no âmbito das esquerdas

Entre os eventos que fizeram parte da programação não esportiva da *Olimpíada do Exército*, um causou grande polêmica, sobretudo no âmbito das esquerdas brasileiras: o show realizado por Elis Regina, no ginásio do Grêmio, no dia 2 de

---

[336] *Inaugurada a mostra de arte do Sesquicentenário*. O Dia, 26 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 55.
[337] *Teve mais de 50 mil visitantes a exposição imperial do Sesqui*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[338] *Mostra do Sesquicentenário inaugurada ontem no MARGS*. Correio do Povo, 28 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[339] *Sesquicentenário é festa de criança*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[340] *No Olímpico, o desfile de escolas de samba*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[341] *Quem não assistiu, perdeu o espetáculo. Desfile no rio*. Diário de Notícias, 7 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[342] *A festa olímpica do Exército*. Manchete, 20 mai. 1972, p. 124-125. Voltarei a tratar desses eventos ainda neste capítulo, na próxima seção, intitulada *A repercussão do show de Elis Regina no âmbito das esquerdas.*

maio.[343] Show esse que se somou a outras ações propagandísticas da intérprete relacionadas às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil que também geraram bastante controvérsia, como, por exemplo, a já mencionada gravação de mensagem convocando a nação para participar do *Encontro Cívico Nacional*, ocorrido em 21 de abril;[344] além da própria aparição na televisão no dia do encontro, regendo um coral de artistas – a maioria do elenco da Rede Globo de Televisão – que cantava o Hino Nacional.[345] Como resume Rafaela Lunardi,[346] tais ações ressoaram negativamente para Elis, colocando em xeque a sua imagem de artista "intelectualizada", "socialmente comprometida" e de "laços com as esquerdas".

Uma das primeiras críticas à intérprete apareceu, sutilmente, na edição de 18-24 de abril do jornal semanal *O Pasquim*. Como chama a atenção Lunardi,[347] no último dos três cartuns de Jaguar contidos na referida edição do jornal, chamado *Picadinho*, existem dois personagens conversando em segundo plano. Um deles pergunta: "e a Elis Regina, hein?". O outro responde fazendo um gesto negativo com uma das mãos, em sinal de desaprovação.[348] Na edição seguinte de *O Pasquim*, referente a 25 de abril-1º de maio, é possível observar, entre outras chamadas contidas na capa do jornal, a seguinte: "e a Elis, hem? [SIC]".[349] Além disso, é possível notar, nessa mesma edição de *O Pasquim*, críticas mais contundentes publicadas por Henfil, que também não deixou de expor, por meio de seus cartuns, a sua decepção com a intérprete. Henfil fez um cartum em que representa Elis regendo um coral de mortos-vivos no cemitério do Cabôco Mamadô, personagem a partir do qual o cartunista enterrava figuras públicas que estabeleciam relações de proximidade com a ditadura militar.[350] Entre os mortos-vivos, estavam presentes personalidades que, assim como a intérprete, fizeram propagandas do *Encontro Cívico Nacional*: Roberto Carlos, Pelé, Tarcísio Meira, Glória Menezes, Paulo Gracindo e Marília Pêra.[351] Na edição de 25 de abril-1º de maio do jornal, havia, ainda,

---

[343] *Os shows.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[344] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Sobre Tiradentes e o Encontro Cívico Nacional que abriu as comemorações*, contida no primeiro capítulo desta tese.
[345] Para mais informações, *cf.* ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não.* Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.
[346] LUNARDI, Rafaela. *Em busca do "Falso Brilhante".* Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
[347] *Id.*
[348] JAGUAR. *Picadinho.* O Pasquim, 18-24 abr. 1972, p. 17.
[349] O Pasquim, 25 abr.-1º mai. 1972, capa.
[350] Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[351] HENFIL. *Cabôco Mamadô – um produto Henfil.* O Pasquim, 25 abr.-1º mai. 1972, p. 7.

um informe especial do Cabôco, que dizia: "depois de suas últimas atuações em comerciais da TV, nossa intérprete popular vai trocar seu nome de Elis Regina para Elis Regente".[352]

Na edição de 2-8 de maio de *O Pasquim*, novas críticas a Elis podem ser verificadas. Ziraldo publicou um cartum chamado *Ziraldo vê TV*, onde procurou abordar, como destaca Lunardi,[353] a influência exercida pela televisão tanto na educação quanto na formação da consciência da população. Nesse cartum, existem oito personagens em torno de uma televisão, falando sobre as expectativas de futuro de seus filhos. A fala do terceiro personagem, da esquerda para a direita, faz clara referência à intérprete: "meu filho quer ser regente para fazer comerciais".[354] Também há, nessa mesma edição do jornal, um cartum de Henfil a respeito de Elis, intitulado *Henfil apresenta com tristeza n'alma Cabôco Mamadô e seu fantástico cemitério dos mortos-vivos*. No dito cartum, a intérprete aparece – de dentro de um jazigo, no cemitério dos mortos-vivos do Cabôco Mamadô – reclamando dos humoristas, por ela taxados de guardas morais, que não aceitavam que os cantores fizessem nenhum tipo de concessões em troca de dinheiro. Inconformada, Elis pedia com veemência para que o Cabôco providenciasse a sua reencarnação, pedido que foi prontamente atendido por Mamadô, que a reencarnou na pele de Maurice Chevalier – famoso cantor francês, que, em 1945, causou polêmica ao fazer um show na Alemanha nazista, a pedido de Adolf Hitler.[355]

O envolvimento com os eventos citados – juntamente com outros atos, como a participação no especial de televisão denominado *O Sesquicentenário Especial*, que foi ao ar pela Rede Globo, em 7 de setembro de 1972[356] – criou uma espécie de "mancha" negativa na carreira da intérprete, que, como sublinha Paulo César de Araújo,[357] passou a ser esconjurada por determinados segmentos das esquerdas e ficou na mira dos "patrulheiros" de plantão. Além das críticas de Jaguar, Ziraldo e Henfil publicadas em *O Pasquim*, um outro exemplo que ilustra essa situação foi a participação de Elis no festival de música Phono 73, que ocorreu, entre 10 e 13 de maio de 1973, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo. Como lembra Lunardi,[358] a participação da intérprete no evento foi marcada pelas intensas vaias que recebeu da plateia, composta,

[352] HENFIL. *Informe especial*. O Pasquim, 25 abr.-1º mai. 1972, p. 23.
[353] LUNARDI, Rafaela. *Op. cit.*
[354] ZIRALDO. *Ziraldo vê TV*. O Pasquim, 2-8 mai. 1972, p. 8-9.
[355] HENFIL. *Henfil apresenta com tristeza n'alma Cabôco Mamadô e seu fantástico cemitério dos mortos-vivos*. O Pasquim, 2-8 mai. 1972, p. 3.
[356] Para mais informações, *cf.* LUNARDI, Rafaela. *Op. cit.*
[357] ARAÚJO, Paulo César de. *Op. cit.*
[358] LUNARDI, Rafaela. *Op. cit.*

em grande medida, por pessoas que se identificavam politicamente como de esquerda, assim como pela reação enfurecida de Caetano Veloso, que, ao ouvir o gracejo "vai cantar na *Olimpíada do Exército*!", se levantou de seu assento e gritou: "isso é um desrespeito à música popular brasileira! Respeitem Elis Regina! Respeitem a música popular brasileira!".[359]

A indignação de determinados setores das esquerdas com a participação da intérprete em propagandas, em um show e em um especial de televisão vinculado aos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil é, de certo modo, compreensível. Afinal, pelo menos desde 1964 – quando despontara para o sucesso, abandonando um estilo próximo ao de Cely Campelo e gravando canções de protesto, como *Menino das laranjas*, de Théo de Barros (1964), e *Terra de ninguém*, de Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle (1965) – Elis se apresentava na grande mídia como uma intérprete engajada politicamente e com um claro viés de esquerda.[360] Como afirma Araújo, Elis parecia ser, de fato: "uma fiel aliada da resistência".[361] Portanto, creio não ser algo difícil de se imaginar o quanto tenha sido repugnante para certos segmentos das esquerdas ter que lidar com o envolvimento da intérprete com um evento comemorativo promovido pelo regime militar, sobretudo em um de seus períodos de maior repressão contra seus opositores: o governo Médici.

Um fato ainda pouco conhecido, talvez em função da grande amplitude tomada pela polêmica aqui analisada, é que Elis não foi a única personalidade do meio artístico que participou dos festejos dos 150 anos da Independência nacional. Se considerarmos apenas a *Olimpíada do Exército*, objeto de estudo deste capítulo, podemos verificar, por exemplo, que era extensa a lista de músicos, artistas e humoristas que, assim como a intérprete, tiveram os seus nomes divulgados na programação dos já citados shows que lotavam o ginásio do Grêmio nas noites do evento:[362] Agildo Ribeiro, Antônio Carlos & Jocáfi, Antônio Marcos, Beth Carvalho, Clara Nunes, Claudete Soares, Eliana Pittman, Elza Soares, Erasmo Carlos, Evinha, *Golden Boys*, Jair Rodrigues, Jô Soares, Jorge Ben Jor, *Liverpool Sound*, Luiz Gonzaga, Marcos Valle, Martinho da Vila, Moacyr Franco, Os Mutantes, Os Incríveis, Pery Ribeiro, Roberto Carlos, Ronnie Von, Sá, Rodrix &

[359] ARAÚJO, Paulo César de. *Op. cit.*, p. 289.
[360] Para mais informações, *cf.* LUNARDI, Rafaela. *Op. cit.*
[361] ARAÚJO, Paulo César de. *Op. cit.*, p. 288.
[362] *A festa olímpica do Exército*. *Op. cit.*

Gurabyra, Taiguara, Teixeirinha, Tony Tornado, Trio Mocotó, Vanusa, Wanderléa, Wanderley Cardoso, Wilson Simonal, entre outros.[363]

O exame dos shows que ocorreram no ginásio do Grêmio – iniciativa promovida pela Rede Brasil Sul de Comunicações e pela Rede Globo, com patrocínio da Shell[364] – nos ajuda, entre outras coisas, a visualizar algumas das personalidades do meio artístico e das empresas que participaram de eventos que compunham programação não esportiva da *Olimpíada do Exército*. Todavia, cumpre registar que os casos de participações de instituições e indivíduos civis em eventos não esportivos da olimpíada não foram observados somente em tais shows. A propósito, foram diversos os casos desse tipo que puderam ser verificados a partir da apreciação dos demais eventos não esportivos citados na seção anterior deste capítulo, entre os quais posso destacar: o dos 243 artistas domiciliados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que submeteram um total de 661 trabalhos para serem selecionados para a *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*,[365] e o do crítico de arte Walmir Ayala, da gravadora Ana Letícia Quadros e do pintor Euclides Luiz Santos, que fizeram parte do júri da mostra;[366] o do Museu Histórico Nacional, do Museu Imperial e do colecionador particular Lauro Reinaldo Müller, que cederam peças de seus acervos para a *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*,[367] e o do presidente do Conselho Federal de Cultura Artur Ferreira Filho, do conselheiro do Conselho Federal de Cultura Guilherme Schultz Filho e do diretor do Museu Imperial Lourenço Luís de Lacombe, que estiveram entre os conferencistas do ciclo de conferências sobre temas relativos à Independência do Brasil promovidas pela exposição;[368] o do Circo do Palhaço Carequinha e do Centro de Tradições Gaúchas Presilha do Rio Grande, que fizeram apresentações na *Feira da Criança*,[369] e o das empresas Estrela e Atma, que ofereceram brinquedos para serem sorteados nessa mesma feira, que contou com uma média de

[363] *Olimpíada do Exército reunirá os maiores cartazes de nossa música.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[364] *Continua grande o espetáculo.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[365] *Mostra de arte da Olimpíada do Exército foi inaugurada ontem*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[366] *Olimpíada do Exército 72 já tem regulamento da exposição*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[367] *Mostra do Sesquicentenário inaugurada ontem no MARGS*. *Op. cit.*
[368] *82 duas peças expostas contam a vida de nosso imperador*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 57.
[369] *Sesquicentenário é festa de criança. Op. cit.*

público estimada em 175 mil pessoas;[370] o dos 600 ritmistas das escolas de samba cariocas Em Cima da Hora, Imperatriz Leopoldinense, Acadêmicos do Salgueiro e Unidos do São Carlos, que realizaram desfile para um público de aproximadamente 40 mil pessoas no Olímpico;[371] e o dos pescadores da colônia da Ilha da Pintada, que não deixaram de marcar presença nas águas do Guaíba, entre cerca de 500 embarcações civis e militares, tanto para prestigiar o show aéreo quanto para participar do desfile náutico que lá ocorreu.[372]

Diversos casos de participação de instituições e indivíduos civis puderam ser do mesmo modo observados em eventos que fizeram parte da programação esportiva da *Olimpíada do Exército*. Aliás, alguns desses casos já chegaram a ser expostos na seção anterior deste capítulo, como, por exemplo, o da presença de tradicionais clubes e de renomados atletas em competições esportivas civis da olimpíada. O que ainda não foi dito é que tais competições, além de contarem com a participação de clubes importantes e de atletas consagrados, também costumavam ser organizadas por entidades esportivas civis. Dos sete eventos esportivos civis que parecem ter ganho mais destaque na imprensa escrita nacional,[373] cinco foram organizados pela CBD:[374] o *Torneio Independência de Atletismo*, realizado no Estádio da Sociedade Ginástica de Porto Alegre, entre 29 e 30 de abril;[375] o *Campeonato Brasileiro Extra de Ginástica Olímpica*,

---

[370] *Para as crianças no zoo.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b; *Geisel louva Corrêa pela III Olimpíada.* Correio da Manhã, 19 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

[371] *Artistas e esportes são o dia-a-dia da olimpíada. Op. cit.*

[372] *Quem não assistiu, perdeu o espetáculo. Desfile no rio. Op. cit.*

[373] O Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil congrega, entre outras fontes, recortes de matérias de jornais e revistas, organizados cronologicamente e distribuídos em 67 pastas colecionadoras, classificadas em 32 categorias – todas elas relacionadas com aspectos variados das comemorações: mostras de arte, exposições, congressos e conferências, atividades estudantis, discursos diversos, pronunciamentos sobre as comemorações, divulgação e propagandas, assuntos culturais, teatrais e musicais, transladação, peregrinação e inumação dos despojos de dom Pedro I etc. Uma dessas categorias se refere especificamente aos certames esportivos ligados aos festejos. *Atividades desportivas* é o nome da referida categoria, que, em função do expressivo volume de dados que comporta, parece contemplar a cobertura que grande parte da imprensa escrita nacional deu ao tema por ela abordado. Dividido em duas pastas colecionadoras lotadas, seu conteúdo abrange um conjunto vasto de recortes de matérias publicadas em mais de 80 jornais que circularam em diversos estados e territórios brasileiros: *Correio da Manhã, O Globo, Jornal do Brasil, Estado de Minas, Jornal Minas Gerais, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, A Tribuna, O Diário de Vitória, Correio do Povo, Diário de Notícias, Diário do Paraná, O Popular, Correio Brasiliense, Correio do Estado, Jornal da Bahia, Gazeta de Alagoas, Diário da Manhã, Correio da Paraíba, O Povo, Folha do Norte*, entre outros. Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.

[374] *CBD programa integração no esporte.* O Globo, 19 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[375] *Campeões nacionais e estrangeiros chegam para a Olimpíada do Exército*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.

realizado no Palácio de Desportos do Grêmio Náutico União, entre 29 de abril e 1º de maio;[376] o *Campeonato Brasileiro de Ciclismo*, realizado em circuito montado na Avenida Ipiranga, entre 4 e 7 de maio;[377] o *Sarau Internacional de Ginástica Moderna*, realizado no ginásio do Grêmio, em 6 de maio;[378] e a *Regata Internacional de Remo*, realizada na raia do Estádio Náutico de Porto Alegre, em 7 de maio, com direito a cerimônia de batismo dos barcos olímpicos da flotilha alemã Pirsch – recém-doada pelo Conselho Nacional de Desportos à Federação Gaúcha de Remo – com nomes de autoridades "de peso" do governo e do esporte brasileiro (Emílio Garrastazu Médici, Jarbas Passarinho, João Havelange, entre outros).[379] Foram igualmente organizados por entidades civis os outros dois eventos esportivos que parecem estar entre os sete mais destacados na imprensa escrita nacional e que ainda não foram citados neste parágrafo: o *Rally da III Olimpíada do Exército*, evento organizado pela Federação Gaúcha de Automobilismo e pelo Clube Porto-Alegrense de Rally, realizado em circuito que abrangeu todos os estados do sul do país, entre 28 de abril e 1º de maio;[380] e o *Concurso Hípico Internacional*, evento organizado pela Federação Hípica Sul Rio-Grandense, realizado na pista do Estádio Hípico de Belém Novo, também entre 28 de abril e 1º de maio.[381]

Os casos citados nos três últimos parágrafos demonstram, assim como diversos outros exemplos mobilizados neste capítulo, que Elis não foi a única, entre instituições e indivíduos civis, a se envolver com eventos esportivos ou não esportivos que compunham a programação da *Olimpíada do Exército*. Muito pelo contrário, várias instituições e indivíduos civis de distintos segmentos sociais participaram, de múltiplas maneiras, de eventos da olimpíada. Como se pode perceber, embora não se caracterizem necessariamente como atos de adesão engajada ao regime militar, tais participações carregam consigo um conjunto de práticas de consentimento em relação ao mesmo, que, certamente, contribuíam para reafirmar o consenso social estabelecido na ocasião.

[376] *Nacional de ginástica no União.* 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[377] *Olimpíada do Exército está no fim. Não perca, vale a pena*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[378] *Outras atrações*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[379] *No intervalo da regata haverá o batismo dos barcos da flotilha Pirsch doada pelo CND*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[380] *Iniciou rally do Exército*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[381] *É o hipismo em jornada de gala*. Correio do Povo, 28 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

Consenso esse que, como venho destacando ao longo desta tese, não foi instituído apenas pela coerção, pela manipulação e pelo apoio entusiasmado que a ditadura militar recebeu de vários setores sociais, mas, também, pelas ações daqueles que se encontravam na zona cinzenta: um vasto e diverso espaço entre a colaboração e a resistência, onde é possível, entre outras coisas, atuar simultaneamente nessas duas vertentes ou, nas palavras de Pierre Laborie,[382] ser simplesmente duplo. Como chama a atenção Denise Rollemberg,[383] é nessa extensa, plural e, em grande medida, ambivalente zona cinzenta que, grosso modo, estava grande parte da sociedade brasileira dos anos 1970. Creio que é nesse mesmo *locus* que também estava, mais especificamente, Elis em 1972: intérprete que, como já vimos, sofreu duras críticas por se apresentar na grande mídia como uma pessoa engajada politicamente e com um claro viés de esquerda e, ao mesmo tempo, participar de propagandas, de um show e de um especial de televisão relacionado aos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil.[384]

O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo"

Como já disse, a *Olimpíada do Exército* foi encerrada em 7 de maio. Nesse último dia, o público interessado ainda pôde acompanhar alguns eventos esportivos e não esportivos que ocorreram tanto no período matutino quanto no período vespertino. Alguns deles já foram mencionados neste capítulo. É o caso da *Regata Internacional de Remo*, que aconteceu no Estádio Náutico de Porto Alegre, a partir das 8 horas; do *Campeonato Brasileiro de Ciclismo*, que realizou uma prova de 180 quilômetros na Avenida Ipiranga, também a partir das 8 horas;[385] da *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*, que estava aberta à visitação, no Palácio Farroupilha, das 9 às 18 horas;[386] e da *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*, que estava

[382] LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
[383] ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
[384] Voltarei a tratar do caso de Elis e das questões abordadas neste parágrafo ainda no presente capítulo, na próxima seção, intitulada *O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo"*.
[385] *Olimpíada do Exército está no fim. Não perca, vale a pena*. *Op. cit.*.
[386] *Mostra de arte da Olimpíada do Exército inaugura-se hoje as 17 horas*. Correio do Povo, 27 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 55.

igualmente aberta à visitação, no Teatro São Pedro, das 8 horas e 30 minutos às 18 horas.[387] Outros eventos, ainda não citados neste capítulo, também ocorreram no dia 7. Refiro-me, mais precisamente, à prova de 80 quilômetros do *Campeonato Militar de Ciclismo*, que aconteceu na Avenida Ipiranga, a partir das 8 horas, paralelamente ao *Campeonato Brasileiro de Ciclismo*; aos certames de judô para civis e militares, realizados, concomitantemente, no ginásio do Grêmio Náutico União, a partir das 9 horas; às provas para civis de barco à vela das classes snipe e pinguim, que ocorreram no rio Guaíba, próximo ao clube náutico Veleiros do Sul, igualmente a partir das 9 horas; e ao *Campeonato de Saltos com Cavalos do Exército*, que aconteceu na pista da Sociedade Hípica Porto-Alegrense, a partir das 14 horas.[388]

A cerimônia de encerramento da *Olimpíada do Exército* foi realizada no período noturno, com início por volta das 20 horas e 30 minutos, no ginásio do Grêmio.[389] Logo no começo da cerimônia, houve uma solenidade de entrega, à quatro personalidades civis, da Medalha do Pacificador – condecoração outorgada pelo general ministro do Exército Orlando Geisel, em gesto de reconhecimento público do Ministério do Exército pelos serviços prestados por essas personalidades em prol da aproximação e entrosamento entre civis e militares.[390] Foram agraciados com a medalha: Victor Faccioni – como já vimos, secretário de estado extraordinário para assuntos da Casa Civil e membro da comissão executiva estadual para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Peter Albert Landsber – diretor-geral nacional da Shell, empresa que, como também já vimos, patrocinou os shows de músicos, artistas e humoristas que embalaram as noites da olimpíada; José Blota Júnior – um dos mais importantes apresentadores de televisão do país e ex-deputado estadual de São Paulo pela Aliança Renovadora Nacional (1965-1971);[391] e Marco Antônio Kraemer, jornalista responsável por fazer a cobertura diária do Exército Brasileiro pelo periódico *Correio do Povo*.[392]

---

[387] *Exposição do "Sesqui" abre amanhã no Teatro São Pedro*. Folha da Tarde, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[388] *Olimpíada do Exército está no fim. Não perca, vale a pena. Op. cit.*
[389] *Olimpíada do Exército/72 e festejos paralelos. Op. cit.*
[390] *Cerimônia cívico-militar e show encerram Olimpíada do Exército*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[391] *Morre o jornalista Blota Júnior*. Folha de S. Paulo, 23 dez. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2312199920.htm>. Acesso em: 1º ago. 2017.
[392] *Casarão de generais pode ser alugado em Porto Alegre*. Correio do Povo, 4 mar. 2017. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/3/611650/Casarao-de-generais-pode-ser-alugado-em-Porto-Alegre>. Acesso em: 1º ago. 2017.

Finda a solenidade de entrega da medalha, foi a vez da primeira-dama do estado do Rio Grande do Sul, Neda Triches, receber as chaves do Fuscão sorteado no intervalo do amistoso de futebol entre Brasil e Paraguai, que, vale lembrar, compôs a programação da cerimônia de abertura da *Olimpíada do Exército*.[393] Como o sorteio não teve um ganhador, a primeira-dama ficou com o automóvel, que acabou sendo doado a uma casa de saúde de Porto Alegre: o Hospital da Criança Santo Antônio. Na sequência da cerimônia de encerramento da olimpíada, um soldado, o cantor Roberto Carlos e o jogador de futebol Everaldo – representando, respectivamente, as Forças Armadas, a juventude/a comunicação e o povo brasileiro – procederam o arriamento solene das bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Comissão de Desportos do Exército, que estavam hasteadas, desde o dia 27 de abril, no ginásio do Grêmio.[394] Nesse momento, enquanto uma "chuva" de papeis laminados com as cores verde e amarela era despejada somente sobre a bandeira brasileira, o público presente – aproximadamente oito mil pessoas[395] – entoou de mãos dadas, junto com o coral do Instituto de Educação Flores da Cunha, o Hino Nacional.[396]

Posteriormente, o comandante do III Exército Breno Borges Fortes fez um breve discurso, em que declarou encerrada a *Olimpíada do Exército* e sublinhou que, apesar do término do evento, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil continuariam em todo o país. Após a fala de Fortes, foi realizado, por fim, um show, onde se apresentaram Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Luiz Gonzaga.[397] Cabe destacar que, além dos populares que se comprimiam nas arquibancadas do ginásio do Grêmio, das personalidades envolvidas com o show e com as solenidades de outorga de condecorações e de arriamento de bandeiras, da primeira-dama do estado do Rio Grande do Sul e do comandante do III Exército, diversas autoridades civis e militares participaram da cerimônia de encerramento da olimpíada: o governador gaúcho Euclides Triches, o presidente da Assembleia Legislativa Francisco Solano Borges, o presidente do Tribunal de Justiça Manoel Brustoloni Martins, o comandante da V Zona Aérea Leonardo Teixeira Collares, o presidente da comissão executiva central,

---

[393] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *A seleção brasileira de futebol entra em campo contra o Paraguai*, que compõe este capítulo.
[394] *Olimpíada do Exército terminou com sucesso. Op. cit.*
[395] *Olimpíada do Exército chega ao final com festa popular*. A Notícia, 9 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[396] *Cerimônia cívico-militar e show encerram Olimpíada do Exército. Op. cit.*
[397] *Id.*

secretário-geral do Ministério do Exército e presidente da Comissão de Desportos do Exército Antonio Jorge Corrêa, entre outras.[398]

Em balanço publicado pelo jornal *Diário de Notícias*, Antonio Jorge Corrêa afirmou que: "Porto Alegre surpreendeu pelas suas ótimas condições para permitir a realização da *Olimpíada do Exército*, especialmente com a cooperação de clubes e do [poder] executivo municipal".[399] Se, por um lado, Corrêa destacou a cooperação de clubes e do Poder Executivo municipal como aspectos importantes para o sucesso da olimpíada; por outro, Orlando Geisel, em balanço publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, creditou o êxito do evento ao talento do próprio Corrêa. Nas palavras de Geisel, o sucesso da *Olimpíada do Exército*: "resultou de meticulosos planejamentos e de judiciosas medidas de execução, que atestaram, uma vez mais, a capacidade de liderança, zelo profissional, lúcida inteligência e perseverança do general Corrêa, na consecução dos objetivos colimados". De acordo com o ministro do Exército: "[Corrêa] promoveu criteriosa mobilização de recursos". Ao mesmo tempo: "aceitou a colaboração espontânea de figuras das mais representativas dos círculos oficiais, artísticos, empresariais, entidades de classe e da sociedade em geral, transformando um simples coroamento de uma atividade de instrução numa festa de alto sentido patriótico". Festa essa que, como sublinha Geisel: "contou com a calorosa participação do povo, seja pelo comparecimento maciço aos diversos eventos, seja através das câmaras de televisão, numa intensa vibração, que se propagou por todo o país".[400]

Com efeito, a colaboração de organizações e indivíduos de distintos segmentos sociais foi um elemento que, junto com a participação popular e com o talento de Corrêa, contribuiu decisivamente para o sucesso da *Olimpíada do Exército*. A propósito, em função de tal colaboração, Poty Medeiros – além de presidente do Tribunal de Contas, presidente da comissão executiva estadual para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil – já dava por certo, em 5 de abril, o êxito não só da olimpíada, mas de todos os eventos previstos para acontecerem no estado do Rio Grande do Sul – *Encontro Cívico Nacional*, recebimento dos despojos de dom

[398] *Olimpíada do Exército chega ao final com festa popular. Op. cit.*
[399] *Exército realça cooperação do município no êxito da olimpíada.* Diário de Notícias, 6 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[400] *Geisel louva Corrêa pela III Olimpíada. Op. cit.*

Pedro I, entre outros.[401] Conforme assegurou Medeiros em entrevista dada ao jornal *Correio do Povo,* com o apoio da imprensa falada, escrita e televisionada, das autoridades civis, militares e eclesiásticas, dos órgãos municipais, estaduais e federais, das empresas privadas, das entidades de classe e associativas, culturais, sindicais e esportivas: "não tenho dúvida em afirmar que as comemorações do Sesquicentenário revestir-se-ão de um brilhantismo sem par no Rio Grande do Sul [...]. Terão um caráter excepcional. Será a festa de todos os brasileiros".[402]

Em termos gerais, as citações de Medeiros, Geisel e Corrêa fazem alusão a algo que tenho procurado chamar a atenção ao longo desta tese. Falo, mais especificamente, das relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil, que, quando analisadas em suas complexidades, colocam em xeque a memória dos "anos de chumbo", ainda bastante reiterada em determinados espaços de sociabilidade. Inventada no contexto da promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979)[403] e estruturada, principalmente, nos mitos da sociedade "resistente" e "vitimizada", tal memória silencia sobre o fato de que os princípios e práticas autoritárias da ditadura militar não eram estranhos à grande parte da sociedade brasileira e que, para parcelas expressivas dessa mesma sociedade, os "anos de chumbo" foram, na realidade, "anos de ouro".[404] É o que se pode perceber, por exemplo, na poesia publicada por uma cidadã comum, Glecy Arend, no jornal *Diário de Notícias*. Em *III olimpíada militar em manhã de sol* – poema escrito em homenagem ao capitão João Gonçalves Soares, coordenador das provas civis e militares de atletismo da *Olimpíada do Exército* – diz Arend: "Manhã de sol, céu azul, natureza exuberante" / "Mundo de paz, música, riso de criança" / "Gramado verde, multidão, alegria contagiante" / "Olimpíada militar, país colorido de esperança." / "Desfile de equipes, um espetáculo extraordinário" / "Civis e militares na competição, é a vez do atletismo" / "E o elo de união se faz, neste ano do Sesquicentenário" / "Salto, corrida, dardo e muito patriotismo". / "Festa verde e amarela de alegria e união" / " I, II, III e IX Exército e CMA dão as mãos" / "É o nosso Brasil em tempo de integração" / "Civis, militares,

[401] Para mais informações, *cf.* as seções intituladas *As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais* e *Sobre Tiradentes e o Encontro Cívico Nacional que abriu as comemorações*, que compõem o primeiro capítulo desta tese.
[402] *Sesquicentenário começa dia 21 com encontro cívico*. Correio do Povo, 5 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[403] Para mais informações, *cf.* Lei nº 6.683/1979. Diário Oficial da União, 28 ago. 1979, s. 1, p. 12265.
[404] Para mais informações, *cf.* ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015a.

ontem, hoje, sempre irmãos." / "É o bom pago recebendo vibrante" / "Com sua gente amiga e hospitaleira" / "A III olimpíada militar no Rio Grande" / "orgulho e defesa desta terra brasileira.".[405]

Exemplos como a poesia de Arend nos ajudam a entender que a memória coletiva segundo a qual a sociedade teria sido vítima de um Estado todo-poderoso e que a resistência teria sido a tônica dos "anos e chumbo" é uma construção *a posteriori*, a absolver, como explica Denise Rollemberg,[406] os apoios engajados e as ambivalências da zona cinzenta. Não à toa, Elis Regina ocupa, na referida memória coletiva sobre o período, a posição de intérprete do "Hino da Anistia" – vale lembrar, a conhecida canção *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc (1979). Ainda hoje, pouco se fala do fato de Elis ter participado de propagandas, de um show e de um especial de televisão relacionado aos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Muito menos, dos elogios e das defesas da participação da intérprete feitas, em abril de 1972, por seu então marido, Ronaldo Bôscoli, na coluna que escrevia para o jornal *Última Hora*;[407] ou, então, da entrevista do ex-empresário de Elis, Marcos Lázaro, concedida, em 1993, à jornalista Léa Penteado, em que assegurou que a intérprete o disse que aceitou fazer show na *Olimpíada do Exército* em função do bom cachê que lhe foi pago e que não tinha objeções em participar do evento.[408]

Como demonstra Janaína Cordeiro,[409] nas raras vezes em que a participação de Elis em ações orquestradas pela ditadura militar vem à baila, costuma-se reiterar, ao mesmo tempo em que se silencia sobre as colunas de Bôscoli e sobre a entrevista de Marcos Lázaro, a versão dada pela intérprete em entrevista concedida à revista *Veja*, em 1978. Como afirma a autora, Elis estabeleceu, em tal versão, o "medo" como o motivo que fez com que não só ela, mas toda a sociedade brasileira, cedesse ao regime militar: "eu cantei nessa olimpíada e o pessoal da Globo todo também participou. Todos foram obrigados a fazer. E você vai dizer que não? Eu tinha exemplos muito recentes de pessoas que disseram que não e se lascaram, então eu disse que sim". Segundo a intérprete: "quando apareceu isso eu procurei o Aldir Blanc e disse: 'poxa, que sacanagem'. E ele falou: 'você cedeu como cederam os 90 milhões". Ainda de acordo

[405] *III olimpíada militar em manhã de sol*. Diário de Notícias, 26 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[406] ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória... Op. cit.*
[407] BÔSCOLI, Ronaldo. *Lobo bobo. O lobo gostou*. UhRevista, Última Hora, 10 abr. 1972, p. 1; *Ibid.*, 13 abr. 1972, p. 1.
[408] Para mais informações, *cf.* PENTEADO, Léa. *Um instante, maestro!* A história de um apresentador que fez história na TV. Rio de Janeiro: Record, 1993.
[409] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

com Elis: "agora é fácil acusar [...], numa situação [...] idêntica eu não sei se faria de novo. Porque eu morro de medo".[410]

Concordo com Cordeiro[411] ao afirmar que a prevalência da versão dada pela intérprete à revista *Veja*, bem como os silenciamentos sobre as colunas de Bôscoli e sobre a entrevista de Marcos Lázaro, não são casos fortuitos. Afinal, como chama a atenção a autora, a versão de Elis ia ao encontro dos anseios de grande parte da sociedade brasileira do final da década de 1970, que, naquela ocasião, buscava: "os caminhos da reconciliação nacional, os quais Elis Regina soube expressar cantando *O bêbado e a equilibrista* ou declarando o 'medo' como o motivo maior que fez com que ela e toda a sociedade cedesse".[412] Tal como Cordeiro, entendo que tanto a versão dada pela intérprete à *Veja* quanto o "Hino da Anistia" por ela interpretado serviam, portanto, para reafirmar, para nação que começava a pensar o seu processo de redemocratização, a ideia de que a democracia sempre foi um valor inestimável e que a ditadura militar foi uma imposição implacável. Como destaca a autora: "assim, poucos se lembram da Elis Regina que cantou para os militares. E quando esses poucos retomam essa história, fazem-no como de resto é feito quando a sociedade se propõe a olhar para o passado ditatorial: de foram conciliadora".[413] Dito de outra forma, é da Elis que teria cedido por medo que a sociedade brasileira queria – e ainda quer – se lembrar e se identificar e não da Elis que, entre outras ações, teria cantado, por dinheiro, na *Olimpíada do Exército*.

Como se pode notar, a *Olimpíada do Exército* extrapolou os limites do campo esportivo.[414] Evidentemente, não só por ter tido uma programação composta por eventos de diversas naturezas, mas, principalmente, por ter sido uma das formas através das quais a ditadura militar, em um momento que ficou conhecido como "anos de chumbo", apresentou-se como legítima – sendo inclusive, como se pôde verificar em diversos exemplos mobilizados ao longo deste capítulo, capaz de convencer parcelas expressivas da sociedade brasileira. Em vista disso, não me parece ser equivocado afirmar que o regime militar fez uso da olimpíada como estratégia de propaganda política, tendo como objetivo legitimar a si mesmo e, consequentemente, reforçar o consenso social estabelecido ao seu redor. Cumpre sublinhar, entretanto, que fazer tal afirmação não

---

[410] *O sinal está vermelho.* Veja, 25 out. 1978, p. 6.
[411] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[412] *Ibid.*, p. 187.
[413] *Id.*
[414] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de campo esportivo formulada por Pierre Bourdieu. Para mais informações, *cf.* BOURDIEU, Pierrre. Como é possível ser esportivo? In: _____. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

significa dizer que a olimpíada fazia parte do projeto propaganda política desenvolvido pela ditadura militar. Como alerta Carlos Fico,[415] ao tomarmos o referido projeto como objeto de estudo, precisamos ter sempre em horizonte que nem tudo foi planejado, como numa conspiração ardilosa. Conforme o autor: "elementos supervenientes ora facilitaram, ora prejudicaram, os projetos da AERP. O chamado 'milagre econômico' e a conquista da Copa do Mundo de futebol são do primeiro tipo; a inflação e a crise do petróleo, do segundo".[416] Em suma, acredito que a olimpíada foi, de fato, um desses ainda pouco estudados elementos supervenientes do primeiro tipo. Elementos esses que, se por um lado, devem ser reconhecidos como importantes para a trajetória do projeto de propaganda política em questão; por outro, não podem ser superestimados. Afinal, como lembra Fico: "havia um projeto que, muito mais do que esses episódios, orientava a ação da AERP".[417]

[415] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Op. cit.*
[416] *Ibid.*, p. 146.
[417] *Id.*

CAPÍTULO III:

TAÇA INDEPENDÊNCIA: A PAIXÃO NACIONAL EM TEMPOS DE MILAGRE

Taça Independência: o estado da arte

Como já vimos, dos diversos eventos esportivos que fizeram parte da programação das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, apenas a *Taça Independência*, objeto de estudo deste capítulo, recebeu olhares um pouco mais detidos por parte de historiadores.[418] Gilberto Agostino parece-me ter sido o primeiro historiador a lançar luzes sobre esse campeonato, em livro que foi publicado em 2002 e que tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre futebol e política, em recorte temporal que vai da segunda metade do século XIX até a contemporaneidade.[419] Ao longo da obra, Agostino examina o futebol, de um modo geral, como um instrumento de propaganda ideológica utilizado por regimes das mais diversas colorações políticas, como por exemplo: o nazi-fascismo, o socialismo, as ditaduras militares latino-americanas etc. Quando se refere ao regime militar brasileiro, o autor discute, entre outros aspectos, a exploração propagandística da conquista da taça.

Em termos gerais, Agostino[420] procura demonstrar que o uso publicitário do ganho da *Taça Independência* – assim como o da conquista da *Taça Jules Rimet*, na copa de 1970 – visava, principalmente, associar o sucesso da seleção brasileira de futebol ao mandato presidencial do general Emílio Garrastazu Médici. O autor sustenta que, assim, a ditadura militar buscava obter uma capitalização política do êxito atingido nos gramados, tendo em vista, especialmente, o alcance de um maior apoio por parte de segmentos populares da sociedade civil.

Embora as considerações feitas por Agostino sejam, em certa medida, pertinentes e dignas de análise, observei que ele não elaborou uma apreciação pormenorizada sobre o campeonato, dedicando apenas alguns poucos parágrafos de seu

---

[418] Para mais informações, *cf.* a introdução e a seção intitulada *O esporte na programação das comemorações: uma visão panorâmica*, que compõe o primeiro capítulo desta tese.
[419] AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
[420] *Id.*

livro a esse objeto de pesquisa. Creio que isso ocorreu em função do próprio escopo estabelecido pelo autor, que, ao invés de focar o desenvolvimento de um estudo mais específico, privilegiou o estabelecimento de um panorama geral das relações entre futebol e política instituídas em um recorte espaço-temporal bastante amplo.

Adjovanes Thadeu de Almeida, outro historiador que estudou a *Taça Independência*, preencheu algumas lacunas deixadas por Agostino.[421] Tal esforço é parte de sua tese de doutorado, que foi defendida em 2009 e que tem como objetivo compreender o uso propagandístico das comemorações dos 150 anos do "grito do Ipiranga" pela ditadura militar.[422] No terceiro capítulo do trabalho, Almeida desenvolve uma análise que busca estabelecer relações entre o campeonato e a conjuntura mais ampla das celebrações. Dentro dessa perspectiva, o autor defende que a função central da taça foi a de contribuir para a criação de uma atmosfera favorável à formação de um sentimento de patriotismo, influenciando, desse modo, um contingente maior de pessoas a participarem dos outros diversos eventos que compunham a programação das festividades.

Além do exposto, Almeida[423] analisa a exploração publicitária da conquista da *Taça Independência*. Ao desenvolver essa apreciação, o autor chama a atenção para um aspecto pouco explorado no trabalho de Agostino.[424] Almeida demonstra que, além da sociedade brasileira, tal investimento propagandístico buscava atingir a comunidade internacional, que também recebia, através de diversos meios de comunicação social, mensagens que visavam reafirmar características de um imaginário social otimista sobre o Brasil, que, em linhas gerais, o identificava como uma pátria formidável e, sobretudo, predestinada ao sucesso.[425] Cabe destacar, ainda de acordo com o autor, que o uso publicitário do campeonato parece ter sido tão explícito que alguns países europeus chegaram a acusar publicamente o Brasil de instrumentalizá-lo politicamente. Aliás, em virtude disso, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Espanha, Holanda, Itália e Inglaterra teriam se recusado a enviar suas representações. Conforme Almeida, dois

---

[421] *Id.*
[422] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. A tese de doutorado defendida por Almeida foi publicada no formato de livro. Para mais informações, *cf.* ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
[423] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[424] AGOSTINO, Gilberto. *Op. cit.*
[425] Para mais informações, *cf.* a introdução desta tese.

aspectos teriam impulsionado o referido uso publicitário da taça: o primeiro refere-se a uma questão política mais ampla, que era o desejo de certos países europeus se afastarem do Brasil em função das violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar; o segundo relaciona-se com a campanha promovida por João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para alcançar a presidência da Federação Internacional de Futebol (FIFA), de modo a conquistar o posto então ocupado pelo inglês Stanley Rous. Como afirma o autor, acreditava-se, na ocasião, que Havelange poderia utilizar o campeonato para divulgar positivamente a sua gestão à frente do futebol brasileiro e, dessa maneira, conquistar votos de eleitores de outras nações.[426]

Janaína Cordeiro também estudou a *Taça Independência*. Mais precisamente, em sua tese de doutorado, defendida em 2012 e que, em resumo, tem como objetivo analisar os festejos cívicos vinculados às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.[427] Dos trabalhos sobre esse objeto de pesquisa, o desenvolvido por Cordeiro é o mais recente. A autora aprecia as relações estabelecidas entre os eventos cívicos mencionados e o processo de construção de um consenso social em torno da ditadura militar. No quarto capítulo de seu estudo,[428] Cordeiro se detém no exame do campeonato. A principal contribuição da autora é analisar a taça como um dos elementos conformadores do pacto social instituído entre regime militar e sociedade brasileira durante o governo Médici, o que se caracterizou como uma abordagem até então inédita sobre esse objeto de estudo. Dentro desse prisma, Cordeiro procura demonstrar como o campeonato sintetizou não apenas o espírito festivo que permeou as celebrações, mas, também, de uma maneira geral, os anos do próprio "milagre brasileiro".

Os parágrafos acima resumem, grosso modo, o que nos diz a historiografia elaborada sobre a *Taça Independência*. Como já pontuei,[429] em que pese as

---

[426] Voltarei a tratar desse assunto ainda neste capítulo, na seção intitulada *O surgimento de um imprevisto: a recusa de tradicionais seleções europeias*.

[427] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. A tese de doutorado defendida por Cordeiro foi publicada no formato de livro. Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

[428] O quarto capítulo da tese de doutorado defendida por Cordeiro foi publicado no formato de artigo. Para mais informações, *cf.* CORDEIRO, Janaína Martins. Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici. *Revista Perspectiva Histórica,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 97-124, 2012.

[429] Para mais informações, *cf.* a introdução desta tese.

contribuições dos estudos desenvolvidos por Agostino,[430] Almeida[431] e Cordeiro,[432] creio que existem algumas polêmicas e imprecisões nas narrativas historiográficas que abordam esse campeonato. Além disso, ao tomar a taça como objeto de pesquisa, bem como ao mobilizar o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil como repositório de fontes, verifiquei – como também já disse, mas vale igualmente lembrar – alguns aspectos relacionados ao campeonato que ainda não foram estudados e que podem, a meu ver, servir para ampliar o conhecimento histórico produzido a seu respeito.[433] Acredito que as referidas polêmicas, imprecisões e lacunas justificam a necessidade de lançarmos novos olhares sobre o objeto de estudo aqui delimitado. É o que procurarei fazer ao longo deste capítulo.

Primeiras articulações, ideal de "Brasil grande" e integração nacional

A citação abaixo está contida em biografia de Havelange publicada por Ernesto Rodrigues, em 2007,[434] e faz alusão a uma rememoração, feita pelo presidente da CBD, de uma reunião que ele teria tido com Médici, no gabinete presidencial do Palácio do Planalto, em 1972: "doutor Havelange, não temos muitos recursos, mas temos de festejar. Temos programas imensos na área de cultura, arte e música, mas o que toca mesmo a massa é o futebol. Seria bom se fizéssemos um torneio ou uma copa que pudesse situar de maneira valiosa e preciosa o Sesquicentenário".[435] Como chama a atenção Janaína Cordeiro,[436] é provável que a sugestão inicial para a realização do referido encontro tenha partido do presidente da república. Mas, de acordo com a autora, entendo que se a reunião foi mesmo realizada em 1972, ela foi convocada por Médici com atraso. Afinal, em janeiro de 1971, o presidente da CBD já tinha traçado um esboço da organização do torneio. Inclusive, já tinha até obtido reconhecimento e, a princípio, apoio por parte da FIFA.[437]

---

[430] AGOSTINO, Gilberto. *Op. cit.*
[431] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[432] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[433] Para mais informações, *cf.* a introdução desta tese.
[434] RODRIGUES, Ernesto. *Jogo duro:* a história de João Havelange. Rio de Janeiro: Record, 2007.
[435] *Ibid.*, p. 538.
[436] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[437] *Taça mostrará o Brasil*. Última Hora, 1º jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Em julho de 1971, autoridades do futebol mundial foram convocadas pela CBD para vistoriar dez dos doze estádios que receberiam os jogos da *Taça Independência*. Da FIFA, foram chamados o presidente Rous, o vice-presidente Mohamed Mustafah, o secretário-geral Helmut Kaiser e o membro do comitê executivo e secretário-geral da Confederação Africana de Futebol Ato Tessema. Teófilo Salinas, presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, também foi convidado. Todas as autoridades seriam acompanhadas por Havelange – como já vimos, presidente da CBD – e Abílio de Almeida, secretário-geral da comissão organizadora da taça e membro do comitê executivo da FIFA. Além da visita aos estádios, estava previsto um encontro, em Brasília, entre a comitiva e autoridades brasileiras. Também foi programado um passeio à Furnas, onde os visitantes teriam a oportunidade de ver um dos patrimônios do "Brasil grande": "um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo".[438]

Ainda em 1971 – mais precisamente, no mês de outubro – quem esteve no exterior foi Havelange, acompanhado de Abílio de Almeida. Os dirigentes brasileiros viajaram ao Peru, para entregar convites aos países filiados à Confederação Sul-Americana de Futebol: Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Venezuela, além do próprio Peru.[439] Com o intuito garantir a presença de seleções europeias, Havelange, em dezembro desse mesmo ano, fez uma outra viagem. O presidente da CBD esteve por 27 dias no "velho mundo", onde visitou 11 países e 15 cidades, percorrendo um total de 59 mil quilômetros em 49 horas de voo.[440] Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, Havelange fez um balanço positivo dessa última viagem: "pude mostrar, em todos os países que visitei, a capacidade da CBD organizar um torneio da dimensão da *Copa Independência*. Realmente foi um orgulho dizer que possuímos estádios de gabarito, todos eles modernos e confortáveis".[441]

De acordo com Cordeiro,[442] além de ter feito pessoalmente as viagens citadas no parágrafo anterior, Havelange teria, ainda, enviado emissários de sua confiança à África e à Ásia. Como afirma a autora, a ideia do presidente de CBD era: "reunir [na *Taça Independência*] seleções de todos – ou quase todos – os continentes".[443] O projeto de Havelange consistia, mais especificamente, em envolver 20 países na disputa do certame, quatro a mais que os 16 que disputaram o mundial de 1970. Para tanto, o

[438] *Dez estádios recebem uma visita importante*. Folha de S. Paulo, 29 jul. 1971, p. 32.
[439] *Havelange: os ingleses virão em 72*. Folha de S. Paulo, 1º out. 1971, p. 19.
[440] *CBD define quem participará da C. Independência*. Jornal do Brasil, 21 dez. 1971, p. 39.
[441] *Id.*
[442] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[443] *Ibid.*, p. 138.

torneio, orçado em 5 milhões de dólares, pôde contar com um financiamento da União de Bancos Brasileiros (UBB), na época presidida pelo embaixador Válter Moreira Sales.[444] Conforme Adjovanes Thadeu de Almeida,[445] a CBD foi a única responsável diante dos credores. Como explica o autor, a intenção da entidade era aplicar os possíveis lucros provenientes da taça em atividades economicamente rentáveis (como, por exemplo, fundos de investimento) e, dessa forma, assegurar a sua autonomia financeira. Cabe mencionar que a CBD não foi a única a ser beneficiada com o financiamento citado. Como avaliou Havelange, em entrevista concedida à revista *Manchete*: "se ganhamos, conseguindo o caríssimo financiamento do torneio, os banqueiros também ganharam, com os juros e comissões desses negócios".[446]

Devido ao expressivo volume de incentivos e investimentos públicos e privados, estádios foram reformados e, até mesmo, construídos. Na cidade do Rio de Janeiro (Guanabara), um moderno sistema de iluminação foi dado ao estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), embora o gramado, em virtude do excesso de jogos, tenha permanecido em péssimas condições.[447] Na cidade de Salvador (Bahia), obras foram feitas no estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), que teve sua capacidade ampliada para 110 mil torcedores.[448] Na cidade de Campo Grande – vale lembrar, capital do estado do Mato Grosso do Sul – a expectativa era grande: o estádio Pedro Pedrossian (Morenão), classificado por Rous como um dos mais bem projetados do mundo, se preparava para receber os seus primeiros jogos internacionais.[449] Ao todo, a comissão organizadora da *Taça Independência* contou com 12 estádios, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. Além dos já citados, também foram mobilizadas as instalações do estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi), localizado na cidade de São Paulo (Capital); do estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), localizado na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais); do estádio José Pinheiro Borda (Beira-Rio), localizado na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul); do estádio Rei Pelé (Trapichão), localizado na cidade de Maceió (Alagoas); do estádio José do Rego Maciel (Arruda), localizado na cidade de Recife

[444] *Os segredos de Estado da Minicopa*. Manchete, 3 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
[445] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[446] *Os segredos de Estado da Minicopa*. *Op. cit.*
[447] *Maracanã com nova luz e gramado velho*. Folha de S. Paulo, 25 dez. 1971, p. 16.
[448] *A taça mais cara do mundo*. O Cruzeiro, 21 jun. 1972, p. 19.
[449] *Jogo Paraguai x Bolívia movimenta Campo Grande*. O Globo, 17 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

(Pernambuco); do estádio Vivaldo Lima (Vivaldão), localizado na cidade de Manaus Amazonas; do estádio Lourival Batista (Batistão), localizado na cidade de Aracaju (Sergipe); do estádio Belfort Duarte (atualmente, denominado Major Antônio Couto Pereira), localizado na cidade de Curitiba (Paraná); e do estádio Humberto de Alencar Castelo Branco (Castelão), localizado na cidade de Natal (Rio Grande do Norte).[450]

Concordo com Almeida[451] ao afirmar que a *Taça Independência* foi mobilizada como uma via de reforço do ideal de "Brasil grande", algo que, como venho salientando ao longo desta tese, era bastante caro ao projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar. Em vista disso, não me parece ser equivocado dizer que, assim como a CBD e os banqueiros da UBB, a ditadura militar também visava lucrar, notadamente sob o ponto de vista simbólico, com a ocorrência do torneio. Como destaca Cordeiro,[452] o certame – até então, o maior já promovido por um único país[453] – caracterizou-se como uma oportunidade ímpar de demonstrar, para brasileiros e estrangeiros, o potencial da pátria no que tange à organização de grandes eventos internacionais. Ao falar sobre esse assunto em palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida foi incisivo: "vamos dar uma demonstração de grandeza do nosso país, mostrando-o ao mundo inteiro. Temos hoje os maiores estádios [...]. No mesmo dia podemos colocar um milhão e duzentas mil pessoas assistindo o seu esporte favorito. É uma demonstração de força que teremos ocasião de apresentar".[454]

Afora o reforço do ideal de "Brasil grande", a questão da integração nacional – que, como venho igualmente destacando ao longo desta tese, era um outro aspecto muito caro ao projeto de propaganda política elaborado pelo regime militar – também atravessou fortemente a organização da *Taça Independência*. Ao abordar esse assunto em suplemento especial sobre o torneio, a equipe editorial do *Jornal dos Sports* foi taxativa: "a inclusão da taça [...] no programa oficial dos festejos [...] evidencia o quanto o governo federal entende que, através das disputas esportivas, pode integrar ainda mais o país, unindo todos os brasileiros no desejo de novas vitórias da seleção tricampeã".[455] Cumpre frisar que o governo federal não era o único que via o torneio como algo que

---

[450] *Taça Independência: integração pelo futebol*. Jornal dos *Sports*, 6 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[451] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[452] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[453] *Taça Independência, o torneio de votos de João*. Veja, 14 jun. 1972, p. 81.
[454] *Taça mostrará o Brasil*. *Op. cit.*
[455] *Taça Independência*. Jornal dos *Sports*, 5 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

poderia favorecer a integração nacional. A CBD, por exemplo, enxergava a taça dessa mesma maneira, como se pode verificar na afirmação, contida em ofício direcionado à presidência da república, de que a confederação visava promover através do certame: "um trabalho de integração nacional por meio do futebol".[456] Nas palavras do próprio presidente da CBD, proferidas em entrevista dada ao já citado *Jornal dos Sports*, é possível perceber que, no seu entendimento, o futebol poderia servir, mais precisamente, como: "mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público". Segundo Havelange: "a CBD contava com o apoio de todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com seu esforço".[457]

Em função do exposto, concordo novamente com Almeida[458] ao afirmar que a *Taça Independência* também foi utilizada – tanto em virtude da capacidade de mobilização do futebol quanto devido à capilaridade do torneio (que, como já vimos, contava com 12 cidades-sedes, espalhadas por todas as regiões brasileiras) – como uma ferramenta de integração nacional. Como explica Maria Celina D'Araújo,[459] a projeção, seja nacional ou internacional, do ideal de "Brasil grande" durante o governo Médici perpassou por diversos atos voltados para a integração do território nacional, haja vista que tal integração era concebida, por esse mesmo governo, como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa do país. Com efeito, o já bastante conhecido Plano de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970,[460] ocupa uma posição de proeminência entre as medidas implementadas para integrar o território brasileiro. Entretanto, como chama atenção Filipe Soares,[461] o PIN foi apenas um dos aspectos de uma complexa maquinaria utilizada com vistas ao alcance dessa finalidade. Dito de outra forma, a integração – entendida, simultaneamente, como uma estratégia de desenvolvimento (sobretudo, de

[456] *Ofício nº 4554*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 32.
[457] *Taça Independência: integração pelo futebol*. Jornal dos *Sports*, 6 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[458] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[459] D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento:* Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.
[460] Para mais informações, *cf.* Decreto-Lei nº 1.106/1970. Diário Oficial da União, 16 jun. 1970, s. 1, p. 4521.
[461] SOARES, Filipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste):* discursos e políticas governamentais (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

deslocamento do centro de gravidade da economia para o norte, repetindo nessa região aquilo que já se havia conseguido realizar na região centro-sul do país) e de segurança nacional (especialmente, de proteção da Amazônia da cobiça internacional e de possíveis ações das esquerdas) – também estava ligada a outros diversos atos, que ainda merecem ser alvo de estudos mais pormenorizados no campo da História. Entre elas, poderia destacar, mais especificamente, aquelas que foram voltadas, eminentemente, para integração cultural das mais distintas regiões brasileiras – como, por exemplo, a mobilização política, com essa finalidade, de eventos esportivos, dos quais são dignos de nota, além da taça, os pouco estudados *Torneio Roberto Gomes Pedroso* (1967-1970), *Torneio de Integração Nacional* (1971) e *Campeonato Nacional de Clubes* (1971-1974).[462]

O surgimento de um imprevisto: a recusa de tradicionais seleções europeias

Todo o cuidado dispensado com os preparativos da *Taça Independência* não foi suficiente para impedir o surgimento de imprevistos, que, como veremos a seguir, colocaram em xeque o próprio sucesso do campeonato. O primeiro deles foi, certamente, a não participação de tradicionais seleções europeias. Em um primeiro momento, foram convidadas para participar da competição todas as seleções, até então, campeãs mundiais: Uruguai, Itália, Alemanha Ocidental e Inglaterra. Das quatro, a seleção uruguaia foi a única que acenou positivamente. Já a seleção inglesa foi, por sua vez, a primeira a manifestar a sua recusa. Embora o certame já estivesse incluído no calendário do *English Team* desde 1971, os jogadores da Inglaterra não foram liberados por seus clubes, em função de coincidência de datas com a *Copa da Europa*.[463]

Até aí, tudo parecia estar sob controle. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, logo após voltar de viagem feita ao "velho mundo", Havelange afirmou que tinha contornado a situação, garantindo a presença de uma substituta de peso: a tradicional seleção espanhola. Ademais, amenizou a situação, afirmando que todos os países consultados – Rússia, França, Portugal, Alemanha Ocidental, Itália, entre outros – aceitaram participar da *Taça Independência*, fazendo apenas algumas reivindicações a

[462] Para mais informações, *cf.* SCHATZ, Patrícia Volk; ESPÍNDOLA, Carlos José. *Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro* de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016.

[463] *Os europeus aceitam perder campeonatos, mas, jamais, a FIFA*. Manchete, 20 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.

respeito das datas. O presidente da CBD disse, ainda, que havia uma lista de espera de seleções interessadas: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Holanda, Suíça, Escócia, Bélgica, Suécia e Romênia.[464]

O problema é que, com o passar do tempo, seleções que confirmaram participação no torneio mudaram de ideia, sinalizando uma posição de desistência. A própria Espanha, que iria substituir a Inglaterra, resolveu não participar. Inicialmente, os espanhóis condicionaram a sua participação ao pagamento de uma dívida de 65 mil dólares, contraída pelo Clube de Regatas Flamengo junto ao Futbol Club Barcelona. A CBD pagou a quantia solicitada prontamente. No entanto, a despeito da quitação da dívida, a Espanha decidiu não enviar a sua seleção, alegando conflito de datas com a *Copa da Espanha* e a *Taça Generalíssimo*.[465] Já a Alemanha Ocidental afirmou que, após uma sequência de duas desgastantes partidas contra os ingleses, válidas pelas quartas de final da *Taça das Nações*, não conseguiria se recuperar fisicamente a tempo de viajar para o Brasil.[466] Para os italianos, o problema era de caráter econômico. Eles sustentaram que suas agremiações não estavam dispostas a ceder os seus principais valores, devido à possibilidade de perderem muito dinheiro com a ocorrência de algum imprevisto, como, por exemplo, ter um de seus atletas lesionado, em decorrência da participação na *Taça Independência*.[467] Países europeus menos expressivos no "mundo do futebol" também agiram de modo semelhante. A Áustria chegou até a pedir para ser convidada e, quando a CBD formalizou o convite, alegou que não iria mais participar do certame. O mesmo aconteceu com Bélgica, Holanda e Hungria.[468]

Como se pode notar, a ordem era dizer não à *Taça Independência*. Mas o que estava por trás disso tudo? Na academia, existem duas teses que visam explicar as recusas das seleções europeias. A primeira, defendida tanto por Adjovanes Thadeu de Almeida[469] quanto por Janaína Cordeiro,[470] afirma que houve um boicote, capitaneado por Rous, à candidatura de Havelange à presidência da FIFA. Tal tese – que, na época, foi bastante difundida na imprensa escrita nacional[471] – parece-me ser, de fato,

---

[464] *Taça Independência: calendário vai mudar*. Folha de S. Paulo, 21 dez. 1971, p. 32.
[465] *Espanha diz não ter medo e sim falta de datas*. O Jornal, 26 fev. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[466] *Os segredos de Estado da Minicopa. Op. cit.*
[467] *Os europeus aceitam perder campeonatos, mas, jamais, a FIFA. Op. cit.*
[468] *Os segredos de Estado da Minicopa*. *Op. cit.*
[469] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[470] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[471] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.

pertinente. Afinal, como chama a atenção Cordeiro, anos mais tarde o próprio Havelange admitiu a Ernesto Rodrigues[472] – como já vimos, seu biógrafo – que tudo não passava de uma estratégia política de Rous e seus aliados. Nas palavras do presidente da CBD: "desde o primeiro momento não foi fácil lidar com os europeus [...]. Como eu era candidato à presidência da FIFA, me tiraram a escada".[473]

Todavia, cabe destacar, ainda de acordo com Cordeiro,[474] que, em 1972, a estratégia do comitê organizador do torneio foi negar o boicote dos europeus. Em entrevista coletiva concedida no auditório da CBD, Havelange adotou uma postura conciliadora: "fui lançado pela Confederação Sul-Americana de Futebol e aceitei a candidatura. Não acho que um candidato de um continente que possui apenas 10 votos seja preocupação para os europeus [...]. A ausência de alguns países não tem nenhum caráter político".[475] Em já citada palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida teve a mesma conduta. Inclusive, chegou a elogiar a postura do então presidente da FIFA: "Rous teve uma atitude extraordinária, pois, no dia 10 de janeiro de 1971, na Reunião do Comitê Executivo da FIFA, em Atenas, deu apoio integral à *Taça Independência*, justificando que o Brasil era, de fato, o líder do futebol mundial e merecia a promoção".[476] Como se pode perceber, a ideia dos brasileiros era evitar polêmicas e, assim, preservar a imagem da taça e do próprio presidente da CBD – candidatíssimo ao posto máximo da FIFA.

A segunda tese explicativa das recusas é defendida apenas por Almeida.[477] Segundo o autor: "havia a preocupação, em países europeus, de afastar-se do governo brasileiro, então acusado de promover violações dos direitos humanos".[478] A tese em questão parece-me ser frágil. Primeiramente, porque Almeida não apresenta as fontes mobilizadas para fazer tal afirmação. Ao analisar a documentação contida no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como as demais fontes utilizadas pelo autor, não encontrei nenhum registro que possibilitasse a defesa da referida tese. Pude observar, ainda, que países que se recusaram a participar da *Taça Independência* enviaram representantes para disputar

---

[472] RODRIGUES, Ernesto. *Op. cit.*
[473] *Ibid.*, p. 136.
[474] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[475] *Supercopa já tem os cinco que jogam final*. Jornal dos *Sports*, 4 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[476] "*Taça mostrará o Brasil. Op. cit.*
[477] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[478] *Ibid.*, p. 126.

campeonatos de outras modalidades esportivas. É o caso, por exemplo, da Alemanha Ocidental, que enviou atletas para participarem das seis edições do *Sarau Internacional de Ginástica Moderna*, ocorridas, como já pontuei, em 6 de maio, na cidade de Porto Alegre; em 10 de maio, na cidade de Belo Horizonte; em 13 de maio, na cidade de Brasília (Distrito Federal); em 16 de maio, na cidade de Salvador; em 19 de maio, na cidade de Recife; e de 21 a 22 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.[479] Ora, se a recusa da Alemanha Ocidental, assim como a dos demais países que optaram por não participar da taça, estivesse, de fato, associada a um posicionamento político de afastamento, em função dos desrespeitos aos direitos humanos cometidos pelo Brasil, creio que não faria sentido deixar de participar de um torneio de futebol e enviar representantes para disputar campeonatos de outras modalidades esportivas. Entre tantos, mais um exemplo que põe em xeque a tese de Almeida é a recusa da própria Espanha, que, na ocasião, também vivenciava um regime ditatorial, acusado no cenário internacional de cometer práticas que violavam os direitos humanos.

Enfim, as tradicionais seleções europeias foram substituídas por outras de menor vulto: Escócia, Tchecoslováquia e União Soviética, que, ao lado de Brasil e Uruguai, formaram o grupo dos países pré-classificados para a fase eliminatória da *Taça Independência*. Já para a etapa preliminar, três grupos foram formados. No Grupo I, cujas as sedes foram as cidades de Aracajú, Maceió e Salvador, ficaram Argentina, Colômbia, França, Seleção da África e Seleção da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF). Essa última substituiu o México, que, de última hora, também desistiu de participar do torneio. O Grupo II foi formado por Irã, Chile, Equador, Irlanda e Portugal. As sedes do grupo foram as cidades de Natal e Recife. No Grupo III, que teve como sedes as cidades de Curitiba, Campo Grande e Manaus, foram alocadas as seleções da Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Iugoslávia. O primeiro colocado de cada grupo iria disputar, junto com os países pré-classificados, a fase eliminatória da taça.[480] Ao todo, foram 20 as seleções que participaram do campeonato, número superior ao da copa de 1970, que, como já disse, contou com 16 países.

---

[479] Para mais informações sobre as seis edições do *Sarau Internacional de Ginástica Moderna* e, também, sobre os demais eventos esportivos que fizeram parte da programação oficial e extraoficial das comemorações dos 150 anos da emancipação política nacional, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.

[480] *Minicopa é show de bola para o mundo*. Jornal do Commércio, 7 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

A etapa preliminar do torneio e um novo imprevisto: os estádios vazios

As palavras abaixo foram ditas por Havelange, em entrevista concedida ao *Jornal dos Sports*: "fiz quase o impossível para ter os ex-campeões do mundo [...]. Mas a *Copa Independência* terá o mesmo brilhantismo, com os substitutos. O brasileiro gosta muito de futebol e assistirá todas as partidas". Conforme o presidente da CBD: "a medida que o torneio se aproximar do final, a torcida, numa explosão só nossa, encherá os estádios. A *Supercopa* é o evento principal das festividades do Sesquicentenário da Independência e será um sucesso autêntico".[481]

A despeito do otimismo expresso na fala de Havelange, a *Taça Independência*, em sua etapa preliminar, não despertou muito interesse no público em geral. Em que pese toda a expectativa gerada pelos meios de comunicação,[482] o torneio iniciou de um modo tímido. A taça não contou, por exemplo, com uma grande cerimônia de abertura, traço característico dos eventos esportivos de maior vulto. Ademais, a seleção brasileira só entrou em campo na fase eliminatória do campeonato. Isso fez com que o início do certame, no dia 11 de julho, fosse marcado pelo acontecimento de jogos pouco expressivos, que contaram com a presença de um público muito abaixo do esperado: Irlanda 2 x 1 Irã, em Recife; Portugal 3 x 0 Equador, em Natal; Peru 3 x 0 Bolívia, em Curitiba; Paraguai 4 x 1 Venezuela, em Campo Grande; França 5 x 0 CONCACAF, em Salvador; e Argentina 2 x 0 África, em Aracajú.[483]

Em termos gerais, os estádios vazios foram um traço característico de toda a primeira fase da *Taça Independência*. Tendo em vista evitar esse quadro, a CBD lançou mão de algumas estratégias, que contribuíram para o aumento do público presente nos estádios, embora não como o desejado. Uma delas foi o sorteio de brindes aos torcedores – inclusive, tal como pude verificar ao analisar a *III Olimpíada do Exército*, de automóveis VW Fusca 1500, vulgo Fuscão, zero quilômetros.[484] Também foram distribuídos, gratuitamente, ingressos para estudantes universitários e secundaristas.[485]

---

[481] *Supercopa já tem os cinco que jogam a final*. Jornal dos *Sports*, 4 mar. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[482] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.
[483] *Relembre a Taça Independência de 1972, uma verdadeira Minicopa*. Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/blog/historias-do-futebol-carioca/selecao-brasileira/relembre-a-taca-independencia-de-1972-uma-verdadeira-minicopa>. Acesso em: 25 mai. 2015.
[484] *Renda em natal sobe com o sorteio*. Jornal dos *Sports*, 14 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[485] *Chile arma esquema para barrar Portugal*. Folha de S. Paulo, 16 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Cabe destacar que grande parte desses ingressos foram parar nas mãos de cambistas, que os revendiam ao público geral.[486] Tal prática gerou prejuízos e desgastes para a comissão organizadora do torneio, que, além de investir no aumento da repressão policial, começou a exigir identificação dos estudantes no momento de entrada nos estádios.[487] Em Pernambuco, a resposta dada às práticas de cambismo foi um pouco mais dura: a gratuidade passou a ser concedida apenas a menores de 12 anos, acompanhados dos pais ou responsáveis.[488]

Adjovanes Thadeu de Almeida[489] aponta dois possíveis aspectos que contribuíram para o esvaziamento dos estádios na primeira etapa na *Taça Independência*: o alto preço dos ingressos, duramente criticado pela imprensa escrita nacional; e a concorrência das emissoras de televisão, que, a partir da organização de um *pool* televisivo, transmitiram os jogos para todos os estados e territórios brasileiros. De acordo com Janaína Cordeiro,[490] acredito que também devemos considerar ser praticamente inevitável verificar, em uma competição que reúne 20 seleções internacionais, a baixa frequência de público em determinados jogos. Como afirma a autora: "não é difícil supor que partidas como CONCACAF x Colômbia ou Equador x Ásia, para citar apenas alguns exemplos, não despertassem mesmo o interesse da torcida".[491] Aliás, creio que esse foi, com efeito, o principal motivo da baixa afluência de público na fase inicial do certame. Afinal, como veremos mais adiante, a despeito do valor das entradas e da cobertura televisiva, conseguiu-se alcançar uma boa média de público durante as eliminatórias do campeonato: momento marcado pela ocorrência de jogos disputados entre seleções que contavam com um maior prestígio no "mundo do futebol". Entre elas, a própria seleção brasileira.

Em função desse cenário, "choveram" críticas, na imprensa escrita nacional, à comissão organizadora da *Taça Independência*. Segundo nota publicada no periódico *Diário do Comércio*, o esvaziamento dos estádios na primeira fase do torneio era: "decorrência de uma série de erros que vem sendo cometidos. Sendo o maior deles a

---

[486] *O escrete em ritmo de vaia*. Manchete, 1º jul. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
[487] *Câmera – coluna de Luiz Bayer*. Jornal dos *Sports*, 13 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[488] *Federação não dá mais ingressos*. Jornal dos *Sports*, 13 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[489] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[490] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[491] *Ibid.*, p. 154.

comercialização que provoca o afastamento e o desinteresse dos entusiastas".[492] Observa-se, ainda na nota em destaque, algumas questões endereçadas aos responsáveis pela organização do certame: "será que os dirigentes não percebem isso? Será que vão insistir em seus erros até que o futebol esteja definitivamente sepultado? Esperamos que não".[493] Além das críticas à "comercialização" do futebol, entendida como o principal fator causador do alto preço dos ingressos, muito se falou da baixa qualidade técnica dos jogos e de a taça ter interrompido o andamento dos campeonatos estaduais. Em nota não assinada, publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, lamenta-se: "se fizesse um plebiscito entre os torcedores cariocas [...] não creio que eles quisessem trocar os clássicos regionais, recheados de cobras, por uma série de jogos de seleções medíocres ou quase desconhecidas. [...] É uma pena".[494]

Como destaca Almeida,[495] Havelange, mesmo com as críticas recebidas, alegou ter ficado satisfeito com a primeira etapa da *Taça Independência*. Inclusive, ao fazer um balanço, em entrevista concedida ao *Jornal dos Sports*, o presidente da CBD foi além. Afirmou que, afora o futebol de nível satisfatório observado até então, em função do bom desempenho dos dirigentes: "[o torneio] exaltará também o Brasil no exterior, no âmbito administrativo".[496] A verdade é que, apesar da visão otimista de Havelange, o que eu pude notar nas fontes por mim analisadas é que foi o pessimismo em relação ao sucesso da taça que, com efeito, marcou a sua fase preliminar. Como resume Cordeiro: "parecia que aos poucos a *Supercopa* dos sonhos da CBD se transformava, de fato, em uma *Minicopa*".[497]

Super ou mini? Uma análise das dimensões simbólicas do torneio

Como se pode perceber, a *Taça Independência* foi projetada para ter, de fato, as dimensões simbólicas de uma *Supercopa*. Afinal, além de ser o "torneio dos votos de Havelange", também deveria ser o evento mais popular dos festejos do Sesquicentenário

---

[492] *Futebol*. Diário do Comércio, 20 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[493] *Id.*
[494] *Uma pena*. Tribuna da Imprensa, 15 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[495] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[496] *Câmera – coluna de Luiz Bayer*. Jornal dos *Sports*, 14 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[497] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*, p. 148.

da Independência do Brasil: um conjunto de celebrações que, como define Janaína Cordeiro,[498] caracterizou-se, de um modo geral, pela imponência e obsessão por grandeza, pelo intento de mostrar, aos brasileiros e ao mundo, a potência em que o país, que experimentava o "milagre econômico", havia se transformado. Portanto, a taça não visava somente demonstrar, nos gramados, a qualidade do selecionado nacional de futebol, recém-consagrado com a conquista do tricampeonato mundial, na copa de 1970. Mais do que isso, buscava-se, igualmente, evidenciar as capacidades de realização de Havelange e, sobretudo, do "Brasil grande".

Embora nascida para ser "grande", a *Taça Independência* teve sua magnitude colocada em xeque pelas recusas das tradicionais seleções europeias, bem como pelo pouco interesse demonstrado pelo público durante a sua fase preliminar. Foi um momento difícil para a CBD. Os estádios vazios geraram uma arrecadação muito abaixo do esperado, causando prejuízos para os organizadores do evento.[499] Diante desse cenário, Médici foi solidário. Como destaca Adjovanes Thadeu de Almeida,[500] o presidente da república autorizou a subvenção de parte das despesas do campeonato, liberando cerca de 430 mil dólares para custeio de gastos com deslocamento das delegações envolvidas com o certame.[501] Cabe registrar que a ajuda não vinha somente do governo federal. Como afirmou Abílio de Almeida em entrevista dada ao jornal *Última Hora*, o apoio recebido era geral: "já viajei por todo o Brasil e sinto à vontade que todos têm para colaborar. Os governadores dão tudo o que pedimos, facilitam as coisas e tornam a missão mais fácil".[502] Em contrapartida, a CBD teve que exibir, antes de todas as partidas, vídeos de 50 minutos sobre o Brasil, as cidades e os estádios que sediavam os jogos. Segundo Almeida, a ideia era mostrar as grandezas do país ao mundo.[503]

Apesar de todo o apoio, após o fim da *Taça Independência*, seus organizadores constataram que o certame resultou em déficit financeiro – que, como demonstra

---

[498] *Id.*
[499] *Argentina, França, Portugal, Eire, Peru e Iugoslávia disputam as três vagas que restam nas semifinais.* Manchete, 24 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
[500] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[501] *Seleções ganham passagens para disputar a Taça.* Jornal dos *Sports*, 15 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[502] *Taça mostrará o Brasil. Op. cit.*
[503] *Id.*

Almeida,[504] no final das contas foi, mais uma vez, sanado por meio do emprego de recursos públicos. Mas seria possível associar o prejuízo gerado pelo campeonato, assim como os demais problemas até aqui citados, a um quadro de fracasso geral do evento? Parece-me que não. Cabe lembrar, tal como chama a atenção Cordeiro,[505] que os objetivos centrais do certame eram, sobretudo, políticos: promover a candidatura de Havelange à presidência da FIFA e celebrar o 150º aniversário da emancipação política nacional.[506] Em relação ao primeiro objetivo, sabemos que Havelange, dois anos após a ocorrência do campeonato, conseguiu se eleger. No entanto, a importância da taça para a ocorrência de tal feito é tema ainda a ser estudado. Embora reconheça a relevância desse objeto de pesquisa, sua abordagem me distanciaria demasiadamente do escopo deste capítulo. Sendo assim, privilegiarei a análise do segundo objetivo citado. Afinal, qual foi o significado do torneio para o país que, durante um momento de apogeu do governo Médici, comemorava os 150 anos de sua independência?

Para compreendermos melhor a questão em tela é fundamental lançarmos luzes sobre a segunda etapa da *Taça Independência*: ocasião em que entra em campo o escrete canarinho. Assim como Almeida,[507] percebi que, a partir da segunda quinzena de julho, há uma mudança no foco da imprensa escrita nacional.[508] Paulatinamente, saem de cena os problemas que marcaram a primeira fase do campeonato e começam a ganhar destaque discursos otimistas, em grande medida associados à atuação seleção brasileira. Em vista disso, creio que, em que pese os percalços enfrentados durante a etapa preliminar, não podemos tomá-los como base para constatarmos, apressadamente, o fracasso geral do torneio. De acordo com Cordeiro, acredito que optar por tal entendimento: "confirma uma interpretação maniqueísta do futebol sob a ditadura militar, resumindo-o ao sucesso (1970) ou ao insucesso (1972) da ditadura em manipulá-lo ao seu favor".[509] É necessário, portanto, termos cuidado ao analisar o papel do futebol naquela complexa conjuntura: período em que, como define a autora, o "pendulo do orgulho nacional" oscilava invariavelmente entre dois extremos, "super" e

---

[504] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[505] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[506] *FIFA, esse sonho.* Manchete, 13 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
[507] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[508] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.
[509] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*, p. 153.

"mini", apesar de todo o alarde, feito pelo regime militar e por diversos segmentos da sociedade brasileira, de que o país havia se transformado, enfim, em uma grande potência.

A fase eliminatória do torneio e a campanha do escrete canarinho

Como se pode verificar na citação abaixo, que é trecho de uma matéria publicada pela revista *Manchete*, foi somente na segunda etapa da *Taça Independência*, momento em que se iniciou a campanha do escrete canarinho, que o torneio, enfim, passou a "existir" para os brasileiros: "o Brasil entrou em campo. A *Minicopa* começou a existir. Agora, está depurada, cheia de cobras checos, escoceses (legítimos), russos, iugoslavos, portugueses, uruguaios e argentinos". Nas semifinais: "não há zebras [...]. Trata-se, agora, de assistir ao choque das mais representativas escolas táticas da Europa e da América do Sul. E repete-se a pergunta: estará o Brasil em condições de derrotá-las?"[510]

Para a segunda fase do campeonato, estava prevista a formação de dois grupos (A e B), compostos pelas seleções classificadas em primeiro lugar na etapa inicial, assim como pelas que já estavam pré-classificadas. A ideia era fazer com que, em um primeiro momento, os componentes de cada chave se enfrentassem entre si.[511] Em seguida, os primeiros colocados de cada grupo disputariam a final do certame, com direito a uma premiação de 50 mil dólares para o campeão e 30 mil para o vice. Os segundos colocados disputariam o terceiro lugar geral. Para esse caso, foram destinados 20 mil dólares para a premiação do terceiro colocado e 10 mil para o quarto.[512] Iugoslávia (primeira colocada do Grupo III), Brasil, Escócia e Tchecoslováquia eram os componentes do Grupo A. Argentina (primeira colocada do Grupo I), Portugal (primeiro colocado no Grupo II), União Soviética e Uruguai formaram o Grupo B.[513]

A estreia da seleção brasileira ocorreu no dia 28 de junho, em jogo contra a Tchecoslováquia, no Maracanã. Como já pontuei, o estádio tinha acabado de ser equipado com um moderno sistema de iluminação, instalado, sobretudo, para melhorar

[510] *Minicopa – o Brasil não pode perder*. Manchete, 13 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
[511] *Taça Independência*. A Tribuna, 26 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[512] *Os segredos de Estado da Minicopa*. *Op. cit.*
[513] *Relembre a Taça Independência de 1972, uma verdadeira Minicopa*. *Op. cit.*

a qualidade do televisionamento, direto e a cores, das partidas.[514] Ademais, também cabe destacar que o Maracanã contava com a presença de "personalidades ilustres", tais como: Rous, Havelange, Médici e Antônio Chagas Freitas, governador do estado da Guanabara.[515] Os torcedores comuns também compareceram, munidos de grande expectativa para o jogo. Para a frustração do público, a partida terminou em empate sem gols. Como resumiu o jornalista Ney Bianchi, em matéria publicada na revista *Manchete*: "parecia uma parada fácil. Foi goleando os tchecos por 4 a 1 que o escrete de ouro, dois anos atrás, abriu em Guadalajara o caminho para o tri. Uma goleada ainda mais espetacular era o que esperava aquela torcida imensa no Maracanã [...]. Mas o tempo foi passando e os gols não vieram".[516] Para o técnico Zagallo, foram dois os aspectos que inviabilizaram a vitória do escrete canarinho na estreia do torneio: "a retranca tcheca e o azar, que fez defesas fabulosas, pelas mãos do goleiro Viktor".[517]

O segundo jogo da seleção brasileira aconteceu no dia 2 de julho, no Morumbi. O adversário foi a Iugoslávia. Mesmo vindo de um empate sem gols na primeira partida, o selecionado nacional contou com total apoio dos paulistas, que, assim como os cariocas, lotaram o estádio e fizeram uma grande festa. Além dos cantos de incentivo ao escrete canarinho, vaias também eram ouvidas frequentemente, com o intuito de atrapalhar a concentração dos iugoslavos, no momento em que mantinham a posse da bola.[518] A seleção brasileira retribuiu o "empurrão" dado pela torcida: com boa atuação, venceu a Iugoslávia por 3 a 0, com dois gols de Leivinha e um de Jairzinho.[519] Segundo Ney Bianchi, parecia que, finalmente, o futebol demonstrado na copa de 1970 dava sinais de que iria voltar à tona: "a entrada de Leivinha no lugar de Paulo César marcou o reencontro dos tricampeões mundiais com o gol. E eles puderam, então, reviver – embora ainda um tanto *flou* – a sua melhor imagem mexicana".[520]

O último passo para o alcance da tão desejada vaga na final da *Taça Independência* era o embate contra a Escócia. A partida ocorreu no dia 5 de julho, no

---

[514] *Jogo do Brasil inaugura iluminação do Maracanã*. Gazeta de Notícias, 25 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[515] *O presidente não pode ver uma vitória*. Jornal dos *Sports*, 29 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[516] *0 x 0. Primeira barreira*. Manchete, 15 jul. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
[517] *Id.*
[518] *Torcida paulista emociona a seleção*. Jornal do Brasil, 3 jul. 1972, p. 50.
[519] *Segunda barreira. 3 x 0*. Manchete, 15 jul. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
[520] *Id.*

Maracanã. O jogo foi difícil e marcado pela tensão. A derrota para os escoceses significaria a desclassificação do Brasil. Mais uma vez, a torcida brasileira compareceu em massa, lotando o estádio. A estratégia adotada pelo público presente foi a mesma dos que estiveram no Morumbi: para o selecionado nacional, apoio irrestrito; para o adversário, vaias "monumentais" – que, inclusive, deixaram o técnico escocês bastante irritado no término da partida. Apesar de todo o incentivo por parte da torcida, o escrete canarinho não fez um bom jogo. Pouco se criou diante da ríspida "retranca" armada pela Escócia. Mas, para o "bem e felicidade da nação", tudo acabou dando certo. Pouco antes do fim da partida, aos 38 minutos do segundo tempo, Jairzinho fez 1 a 0. Foi o gol da vitória, que também selou o passaporte da seleção brasileira para a disputa da final do certame.[521]

Uma final surpreendente: Brasil *versus* Portugal

Parece até armação: foi a seleção portuguesa, primeira colocada no Grupo B, que se classificou para enfrentar o escrete canarinho na decisão da *Taça Independência*. Adjovanes Thadeu de Almeida chega a falar em favorecimento dos países finalistas: "os organizadores da *Minicopa* procuraram direcionar os semifinalistas, colocando Portugal e Brasil em grupos com adversários mais fáceis".[522] Discordo do autor citado. Afinal, ao verificar a tabela e a cobertura dada pela imprensa escrita nacional à segunda fase do campeonato, percebi que, de fato, a distribuição das equipes favoritas ao título estava equilibrada.[523] Também cumpre mencionar, de acordo com Janaína Cordeiro,[524] que Portugal sequer foi cogitado nas estimativas iniciais, feitas pelos jornalistas esportivos, sobre quem chegaria à final do certame. Como demonstra a autora, os mais cotados – além do Brasil, favoritíssimo ao título – eram Argentina, Escócia, Iugoslávia e Uruguai. A presença do selecionado português na final da taça foi, portanto, um tanto quanto inesperada. Dito de outra forma, foi muito mais fruto de uma boa e surpreendente campanha desempenhada por Portugal do que de manipulações da tabela feita pelos organizadores do campeonato.[525]

---

[521] *Segunda barreira. 3 x 0. Op. cit.*
[522] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*, p. 136.
[523] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 58 e 58a.
[524] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[525] *Brasil favorito decide Taça hoje com Portugal*. Jornal do Brasil, 9 jul. 1972, p. 1.

A decisão da *Taça Independência* ocorreu no dia 9 de julho, no Maracanã. Naquela final, era grande a expectativa depositada pelos brasileiros no escrete canarinho. Os baianos – que, por exemplo, demonstraram pouco entusiasmo durante a primeira etapa do torneio – chegaram a organizar caravanas de ônibus, percorrendo uma distância total de 3.200 quilômetros, só para estar presente na decisão do campeonato.[526] Nem mesmo o clima instável e a temperatura em declínio afastaram os torcedores, que, ao invés de privilegiar as transmissões do jogo feitas pela televisão ou pelo rádio, não mediram esforços para comparecer ao estádio. O público da partida foi estimado em 100 mil espectadores, que se espremeram no Maracanã para incentivar a seleção brasileira.[527] Afora a disputa do título em si, um outro ingrediente apimentava a partida entre Brasil e Portugal. O selecionado nacional vinha embalado por uma expressiva sequência de invencibilidade, que estava próxima de completar 3 anos.[528] Inclusive, caso se sagrasse vitorioso na final do certame, o Brasil iria superar um recorde alcançado pela Hungria, que, entre 1950 e 1951, se manteve invicta por 32 jogos consecutivos.[529]

Antes da decisão entre Brasil e Portugal – mais precisamente, a partir das 16 horas – aconteceu o jogo entre Iugoslávia e Argentina, que valia o terceiro lugar geral da *Taça Independência*. Os torcedores brasileiros chegaram cedo no Maracanã, para prestigiar a partida preliminar e, sobretudo, torcer contra o seu principal arquirrival sul-americano.[530] Médici também resolveu chegar com antecedência no estádio. No intervalo da partida preliminar, já se podia notar a presença do presidente da república, acompanhado de Chagas Freitas e do então general ministro do Exército Orlando Geisel. Aplaudido de pé pelo público presente, Médici demonstrou gentileza ao retribuir a boa recepção, acenando para os populares, com um sorriso no rosto, do alto da tribuna de honra.[531] Em linhas gerais, autoridades e torcedores comuns assistiram um Iugoslávia *versus* Argentina tumultuado e violento, que, aliás, chegou a ser interrompido por 24 minutos, em função de uma briga generalizada travada entre os jogadores que estavam em campo.[532] Apesar das cenas de pancadaria, parece-me que o placar final, de um

[526] *Os maxi prejuízos da Taça*. Veja, 12 jul. 1972, p. 72.
[527] *No gol da Jair, a Taça que fica*. Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 17.
[528] *O Brasil não pode perder. Op. cit.*
[529] *Brasil quebra recorde da Hungria.* Jornal do Brasil, 10 jul. 1972, p. 50.
[530] *Iugoslávia derrota a violência.* Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 19.
[531] *Primeiro nervoso; depois, só alegria*. Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 21.
[532] *Iugoslávia derrota a violência. Op. cit.*

modo geral, agradou os brasileiros. A partida terminou com uma goleada, de 4 a 2, da Iugoslávia sobre a Argentina.[533] Mas o melhor ainda estava por vir.

Brasil e Portugal entraram em campo pouco antes das 18 horas.[534] Eis a escalação da seleção portuguesa, que tinha como base o time do Benfica: José Henrique, Artur, Humberto, Messías, Adolfo, Toni, Jaime Graça, Peres, Jordão, Eusébio e Diniz. Já a base do escrete canarinho era o time campeão da copa de 1970: Leão, Zé Maria, Brito, Vantuir, Marco Antônio, Clodoaldo, Gerson, Rivellino, Jairzinho, Leivinha e Tostão.[535] Em que pese a ausência dos tricampeões mundiais Félix, Piazza, Everaldo e Carlos Alberto, o que se pôde notar, durante toda a *Taça Independência*, foi uma grande preocupação com a ausência de Pelé, que, em 1971, tinha encerrado sua carreira na seleção brasileira, passando a jogar somente pelo Santos Futebol Clube.[536] Segundo Ernesto Rodrigues,[537] o "Rei do futebol" chegou até a ser convidado, pelo então presidente da CBD, para participar do certame. No entanto, para a fúria de Havelange, Pelé teria condicionado o seu retorno à seleção brasileira ao recebimento de um cachê diferenciado dos demais jogadores. De acordo com o jornalista esportivo Juca Kfouri, o "Rei" teria se recusado receber a quantia de apenas 1.000 dólares por partida, alegando que ganhava o triplo desse valor para participar dos amistosos que realizava pelo Santos.[538]

Por volta das 18 horas, logo depois de tocarem os hinos nacionais, o juiz israelense Abraham Klein deu o apito inicial: começava a partida.[539] De um modo geral, a final da *Taça Independência* foi tensa e equilibrada.[540] Portugal surpreendeu: resolveu mudar o sistema de jogo adotado ao longo de todo o campeonato, optando por privilegiar um esquema tático defensivo. Apesar da "retranca" montada pelos portugueses, o Brasil chegou até a criar algumas situações de gol, que não obtiveram êxito.[541] Assim como Portugal, Médici também surpreendeu aqueles que o acompanhavam. Afinal, o presidente da república parecia estar um tanto quanto inquieto: além de dar frequentemente socos no ar e levantar os braços diante de gols

---

[533] *Iugoslávia, terceiro lugar com todos os méritos*. Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 17.
[534] *Primeiro nervoso; depois, só alegria. Op. cit.*
[535] *Relembre a Taça Independência de 1972, uma verdadeira Minicopa. Op. cit.*
[536] *História antiga.* Folha de S. Paulo, 17 nov. 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/17/esporte/6.html#_=_>. Acesso em: 24 jun. 2015.
[537] RODRIGUES, Ernesto. *Op. cit.*
[538] *História antiga. Op. cit.*
[539] *Peres: só a tática é ruim*". Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 21.
[540] "*Brasil ganha a Taça no último minuto*. Jornal do Brasil, 10 jul. 1972, capa.
[541] *Jair, quando ninguém esperava*. Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 20.

perdidos e jogadas mal feitas, já tinha mudado seu rádio de pilha de um ouvido para o outro 13 vezes e fumado 9 cigarros[542] – atingindo, em menos de 90 minutos, o limite de sua média de cigarros fumados por dia.[543] Mas, quando ninguém mais esperava, faltando menos de 1 minuto para o término do segundo tempo, a bola finalmente entrou. Após cobrança de falta feita por Rivellino, Jairzinho subiu, na pequena área, para fazer o gol do título.[544] Logo em seguida, enquanto Jair, muito emocionado, era carregado por seus companheiros, Klein deu o apito final:[545] jogo encerrado. O Brasil era, enfim, o campeão do certame.

Os 100 mil torcedores que estavam no Maracanã "explodiam" de alegria.[546] Tal como os populares, Médici, do alto da tribuna de honra, também comemorava euforicamente. Quando o Brasil fez o gol do título, o presidente da república chegou a jogar para o alto o seu rádio de pilha, levantando-se com os dois braços para cima e lançando um forte grito de gol. Ele deu, ainda, um abraço apertado no general ministro Geisel, que estava ao seu lado, e, ao embaixador português Manuel Fragoso, que estava presente na tribuna de honra do estádio, disse, em um tom cordial: "nós tivemos mais sorte que vocês".[547] Ainda na tribuna de honra, Médici fez a entrega da *Taça Independência*, parabenizando o meia Gerson: "parabéns, capitão. Vocês acabaram de dar uma grande alegria ao Brasil".[548] Avaliada em 135 mil cruzeiros,[549] a taça era produto de um projeto original, feito pelo *designer* Marcos Cruz, um dos precursores do *design* de joias no Brasil, e executado pela prestigiada joalheria H. Stern.[550] Segundo o jornal *Última Hora*, a taça era um dos troféus esportivos mais caros do mundo.[551] Com 45 centímetros de altura e 11 quilos, base de madeira petrificada e confecção em ouro, brilhantes, pérolas, esmeraldas e rubis, o caneco foi inspirado em uma pintura, de autoria desconhecida, existente no salão principal do solar da Marquesa de Santos, na época sede da reitoria da Universidade do Estado da Guanabara.[552]

---

[542] *Médici. Um torcedor de noventa minutos*. Jornal do Brasil, 10 jul. 1972, p. 55.
[543] *Primeiro nervoso; depois, só alegria. Op. cit.*
[544] *Brasil ganha a Taça no último minuto. Op. cit.*
[545] *Jair, quando ninguém esperava. Op. cit.*
[546] *Brasil ganha a Taça no último minuto. Op. cit.*
[547] *Primeiro nervoso; depois, só alegria. Op. cit.*
[548] *Id.*
[549] *Das mãos de Médici a Taça para Gerson*. Folha de S. Paulo, 10 jul. 1972, p. 21.
[550] *A taça relembra muito a nossa independência*. O Dia, 30 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
[551] *Taça em São Paulo*. Última Hora, 21 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[552] *A taça relembra muito a nossa independência. Op. cit.* Não me parece ser necessário reproduzir, neste momento, uma fotografia da *Taça Independência*, pois diversas fotos da mesma estão disponíveis na

Após o término da decisão, o ambiente no vestiário da seleção brasileira não se apresentava muito vibrante. Jairzinho era uma das exceções: muito alegre, não parava de comentar os lances da partida. Dispensados e carregando, simultaneamente, o cansaço e o alívio da sensação de missão cumprida, grande parte dos jogadores não pensava em outra coisa senão tomar um banho e voltar para a casa.[553] Rivellino, Luis Carlos e Eurico, por exemplo, partiram de carro diretamente do Maracanã para São Paulo.[554] Enquanto isso, no salão nobre do estádio, uma garrafa de champanhe francesa era servida para as autoridades presentes. Ao receber sua taça, Médici tomou um gole e passou para Havelange, celebrando o momento junto com o dirigente máximo da CBD. O presidente da república permaneceu no Maracanã até às 21 horas. Ao sair, foi novamente aplaudido por torcedores que permaneciam nos arredores do estádio, comemorando com bandeiras e gritos a vitória do Brasil. Em resposta a esses torcedores, Médici ergueu os dois braços, com os punhos cerrados, reproduzindo o gesto que costumam fazer os pugilistas quando vencem uma peleja.[555]

O torneio como produto e agente do "milagre econômico"

Segundo propaganda oficial publicada no periódico *O Jornal*: "90 milhões continuam em ação. No campo e na cidade. Nas escolas e nos hospitais. Nas fábricas e nos escritórios. Nas usinas e nos laboratórios [...]. Na arte e nos esportes. A Independência é a soma de muitas vitórias". Na hora em que se comemora o Sesquicentenário da Independência do Brasil, diz o reclamo: "vale a pena lembrar que esse é um dos países que mais crescem no mundo. Você constrói o Brasil. Com suor e fé, trabalho e união, orgulho e esperança".[556]

A propaganda citada, associada às discussões travadas ao longo deste capítulo, nos ajuda a compreender a *Taça Independência* como um produto e, ao mesmo tempo, como um agente do "milagre econômico": período em que, como chamam a atenção

---

internet e podem ser facilmente localizadas por meio de pesquisas em *sites* de buscas, como, por exemplo, o Google. Discutir detalhadamente a pintura que inspirou a confecção da taça também não me soa como adequado para esta ocasião, já que a realização de tal empreendimento me distanciaria significativamente do percurso que pretendo percorrer nesta seção.

[553] *Zagalo se emociona no final do jogo*. Jornal do Brasil, 10 jul. 1972, p. 54.

[554] *Das mãos de Médici a Taça para Gerson. Op. cit.*

[555] *Primeiro nervoso; depois, só alegria. Op. cit.*

[556] *90 milhões continuam em ação*. O Jornal, 2 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76b.

Adjovanes Thadeu de Almeida[557] e Janaína Cordeiro,[558] regime militar e segmentos expressivos da sociedade brasileira se empenhavam na construção de um "Brasil grande". A "onda" de otimismo gerada pelo "milagre brasileiro" estava associada a diversos fatores, que, de um modo geral, já são bastante conhecidos: altas taxas crescimento econômico, construção de obras faraônicas, desenvolvimento dos meios de comunicação, ascensão da classe média, expansão do ensino superior, controle da "subversão" e do "terrorismo" etc. No entanto, cabe reiterar que concordo com Cordeiro[559] ao afirmar que em nenhuma outra dimensão da realidade social a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha magnitude e de uma maneira tão tipicamente nacional como o futebol.

Além de ser uma oportunidade de reafirmação da supremacia do Brasil nos gramados, a *Taça Independência* também constitui-se como um espaço privilegiado para demonstrar aos brasileiros e ao mundo a potência (não só econômica, mas, também, civilizacional) em que o país, em tese, havia se transformado. Em um balanço do campeonato publicado pelo jornal *Gazeta Esportiva*, afirma-se: "1.322 credenciais foram fornecidas para jornalistas do Brasil e do exterior, possibilitando [a cobertura de] uma realidade autêntica. Não só da competição, mas visando também mostrar o que é hoje o Brasil". De acordo com o periódico: "seus costumes, sua gente, suas etnias e acima de tudo todo o seu progresso, foram destacados em todo o mundo, que viu mais uma vez o futebol brasileiro provar sua liderança e mostrar que também fora das quatro linhas sua potência é inegável".[560] Em entrevista concedida ao *Jornal dos Sports*, Havelange fez uma avaliação do torneio parecida com a publicada pela *Gazeta Esportiva*: "a organização da *Taça Independência*, de um modo geral, foi perfeita. [...] Há países e povos que nunca tinham vindo ao nosso continente, o desconheciam e também tinham uma imagem distorcida, diferente da verdade que viram, assistiram e sentiram". Segundo o presidente da CBD: "podemos mostrar ao mundo como vive o Brasil. Vive amalgamado com todos os tipos de raça, credos religiosos, ideologias, onde todos vivem felizes".[561]

---

[557] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[558] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[559] *Id.*
[560] *Cobertura jornalística na Taça Independência*. Gazeta Esportiva, 14 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
[561] *Havelange: Taça dá exemplo ao mundo*. Jornal dos *Sports*, 18 jul. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Com efeito, a conquista da copa de 1970 foi importante para o projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar (1969-1977), pois constituiu-se como um elemento facilitador da deflagração do processo de "reinvenção do otimismo" ocorrido durante o "milagre brasileiro".[562] Todavia, a mobilização do futebol no referido processo não pode ser reduzida à conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira. Afinal, como se pode notar, a *Taça Independência*, pouco lembrada pelos historiadores, também contribuiu para reafirmar leituras otimistas sobre o Brasil. Através do uso de símbolos comuns, atrelados à campanha do selecionado nacional, ditadura militar e segmentos expressivos da sociedade civil estabeleciam, em diversos espaços de sociabilidade, associações entre futebol, Estado e nação: os sucessos alcançados nos gramados eram representados, em termos gerais, como conquistas do povo brasileiro e, simultaneamente, como um reflexo positivo do país que se desenvolvia em larga escala, impulsionado pelas realizações do regime militar. Cabe destacar que esse fenômeno extrapolou o universo do futebol, podendo ser observado em outras áreas do campo esportivo ainda pouco estudadas. Como exemplo, posso citar, afora os eventos esportivos analisados nesta tese, as campanhas vitoriosas do piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi, do boxeador Éder Jofre, assim como do jogador de xadrez Henrique Mecking, o Mequinho.

Diante desse quadro, Almeida[563] e Cordeiro[564] afirmam que a iniciativa de promover a *Taça Independência* estaria diretamente associada a uma tentativa de prolongar a euforia nacional provocada pela conquista da copa de 1970. No entanto, creio que a afirmação dos autores carece de fundamentação empírica consistente. Ao consultar os fundos documentais e os impressos mobilizados como fonte por Almeida e Cordeiro, não pude encontrar indícios que permitam o estabelecimento de tal associação. Inclusive, pude detectar uma fonte que chama a atenção para a possibilidade de a ideia de organizar a taça ter sido anterior ao título do tricampeonato de futebol pela seleção brasileira. Refiro-me a uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora*, já citada neste capítulo, que transcreve parte de uma palestra ministrada por Abílio de Almeida, no Rotary Clube Jardim Primavera. Em sua exposição, Almeida afirma que: "a ideia de

[562] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
[563] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)... *Op. cit.*
[564] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*

fazer o torneio nasceu em 1969, no México".[565] Portanto, creio que a versão sustentada por Almeida e Cordeiro ainda precisa ser verificada com mais cautela, pois parece superestimar as conexões instituídas entre esses dois eventos.

Ainda no que tange à *Taça Independência*, acredito que sua tomada como objeto de estudo também nos ajuda a compreender melhor as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil em sua complexidade. Em outras palavras, nos possibilita tecer considerações que vão além das já citadas leituras simplistas, binárias e maniqueístas, criadas no contexto da redemocratização e ainda hoje bastante reiteradas em alguns espaços de sociabilidade, que tendem a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos – Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores v*ersus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros. Como venho chamando a atenção ao longo desta tese, parece-me que, mais do que isso, existiu uma "zona cinzenta" entre os polos citados, em que se pode detectar comportamentos variados diante da ditadura militar. Entre esses comportamentos, se pode, ainda, verificar uma gama de práticas de consentimento em relação ao regime militar, que, por sua vez, contribuíam para reafirmar o consenso estabelecido no período em tela. Entre outros exemplos, posso citar o comportamento dos torcedores que lotavam as arquibancadas nos jogos do Brasil. Torcedores esses que, como destaca Cordeiro,[566] compunham a *mise-en-scène* da ditadura militar, vestindo o verde e o amarelo, carregando bandeiras, cantando o hino e canções de apoio, ovacionando o presidente Médici ao vê-lo na tribuna de hora do estádio.

Portanto, creio ser razoável afirmar, de acordo com Cordeiro,[567] que, mais do que um mero instrumento de manipulação e controle ideológico, a *Taça Independência* constituiu-se como um mecanismo de reafirmação do consenso social estabelecido em torno da ditadura militar. Isso nos ajuda a entender, entre outras coisas, que os brasileiros não eram passivos diante da propaganda política oficial, que só ganhou força porque, de fato, encontrou resposta na sociedade civil. Nos ajuda a compreender, ainda, que, entre a adesão e a resistência, existiam uma série de atitudes sociais que, juntamente com a coerção e a manipulação, contribuíram para a sustentação do regime militar no período aqui enfocado. Acredito que ângulo de visão aqui exposto põe em relevo o imperativo de avançarmos no processo de superação das noções simplistas,

---

[565] *Taça mostrará o Brasil. Op. cit.*
[566] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente... Op. cit.*
[567] *Id.*

binárias e maniqueístas citadas no parágrafo anterior. Para tanto, um caminho que parece-me promissor, entre outros ainda pouco trilhados, é o desenvolvimento de mais estudos sobre as relações de continuidade que a ditadura militar estabeleceu com a sociedade civil brasileira. Notadamente, por meio do exercício do papel de legítima representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como, por exemplo, o otimismo, a crença no futuro promissor do país.

Por fim, gostaria de mencionar que, com este texto, não tive a pretensão de esgotar a *Taça Independência* enquanto objeto de pesquisa, muito pelo contrário. Afinal, além de considerar ser necessário dar continuidade nas discussões nele levantadas, reconheço que existem aspectos relacionados ao certame que ainda não foram verificados de um modo pormenorizado e que podem, na minha opinião, ampliar a dimensão do conhecimento histórico até então produzido a seu respeito. Todos esses aspectos já foram destacados ao longo deste capítulo. Como exemplo, posso citar as relações estabelecidas entre a conquista da copa de 1970 e a organização do torneio, as conexões instituídas entre a ocorrência do campeonato e a questão da integração nacional, a importância do certame para o êxito da campanha de Havelange para alcançar a presidência da FIFA, entre outros. Enfim, creio que a complexidade das questões aqui abordadas, bem como as diversas lacunas ainda a serem preenchidas, iluminam a necessidade de avançarmos nos debates sobre a taça – especialmente, por meio de novas publicações, derivadas de novas pesquisas sobre esse objeto de estudo.

CAPÍTULO IV:

A APROPRIAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA: UM OLHAR SOBRE A *CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA*

A respeito da fundação da Liga de Defesa Nacional

Neste capítulo, analisarei a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, também chamada, em 1972, de *Corrida da Integração Nacional*. Acredito que para melhor compreender tal corrida, é fundamental conhecer, ao menos em linhas gerais, a entidade responsável pela sua organização: a Liga de Defesa Nacional – associação cívico-cultural fundada em 1916, tendo, como destaca Sérgio Lamarão, como objetivo principal: "congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes, difundindo a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo".[568]

Creio que o escopo central da Liga de Defesa Nacional torna-se ainda mais compreensível quando lançamos luzes sobre o contexto em que ele foi formulado. Como explica Tiago de Oliveira,[569] o último quartel do século XIX, bem como o primeiro quartel do século XX, foram períodos marcados por um conjunto de episódios que colocaram em xeque a unidade do Brasil e que, justamente por esse motivo, estimularam diversos intelectuais brasileiros a pensarem em projetos e políticas públicas de fortalecimento do Estado e da identidade nacional, com vistas a se contrapor, especialmente, ao cenário separatista que se esboçava na ocasião. Os episódios aos quais me referi já são amplamente conhecidos, motivo pelo qual apenas os citarei a seguir, sem me deter em análises pormenorizadas: Revolta de Canudos (1896-1897), Revolta da Armada (1893-1894), Revolta da Chibata (1910), Contestado (1912-1916), Revolta dos Sargentos (1915), Greves Operárias de 1917, 1918 e 1919, Tenentismo (1922, no Rio de Janeiro, e 1924, em São Paulo) e Coluna Prestes (1924-1926).

Entre os intelectuais brasileiros que se ocuparam em formular projetos e políticas públicas, destacam-se os "jovens turcos": nome pelo qual ficou conhecido,

---

[568] LAMARÃO, Sérgio. *Liga de Defesa Nacional*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/liga%20da%20defesa%20nacional%20(LDN).pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

[569] OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga de Defesa Nacional:* um projeto de modernização para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

como esclarece José Murilo de Carvalho,[570] um grupo de oficiais que, entre 1905 e 1912, realizou – a convite do imperador alemão Guilherme II e contando com o apoio de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, e do marechal Hermes da Fonseca, então ministro da guerra – um estágio na Alemanha, com o intuito de modernizar as Forças Armadas do Brasil. De acordo com Cristina Luna,[571] a designação "jovens turcos" fazia alusão aos "*jön türkler*", um grupo de oficiais turcos que também havia estagiado no Exército Alemão e, ao retornar ao seu país de origem, se engajou no Comitê Para a União e o Progresso: partido nacionalista e reformista fundado em 1906, que, em função de suas ações de forte viés contestatório, marcou, como demonstra Şükrü Hanioğlu,[572] a vida artística, intelectual e política do final do período do Império Otomano – incluindo o seu declínio e a sua dissolução, entre 1908 e 1922.

Conforme Luna,[573] podemos dividir os oficiais brasileiros que fizeram estágio na Alemanha – em sua maioria, capitães e tenentes – em três grupos. O primeiro foi enviado em 1905, o segundo em 1908 e o terceiro 1910. Como destaca a autora, em 1912, após o término do estágio do último grupo, alguns de seus 21 membros – Bertoldo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho, César Augusto Parga Rodrigues, entre outros – se reuniram em Berlim e decidiram se organizar para aplicar de forma sistemática, nas tropas do Brasil, os conhecimentos adquiridos junto ao Exército Alemão. Além disso, diz Luna, esses mesmos membros, durante a travessia de retorno pelos mares do oceano Atlântico, resolveram criar uma revista de teor técnico e militar, que fosse capaz de contribuir para a formação do oficialato brasileiro. Segundo a autora, a revista, intitulada *A Defesa Nacional*, tomou corpo em 1913, sob os auspícios de uma equipe editorial liderada por Klinger e Leitão de Carvalho.

Como evidencia Leila Capella,[574] a revista *A Defesa Nacional*, em suas edições iniciais, possuía uma nítida inspiração na *Militär Wochenblatt*, impresso que era editado, em Berlim, desde 1816, por militares alemães e que tinha Klinger como um dos

---

[570] CARVALO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
[571] LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *Jovens turcos.* Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/jovens%20turcos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.
[572] HANIOĞLU, Şükrü. *The political ideas of the young turks:* the young turks in opposition. New York: Oxford University Press, 1995.
[573] LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Defesa Nacional*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/defesa%20nacional,%20A.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.
[574] CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional:* A revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

seus assinantes. Nas palavras de Luna, a revista *A Defesa Nacional*, já em seu primeiro exemplar, não deixava dúvidas quanto aos objetivos e às orientações de seus editores: "lutar pelo soerguimento do Exército, pela defesa nacional, pelo desenvolvimento do país e pela formação de uma nação moderna e militarizada, nos moldes das nações europeias, em especial a Alemanha".[575] Conforme a autora, a revista, incialmente, costumava publicar, dentro dessa perspectiva, textos predominantemente técnicos – especialmente, traduções de manuscritos alemães, que discorriam, basicamente, sobre técnicas militares, manobras de guerra e o uso de armamentos produzidos na Alemanha. Entretanto, como pondera Luna, a mesma também publicava – sobretudo, em seus editoriais – as visões de seus editores sobre a situação política e econômica do país. Como salienta Fernanda Nascimento,[576] eram, fundamentalmente, três os assuntos mais debatidos nos editoriais das primeiras edições da revista: o serviço militar obrigatório, o Contestado e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Se, por um lado, tanto o último quartel do século XIX quanto o primeiro quartel do século XX foram, como já salientei, períodos marcados por uma série de episódios domésticos – entre eles, o Contestado – que colocaram em questão a unidade do Brasil e que, exatamente por isso, estimularam diversos intelectuais brasileiros a debaterem projetos e políticas públicas de fortalecimento do Estado e da identidade nacional; por outro, um importante acontecimento, de caráter internacional, também demonstrou à *intelligentsia* do Brasil uma outra fragilidade do país. Falo, mais precisamente, da Primeira Guerra Mundial, que, como aponta Nelson Werneck Sodré,[577] incitou a dita *intelligentsia* a realizar discussões sobre a debilidade econômica da nação, que enfrentou sérias dificuldades de abastecimento naquela ocasião, pelo fato de ter que depender de outros países para ter acesso a bens materiais essenciais. Diante desse quadro, os calorosos debates travados pelos intelectuais brasileiros sobre a construção de um país mais forte, coeso e autônomo giravam em torno de um tema central: o serviço militar obrigatório. Tais discussões tinham como um de seus principais protagonistas o poeta Olavo Bilac, que costumava defender com veemência, em diversos espaços de sociabilidade, ideias praticamente idênticas às que foram apregoadas pelos "jovens turcos", por meio dos editoriais da revista *A Defesa Nacional*.

---

[575] LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Defesa... Op. cit.*, p. 1-2.
[576] NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937).* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
[577] SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

De acordo com Cesar Alberto Ranquetat Júnior,[578] o apostolado nacionalista de Bilac em prol do serviço militar obrigatório ocorreu entre 1915 e 1916. Como diz o autor, o poeta proferiu, nesse período, uma série de palestras sobre o assunto nas cidades de São Paulo (Capital), Rio de Janeiro (Guanabara), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Belo Horizonte (Minas Gerais). Palestras essas que, como destaca Ranquetat Júnior, tinham como público-alvo estudantes, intelectuais e militares e que, em 1917, foram publicadas em livro que recebeu o mesmo título da revista editada pelos "jovens turcos": *A defesa nacional.*[579] Em outras palavras, é possível afirmar, conforme Oliveira,[580] que Bilac, em suas palestras, se dirigia – com o intuito de gerar uma sensibilização para causa da modernização do Exército Brasileiro, por meio do serviço militar obrigatório – a um público seleto: as elites letradas urbanas, caracterizada pelo autor como a ínfima parcela da população que tinha acúmulo de capital cultural e econômico suficiente para influenciar o campo político nacional naquela ocasião.[581]

Como explica Oliveira,[582] Bilac, por meio de suas palestras, não fazia nada mais nada menos do que afiançar, ao seu distinto público, o projeto de serviço militar obrigatório propalado nos editoriais da revista *A Defesa Nacional.* Alinhado, portanto, com os "jovens turcos", o poeta defendia, de acordo com o autor, a tese de que o papel defensivo das Forças Armadas era menos importante do que a sua função de ensinar, pois, na visão de Bilac, caberia a tais forças promover, em última instância, a educação cívica dos brasileiros e, assim, atuar na formação de "soldados-cidadãos". Como aponta Oliveira, o poeta entendia que uma das principais potencialidades do serviço militar obrigatório era a sua capacidade de trazer o povo "incivilizado" para dentro dos quarteis, que, por sua vez, era compreendido, por Bilac, como espaços que deveriam estar voltados, prioritariamente, para o nivelamento social, por meio da depuração de "maus" costumes e da aprendizagem de "nobres" valores militares, como por exemplo: o apreço pela higiene, o respeito pela disciplina hierárquica e social, o abandono de interesses individuais em prol do bem da coletividade e, especialmente, o senso de

[578] RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga de Defesa Nacional. *Publicatio UEPG*: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 19, p. 9-17, 2011.
[579] Para mais informações, *cf.* BILAC, Olavo. *A defesa nacional:* discursos. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.
[580] OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *Op. cit.*
[581] Refiro-me, mais precisamente, às já bastante conhecidas noções de capital e de campo formuladas por Pierre Bourdieu. Para mais informações, *cf.* BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo In: _____. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
[582] OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *Op. cit.*

dever e de sacrifício pela pátria. Aliás, como chama a atenção Lúcia Lippi Oliveira,[583] a denúncia da falta de patriotismo dos brasileiros era, com efeito, o traço característico mais forte dos discursos de Bilac, que via o serviço militar obrigatório, acima de tudo, como um elemento-chave para se criar no povo um sentimento de amor à pátria, dotando-o, dessa forma, da coesão necessária para se auto preservar.

Como afirma Ranquetat Júnior,[584] os discursos de Bilac redundaram na fundação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Cumpre mencionar que não somente o poeta estava à frente da fundação de tal associação cívico-cultural, mas, também, outros intelectuais brasileiros de renome, como o jurista, professor e ministro do Supremo Tribunal Federal Pedro Lessa, o engenheiro civil, escritor e deputado federal Miguel Calmon e o advogado Wenceslau Braz, que, na ocasião, ocupava o cargo de presidente da república. Como se pode presumir, o carro-chefe da liga era a efetivação do serviço militar obrigatório, que, como destaca Celso Castro,[585] chegou até a ser prevista no Brasil em 1908, por meio da Lei nº 1.860,[586] mas que, na prática, não havia sido concretizada. Devo esclarecer, ainda, que em pese o enfoque dado à concretização do serviço militar obrigatório, a atuação da associação não se esgotava na perseguição desse único objetivo. Mais do que isso, a liga se propunha a ser, em linhas gerais, um *locus* de formulação e execução de ações de amplitude nacional, relativas aos mais diversos campos de intervenção: saúde, educação, segurança, integração, infraestrutura, saneamento básico, entre outros.[587]

Em suma, o que os fundadores da Liga de Defesa Nacional, de um modo geral, e Bilac, em particular, queriam realizar por intermédio da associação cívico-cultural era congregar as elites civis e militares brasileiras e mobilizá-las para a construção de um projeto de nação em comum. Projeto esse que, a despeito de suas potencialidades enquanto objeto de estudo, carece de pesquisas a seu respeito. Após realização de levantamento bibliográfico, detectei, por exemplo, que não existem estudos que tomam como objeto a atuação política da liga em recortes temporais que se circunscrevem no período da ditadura militar. Portanto, pouco se sabe sobre esse assunto, afora o fato de a associação ter tido a sua utilidade pública reconhecida, em 1970, pelo então presidente

---

583 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
584 RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. *Op. cit.*
585 CASTRO, Celso. Insubmissos na justiça militar (1874-1945). In: *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. Niterói: ANPUH-Rio, 2006.
586 Para mais informações, *cf.* Lei nº 1.860/1908. Diário Official, 8 jan. 1908, p. 237.
587 RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. *Op. cit.*

da república Emílio Garrastazu Médici, por meio do Decreto nº 67.576;[588] e de Bilac – como já vimos, o seu principal fundador – ter tido o seu *status* elevado ao de patrono do serviço militar obrigatório, em 1966, pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, através do Decreto nº 58.222.[589] Diante de um quadro de escassez de trabalhos produzidos sobre o engajamento político da liga durante os anos do regime militar, acredito que este capítulo pode contribuir para a ampliação do conhecimento histórico produzido a respeito dessa temática – notadamente, por meio da análise de uma das edições daquele que, conforme Ranquetat Júnior,[590] é, ainda hoje, um dos principais eventos organizados pela associação: a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*.

A invenção de uma tradição: a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*

A invenção da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foi inspirada na *Corrida de Revezamento da Chama Olímpica*, que fez parte da cerimônia de abertura dos *Jogos Olímpicos* de 1936, ocorrido em Berlim – como se sabe, na época, capital da Alemanha nazista. Como afirma Luís Henrique Rolim: "os jogos olímpicos realizado na Alemanha hitleriana foi um marco na história das olimpíadas da era moderna. O envolvimento político que cercava os jogos de 1936 [especialmente, o afã de Adolf Hitler em promover o nazismo, bem como em tentar demonstrar a superioridade da 'raça ariana',] fez com que [...] [o evento] fosse marcado por [expressivos] investimentos em infraestrutura e pela construção de [diversos] elementos simbólicos".[591] Entre esses elementos, destaca-se a *Corrida de Revezamento da Chama Olímpica*, que, como explica Enrique Fernández,[592] partiu, em sua primeira edição, do sítio arqueológico de Olímpia (Grécia), em 20 de julho, e, depois de passar por várias cidades da Bulgária, Iugoslávia, Hungria, Áustria e Tchecoslováquia, chegou à Berlim, em 1º de agosto – data da cerimônia de abertura dos jogos de 1936. Como detalha Walter Borgers,[593] após

[588] Para mais informações, *cf.* Decreto nº 67.576/1970. Diário Oficial da União, 17 nov. 1970, s. 1, p. 9757.
[589] Para mais informações, *cf.* Decreto nº 58.222/1966. Diário Oficial da União, 20 abr. 1966, s. 1, p. 4163.
[590] RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. *Op. cit.*
[591] ROLIM, Luís Henrique. *A chama que arde em nossos clubes!* A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 10.
[592] FERNANDÉS, Asín Enrique. *La política en las olimpíadas de 1936.* Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport (CEO-UAB), 1998.
[593] BORGERS, Walter. *Olympic Torch Relays*: 1936-1994. Kassel: Agon Sportverlag, 1996.

percorrer uma distância total de 3.075 quilômetros, a Chama Olímpica, carregada por 3.331 voluntários ao longo do percurso da corrida, foi, enfim, utilizada, naquele dia 1º de agosto, pelo corredor alemão Fritz Schilgen, para ascender uma pira instalada no Estádio Olímpico de Berlim. Como acontece ainda hoje, a pira permaneceu acessa até o ato de encerramento dos jogos – no caso do realizado em 1936, 18 de agosto.

Como chama a atenção Conrado Durántez,[594] tanto a magnificência quanto o simbolismo que envolveu a *Corrida de Revezamento da Chama Olímpica* causaram um forte sentimento de "encantamento" nos espectadores presentes no Estádio Olímpico de Berlim, para prestigiar a cerimônia de abertura dos *Jogos Olímpicos* de 1936. De acordo com Rolim, Ester Pereira e Janice Mazo,[595] entre os espectadores fortemente "encantados" com a cerimônia estavam quatro dirigentes de clubes esportivos porto-alegrenses, que, na ocasião, compunham a delegação da Confederação Brasileira de Desportos: Túlio De Rose e Ernesto Capelli, que possuíam vínculos com a Federação Gaúcha de Remo e com o *Club Italiano Canottieri Duca Degli Abruzzi*, vulgo Clube dos Italianos; José Carlos Daudt, que atuava na Liga Atlética Rio Grandense e no *Turnerbund*; e Darci Vignoli, que era ligado ao Grêmio Náutico União e que era, ainda, membro do diretório regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional.

Como destaca Rolim,[596] dos quatro dirigentes de clubes esportivos porto-alegrenses citados, De Rose foi, de longe, aquele que mais se impactou com a *Corrida de Revezamento da Chama Olímpica*. Conforme o autor, o que saltou aos olhos do dirigente esportivo foi, sobretudo, as potencialidades simbólicas da Chama Olímpica – que, diga-se de passagem, foi intensamente explorada por Hitler durante os *Jogos Olímpicos* de 1936, com o objetivo de não só fortalecer a unidade do povo alemão, como, também, de demonstrar ao mundo a força do Terceiro *Reich*.[597] Parece que De Rose ficou tão impactado com a corrida que, ao regressar de Berlim à Porto Alegre, começou a entabular, imediatamente, esforços para a realização de um evento semelhante em sua pátria. Como afirma o jornalista José Amaro Júnior, em matéria publicada, em 1944, na *Revista do Globo*, o intento de De Rose era, mais precisamente, realizar um evento cívico/esportivo de grandes proporções no Brasil, que abarcasse todo

[594] DURÁNTEZ, Conrado. La antorcha olímpica. *Revista Olímpica do Comité Internacional Olympique*, Lausana, v. 33, p. 16-23, 2000.
[595] ROLIM, Luís Henrique; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Apropriando-se da Chama Olímpica: a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico em Porto Alegre – Brasil (1938-1947). *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 65-73, 2011.
[596] ROLIM, Luís Henrique. *Op. cit.*
[597] Para mais informações, *cf.* FERNANDÉS, Asín Enrique. *Op. cit.*

o seu território e que se destacasse, especialmente, pela sua capacidade de congregar: "os filhos de todos os estados numa reafirmação simbólica da unidade nacional".[598]

As ideias de De Rose começaram a se materializar com a realização da primeira edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, dois anos após a ocorrência dos *Jogos Olímpicos* de 1936. Fruto de uma parceria estabelecida entre De Rose, dirigentes de clubes esportivos porto-alegrenses e, especialmente, o diretório regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional,[599] a edição de número 1 do evento cívico/esportivo percorreu um total de 26 quilômetros, das 21 horas de 31 de agosto às zero horas de 1º de setembro de 1938, tendo como ponto de partida a cidade de Viamão, a primeira capital do estado gaúcho, e como local de chegada a atual capital Porto Alegre.[600] No decorrer do trajeto da corrida, uma tocha – acesa pelo padre José Breidenbach no altar votivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com chama denominada de Fogo Simbólico da Pátria – foi carregada por seis atletas do estado do Rio Grande do Sul, rumo à uma pira, chamada de Pira da Pátria, instalada no Parque Farroupilha.[601] A pira, construída especialmente para a ocasião pelo escultor porto-alegrense Marcos Bastos, foi acendida – ao som do Hino Nacional, sucedido por uma salva de artilharia – pelo decatleta Otto Ritter,[602] dando início à Semana da Pátria em Porto Alegre.[603]

Ao longo do Estado Novo (1937-1946), a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foi tomando uma amplitude cada vez maior, deixando de ser, rapidamente, um evento cívico/esportivo de caráter local e passando a ter, em um primeiro momento, uma dimensão nacional e, posteriormente, internacional – sendo, inclusive, considerada pelo jornal *Correio do Povo*, em matéria publicada em 1944, como: "a maior corrida do mundo".[604] Entre 1938 e 1946, foram realizadas nove edições da corrida, que, quando situadas no tempo e no espaço, revelam o aumento da dimensão desse evento no transcorrer da ditadura capitaneada por Getúlio Dornelles Vargas. Em 1938 e 1939, a abrangência da corrida se limitou ao estado do Rio Grande do Sul, por meio da

---

[598] AMARO JÚNIOR, José Ferreira. *As aventuras do Fogo Simbólico e de seu idealizador entre nós, o jornalista Túlio De Rose.* Revista do Globo, 19 ago. 1944, p. 40.
[599] *Sesquicentenário da Independência do Brasil – 35ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[600] LIGA DE DEFESA NACIONAL. *Corridas do Fogo Simbólico*. Disponível em: <http://www.ligadadefesanacional.org.br/programas>. Acesso em: 29 ago. 2018.
[601] *A Pyra*. Correio do Povo, 1 set. 1938, p. 16.
[602] SAFADY, Jorge. *Liga de Defesa Nacional:* Fogo Simbólico da Pátria (sinopse). São Paulo: Editora Comercial Safady LTDA., 1960.
[603] *O fogo da pátria*. Correio do Povo, 7 set. 1938, p. 5.
[604] *Iniciada a Semana da Pátria.* Correio do Povo, 1 set. 1944, p. 10.

realização dos seguintes itinerários: como já vimos, de Viamão a Porto Alegre, percorrendo uma distância total de 26 quilômetros, em 1938; e de Rio Pardo a Porto Alegre, passando por dez cidades gaúchas, percorrendo uma distância total de 441 quilômetros, em 1939. Já entre 1940 e 1944, o evento abrangeu outros estados, por meio de tais trajetos: de Florianópolis (Santa Catarina) a Porto Alegre, passando por dez cidades catarinenses e gaúchas, percorrendo uma distância total de 599 quilômetros (1940); de São Paulo a Porto Alegre, passando, em homenagem à Independência do Brasil, pelo estado do Rio de Janeiro, percorrendo uma distância total de 2.123 quilômetros (1941); de Tiradentes (Minas Gerais) a Porto Alegre, passando, em homenagem às figuras exponenciais da Inconfidência Mineira, pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, percorrendo uma distância total de 3.974 quilômetros (1942); de Salvador (Bahia) a Porto Alegre, passando, em homenagem à primeira capital do Brasil e a seu primeiro governador-geral Thomé de Souza, pelos mesmos estados contemplados em 1942, percorrendo uma distância total de 4.639 quilômetros (1943); e de Recife (Pernambuco) a Porto Alegre, passando, em homenagem à Batalha dos Guararapes e seus "heróis", por Alagoas e os demais estados visitados na edição anterior, percorrendo uma distância total de 6.367 quilômetros (1944). Em 1945, a corrida seguiu uma rota de proporções internacionais. Em homenagem à vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, ela partiu de Monte Castello – local onde, vale lembrar, ocorreu a já bastante conhecida Batalha de Monte Castello, travada pelas tropas aliadas (entre elas, a Força Expedicionária Brasileira) contra o Exército Alemão, com a intenção de conter o avanço das forças nazistas na região norte da Itália. Na sequência, a mesma passou pela comuna italiana de Nápoles e, de lá, seguiu, por via aérea, para Natal (Rio Grande do Norte) – cidade onde o evento foi retomado, com destino à Porto Alegre, percorrendo uma distância total de 6.370 quilômetros. Enfim, em 1946, a corrida teve como ponto de partida a cidade de Washington (Estados Unidos da América), e, em homenagem ao ex-presidente Franklin Delano Roosevelt, chegou, de avião, em Fortaleza (Ceará), de onde percorreu o mesmo itinerário realizado em 1945, percorrendo uma distância total de 5.459 quilômetros.[605]

Organizada, como já vimos, por De Rose, em parceria com o diretório regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional e com diversos clubes esportivos porto-alegrenses, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, que sempre contou com o

[605] *Sesquicentenário da Independência do Brasil – 35ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. Op. cit.*

apoio de Vargas, não teve, no decorrer do Estado Novo, apenas um aumento de sua amplitude, passando a ser tornar, rapidamente, um evento cívico/esportivo de dimensões internacionais. Mais do que isso, a corrida também se consolidou, com igual rapidez, como uma tradição inventada,[606] que, como demonstra Rolim,[607] visava, através da reafirmação de certos elementos identitários (História-Pátria, heróis nacionais, hinos, bandeiras etc.), reforçar, no plano simbólico, sobretudo a unidade e a soberania do Brasil. Vale destacar que, ao longo da ditadura varguista, o intento de fortificar, simbolicamente, a unidade e a soberania nacional por meio de tal evento tinha como principal público-alvo a população porto-alegrense, que, na ocasião, era composta por um expressivo quantitativo de imigrantes alemães e italianos. No que se refere a esse assunto, é igualmente importante frisar, de acordo com Sandra Pesavento,[608] que o Estado Novo brasileiro teve o culto ao nacionalismo como um de seus principais traços característico e que, muito em função disso, cidades que contavam com uma significativa quantidade de imigrantes europeus, como Porto Alegre, foram alvo de inúmeras iniciativas oficiais que visavam "abrasileirá-las". Acredito que isso explica, em grande medida, não somente as proporções tomadas pela corrida entre 1938 e 1946, mas, do mesmo modo, outras inúmeras ações oficiais levadas a cabo no campo esportivo, que merecem ser alvo de estudos mais detalhados. Entra elas, poderia citar, como exemplo, o processo de nacionalização ao qual foram submetidos os já citados *Club Italiano Canottieri Duca Degli Abruzzi*, que, em 1942, passou a se chamar, na esteira do referido processo, Clube de Regatas Duque de Caxias; e o clube alemão *Turnerbund*, que, também a datar de 1942 e pelo mesmo motivo, passou a se chamar Sociedade Ginástica Porto Alegre.[609]

A 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*: tratativas iniciais

Através de análise de fontes contidas no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, estimo que as tratativas iniciais

[606] Para mais informações sobre a noção de tradições inventadas, *cf.* a introdução desta tese.
[607] ROLIM, Luís Henrique. *Op. cit.*
[608] PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães se tornaram gaúchos pelo caminho da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Alemães no sul do Brasil:* cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.
[609] Para mais informações sobre os ditos processos de nacionalização, *cf.* MAZO, Janice Zarpellon. *A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945):* espaço de representação da identidade cultural brasileira. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2003.

tomadas em relação à organização da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* datam de março de 1972. Nesse mês, uma série de ofícios, com inúmeros pedidos de apoio, foram enviados pelo general e presidente da comissão executiva central Antonio Jorge Corrêa. Entre tais ofícios, posso tomar, como exemplo, o de número 287, que solicitou, ao Exército Brasileiro, viaturas, cabos motoristas e mecânicos, para auxiliar, de um modo geral, na realização da corrida e sargentos acompanhados de cabos motoristas, para fazer, no limite de suas jurisdições, um reconhecimento prévio do itinerário da mesma;[610] o de número 286, que solicitou, à Marinha do Brasil, uma embarcação para fazer a condução do Fogo Simbólico da Pátria de Manaus à Tabatinga, diante da impossibilidade de se realizar transporte entre essas cidades amazonenses exclusivamente por vias terrestres;[611] e o ofício de número 285, que solicitou, à Força Aérea Brasileira, um avião para, diante da impossibilidade de se fazer transporte entre certas cidades por vias terrestres ou aquáticas, conduzir o fogo entre Caracaraí (Roraima) e Manaus, Tabatinga e Cruzeiro do Sul (Acre) e Guajará-Mirim (Rondônia) e Corumbá (Mato Grosso).[612]

Além das Forças Armadas, outros órgãos governamentais também foram acionados com pedidos de ajuda endereçados por Corrêa, em nome da comissão executiva central. Ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o presidente da comissão pediu, de uma maneira genérica, apoio durante a realização de toda a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*.[613] Já ao Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Corrêa solicitou a confecção das tochas que abrigariam o Fogo Simbólico da Pátria,[614] ao passo que, ao Ministério da Educação, requereu mapas do Brasil, hinos nacionais e publicações de caráter cívico a serem distribuídas nas cidades que faziam parte do percurso do evento.[615] Pude detectar um único pedido de auxílio à uma empresa privada. O presidente da comissão demandou, mais precisamente, à Ford do Brasil: "cessão, por empréstimo, de 3 (três) Rurais, com

[610] *Ofício nº 287*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 48.
[611] *Ofício nº 286*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 47.
[612] *Ofício nº 285*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 46.
[613] *Ofício nº 289*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1; *Ofício nº 288*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1.
[614] *Ofício nº 290*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1.
[615] *Ofício nº 291*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1.

alguns quilômetros rodados, pneus lameiros novos, todos os pertences e documentos, para acompanhar a corrida". Corrêa impetrou, também, que: "houvesse a inscrição 'Colaboração da Ford' [nas portas das viaturas] e nas carroçarias 'Fogo Simbólico da Pátria', com a chama característica da corrida, bem como, em lugar visível, o símbolo do Sesquicentenário da Independência".[616] Símbolo esse que – de acordo com Aloísio Magalhães, seu criador e pioneiro na introdução do *design* moderno no Brasil – tinha, em resumo, um estilo barroco e era de fácil assimilação, sendo composto basicamente por: "quatro bandeiras, nas cores verde e amarelo, formando as datas 1822 e 1972".[617]

Se, por um lado, foi possível observar, no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, diversos de pedidos de ajuda realizados por Corrêa, no mês de março, em nome da comissão executiva central; por outro, pude verificar nesse mesmo fundo – mais precisamente, nas pastas que congregam os telegramas e rádios expedidos pela comissão[618] – que, no mês de abril, os organizadores da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* já tinham entregue às cidades que compunham o seu itinerário uma série de materiais a serem distribuídos às suas respectivas populações: bandeiras do Brasil, folhetos com símbolos e bandeiras históricas nacionais, livretos em quadrinhos com versão resumida da história da Independência brasileira e mensagens direcionadas às professoras e aos alunos de escolas de ensino básico. Além do exposto, pude averiguar, igualmente nas pastas citadas, que, também em abril, os dirigentes do evento cívico/esportivo já tinham enviado à essas mesmas cidades um documento que continha normas a serem cumpridas em todo território nacional. Tal documento delineava não somente instruções normativas propriamente ditas referentes à corrida (que serão analisadas mais adiante,

---

[616] *Ofício nº 282*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1.

[617] *150 anos da Independência já tem símbolo*. Jornal do Commércio, 19 jan. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 76. Não me parece ser necessário reproduzir, neste momento, os símbolos da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* e das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pois ambos estão disponíveis na *internet* e podem ser facilmente localizados por meio de pesquisa em *sites* de buscas, como, por exemplo, o Google. Discutir detalhadamente tais símbolos também não me soa como adequado para esta ocasião, já que a realização de tal empreendimento me distanciaria significativamente do percurso que pretendo percorrer nesta seção.

[618] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 2 e 2a.

ainda neste capítulo), como, ainda, abordava outros aspectos a ela relacionados (que serão do mesmo modo aqui apreciados), como, por exemplo, os seus objetivos.[619]

Os objetivos da 35ª edição da corrida e o mito da integração nacional

Havia, entre as seções que compunham o documento que estabelecia as normas da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, uma seção intitulada *Apelo*, que é de autoria da associação cívico-cultural que, ao lado da comissão executiva central, esteve à frente da organização do evento cívico/esportivo: a Liga de Defesa Nacional. Datado de 1º de março de 1972 e assinado, mais especificamente, pelo diretório central da liga, o apelo era direcionado a todos os prefeitos e demais autoridades que viessem a se envolver direta ou indiretamente com a corrida e era composto, fundamentalmente, por um efusivo pedido de empenho máximo à realização do evento – caracterizado pelo diretório mencionado como: "um acontecimento cívico de grande projeção e significado".[620] Como chamou a atenção o próprio diretório central da liga, todo o empenho solicitado em seu apelo deveria se dar em prol do efetivo alcance daquele que seria o principal objetivo da corrida: "unir todos os cidadãos pelo bem e pela grandeza do Brasil".[621]

Afora o apelo citado, pude perceber, ainda no documento que normatizou a edição de 1972 da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, outras seções que não só reiteravam o objetivo geral, mas que, também, apresentavam os objetivos específicos do evento cívico/esportivo. Entre tais seções, poderia destacar, por exemplo, a denominada *Finalidade*, que dizia que a corrida deveria atender a três objetivos específicos – evidentemente, alinhados com o seu escopo central: "homenagear e cultuar a memória dos grandes vultos e rememorar os fatos e feitos da História-Pátria"; "educar civicamente os cidadãos brasileiros e unir todos num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas"; e "ligar os pontos mais distantes do território nacional num elo indestrutível e indissolúvel".[622]

Em síntese, acredito que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* estão profundamente associados ao mito da

---

[619] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[620] *Ibid.*, p. 1.
[621] *Id.*
[622] *Ibid.*, p. 7.

integração nacional, que, como já disse,[623] era o cerne da História-Pátria difundida – pelo regime militar, sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e que pode ser, basicamente, caracterizado por dois aspectos: o primeiro é o entendimento de que a integração nacional era uma obra iniciada por dom Pedro I – notadamente, ao manter a unidade territorial brasileira ao longo de seu tenso processo emancipação política – e que estava às vias de se consolidar pelas mãos de Médici – notadamente, devido ao êxito de seu projeto de desenvolvimento nacional, fortemente calcado, como já é bastante conhecido, no ideal de "Brasil grande"; por sua vez, o segundo aspecto é a ideia de que o país vivia um momento de paz, harmonia e união, garantido não apenas pelo sucesso do dito projeto de desenvolvimento nacional, mas, igualmente, pelo efetivo controle dos grupos que conspiravam contra o mesmo: "anarquistas", "comunistas", "trabalhistas", "subversivos", "guerrilheiros", "terroristas", entre outros.

Diante das conexões percebidas entre os objetivos da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* e o mito da integração nacional, não me parece ser equivocado afirmar que tal evento cívico/esportivo foi, assim como a *Taça Independência*,[624] utilizado – pela ditadura militar e, nesse caso específico, contando com a colaboração da Liga de Defesa Nacional – como uma ferramenta de integração nacional; ou, então, nas palavras de Guy Debord,[625] como um instrumento de unificação. Ferramenta essa ou instrumento esse que, como veremos no decorrer deste capítulo, visava, especialmente, reafirmar o mito em tela e, assim, contribuir – por meio de associações entre passado e presente, orientadas por uma perspectiva otimista de futuro – para a formação de uma certa unidade dos brasileiros ao redor do ideal de "Brasil grande".

O itinerário da corrida como representação do ideal de "Brasil grande"

Um dos traços característicos da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* que mais simbolizava o mito integração nacional e, consequentemente, o ideal de "Brasil grande" era o seu próprio itinerário. Em função de sua vasta amplidão (21.000

[623] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, a seção intitulada *O primeiro ato de Médici: a criação de uma comissão nacional*, contida no primeiro capítulo desta tese.
[624] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, a seção intitulada *Primeiras articulações, ideal de "Brasil grande" e integração nacional*, contida no terceiro capítulo desta tese.
[625] DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

quilômetros, percorridos por todo o território nacional),[626] ele era um dos principais aspectos mobilizados pelo Diretório Central da Liga de Defesa Nacional para conferir ao evento o *status* de: "acontecimento cívico de grande projeção e significado".[627] Ao versar sobre a magnitude da corrida em ofício endereçado a todos os governadores de estados e territórios do país, Corrêa foi além, definindo-a, também devido à grande extensão de seu itinerário, como: "a maior do mundo".[628] Já em telegrama enviado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e da comissão executiva desse mesmo estado Poty Medeiros, o presidente da comissão executiva central disse mais. Nessa outra ocasião, Corrêa classificou o evento como: "um dos mais significativos das comemorações do Sesquicentenário, [...] pela lição de civismo que vem desempenhando [...] em prol da união de todos os brasileiros".[629]

O itinerário da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foi composto por quatro rotas. Em cada uma delas, quatro tochas, acesas com o Fogo Simbólico da Pátria, foram transportadas, através de revezamento, por atletas que partiram, tendo como destino final o Monumento do Ipiranga (São Paulo), de quatro pontos extremos do país: Cabo Branco (Paraíba), Oiapoque (Amapá), Javari (Amazonas) e Chuí (Rio Grande do Sul). Iniciada em 1º de maio, a rota "Cabo Branco", que tinha uma extensão de 7.162 quilômetros, abarcou um total de 257 cidades, incluindo as capitais de 11 estados: João Pessoa (Paraíba), Natal, Fortaleza, Recife, Maceió (Alagoas), Aracajú (Sergipe), Salvador, Vitória (Espírito Santo), Niterói (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro e São Paulo. Já a rota "Oiapoque" teve início em nove de maio, contando com uma extensão de 6.765 quilômetros – sem levar em consideração o trajeto entre Porto de Santana (Amapá) e São Caetano de Olivenças (Pará), que foi realizado por meio de embarcação – e abrangendo um total de 137 cidades, entre as quais as capitais de oito estados/territórios: Macapá (Amapá), Belém (Pará), São Luís (Maranhão), Teresina (Piauí), Brasília (Distrito Federal), Goiânia (Goiás), Belo Horizonte e São Paulo. Por sua vez, a rota "Javari" – que, na realidade, partiu de Boa Vista (Roraima) em 17 de maio, a fim de fazer com que o fogo passasse pelas capitais de Roraima (Boa Vista, evidentemente) e Amazonas (Manaus) – possuía, afora os trajetos percorridos através de

[626] CORRÊA, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca do Sesquicentenário.
[627] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*
[628] *Ofício nº 225*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 1.
[629] *Fogo simbólico*. Zero Hora, 27 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

avião e embarcação,[630] uma extensão de 4.318 quilômetros, que envolveu um total de 137 cidades, inclusive as capitais de 6 estados/territórios: Boa Vista, Manaus, Rio Branco (Acre), Porto Velho, Cuiabá (Mato Grosso) e São Paulo. Enfim, a rota "Chuí" teve início em 27 de maio, comportando uma extensão de 5.392 quilômetros e perpassando por um total de 147 cidades, entre elas as capitais de 4 estados: Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba (Paraná) e São Paulo.[631]

Por meio do exercício de, diante de um mapa político do Brasil de 1972, se traçar linhas que ligam as capitais contempladas nas quatro rotas da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, é possível perceber claramente que, juntos, seus respectivos traçados se aproximam, em boa medida, dos contornos territoriais brasileiros. Todavia, isso não significa o mesmo que afirmar que o evento cívico/esportivo abrangeu apenas regiões próximas às fronteiras nacionais. Falo isso por ter notado que o já mencionado documento que contém as normas da corrida estabelecia que de qualquer ponto de suas quatro rotas poderiam: "sair centelhas para localidades não contempladas com a passagem do Fogo Simbólico da Pátria".[632] Em outro documento – refiro-me, mais especificamente, ao também já citado roteiro oficial do evento – pude perceber, ainda, que, pelo exposto, o fogo transitou por centenas de cidades do Brasil – inclusive, de seu interior: São José do Gurupi (Pará), Campina Grande (Paraíba), Bataguassu (Mato Grosso), Londrina (Paraná), Ourinhos (São Paulo), entre outras.[633] De acordo com o jornal *Correio do Povo*, isso tudo visava, especialmente: "possibilitar, nas respectivas comunas, a ocorrência de corridas similares e solenidades cívicas".[634] Foi o que ocorreu, por exemplo, quando, a mando do diretório regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional, uma centelha do fogo transportado pela rota "Chuí" deu origem à *Corrida do Patriarca da Independência*, que, as oito horas do dia 19 de agosto, partiu

---

[630] Ao longo da rota "Javari", os trajetos entre Carcaraí (Roraima) e Manaus, Tabatinga (Amazonas) e Brasiléia (Acre) e Guajará-Mirim (Rondônia) e Porto Velho (Idem) foram, mais precisamente, percorridos por meio de avião, enquanto o percurso entre Manaus e Tabatinga foi realizado através de embarcação. Para não estender demasiadamente este parágrafo, optei por não reproduzir a extensa lista de cidades abarcadas pelas quatro rotas que compunham o trajeto da corrida. Para informações mais detalhadas a respeito de tais cidades, *cf. Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (Roteiros oficiais)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.

[631] *Id.*

[632] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*, p. 11.

[633] *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (Roteiros oficiais)*. *Op. cit.*

[634] *Corrida do Fogo Simbólico partirá do Chuí no dia 27*. Correio do Povo, 5 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b. M*utatis mutandis*, o mesmo comentário feito na nota de rodapé de número 630 também é válido para esta nota. Inclusive, a indicação de fonte a ser consultada pode ser igualmente utilizada para obtenção de informações mais detalhadas sobre as inúmeras cidades que não foram contempladas pelas rotas oficiais da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, mas que receberam centelhas do Fogo Simbólico da Pátria.

de Pelotas, em homenagem a José Bonifácio, passando por mais de 40 cidades gaúchas: Barros Cassal, Espumoso, Passo Fundo, São Jerônimo, Venâncio Aires etc.[635] Afora reverenciar Bonifácio, a corrida objetivava chegar, às zero horas do dia 1º de setembro, em Porto Alegre, para celebrar o início da Semana da Pátria, através do acendimento da Pira da Pátria (instalada, como já vimos, no Parque Farroupilha),[636] seguido do prestamento de um outro tributo a Bonifácio: a realização de uma cerimônia de inauguração de um marco comemorativo, com placa dedicada à sua homenagem.[637]

Embora seja um objeto de pesquisa digno de apreciação, não me parece ser pertinente analisar – evidentemente, em função dos limites e objetivos deste capítulo – a *Corrida do Patriarca da Independência* pormenorizadamente neste momento. Por ora, o que eu gostaria de ressaltar é que, se tomadas em seu conjunto, as quatro rotas da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* não somente sugerem o itinerário a ser percorrido em um evento cívico/esportivo, como, também, formam uma representação[638] imagética de um *tópos* que costumava ser bastante reiterado em seus materiais oficiais de divulgação, assim como nas falas das autoridades envolvidas com a sua organização:[639] o de um "Brasil grande", que se pressupunha integrado e que, como aventava o próprio mito da integração nacional, parecia galopar, na esteira do "milagre econômico", rumo a um inevitável futuro promissor. Futuro esse que costumava ser concebido como consequência de um projeto exitoso – e, portanto, inquestionável – de desenvolvimento promovido pelo regime militar, que buscava, entre outras estratégias, demonstrar a pujança de tal projeto por meio da realização de feitos que simbolizavam grandeza e/ou unidade, como por exemplo: a construção da Ponte Rio-Niterói, da Rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu; a expansão tanto da rede de telecomunicações quanto do sistema e ensino superior nacional; o combate implacável aos "inimigos da pátria"; e, como eu não poderia deixar de mencionar, a promoção de

---

635 *Maratona do fogo simbólico recomeçará 1º de agosto.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b. Os comentários feitos na nota de rodapé anterior são igualmente válidos para esta nota, com exceção da indicação de fonte a ser consultada. Para informações mais detalhadas sobre as diversas cidades gaúchas que compunham a rota da *Corrida do Patriarca da Independência*, *cf. Maratona do fogo simbólico recomeçará 1º* de agosto. *Op. cit.*

636 Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *A invenção de uma tradição: a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, contida neste capítulo.

637 *Corrida do Fogo Simbólico partirá do Chuí no dia 27. Op. cit.*

638 Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de representação formulada por Roger Chartier. Para mais informações, *cf.* CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

639 Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, em outras oportunidades.

eventos esportivos de grandes proporções – entre eles, o objeto de estudo deste capítulo, tido por Corrêa como a "maior corrida do mundo".[640]

Além do mito e do ideal de um país grande e integrado: outras estratégias

Com base no exposto na seção anterior, creio que o itinerário da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foi mobilizado como uma estratégia de reafirmação do mito integração nacional e, especialmente, do ideal de "Brasil grande", contribuindo, assim, para a execução não somente de um dos três objetivos específicos do evento cívico/esportivo (notadamente, o de "ligar os pontos mais distantes do território nacional num elo indestrutível e indissolúvel"),[641] como, também, de seu objetivo geral: "unir todos os cidadãos pelo bem e pela grandeza do Brasil".[642] No entanto, parece que essa não foi a única estratégia utilizada com o intuito de contribuir para a execução dos objetivos geral e específicos da corrida. Acredito, por exemplo, que a mobilização de atletas com o intento de se levar mensagens de fé e esperança em um devir promissor a todos os estados e territórios do país – através da distribuição de 100 mil bandeiras do Brasil, de 1,5 milhões de folhetos com símbolos e bandeiras históricas nacionais e, principalmente, da mesma quantidade de livretos em quadrinhos com versão resumida da história da Independência brasileira[643] – era igualmente útil para a execução do objetivo geral, evidentemente, e, ainda, de outros dois objetivos específicos do evento: "homenagear e cultuar a memória dos grandes vultos e rememorar os fatos e feitos da História-Pátria" e "educar civicamente os cidadãos brasileiros e unir todos num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas".[644]

Ao mesmo tempo em que contribuía para a execução do objetivo geral e dos dois objetivos específicos citados, o dito uso instrumental de atletas revela, também, um dos principais traços característicos da pedagogia cívica que ordenou não apenas a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, mas, igualmente, como alerta Adjovanes Thadeu de Almeida,[645] as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, de uma maneira geral: reafirmar – sobretudo, por meio do manejo de valores simbólicos

[640] *Ofício nº 225. Op. cit.*
[641] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional). Op. cit.*, p. 7.
[642] *Ibid.*, p. 1.
[643] *Id.*
[644] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional). Op. cit.*, p. 7.
[645] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

agregados[646] a símbolos, bandeiras e representações sobre o passado nacional – uma determinada versão da História-Pátria, que servia, como já vimos,[647] como uma espécie de manancial de inspiração cívico-patriótica, altamente capaz de despertar, nos mais diversos seguimentos da sociedade brasileira, um forte sentimento de identidade e de pertença a uma mesma comunidade política imaginada. Versão essa que, como vale ainda lembrar,[648] foi largamente difundida pelo regime militar – sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – durante as celebrações, tendo entre os seus principais pontos de sustentação o mito da integração nacional e o ideal de "Brasil grande"; além de, sempre de modo alinhado com tal mito e ideal, se pautar, como explica Janaína Cordeiro, na valorização: "dos grandes vultos nacionais, numa concepção de tempo linear, que unia passado, presente e futuro, de forma que o progresso aparecia como o destino manifesto da nação".[649]

Não à toa, os 1,5 milhões de livretos em quadrinhos com versão resumida da história da Independência brasileira distribuídos à população ao longo do itinerário da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* se iniciavam com as seguintes palavras: "há 150 anos houve o grito do Ipiranga, mas a história da nossa Independência começa muito antes, quando o povo brasileiro toma aos poucos consciência de sua formação". Índios brancos e negros, complementa o livreto em quadrinhos: "demonstram seu amor à pátria e o desejo de vê-la unida e somente sua, na luta pela expulsão dos invasores da Insurreição Pernambucana, em 1645". Em outras palavras, quando o negro Henrique Dias, o paraibano André Vidal de Negreiros, o índio Poti e o português João Fernandes Vieira: "reuniram-se para formar o Grupo dos Independentes, sob a divisa de 'Deus e liberdade', na luta contra os holandeses, a palavra liberdade começava a vibrar no coração do povo". O livreto prossegue com a afirmação de que tal anseio popular por liberdade teria se ampliado com o passar do tempo: "em 1684, no Maranhão, Manuel Beckman, senhor de engenho, rebelou-se contra decisões da Coroa. No princípio do século XVIII, aconteceu a Guerra dos Emboabas, entre paulistas e reinóis. No norte, a

---

[646] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de valores simbólicos agregados formulada por Eric Hobsbawm. Para mais informações, *cf.* HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: _____. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[647] Para mais informações, *cf.* as seções intituladas *O primeiro ato de Médici: a criação de uma comissão nacional* e *As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais*, que compõem o primeiro capítulo desta tese.

[648] Os mesmos comentários feitos na nota de rodapé anterior também são válidos para esta nota.

[649] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 89.

Guerra dos Mascates fez o povo pensar pela primeira vez na proclamação da república" – ideia que teria ressurgido, em 1720, em Minas Gerais, tendo entre seus protomártires: "Filipe dos Santos, esquartejado, tal qual viria a ser Tiradentes, setenta e dois anos depois pela mesma causa da liberdade".[650] Assim sendo, o livreto conclui que ao ser proclamada, em 1822, a Independência do Brasil, os referidos vultos estavam, de fato, presentes nas margens do riacho do Ipiranga, pois formavam: "uma legião de criaturas predestinadas, que, com amor, sonho, sangue e sacrifício, estabeleceram os alicerces de uma nação jovem e livre, projetada para um futuro de grandeza e glória".[651]

Os atletas que participaram da *Corrida Fogo Simbólico da Pátria* também foram incumbidos de adentrar em escolas situadas ao longo das suas quatro rotas, com a missão proferir mensagens específicas de fé e esperança às professoras e à juventude.[652] Em resumo, o uso dessas mensagens era mais uma estratégia mobilizada com vistas a contribuir com a execução dos objetivos geral e específicos do evento cívico/esportivo, por meio da reafirmação do mito da integração nacional/ideal de "Brasil grande": fato que reforça a tese, defendida por Mona Ozouf,[653] de que a obsessiva reiteração do mesmo é um dos motores centrais das comemorações nacionais, bem como dos demais eventos a elas associados. Como lembra Luís Fernando Cerri,[654] tais comemorações e eventos costumam insistir, mais precisamente, na repetição de, pelo menos, quatro assertivas básicas: "nos honramos de ser os mesmos [...], ainda somos todos os mesmos [...], nós somos os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos".

Isso é o que se pode perceber, por exemplo, quando se diz, na mensagem que foi direcionada às professoras de escolas situadas ao longo do itinerário da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*: "que é admirável – a tradição do Fogo Simbólico da Pátria [...]. Leva pelos caminhos do Brasil a consciência de que somos um único povo, renovado incessantemente na sua unidade pela sucessão das gerações [...]". Vós: "que tendes a doce responsabilidade de orientar a infância, sois agora convocadas para explicar-lhe o que em 1972 significa a passagem – diante dos vossos colégios – do fogo patriótico. Heroínas do dever, manipulais angelicalmente, com solicitude e bondade, o

---

[650] ANÍSIO, Pedro; COLONNESE, Eugênio. *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1972, p. 3. Voltarei a tratar do livreto citado nesta nota de rodapé mais adiante, ainda nesta seção.
[651] *Ibid.*, p. 18.
[652] CORRÊA, Antonio Jorge. *Op. cit.*
[653] OZOUF, Mona. *L'École de la France* – essais sur la révolution, l'utopie et l'enseignement. Paris: Gallimard, 1984.
[654] CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 1999, p. 201.

futuro". Além disso: "vibrais com as festas cívicas da nossa terra [...] – acolhei festivamente o símbolo da pátria viva".[655] Algo parecido também pode ser verificado, quando se afirma, na mensagem que foi dirigida aos jovens das referidas escolas: "festejai o fogo sagrado [...]; recebei-o na sua corrida rítmica, como a mais grata de todas as mensagens; a mensagem dizendo que o Brasil vive, o Brasil cresceu, o Brasil gigante palpita no entusiasmo de comemorar 150 anos de sua Independência". Porque: "o fogo simbólico voa por esses caminhos – todos os caminhos da pátria – em direção ao Ipiranga. Transporta a solidariedade de nossas populações à glória do dia maior; o dia em que o príncipe dom Pedro I proclamou livre o Brasil". Dirá ao povo que o país: "agradece a Deus e aos heróis a Independência, a ordem e o progresso".[656]

Sobre as ações direcionadas aos jovens estudantes, é importante destacar que elas buscavam atingir um segmento social que – segundo diversos documentos produzidos pela comissão executiva central, como, por exemplo, o Ofício nº 178 – era tido como: " [a sua] alma, a sua maior vibração cívica".[657] Por esse motivo, no mês de julho – ou seja, durante as férias escolares – a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* teve as suas quatro rotas interrompidas, cabendo às seguintes cidades garantir a guarda do Fogo Simbólico da Pátria aceso em uma pira: Goiânia (rota "Oiapoque");[658] Ilhéus – Bahia – (rota "Cabo Branco");[659] Cuiabá (rota "Javari");[660] e Florianópolis (rota "Chuí").[661]

Mais do que um pedido de guarda do Fogo Simbólico da Pátria, os ofícios nº 175, 176, 177 e 178 solicitavam, aos prefeitos de Goiânia, Ilhéus, Cuiabá e Florianópolis: "todo o empenho no sentido de que isso signifique [...] [para essas cidades] um verdadeiro galardão dos festejos do Sesquicentenário e de que, em consequência, se tenha uma pira e uma guarda permanente à altura do acontecimento".[662] Afora a guarda propriamente dita do fogo em uma pira, o mesmo

---

[655] *Corrida do Fogo Simbólico tem percurso de 7 mil quilômetros*. Correio do Povo, 3 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[656] *Id.*
[657] *Ofício nº 178*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24.
[658] *Ofício nº 176*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 12.
[659] *Ofício nº 175*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 8.
[660] *Ofício nº 177*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 14.
[661] *Ofício nº 178. Op. cit.*
[662] *Ofício nº 175. Op. cit.; Ofício nº 176. Op. cit.; Ofício nº 177. Op. cit.; Ofício nº 178. Op. cit.*

percorreu, após o término das férias escolares, um roteiro que abrangeu diversos estabelecimentos de ensino das cidades citadas.[663] Em Florianópolis, por exemplo, ele foi levado a dezessete escolas da rede pública e privada (Grupo Escolar Hilda Teodoro Vieira, Escola Senac, Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre outras),[664] além da própria UFSC, onde foi recebido por uma série de atos abertos à comunidade, sob a organização da Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante, em parceria com a Comissão Universitária do Sesquicentenário – formada por docentes, técnicos e discentes da UFSC. Eis, mais precisamente, os atos citados: cerimônia de saudação do fogo e acendimento de pira pelo reitor Roberto Lacerda, hasteamento de bandeiras do Brasil, de Santa Catarina e da UFSC, execução dos hinos do Brasil e do Sesquicentenário da Independência, apresentação musical do coral da UFSC, junto com o conjunto musical Violonquestra, e realização de vigília cívica do fogo por 24 horas, no salão de atos da reitoria.[665]

A convocação de estudantes para participarem de eventos cívicos nacionais é uma tradição que não pode ser circunscrita somente aos anos da ditadura militar. Afinal, tal tradição, como demonstra Maurício Parada,[666] constitui-se, por exemplo, como um dos principais traços característicos dos eventos cívicos realizados ao longo do Estado Novo. Como explica Parada, entre 1937 e 1946, a mobilização de estudantes em eventos cívicos era vista como algo, de um modo geral: "associado à manutenção do regime no futuro. Sua inserção no imaginário político do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada". Dentro desse prisma, complementa o autor: "se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis por 'ameaças' à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não

---

[663] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 12, 14, 8, 8a, 8b, 8c, 8d, 8e, 8f, 24, 24a, 24b e 56.
[664] *Fogo Simbólico já começou a percorrer os colégios*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24; *Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24. As fontes citadas nesta nota de rodapé são recortes de matérias publicadas em jornais que não foram identificados pelos organizadores do Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Os organizadores do fundo também não divulgaram a data de publicação das matérias.
[665] *Fogo Simbólico hoje na universidade*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24. As observações feitas na nota de rodapé anterior também são válidas para esta nota, assim como para as demais que, por ventura, não apresentarem identificação do jornal e/ou data de publicação de uma determinada matéria contida Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
[666] PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação:* cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

apresentarem esses desvios". Sendo assim, diz Parada, à guisa de conclusão: "as políticas para a juventude passaram a ter lugar de destaque dentro das prioridades do [...] Estado Novo. O jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado".[667]

Em função do exposto, devemos ter, como lembra Cordeiro,[668] sempre em horizonte o entendimento de que, em 1972, as instituições escolares já tinham se consolidado como profícuos canais de expressão de uma cultura cívica nacional e de que, por esse motivo, a convocação de estudantes para participarem de eventos cívicos/esportivos como a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* demonstra: "as continuidades com o passado que a ditadura foi capaz de estabelecer, dotando-as, ao mesmo tempo, de novos significados [...], particularmente caros ao seu projeto nacional"[669] – como, por exemplo, a (re)educação da juventude a partir de normas, valores, tradições, práticas e representações que valorizassem o otimismo em relação ao futuro do país, tão próprio dos anos do "milagre econômico" (1969-1973); e, não por acaso, tão presente nos excertos aqui reproduzidos das mensagens de fé e esperança endereçadas às professoras e aos jovens, que os atletas que participaram da corrida foram incumbidos de dar ao adentrarem em escolas situadas em seu itinerário.[670]

No que tange à participação de estudantes em eventos que compunham a programação das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, Almeida[671] apresenta uma visão que se contrapõe à de Cordeiro.[672] De acordo com o autor, o envolvimento de segmentos estudantis em eventos como a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* evidencia um tipo de participação não-espontânea; ou, nas palavras de Chirio,[673] uma participação simulada, que teria sido provocada muito mais por atos de imposição da ditadura militar do que por um genuíno interesse das comunidades escolares, de uma forma geral, e de seus respectivos estudantes, mais especificamente. Para Almeida, as celebrações: "tiveram alguma repercussão popular, em especial entre os mais jovens [...], que a viveram mais intensamente, por exemplo, no ambiente escolar". Porém, conclui o autor, não se pode afirmar, a despeito de tal repercussão, que houve, de fato: "uma motivação total e profunda, de modo a resultar numa participação

---

667 PARADA, Maurício. *Op. cit.*, p. 41.
668 CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
669 *Ibid.*, p. 28.
670 Para mais informações, *cf. Corrida do Fogo Simbólico tem percurso de 7 mil quilômetros*. *Op. cit.*
671 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
672 CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
673 CHIRIO, Maud. *Op. cit.*

consciente e entusiástica, de todas as camadas sociais, a partir dos mais altos níveis de hierarquia governamental até os mais humildes trabalhadores, inclusive as crianças".[674]

A meu ver, as afirmações feitas por Almeida não se sustentam. Digo isso devido ao que pude observar tanto nas fontes por mim apreciadas quanto em função de outros estudos que também tomam aspectos relativos aos festejos do 150º aniversário da Independência brasileira como objeto e com os quais venho travando diálogos. Refiro-me, mais precisamente, aos trabalhos desenvolvidos por Luís Fernando Cerri,[675] Élio Serpa,[676] Thaisy Sosnoski[677] e Cordeiro,[678] além do próprio estudo realizado por Almeida.[679] Estudo esse que – como já demonstrei, em diversos momentos, no decorrer desta tese – evidencia, tal como os demais trabalhos citados anteriormente, que distintos segmentos sociais se envolveram – munidos das mais diversas intencionalidades e, muitas das vezes, de maneira espontânea, consciente e entusiasmada – com as festividades. No que se refere às fontes que examinei até o momento, diversos exemplos poderiam ser mobilizados para iluminar a discussão que atravessa este parágrafo. Mas, para me deter apenas em casos relacionados ao objeto de análise deste capítulo, gostaria destacar, inicialmente, aqueles que já foram mencionados: a colaboração da montadora Ford do Brasil, que cedeu à comissão executiva central três veículos, para acompanhar a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*;[680] o envolvimento do *designer* Aloísio Magalhães, criador do símbolo das comemorações, que, conforme orientação da referida comissão, deveria ornamentar – em local de grande visibilidade – as viaturas cedidas pela Ford;[681] e as ações empreendidas pela Editora Brasil-América (EBAL).

Entre os exemplos citados, o caso da EBAL é o único que merece ser melhor destrinchado. De acordo com Gonçalo da Silva Júnior,[682] na década de 1970, a editora destacava-se – junto com a Abril e a Rio Gráfica Editora – entre as principais empresas do mercado de história em quadrinhos do país e, como já vimos, editou, sob encomenda

---

[674] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*, p. 244.
[675] CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.
[676] SERPA, Élio Cantalício. Revista *O Cruzeiro* de 1972: conmemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.
[677] SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória:* Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.
[678] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[679] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit*
[680] *Ofício nº 282*. *Op. cit.*
[681] *Id.*; *150 anos da Independência já tem símbolo*. *Op. cit.*
[682] SILVA JÚNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis:* a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. Companhia das Letras: São Paulo. 2004.

da comissão executiva central, 1,5 milhões de exemplares do livreto *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos*[683] – uma versão condensada de *A Independência do Brasil em quadrinhos*,[684] publicação de autoria dos quadrinistas Pedro Anísio e Eugênio Colonnese, lançada pela própria EBAL, em 1970, como edição pré-comemorativa dos 150 anos do "grito do Ipiranga". As iniciativas da EBAL relativas às comemorações não se resumem à edição do livreto em quadrinhos. Em 1972, a editora promoveu, ainda, o I Grande Concurso de História em Quadrinhos – uma outra ação por ela realizada para comemorar a efeméride em tela, que contou com a participação de 56 concorrentes de vários estados e territórios nacionais. A proposta vencedora foi a intitulada *Uma estória na Independência*, escrita e desenhada pelo mineiro Luiz Antônio Novelli, que tematizou as aventuras de Adriano: um jovem que, em resumo, teria morado na casa retratada ao fundo do famoso quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, e que, por obra do acaso, teria se envolvido e colaborado com um grupo de brasileiros comuns engajados na luta pela soberania política de sua pátria.[685]

Os exemplos que acabei de apresentar, bem como os demais expostos no transcorrer desta tese, evidenciam as fragilidades da tese sustentada por Almeida.[686] Afinal, todos esses exemplos – que se somarão a outros que ainda serão aqui debatidos – indicam que, diferentemente do que sustenta o autor, distintos segmentos sociais se envolveram – pelas mais variadas causas e, em muitos casos, de um modo voluntário, arguto e vibrante – com as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Sendo assim, Cordeiro[687] me parece mesmo estar correta ao afirmar que Almeida, ao relativizar a adesão popular tida pelas festividades, se aproxima em boa medida – a despeito de todas as evidências apontadas pela bibliografia referente a esse objeto de pesquisa (inclusive, as contidas em seu próprio estudo) – de um dos traços característicos centrais da: "memória coletiva sobre a ditadura [militar construída na esteira da redemocratização] e em particular da memória das esquerdas a respeito da

---

[683] ANÍSIO, Pedro; COLONNESE, Eugênio. *Op. cit.*
[684] Para mais informações, *cf.* _____; _____. *A Independência do Brasil em quadrinhos.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1970.
[685] Para mais informações, *cf.* NOVELLI, Luiz Antônio. *Uma estória na Independência.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1972. Não me parece ser necessário reproduzir, aqui, uma fotografia do famoso quadro de Pedro Américo, pois, além de ser bastante conhecido, diversas fotos do mesmo estão disponíveis na internet e podem ser facilmente localizadas por meio de pesquisas em sites de buscas, como, por exemplo, o Google. Discutir detalhadamente esse quadro também não me parece ser pertinente para esta ocasião, já que a realização de tal empreendimento me distanciaria sobremaneira do percurso que pretendo percorrer nesta seção.
[686] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[687] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

participação [...] [da sociedade brasileira] no pós-1964". Como resume a autora: "de acordo com essa memória, a participação, quando se dava, acontecia de maneira inconsciente, sem motivação total e profunda". Aliás, complementa Cordeiro: "mesmo a percepção de que foi no ambiente escolar que a festa encontrou maior receptividade, da forma como o autor a expressa, confirma a ideia de que a participação não foi real ou espontânea, mas sim determinada pelo poder, pelas instituições oficiais".[688]

É possível verificar, no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, múltiplos exemplos que demonstram que, de uma maneira geral, os indivíduos pertencentes às comunidades escolares não eram meramente manipulados ou, no limite, determinados em suas ações. Muito pelo contrário, eles geralmente faziam, a partir de "filtros" bastante pessoais, as suas opções, sabendo, inclusive, que eram possuidores de uma relativa autonomia diante do que estabeleciam as instituições oficiais e de que, em algumas situações, eram capazes até mesmo de desobedecê-las. Tudo isso pode ser percebido em casos como, por exemplo, o do discurso proferido pela professora da Escola Municipal Comunitária da Histarte Clarice Meirelles, em que a mesma afirmou, de forma espontânea, em cerimônia de recebimento do Fogo Simbólico da Pátria realizada em Salvador, estar: "profundamente emocionada e sumamente honrada para prestar [por meio da fala que lhe foi reservada] [...] a sincera, honrada e entusiástica homenagem da mulher baiana à pátria [...], para um Brasil mais forte e mais unido";[689] o da carta de Nancy Martins enviada a Corrêa, onde, também espontaneamente, a diretora do Grupo Escolar Doutor David de Persicano – localizado em Catalão (Goiás) – reafirma, ao presidente da comissão executiva central, os seus votos de que: "a luta em prol de um Brasil grande e progressista tenha pleno êxito";[690] e o do ato de Irene do Amaral, professora e diretora do Grupo Escolar Alberico Marques da Silva, que, à revelia das ordens dadas por Marcos Vellozo, prefeito do município de Santa Isabel do Ivaí (Paraná), não distribuiu – por motivos não relevados na fonte consultada – o material alusivo à *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* destinado aos alunos da instituição por ela dirigida – bandeiras do Brasil,

[688] *Ibid.*, p. 27.
[689] *Relatório final da comissão executiva estadual para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil – Bahia*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 8d.
[690] *Carta de Nancy de Melo Martins – diretora do Grupo Escolar Doutor David de Persicano*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 12.

folhetos com símbolos e bandeiras históricas nacionais, edições do livreto *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos* etc.[691]

Pelo exposto, acredito ser necessário, sobretudo no âmbito da pesquisa acadêmica, superarmos os limites da memória coletiva ao qual fiz alusão anteriormente – especialmente, através do desenvolvimento de análises que abordem de uma maneira menos simplista as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil. Para tanto, creio ser fundamental, em primeiro lugar, reconhecermos, como frisam Denise Rollemberg e Samantha Quadrat,[692] que não são apenas os tradicionais pilares básicos da repressão (ou seja, a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda) que sustentam as sociedades que, de um modo geral, experimentam o autoritarismo, mas sim uma complexa articulação de aspectos diversos relativos à coerção, à manipulação, ao consenso social e às múltiplas formas a partir das quais ele se expressa socialmente. Ademais, também não podemos deixar de levar em conta que, em 1972, havia, mais precisamente no Brasil, um consenso formado ao redor da ditadura militar, que se constituiu tanto pelos atos mais claros de adesão engajada a tal ditadura quanto por outras práticas mais sutis de consentimento por parte da sociedade civil: a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, a sensação de absoluta impotência, entre outras. Tais modos de se comportar – como venho reiterando no decorrer desta tese, recorrendo principalmente a Daniel Aarão Reis Filho[693] – de fato contribuíram, em diferentes momentos e situações, para a sustentação do regime militar e, consequentemente, para a execução bem-sucedida de muitos de seus projetos – entre eles, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como, evidentemente, os mais diversos eventos a elas associados. Não por acaso, em entrevista dada ao jornal *A Crítica*, João Walter de Andrade, governador do Amazonas, já dava como certo – muito provavelmente, por perceber a "atmosfera" consensual que pairava sobre o país na ocasião – o sucesso da passagem da *Corrida do Fogo Simbólico da*

---

[691] *Relatório final da Liga de Defesa Nacional – Núcleo de Santa Isabel do Ivaí (Paraná)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 3c. Tratarei de casos relativos a estudantes mais adiante, ainda nesta seção.

[692] ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; *Ibid.*, vol. 2: Brasil e América Latina; *Ibid.*, vol. 3: Europa.

[693] REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Pátria por seu estado antes mesmo de sua ocorrência, lançando como justificativa o fato de que: "quando se dá as mãos, é possível levar de vencida todos os obstáculos".[694]

O envolvimento de estudantes, seja de ensino básico ou de ensino superior, com a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* é mais um exemplo – entre os vários outros aqui já analisados – que nos ajudam a entender que a memória coletiva segundo a qual o Brasil teria sido vítima de uma ditadura militar implacável e que a resistência teria sido a única resposta dada pelos brasileiros à tal regime é insustentável, justamente por desconsiderar, como defende Rollemberg,[695] o consenso social formado no período. Entendo que o envolvimento de segmentos estudantis com o evento cívico/esportivo pode ser concebido como mais uma das múltiplas formas a partir das quais o consenso estabelecido ao redor da ditadura militar – que, vale sublinhar, era um fenômeno complexo, marcados por comportamentos sociais multifacetados e, até mesmo, ambivalentes[696] – era conformado e se expressava socialmente. Afinal, se, por um lado, é impossível sabermos exatamente o real motivo que impulsionou a participação de cada um dos estudantes de ensino básico que se envolveram com a corrida; por outro, é certo que tal envolvimento só se deu mediante a anuência de seus responsáveis, que poderiam, em última instância, não levar as crianças e/ou os adolescentes sob sua responsabilidade à escola em dia destinado à ocorrência de cerimônia de recebimento do Fogo Simbólico da Pátria – inclusive, lançando mão de uma desculpa qualquer (como uma indisposição de saúde, por exemplo); ou, pelo menos, não autorizar – também, se assim lhes conviessem, por meio do uso de escusas – a participação dos mesmos em atos como a leitura pública de uma declaração de louvor ao fogo feita por uma aluna da Escola Senac em solenidade de recepção realizada em sua instituição de ensino;[697] a condução do mesmo, por meio de corrida de revezamento, protagonizada por alunos-atletas do Grupo Escolar Hilda Teodora Vieira até a UFSC;[698] e a guarda de tal fogo

---

[694] *Fogo simbólico no programa de maio*. A Crítica, 4 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[695] ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
[696] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, a introdução desta tese.
[697] *Fogo Simbólico faz rondas nos colégios*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24.
[698] *Fogo Simbólico continua percorrendo as escolas.* In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24.

realizada por alunos do colégio de aplicação dessa mesma universidade, durante a já mencionada vigília cívica de 24 horas, ocorrida no salão de atos da reitoria.[699]

Assim como no caso dos estudantes de ensino básico, não podemos saber precisamente o que, de fato, determinou o envolvimento de cada um dos estudantes de ensino superior que se envolveram com a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. De toda maneira, acredito que, também para esse último caso, o não envolvimento era uma opção disponível, seja para a simples presença nos mais diversos atos que marcaram o recebimento do Fogo Simbólico da Pátria em universidades brasileiras,[700] como o discurso feito pelo vice-reitor Hamilton Schaeffer em cerimônia de saudação ao fogo realizada na UFSC, em que ele chegou a afirmar, em nome de sua universidade, que: "o fogo representa uma demonstração de unidade, de congraçamento e de integração dos filhos desta pátria[, que a oferecem] [...] seus sacrifícios, suas renúncias, num gesto significativo de [...] que tudo querem sem nada pedir ao Brasil";[701] ou, até mesmo, para a participação mais engajada nos atos mencionados, como a dos estudantes da UFSC que estiveram envolvidos, sob o comando do historiador e professor Osvaldo Rodrigues Cabral, diretamente com o processo de construção de tais atos pelo fato de serem componentes da Comissão Universitária do Sesquicentenário;[702] dos que pertenciam ao coral da universidade e que optaram por se fazerem presentes, ao lado do conjunto musical Violonquestra e sob a regência do professor e maestro José Acácio Santana, em apresentação musical que, como já mencionei, foi concebida para ser um dos atos de recebimento do fogo na UFSC;[703] e dos que, junto com os alunos do colégio de aplicação dessa mesma universidade, realizaram a guarda do mesmo ao longo da vigília cívica que, como também já disse, ocorreu no salão de atos da reitoria da UFSC.[704]

Os exemplos analisados nesta seção são de grande utilidade para o entendimento de que as relações estabelecidas entre ditadura e sociedade não podem ser reduzidas a binômios simplistas e maniqueístas, como o do tipo militares todo-poderosos *versus* civis indefesos. Dito de outro modo, acredito que os referidos exemplos nos auxiliam a compreender o regime militar como um produto social, que foi gestado no interior da própria sociedade brasileira e que, muito em função disso, não era tido como estranho e,

---

[699] *Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs. Op. cit.*
[700] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[701] *No campus o fogo simbólico*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[702] *Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs. Op. cit.*
[703] *Fogo simbólico hoje na universidade. Op. cit.*
[704] *Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs. Op. cit.*

muito menos, problemático por parcelas expressivas dos seus mais distintos segmentos sociais – que, aliás, costumavam interagir com tal regime em seu cotidiano pelos mais diversos motivos: jogos de interesses, compartilhamento de valores e tradições, crença em uma concepção de história, percepção do presente e perspectiva de futuro em comum etc. Em suma, o que quero destacar – na realidade, não somente em função dos exemplos mobilizados nesta seção, mas, também, levando em conta tudo o que já foi apresentado no decorrer desta tese – é que, quando analisadas de forma complexa, as relações entre ditadura militar e sociedade civil colocam sob suspeição a memória dos "anos de chumbo", que ainda é bastante reiterada em certos espaços de sociabilidade (inclusive, no meio acadêmico)[705] e que tem como um de seus principais sustentáculos o mito da sociedade "vitimizada". Mito esse que tende a acobertar, entre outras coisas, diversas atitudes que revelam maneiras como parcelas expressivas dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira expressaram seu consentimento em relação ao regime militar – entre eles, os estudantes da educação básica e do ensino superior, que, como venho tentando demonstrar, participaram (grande medida e muitas das vezes expressando o dito consentimento de forma espontânea, consciente e entusiasmada) tanto das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, de um modo geral, quanto da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, mais especificamente.

Entre a unidade e a sacralização do tempo/espaço: as normas da corrida

O périplo do Fogo Simbólico da Pátria pelo Brasil afora obedeceu a um conjunto de normas rígidas, construídas por quatro membros da Liga de Defesa Nacional, que ocuparam, sob a tutela da comissão executiva central,[706] os postos de organizadores da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*: o dirigente esportivo e, também, jornalista Túlio De Rose, vinculado ao diretório regional do Rio Grande do Sul e coordenador, do alto de seus 72 anos de idade,[707] da rota "Chuí"; o general Flammarion Pinto de Campos, vinculado ao diretório central (estado da Guanabara) e coordenador da rota "Cabo Branco"; o promotor e professor Max Esteves Pereira, vinculado ao diretório regional de Goiás e coordenador da rota "Javari"; e o general e professor

[705] *Cf.*, por exemplo, ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[706] *Ofício nº 121*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 3e; *Ofício nº 423*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 3e.
[707] *Fogo Simbólico da Pátria no ano de Sesquicentenário da Independência*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23.

Nelson de Figueiredo, representante da liga em Minas Gerais e coordenador da rota "Oiapoque".[708] Como se pode presumir, as referidas normas visavam estabelecer os parâmetros que iriam balizar a corrida em todo o país, além de conferi-la certas características ritualísticas que, como explica Fernando Catroga,[709] costumam ser traços característicos dos eventos cívicos, de uma maneira geral. Falo, mais precisamente, da unidade e da sacralização cívica do tempo e do espaço do evento cívico/esportivo, que deveria ser instituída, especialmente, por meio de uma série de cerimônias a ele associadas, previstas para serem repetidas, ritualmente, ao longo de seu itinerário.

As normas citadas podem ser classificadas em dois tipos: as que se referem ao périplo do Fogo Simbólico da Pátria e as que se reportam ao congraçamento social que ele deveria promover. Sobre o périplo do fogo, estabeleceu-se que a tocha que o abrigava deveria ser sempre levada por meio de corrida de revezamento (ou seja, nunca em caminhada ou procissão), realizada por uma equipe de atletas da localidade de onde ela partiria até o seu próximo ponto de destino. Em percursos diários que não poderiam exceder 120 quilômetros, cada atleta teria que transportar a tocha por, no máximo, 400 metros em pisos planos ou 100 metros em terrenos íngremes, contando, quando possível, com o apoio de uma viatura com sirene, posicionada 100 metros à frente do fogo. Nos perímetros urbanos, o mesmo deveria ser conduzido apenas por moças.[710]

A partida do Fogo Simbólico da Pátria de uma certa localidade não poderia ocorrer antes das 7 e depois das 8 horas, enquanto a sua chegada em um dado ponto de destino não deveria acontecer após as 18 horas. Além disso, os cálculos para os diversos trechos em que ele deveria passar teriam que ser feitos na base de aproximadamente quatro minutos por quilômetro ou 15 quilômetros por hora, sempre levando em consideração que não seria permitida a realização de paradas para esperar a hora de chegada programada. Somente em casos excepcionais, os horários poderiam ser flexibilizados.[711] A justificativa para tal rigor pôde ser encontrada no artigo de número 9 do documento que define as normas para a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, que

---

[708] *Dirigentes da 35ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24b.
[709] CATROGA, Fernando. *Mito, nação e rito:* religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.
[710] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.* Voltarei a tratar do fato de o Fogo Simbólico da Pátria somente poder ser conduzido por moças nos perímetros urbanos mais adiante, ainda nesta seção.
[711] *Id.*

dizia: “os horários de chegada e partida [...] devem ser rigorosamente observados, porque isso faz parte da educação cívica promovida pela Liga de Defesa Nacional”.[712]

As solenidades relativas ao Fogo Simbólico da Pátria previstas para acontecerem sempre que ele chegava em um dado ponto de destino foram pensadas para serem compostas por quatro momentos: o de recepção da tocha que abrigava o fogo, o de acendimento de pira instalada no local da cerimônia, o de proclamação de discursos e o de encerramento da solenidade. Como se pode imaginar, o momento de recepção era caracterizado pela chegada do fogo, que deveria ser conduzido por um dos atletas que formavam a equipe de corrida de revezamento que vinha conduzindo a tocha que o abrigava desde a localidade de onde ele havia partido e que, em cerca de 400 metros de proximidade de seu ponto de destino, teria que ser escoltada por um grupo de moças e rapazes. Ao chegar ao seu local de destino, a tocha que abrigava o fogo precisaria adentrar por uma ala formada em frente a um palanque montado especialmente para a ocasião e, lá, ser recebida pelo prefeito ou por um representante da localidade de onde a mesma havia partido. O prefeito ou o representante, por sua vez, deveria entregar a tocha a um integrante da Liga de Defesa Nacional, que, na sequência, teria que repassá-la ao prefeito ou a um representante da cidade anfitriã, que era responsável por, logo em seguida, saudar o público e acender – com o fogo contido na tocha que acabara de receber, ao som de aplausos e/ou música – a pira instalada no local previsto para ocorrer a solenidade. Findo o acendimento da pira, havia um momento reservado para a proclamação de discursos, que precisariam ser feitos também em cima do palanque, que teria que estar devidamente isolado, para destacar a pira, as autoridades e os que iriam fazer uso da palavra, sem, entretanto, afastar demasiadamente o povo do local da cerimônia. No total, eram quatro as pessoas previstas para discursarem: o prefeito ou o representante da cidade que iria receber fogo, uma pessoa da localidade de onde ele havia partido, um integrante da liga[713] e uma mulher.[714]

As solenidades mencionadas não poderiam ultrapassar 30 minutos, com exceção das ocasiões em que o Fogo Simbólico da Pátria pernoitasse em uma determinada cidade. Em tais ocasiões, as cerimônias poderiam durar até duas horas, além de poderem

---

[712] *Ibid.*, p. 4. Voltarei a tratar da pedagogia cívica que ordenou a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* mais adiante, ainda nesta seção.

[713] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.* Voltarei a tratar dos referidos discursos mais adiante, na seção intitulada *À guisa de conclusão: notas sobre a corrida e seus momentos derradeiros.*

[714] Voltarei a tratar da presença de uma mulher para discursar no palanque da solenidade em questão mais adiante, ainda nesta seção.

se desmembrar, como já adiantei, em outras solenidades parecidas,[715] a serem realizadas em outros locais, como por exemplo: prefeituras, câmaras municipais, escolas, associações diversas etc. Em ambas as situações, o encerramento teria que ser sempre feito ao som do Hino Nacional, cantado por todos presentes, a convite de um membro da Liga de Defesa Nacional; e/ou com música, nos casos em que se poderia contar com a presença de bandas militares. Após o canto e/ou a execução do hino, o fogo deveria ser saudado por uma mulher e, depois, a tocha que o abrigava deveria sair do local reservado à cerimônia em direção a outro ponto de destino, sendo conduzida por uma atleta também do sexo feminino.[716] Nesses dois casos, assim como nos citados no segundo e no quinto parágrafo desta seção, a presença feminina expressava uma dupla homenagem: "da mulher [notadamente, ao fogo] e [da liga, especialmente] à mulher".[717]

Creio que a rigidez voltada para o cumprimento das normas expostas pode ser compreendida não apenas como uma tentativa de dar unidade às solenidades, mas, também, como estratégias que conferiam feições ritualísticas às mesmas. Tais feições, no meu entendimento, reafirmavam, entre outras coisas, certos discursos simbólicos acerca da estrutura social brasileira e, consequentemente, sobre determinados aspectos das relações rotineiras que se davam no âmbito dessa sociedade. Refiro-me, mais especificamente, ao apreço pelo planejamento, pela ordem e, sobretudo, pela hierarquia, assim como à percepção da necessidade de se reforçar essa última por meio da realização de rituais que buscavam, ao mesmo tempo, reunir e distinguir, em um *locus* comum, o povo e as suas autoridades – *vide*, por exemplo, o já mencionado cuidado, expresso pela organização da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, com o isolamento do palanque que deveria compor os espaços em que se realizariam as cerimônias. Por esse motivo, não me parece ser equivocado afirmar, tomando por base os três modos básicos de se ritualizar no Brasil formulados por Roberto DaMatta (vale lembrar, o "carnaval", a "procissão" e a "parada militar"),[718] que as solenidades se aproximam, em boa medida, do modelo da "parada militar", que, como demonstra o autor, teria como um de seus exemplos mais acabados o desfile militar de celebração do dia 7 de setembro, o Dia da Pátria. Afinal, esses dois eventos possuem entre seus principais

[715] *Cf.*, por exemplo, o caso da *Corrida do Patriarca da Independência*, citado na seção intitulada *O itinerário da corrida como representação do ideal de "Brasil grande"*.
[716] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*
[717] *Ibid.*, p. 3.
[718] Acredito que essas três categorias formuladas por DaMatta são bastante conhecidas para que eu me detenha em uma discussão pormenorizada sobre cada uma delas aqui. De toda maneira, para mais informações, *cf.* DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis.* Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

traços característicos as intenções de congregar o povo e as suas autoridades em um mesmo local, embora sempre nitidamente separados, de modo a reforçar as relações hierárquicas estabelecidas entre ambos. Além disso, os mesmos, dentro dessa perspectiva, prezavam, ainda, por um tipo de participação popular decorativa, típica, aliás, daquelas desejadas pelos que estão à frente de regimes autoritários. Participação essa que deveria se restringir aos atos de assistência e, no limite, de demonstração de solidariedade e de respeito às autoridades presentes e aos símbolos nacionais a serem exaltados – no caso da corrida, especialmente ao Fogo Simbólico da Pátria, que, como afirma *O Jornal de Minas*, representava, acima de qualquer coisa, o: "fervor patriótico que jamais se extinguiu nos brasileiros".[719]

O documento que normatiza a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* possui, afora as normas que se referem ao périplo do Fogo Simbólico da Pátria (incluindo aí as referentes às solenidades a ele relacionadas), uma seção que se reporta, exclusivamente, ao congraçamento social que ele deveria promover. De acordo com o artigo de número 3 dessa seção, considerando que uma das funções do fogo é: "unir as localidades, fazendo o entrelaçamento de seus representantes legítimos (autoridades, povo e atletas), esses deverão levar aos seus vizinhos, além da chama sagrada, a sua saudação".[720] Por sua vez, o artigo quarto dessa mesma seção complementa que toda localidade que iria recebê-lo deveria, pelo mesmo motivo exposto no artigo que o precede: "promover acolhida condigna aos seus visitantes, a fim de que essa aproximação, promovida pela corrida, seja significativa e o seu objetivo se concretize plenamente".[721]

Somada à função de unir as localidades, a seção que se reporta ao congraçamento social que o Fogo Simbólico da Pátria deveria promover estabelecia que a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* teria sempre que prezar pelo entrosamento entre militares e civis, destacando que ela: "não tem caráter militar, mas é de cunho eminentemente cívico". Por essa razão, o artigo de número 5 da dita seção definia que era crucial para o sucesso da corrida contar com o engajamento dos mais diversos segmentos da sociedade civil: "as associações de classe, atléticas e outras, a imprensa, o rádio, a televisão, o Rotary Clube, o Lions Club, os escoteiros, as igrejas de todos os credos, a Maçonaria, os estabelecimentos de ensino e o povo".[722] Não por acaso, é

[719] *Fogo simbólico em BH*. O Jornal de Minas, 13 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[720] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*, p. 3-4.
[721] *Ibid.*, p. 4.
[722] *Id.*

possível perceber, no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, inúmeros convites publicados em jornais e revistas que circularam em múltiplos estados e territórios brasileiros, chamando os mais distintos segmentos sociais para participarem da corrida. Entre outros, posso tomar como exemplo o convite divulgado no jornal *Tribuna do Norte*, em que a comissão executiva estadual do Rio Grande do Norte convidada: "as autoridades civis, militares e eclesiásticas, as entidades de classe, clubes de serviços, estabelecimentos de ensino, associações esportivas, escoteiros e bandeirantes, e o povo em geral". Notadamente, para abrilhantarem: "com suas presenças as solenidades de recebimento e de despedida do fogo [...], que terão lugar na Praça Cívica [...] [de Natal], em 3 de maio de 1972".[723]

No que se refere à participação dos militares, o artigo sexto da seção mencionada instituía que os mesmos, ainda que sendo colaboradores indispensáveis, não deveriam: "tirar a oportunidade dos civis [...] [e tinham que ser] empregados mais a fundo na corrida, [...] [já que eles] têm, no quartel, a sua formação patriótica permanente". Sobre possibilidade de participação de atletas-soldados, complementava o artigo: "só em caso de emergência e por solicitação do acompanhante do fogo, correrão".[724] Acredito que não somente o artigo em debate, mas todos os demais discutidos nos últimos parágrafos, chamam a atenção para outros traços característicos da pedagogia cívica que ordenou tanto, de um modo geral, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil[725] quanto, mais especificamente, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* e que merecem ser aqui destacados: promover – por meio da mobilização de uma série de práticas e representações associadas a eventos de distintas naturezas, como, por exemplo, as solenidades referentes ao fogo – a fraternidade entre os militares e os mais diversos segmentos civis da sociedade brasileira, bem como o apreço pela hierarquia, pela ordem, pela disciplina, pela pontualidade, pelo planejamento e, especialmente, pelo patriotismo – que, como destaca Janaína Cordeiro,[726] no contexto dos anos 1970 era tido pelo regime militar como uma

[723] *Convite – 35ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Tribuna do Norte, 3 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[724] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*
[725] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[726] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*

espécie de bom "antídoto" contra as "perigosas" e "sedutoras" ideologias circunscritas ao universo da cultura política[727] comunista (entre elas, o internacionalismo).

Creio que os artigos aos quais fiz alusão nos parágrafos anteriores revelam, ainda, a existência de alguns pontos de contato entre certos princípios gerais compartilhados pela Liga de Defesa Nacional e pela ditadura militar. Entre eles, poderia destacar o entendimento de que os militares eram superiores aos civis em questões como, por exemplo, o patriotismo. Como já vimos, esse entendimento era um dos princípios basilares da liga, que, desde a sua fundação (1916), via o serviço militar obrigatório, acima de tudo, como um instrumento para se criar no povo um sentimento de amor à pátria, dotando-o, assim, da coesão necessária para se auto preservar.[728] Cabe destacar que o patriotismo era, igualmente, um dos princípios básicos daquilo que Carlos Fico[729] chama de utopia autoritária: um tipo de recepção rarefeita da já bastante conhecida doutrina de segurança e desenvolvimento nacional, compartilhada seja pelos militares ou pelos segmentos civis que apoiaram o regime militar. Como explica o autor, aqueles que perseguiram essa utopia acreditavam que, de fato, seria possível resolver os problemas do país – e, até mesmo, torná-lo uma grande potência mundial – por meio da eliminação de alguns "obstáculos" e/ou do adequado "adestramento" de seu povo. Por esse motivo, os militares e civis que aderiram à tal utopia podem ser classificados, de acordo com Fico, em dois tipos: os "saneadores" e os "pedagogos".

Como resume o autor, os "saneadores", geralmente de perfil mais radical, propunham uma grande "operação limpeza". Dito de outro modo, a dimensão "saneadora" da utopia autoritária previa a aplicação de ações drásticas de repressão contra o "comunismo", a "subversão" e a "demagogia dos políticos", sendo essa a razão que: "explica a utilização de instrumentos que os governos militares classificavam de revolucionários, no sentido de serem excepcionais (a possibilidade de prender sem mandado judicial, interrogar violentamente, torturar e até matar o 'inimigo')". Esses instrumentos, complementa o autor, eram: "ocultados da sociedade e a sua existência,

---

[727] Refiro-me, mais precisamente, à já bastante conhecida noção de cultura política formulada por Rodrigo Patto Sá Motta. Para mais informações, *cf.* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades de apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). *Cultura política na História:* novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

[728] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *A respeito da fundação da Liga de Defesa Nacional*, contida neste capítulo.

[729] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nova edição, no prelo.

negada enquanto foi possível fazê-lo. Isso aconteceu com a censura da imprensa e com o sistema DOI-CODI [leia-se Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna], criados por meio de diretrizes secretas".[730]

Já os "pedagogos", comumente de feição mais moderada, acreditavam, como sintetiza Fico, que cabia à ditadura militar: "desenvolver um projeto que suprisse as deficiências de formação da sociedade e a protegesse de 'ideologias exóticas' ou de outras formas de corrupção do espírito". Em outras palavras, a dimensão "pedagógica" da utopia autoritária era, em certa medida, assumida pelo regime militar e se propunha a educar a população, a ensinar, principalmente via propagandas políticas sutis: "os brasileiros a usarem automóveis com segurança, a serem limpos [...] e cuidava para que eles não sofressem atentados à moral e aos bons costumes". Como afirma o autor, essa dimensão: "era legalizada (não era revolucionária) e, portanto, praticada sem pudores [...]. A censura moral de diversões públicas já existia. A propaganda política era legalizada e a AERP [leia-se Assessoria Especial de Relações Públicas] tinha evidentes intenções pedagógicas".[731] Intensões essas que guardava pontos de contato e também costumavam ser, independentemente das ações por ela desempenhadas, reafirmadas, entre outras oportunidades, em eventos supervenientes, realizados por organizações que compartilhavam de projetos e concepções de história e nação comuns às do regime militar e que, não à toa, também se engajaram, junto com ele, na perseguição da utopia em debate. Sendo assim, não me parece ser equivocado afirmar que um desses eventos supervenientes que estabeleceu quadros de diálogos com a dimensão pedagógica dessa utopia – e, consequentemente, com o projeto de propaganda política desenvolvido pela AERP – é a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, que, como já pontuei, tinha entre seus objetivos específicos: "educar civicamente os cidadãos brasileiros e unir todos num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas";[732] e que era, ainda, organizada pela Liga de Defesa Nacional: associação cívico-cultural que, vale lembrar, assumia como um dos escopos centrais de suas ações o alcance de um maior nivelamento social de um povo tido como "incivilizado", por meio da depuração de "maus" costumes e da aprendizagem dos "nobres" valores militares – como, por exemplo, o apreço pelo planejamento, pela pontualidade e pela ordem, o respeito pela

[730] *Id.*
[731] *Id.*
[732] *Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (em todo o território nacional)*. *Op. cit.*, p. 7.

disciplina tanto hierárquica quanto social, o abandono de interesses individuais em prol do bem da coletividade e, sobretudo, o senso de dever e de sacrifício pela pátria.[733]

À guisa de conclusão: notas sobre a corrida e seus momentos derradeiros

O Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil contém, entre outras fontes, relatórios produzidos por boa parcela das 678 cidades que constavam no itinerário da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*,[734] assim como uma pasta colecionadora repleta de recortes de jornais e revistas, que estimo contemplar, em função do vasto material nela disponível, a cobertura que grande parte da imprensa escrita nacional deu ao evento cívico/esportivo.[735] Não me parece ser oportuno – e, tampouco, viável – analisar detalhadamente, aqui, como se sucedeu o evento na maioria dessas 678 cidades. Todavia, após a apreciação das fontes mencionadas, percebi que, de um modo geral, as normas estabelecidas pela organização da corrida parecem, de fato, terem sido cumpridas com rigor. Afinal, pude constatar, por meio de tal apreciação, apenas alguns desvios pontuais, como, por exemplo, a concessão de tempo para o proferimento de um discurso realizado por uma criança, de nome José Maria Rodrigues, na solenidade de recebimento do Fogo Simbólico da Pátria ocorrida na cidade de Piracuruca (Piauí);[736] a previsão de canto do Hino Nacional pelos alunos do Colégio Municipal do Recife, do Centro da Juventude Afrânio Godói e da Escola de Educação Física de Pernambuco, sem a presença de uma banda militar, no encerramento de cerimônia ocorrida na cidade de Belo Horizonte;[737] e o atraso de quase duas horas na solenidade realizada no Palácio de São Cristóvão (Rio de Janeiro), que, de acordo com matéria publicada pelo jornal *O Globo*, fez com que: "alguns estudantes que esperavam no sol passassem mal". Conforme o jornal, quinze estudantes: "foram atendidos no local

[733] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *A respeito da fundação da Liga de Defesa Nacional*, contida neste capítulo. Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, na seção intitulada *À guisa de conclusão: notas sobre a corrida e seus momentos derradeiros*.
[734] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 3, 3a, 3b, 3c, 3d, 3e, 4, 5, 6, 7, 8, 8a, 8b, 8c, 8d, 8e, 8f, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 23a, 23b, 24, 24a, 24b, 25, 25a, 25b, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.
[735] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[736] *Carta do prefeito do município de Piracuruca (Piauí)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 20.
[737] *Fogo simbólico chegará hoje à cidade do Recife*. Diário de Pernambuco, 31 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

e uma aluna do Pedro II teve que ser levada para o setor de serviços médicos de seu colégio". Ainda segundo *O Globo*, a demora: "levou também a muitos estudantes se retirarem quando os professores os liberaram para tomarem refrigerantes. Dos 500 que estavam inicialmente formados na Quinta da Boa Vista para participar da solenidade, apenas 200 permaneceram no local até a chegada da tocha".[738]

Como já vimos, as cerimônias relativas ao Fogo Simbólico da Pátria foram previstas para serem compostas por quatro momentos: o de recepção da tocha que abrigava o fogo, o de acendimento de pira instalada no local da solenidade, o de proclamação de discursos e o de encerramento da cerimônia. Entretanto, em muitas cidades que realizaram esse tipo de solenidade, atividades de naturezas variadas foram incorporadas às suas programações – creio que, sobretudo, com o objetivo de torná-las mais atrativas e, dessa forma, aumentar a participação popular. Assim como se pôde verificar quando analisamos, no primeiro capítulo desta tese, o *Encontro Cívico Nacional*,[739] tais atividades costumavam ser, em resumo, de três tipos: religiosas, como a missa solene oficiada pelo cardeal dom Vicente Scherer, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre;[740] artísticas, como a apresentação da Orquestra Sinfônica Nacional, realizada no Campo de São Bento (Niterói);[741] e esportivas, como a partida de futebol de salão entre alunos do Grupo Municipal Santa Clara e do Grupo Escolar Alves Cardoso, que ocorreu no Ginásio Castelo Branco, em São Mateus do Maranhão.[742]

Em que pese os desvios e as incorporações mencionadas, foi somente na cidade de São Paulo que as solenidades atinentes ao Fogo Simbólico da Pátria tomaram, de fato, feições um pouco mais distintas. Como se pode verificar em entrevista coletiva concedida por Corrêa no Museu de Arte de São Paulo, são, essencialmente, três os motivos que explicam essa distinção. Nas palavras do presidente da comissão executiva central, deve-se reconhecer, em primeiro lugar, que São Paulo é: "o berço da Independência". Corrêa também alegou que, afora isso: "os governos estadual e municipal começaram a trabalhar desde cedo para dar maior brilhantismo às

---

[738] *Fogo Simbólico da Pátria na Quinta da Boa Vista*. O Globo, 27 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[739] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Sobre Tiradentes e o Encontro Cívico Nacional que abriu as comemorações*, que compõe, como já adiantei, o primeiro capítulo desta tese.
[740] *Missa solene assinalou a chegada do fogo simbólico à Porto Alegre*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23a.
[741] *Fogo da independência chega a Niterói*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[742] *Relatório final da comissão executiva estadual para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil – Maranhão*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 13.

festividades". Por fim, complementa o presidente da comissão, não se pode deixar de se levar igualmente em consideração o fato de que: "o primeiro grande acontecimento que abrirá a Semana da Pátria [tanto em São Paulo quanto nos demais estados e territórios brasileiros] [...] será a chegada do fogo ao Monumento do Ipiranga".[743]

A solenidade de recepção do Fogo Simbólico da Pátria na cidade de São Paulo ocorreu nas dependências do Parque da Independência – que, como se sabe, abriga o Monumento do Ipiranga e que, em 1972, era tido como o maior centro cívico do país, criado, especialmente, para realização de certos eventos relacionados às comemorações dos 150 anos da emancipação política nacional,[744] como por exemplo: a exposição de joias e armas da família imperial brasileira, a inumação dos despojos de dom Pedro I, a exibição de um espetáculo se som e luz,[745] entre outros. Tal solenidade, diferentemente das ocorridas em outras cidades do país, foi estruturada em oito partes, assim denominadas pela organização da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*: "encontro dos fachos", "percurso final", "recepção do governador", "chegada dos fachos", "oração cívica", "acendimento das piras", "queima de fogos" e "retirada do governador".[746]

O "encontro dos fachos" ocorreu quando se depararam, em São Paulo, perto das 23 horas e 30 minutos do dia 31 de agosto, os atletas que conduziam, rumo ao Monumento do Ipiranga, as tochas que abrigavam o Fogo Simbólico da Pátria advindas das rotas "Oiapoque", "Cabo Branco", "Javari" e "Chuí". Esse encontro se deu no cruzamento das Avenidas Independência e Dom Pedro I, acessado pela Avenida do Estado, pelos atletas procedentes das rotas "Oiapoque" e "Cabo Branco"; e pela Avenida Independência e pela Rua Almirante Pestana, pelos atletas oriundos das rotas "Javari" e "Chuí", respectivamente. Entre a Avenida Dom Pedro I e a Rua Jorge Moreira, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* passou a contar com uma escolta de outros 23 atletas. Na ocasião, houve, ainda, um ato de revezamento, em que os atletas que transportavam o fogo cederam as suas tochas para outros quatro atletas, que tiveram a incumbência de percorrer o trecho final do evento cívico/esportivo.[747]

---

[743] *Sesquicentenário: um roteiro dos festejos*. Diário da Noite, 25 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 80.
[744] *No Ipiranga, o maior centro cívico do país*. O Globo, 4 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 74.
[745] Voltarei a tratar desses eventos mais adiante, nas considerações finais desta tese.
[746] *Programa dos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil em São Paulo*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 25b.
[747] *Quase cinco mil viram a chega do fogo simbólico*. Gazeta Esportiva, 2 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

O percurso final da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* abarcou, como se pode presumir, o trajeto entre a Avenida Dom Pedro I (notadamente, na altura do cruzamento com a Rua Jorge Moreira) e o Monumento do Ipiranga. Nesse trecho, foram estabelecidos, a mando da organização do evento cívico/esportivo, cordões de isolamento, que formaram alas de passagem para os atletas que conduziam o Fogo Simbólico da Pátria, dispostos em linha e representando as seguintes rotas, da direita para esquerda: "Chuí", "Javari", "Oiapoque" e "Cabo Branco". Os atletas tinham à sua frente, em uma distância de cerca de 100 metros, batedores do Exército Brasileiro e, em sua retaguarda, em distância também próxima a 100 metros, os 23 atletas que os escoltavam, organizados em colunas por quatro, carregando as bandeiras dos estados e territórios brasileiros por ordem alfabética, da direita para a esquerda, precedidas pela bandeira do Brasil. Do outro lado do cordão de isolamento, estava a assistência, composta sobretudo por estudantes, que, animados pelas músicas patrióticas que tocavam na ocasião (como, por exemplo, o famoso *hit Pra frente Brasil*), acenavam as suas bandeiras nacionais, na medida em que passavam os atletas partícipes do evento.[748]

Ao chegarem ao final da Avenida dom Pedro I, os batedores, os atletas e a escolta envolvida com a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* dividiram-se e postaram-se em frente às escadas laterais do Monumento do Ipiranga. À direita, ficou uma metade dos batedores, os atletas provenientes das rotas "Chuí" e "Javari" e uma metade da escolta, conforme a ordem alfabética de suas bandeiras. Para a esquerda, foi a outra metade dos batedores, os atletas oriundos das rotas "Oiapoque" e "Cabo Branco" e a outra metade da escolta – com exceção do atleta que carregava a bandeira do Brasil, que ficou centralizado, entre os dois grupos. Na sequência, cerca das 23 horas e 45 minutos, foi anunciada pelo apresentador da solenidade José Blota Júnior – como já disse, um dos mais importantes apresentadores de televisão do país e ex-deputado estadual paulista pela Aliança Renovadora Nacional (1965-1971)[749] – a presença do governador do estado de São Paulo Laudo Natel. Natel chegou à solenidade acompanhado do ministro da educação Jarbas Passarinho e do prefeito da cidade de São Paulo José Carlos de Figueiredo Ferraz e direcionou-se, junto com eles, a um palanque governamental, onde foi recebido por Corrêa e Pedro de Magalhães Padilha – secretário

[748] *Chegada do Fogo Simbólico da Pátria*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[749] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo"*, que compõe o segundo capítulo desta tese.

paulista de cultura, esportes e turismo e presidente da comissão executiva estadual de São Paulo para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil.[750]

No momento em que Corrêa e Padilha recepcionaram Natel, Passarinho e Ferraz no palanque governamental, a banda sinfônica da Polícia Militar do estado de São Paulo executou – sob o comando do maestro-major Rubens Leonelli – um exórdio, anunciando a chegada do chefe do Poder Executivo paulista. Logo em seguida, aproximadamente às 23 horas e 47 minutos, os quatro atletas que portavam as tochas acesas com o Fogo Simbólico da Pátria subiram as escadarias do Monumento do Ipiranga e se posicionaram – com as tochas que carregavam erguidas – cada um em frente a uma pira, que formavam um total de quatro, situadas nas extremidades do monumento, dispostas conforme tal ordem: a da rota "Oiapoque" se localizava à frente e à direita; a da rota "Javari" à frente e a esquerda; a da rota "Cabo Branco" à retaguarda e à direita; e a "Chuí" à retaguarda e à esquerda. Ao mesmo tempo, os 23 atletas que faziam a escolta das tochas se dispuseram perfilados, sob uma calorosa salva de palmas do público presente, em frente à banda sinfônica da Polícia Militar, na parte frontal do Monumento do Ipiranga – evidentemente, com as suas bandeiras levantadas, dando o devido destaque à bandeira nacional, que permaneceu em posição centralizada.[751]

Após a movimentação mencionada, um coral de 1.500 estudantes de escolas públicas paulistas, regidos pelos seus professores de Educação Musical e ao som da banda sinfônica da Polícia Militar do estado de São Paulo, cantou o Hino da Independência. O canto do hino contou, ainda, com o acompanhamento das autoridades presentes, das quase cinco mil pessoas que – apesar dos fortes ventos e do frio intenso que fazia na ocasião – assistiam a solenidade, além de um grupo formado por 23 casais, representando os estados e os territórios brasileiros, que se posicionaram, junto com o coral, nas escadarias dianteiras do Monumento do Ipiranga, atrás da banda sinfônica da Polícia Militar.[752] A escolha de cada um dos casais ficou sob a responsabilidade da secretaria de educação dos estados/territórios representados na cerimônia, que deveriam obedecer a duas exigências estabelecidas pela organização do evento cívico/esportivo: "(a) ser uma moça e um rapaz, estudantes, com idade não superior a 20 anos, com altura

---

[750] *Programa dos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil em São Paulo*. *Op. cit.; Passarinho inicia as comemorações na capital*. Cidade de Santos, 2 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

[751] *Programa dos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil em São Paulo*. *Op. cit.*; *Quase cinco mil viram a chega do fogo simbólico. Op. cit.*

[752] *Id.*; *A chegada do fogo simbólico ao Monumento do Ipiranga*. Folha de S. Paulo, 2 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

aproximada de 1,65m, para a moça, e 1,75m, para o rapaz"; e "(b) vestir roupa típica do estado/território".[753] A propósito, em função dessa última exigência, a solenidade pôde contar, segundo matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, com representações como a da: "tradicional baiana, [...] a catarinense Anita Garibaldi [...], a Diana Pastora de Aracajú [...], a colhedora de algodão do Rio Grande do Norte, assim como a sinhazinha dos engenhos de açúcar de Pernambuco, entre outras figuras importantes da história [...] do Brasil". De acordo com a matéria citada, no que se refere às representações de figuras masculinas, destacavam-se: "o operário da Petrobras e o vaqueiro representando Aracajú – o seu representante vestiu-se simultaneamente com os dois trajes, um em cada metade de sua roupa –, o pescador da Paraíba, o portuário de Tubarão do Espírito Santo e [o pernambucano] João Fernando Vieira, expulsor dos Holandeses".[754]

Findo o canto do Hino da Independência, Passarinho deu início, por volta das 23 horas e 52 minutos, à sua oração cívica. Em aproximadamente 10 minutos, o ministro da educação proferiu uma oração que, *mutatis mutandis*, se aproximou, em grande medida, das linhas mestras dos demais discursos que aconteceram em solenidades relativas ao Fogo Simbólico da Pátria ocorridas em outras cidades brasileiras, como os pronunciados por Nélio Lobato, prefeito de Belém, na ocasião em que tal município recebeu o fogo;[755] pela escritora Rosinha Coêlho Pereira do Carmo, representando a mulher alagoana em cerimônia ocorrida na capital do estado de Maceió;[756] por Benjamin Malucelli, prefeito de Palmeira (Paraná), na condição de representante da cidade de onde o fogo havia partido, em solenidade de recepção realizada em Ponta Grossa (Paraná);[757] pelo jornalista, presidente da Academia Brasileira de Letras e um dos 11 vice-presidentes da Liga de Defesa Nacional Austregésilo de Athayde, em nome da referida liga, em cerimônia realizada na cidade do Rio de Janeiro;[758] entre outros. Para não me estender demasiadamente, não irei enveredar por uma análise detalhada de

---

[753] *Ofício nº 691*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 31.
[754] *Um casal de estudantes por estado/território*. Folha de S. Paulo, 2 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[755] Para mais informações, *cf. Belém recebeu o Fogo Simbólico da Pátria*. O Liberal, 20 mai. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[756] Para mais informações, *cf. Exaltação à pátria*. Gazeta de Alagoas, 21 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[757] Para mais informações, *cf. Ponta Grossa viu o fogo da pátria*. O Estado do Paraná, 10 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[758] Para mais informações, *cf. Fogo Simbólico da Pátria chegou ao Rio*. Jornal do Commercio, 29 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

cada um desses discursos. Por ora, o que eu gostaria de destacar é que, em suma, Passarinho, bem como as outras autoridades e pessoas comuns que discursaram nas cerimônias mencionadas, procuram, por meio de suas falas, realizar uma operação que, como venho destacando ao longo desta tese, era bastante corriqueira durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil: articular – nos casos em questão, especialmente, via mobilização do mito da integração nacional, do ideal de "Brasil grande" e de certos "tópicos do otimismo"[759] – passado e presente, com o intuito de, sobretudo, ressaltar uma visão alvissareira a respeito do futuro da nação.

Dentro dessa perspectiva, o ministro da educação chegou a afirmar em sua oração cívica, por exemplo, que se o grito "Independência ou Morte" encerra uma dúvida, pois contempla a morte como uma possibilidade em face do fracasso, não é menos verdade que, em 1972, 150 anos depois: "podemos tranquilamente transmudá-lo para 'Independência e Vida'. Vida de uma nação que está definitivamente adulta, em qualquer sentido". Nação essa que, nas palavras de Passarinho, era: "soberana de direito e de fato, não submetida à tutela de ninguém. Amante da paz [...], plena de confiança em si mesmo e fazendo valer sua vontade e impondo serenamente os seus princípios, segura de sua independência". Conforme o ministro, esse é o Brasil independente: "do mar de 200 milhas; [...] da Transamazônica; [...] do Mobral; [...] dos quase 700.000 universitários de todas as origens socioeconômicas, conscientes da pujança desta pátria". Ademais, complementa Passarinho, esse é, também, o Brasil das: "Forças Armadas democráticas, [...] do Projeto Rondon, [...] da Operação Mauá, [...] da Usina de Urubupungá, [...] do cadinho das raças, todas elas entrelaçadas sem preconceito; [...] de um presidente sem rancores, só devotado ao bem de seu povo". Enfim, sintetiza o ministro, esse é o "Brasil grande": "que vence, audaciosamente, a batalha do desenvolvimento autossustentado, não apenas devotado ao crescimento de suas riquezas, às taxas que impressionam o mundo, mas igualmente edificando uma sociedade justa, esmagando decididamente o ódio iconoclasta dos extremistas".[760]

Após Passarinho encerrar o seu discurso, aproximadamente às zero horas do dia 1 de setembro, a banda sinfônica da Polícia Militar do estado de São Paulo tocou o Hino

[759] Creio que as noções de mito da integração nacional, ideal de "Brasil grande" e tópicos do otimismo já foram bastante debatidas nesta tese para que eu realize uma explicação pormenorizada delas aqui. Para mais informações, *cf.*, respectivamente, as seções intituladas *A chegada de Médici para a abertura da III Olimpíada do Exército* e *A propósito da cerimônia de abertura da olimpíada*, contidas no segundo capítulo desta tese.

[760] *Passarinho abre Semana da Pátria ressaltando figura de dom Pedro I*. Diário de Minas, 2 set. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

Nacional. Simultaneamente, o coral de cerca de 1.500 estudantes de escolas públicas paulistas que estava perfilado nas escadarias dianteiras do Monumento do Ipiranga acompanhou a banda sinfônica da Polícia Militar na cantoria do hino, junto com as autoridades presentes e as quase cinco mil pessoas que se aglomeravam no gramado em frente ao monumento, bem como nas ruas que o circundam, para assistir à cerimônia. Enquanto os primeiros versos do Hino Nacional eram cantados, os atletas que erguiam as quatro tochas que continham o Fogo Simbólico da Pátria oriundas das rotas "Oiapoque", "Cabo Branco", "Javari" e "Chuí" acenderam as piras situadas nas quatro extremidades do Monumento do Ipiranga. Posteriormente, o apresentador Blota Júnior fez o anúncio do início, em todo o território nacional, da Semana da Pátria, em meio a uma queima de fogos de cores predominantemente verde e amarela, que foi sucedida da retirada das autoridades presentes, ao som tanto dos aplausos prolongados da assistência quanto do poema sinfônico *Centenário*, de Savino de Benedictis, executado pela banda sinfônica. Poema esse que havia sido tocado oficialmente no Brasil pela última vez em 1922 – mais precisamente, em uma das solenidades das comemorações dos 100 anos da emancipação política nacional; e que, em 1972, demarcou, por volta das zero horas e 43 minutos, o final da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*.

Não me parecer ser equivocado afirmar que a cerimônia relativa ao Fogo Simbólico da Pátria ocorrida no Monumento do Ipiranga, a despeito de suas especificidades, se estruturou, assim como as demais que aconteceram em outras cidades do país, com base em um modo de organização que se aproxima, em grande medida, daquele que Roberto DaMatta[761] chamou de modelo da "parada militar". Contudo, se, por um lado, tal solenidade se abeira de uma forma de organização que, como já vimos, tinha entre seus principais traços característicos prezar pelo reforço das relações hierárquicas estabelecidas entre o povo e suas autoridades e, dentro desse prisma, por um tipo de participação popular meramente decorativa;[762] por outro, essa forma de organização, como lembra Maud Chirio,[763] não deve ser entendida como algo estranho à sociedade brasileira, habituada com a realização de eventos nesse formato, pelo menos, desde de 1826: ano em que começou-se a comemorar, no Brasil, a independência política da nação. Não por acaso, o jornal *Gazeta Esportiva* fez a seguinte descrição a respeito da expectativa dos populares presentes na solenidade

[761] DAMATTA, Roberto. *Op. cit.*
[762] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Entre a unidade e a sacralização do tempo/espaço: as normas da corrida*, contida neste capítulo.
[763] CHIRIO, Maud. *Op. cit.*

ocorrida em São Paulo: "o intenso vento e o frio que tomou conta, ontem, da capital, não foram suficientes para impedir que o povo se dirigisse ao Ipiranga". De acordo o jornal: "o bom humor era tão grande quanto o número de agasalhos, o povo esperava pacientemente o início dos festejos, sempre alertado pelos policiais para que não fosse ultrapassada a corda colocada em toda a volta do jardim de frente". Conforme a *Gazeta Esportiva*, por volta das 23 horas e 15 minutos, quando os policiais abaixaram os cordões de isolamento, o povo: "pôde assistir ao espetáculo do jardim em frente ao monumento. Agora, apenas os separava o riacho do Ipiranga, com suas águas brancas. Ainda segundo o jornal, ao término da solenidade: "o frio aumentara e também o vento, mas continuaram a não ser empecilho para as pessoas se mostrarem alegres".[764]

Também pude perceber, por meio da análise das cerimônias relativas ao Fogo Simbólico da Pátria ocorridas seja no Monumento do Ipiranga ou pelo país afora, algo parecido com o que Janaína Cordeiro[765] observou ao apreciar as solenidades referentes à transladação, à peregrinação e à inumação dos despojos de dom Pedro I.[766] Refiro-me, mais especificamente, ao fato de que o modo como as cerimônias atinentes tanto ao imperador quanto ao fogo foram estruturadas proporcionavam uma clara suspenção do cotidiano, por meio da substituição desse tempo de cunho rotineiro por um outro, de caráter extraordinário: um tempo festivo, embora solene, em que toda ou boa parte de uma dada localidade – notadamente, de uma cidade brasileira – deveria estar com as suas atenções voltadas para a cerimônia referente ao fogo ou aos despojos. Por isso, acredito que a ritualística que envolvia o evento cívico/esportivo estudado neste capítulo gerava, tal como a dos apreciados por Cordeiro, um ambiente propício para que os indivíduos com eles envolvidos pudessem se reconhecer como membros de uma coletividade local. Além disso, creio que essa ritualística criava, ainda, uma atmosfera favorável para que esses mesmos indivíduos pudessem se identificar como integrantes de algo maior: uma comunidade nacional. Afinal, entendo, de acordo com a autora e embasado nas múltiplas fontes contidas no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil analisadas nesta tese,[767] que o grande furor nacionalista provocado pelos rituais em debate gerou um verdadeiro quadro de comoção

[764] *Quase cinco mil viram a chega do fogo simbólico. Op. cit.*
[765] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[766] Para mais informações sobre essas cerimônias, *cf.* as seções intituladas *Segundo ato: a transferência dos restos mortais de dom Pedro I ao Brasil*, *As polêmicas em torno da transferência dos restos mortais* e *De Lisboa ao Rio de Janeiro: a chegada dos restos mortais ao Brasil*, contidas no primeiro capítulo desta tese.
[767] Para mais informações, *cf.* Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 52, 52a, 53, 53a, 53b, 53c, 53d, 54 e 56.

social, que, ao fim e ao cabo, favoreceu o reforço de determinados sentimentos de identidade e pertença. Principalmente, por meio da experimentação de práticas de exaltação de símbolos nacionais (como a bandeira, o hino, o fogo, os despojos etc.), bem como pelo compartilhamento da crença (difundida, especialmente, via mito da integração nacional/ideal de "Brasil grande") na posse de um passado em comum, na vivência de um presente próspero e na breve chegada de um futuro promissor.

Não me parece ser fortuita, portanto, a percepção que tive de que as solenidades relativas ao Fogo Simbólico da Pátria são momentos privilegiados para se observar uma miríade de atitudes a partir das quais o consenso estabelecido ao redor da ditadura militar se conformava e se expressava socialmente. Para me deter, neste momento, apenas em casos referentes à cerimônia ocorrida no Monumento do Ipiranga, poderia citar, entre outros exemplos, participação dos cerca de cinco mil populares, que marcaram presença na ocasião; de Blota Júnior, na condição de apresentador da solenidade; dos atletas civis, envolvidos tanto com a condução quanto com escolta do fogo; dos casais de estudantes, que representaram estados e os territórios brasileiros; e do coral de 1.500 alunos de escolas paulistas, regidos por seus respectivos professores de Educação Musical. Sobre esse último caso, é digno de nota um relato publicado em já mencionada matéria publicada pelo jornal *Gazeta Esportiva*, que pode ser caracterizado como mais um caso que põe em xeque a tese sustentada por Adjovanes Thadeu de Almeida,[768] de que o envolvimento de segmentos estudantis em eventos como a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* evidencia um tipo de participação não-espontânea, que teria sido provocada muito mais por atos de imposição do regime militar do que por um genuíno interesse dos escolares. De acordo com a *Gazeta Esportiva*, a partir das 21 horas e 30 minutos, começaram a chegar no monumento: "os primeiros professores de Educação Musical [...]. Junto com eles, a delegação de alunos de todos os colégios oficiais da grande São Paulo. Esteve previsto que os professores trariam apenas alguns alunos. Entretanto, às 22h40, toda a parte reservada para os corais [...] estava tomada". Conforme o jornal, rapidamente constatou-se que havia um quantitativo de alunos superior ao previsto e que, por esse motivo: "os policiais pareciam ter recebido ordens para deixar se aproximar apenas os estudantes realmente credenciados. Ao final, muitos que deveriam participar do coral não o fizeram, inclusive alguns professores de Educação Musical". Ainda segundo a *Gazeta Esportiva*, a

[768] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*

professora Hercília Castilho Cardoso, coordenadora da programação musical da cerimônia, tinha uma explicação para o ocorrido. Em entrevista concedida ao jornal, disse a professora: "tudo é festa e é isso é que importa. Os estudantes se empolgaram com o Sesquicentenário e agora todos querem participar. De qualquer forma, é melhor ter gente sobrando. Já imaginou se só aparecessem uns dez ou doze para cantar?".[769]

Além dos casos citados, pude detectar, no fundo documental mobilizado nesta tese, outros diversos exemplos de condutas que também reafirmavam, no contexto das solenidades relativas ao Fogo Simbólico da Pátria, o consenso social estabelecido em torno da ditadura militar. Devo dizer que tais condutas evidenciam, igualmente, as fragilidades de uma outra tese defendida por Almeida:[770] a de que as celebrações do 150ª aniversário do "grito do Ipiranga" tiveram uma certa repercussão popular, mas que não houve uma motivação total e profunda (de modo a resultar em uma participação consciente e entusiástica) de múltiplas camadas sociais, a partir dos mais altos níveis de hierarquia governamental até os mais humildes trabalhadores, inclusive as crianças. Dos exemplos detectados no fundo, posso pontuar, incialmente, alguns dos já aludidos nesta seção, como a missa solene oficiada pelo cardeal dom Vicente Scherer, em Porto Alegre; a apresentação da Orquestra Sinfônica Nacional, em Niterói; e os discursos proferidos pelo jornalista, presidente da Academia Brasileira de Letras e um dos 11 vice-presidentes da Liga de Defesa Nacional Austregésilo de Athayde, no Rio de Janeiro; pela escritora Rosinha Coêlho Pereira do Carmo, em Alagoas; pela criança denominada José Maria Rodrigues, em Piracuruca; entre outros.

Tive a oportunidade de verificar, também no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, outros inúmeros exemplos até então não mencionados, entre os quais poderia destacar: as manifestações tanto de apoio à Liga de Defesa Nacional e à comissão executiva central quanto de interesse em colaborar com a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* emitidas por entidades como a União Cívica Feminina (São Paulo),[771] o Colonião Esporte Club (Minas Gerais)[772] e a Maçonaria, que, entre outras ações, chegou a realizar, junto com estudantes secundários,

[769] *Quase cinco mil viram a chega do fogo simbólico. Op. cit.*
[770] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*
[771] *Carta de Acyr Barros Guisard – presidente da União Cívica Feminina*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 3.
[772] *Carta de Jacy Guimarães – presidente do Colonião Esporte Club*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 15.

um cortejo cívico em Nazaré (Bahia);[773] a presença de diversas autoridades civis dos poderes executivo, legislativo e judiciário em solenidades como a realizada em Sombrio (Santa Catarina)[774] e Aracajú, que pôde contar, ainda, com a participação do poeta Clodoaldo de Alencar;[775] afora o próprio engajamento popular, destacado em diversos documentos, como a carta endereçada à comissão executiva central pelo secretário executivo da comissão executiva estadual do Amazonas Júlio César Garcia, que estabelecia tal engajamento como um dos principais motivos do sucesso das cerimônias ocorridas em seu estado para celebrar a passagem do Fogo Simbólico da Pátria.[776] Fogo esse que, cabe ressaltar, costumava ser tido não somente, como já disse, como um símbolo do: "fervor patriótico que jamais se extinguiu nos brasileiros";[777] mas, ao mesmo tempo, como afirma o jornal *A Notícia*, como uma forma de agradecimento do povo: "a Deus e aos heróis da Independência, à ordem e ao progresso";[778] ou, nas palavras de Medeiros – vale lembrar, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e da comissão executiva desse mesmo estado – uma tradição que: "nesses dias de particular esforço para o desenvolvimento nacional, assume um caráter especial de autêntico ato de fé cívica, clareando os horizontes do porvir brasileiro".[779]

Como apontam os casos citados neste capítulo, selecionados entre outros inúmeros exemplos contidos no repositório documental utilizado nesta tese, várias instituições e indivíduos civis de distintos segmentos sociais participaram – de múltiplas maneiras e, muitas das vezes, de forma espontânea, consciente e entusiasmada – de solenidades relativas ao Fogo Simbólico da Pátria: fato que me parece ser suficiente para refutar as teses de Almeida[780] discutidas nos últimos parágrafos. Ainda no que tange ao engajamento de distintos segmentos sociais civis, é importante frisar, como

---

[773] *Programação da cidade de Nazaré (Bahia)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 8c.
[774] *Programação da cidade de Sombrio (Santa Catarina)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24a.
[775] *Programação da cidade de Aracaju (Sergipe)*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 24a.
[776] *Carta de Júlio César Garcia de Souza – secretário executivo da comissão executiva estadual do Amazonas para os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 7.
[777] *Fogo simbólico em BH. Op. cit.*
[778] *Corrida da Integração é parte dos festejos da Independência*. A Notícia, 24 abr. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[779] *O fogo simbólico*. O Estado, 30 jun. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 23b.
[780] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *Op. cit.*

explica Cordeiro,[781] que esse fenômeno não pode ser entendido como algo dissociado da conjuntura brasileira em 1972, fortemente marcada pela popularidade da ditadura capitaneado por Médici e pela "onda" de otimismo provocada pelo "milagre econômico", que foram ambas potencializadas, em certa medida, pela ocorrência de eventos supervenientes, como a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Afinal, como explica a autora, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, de um modo geral, e os eventos que compunham a sua programação, mais especificamente, contribuíram, de certa forma, para: "transformar a sensação de bem-estar e a confiança no porvir associados em termos imediatos aos benefícios – não apenas materiais – do 'milagre' em uma expressão de um otimismo maior, na medida em que permitia a identificação do indivíduo com a pátria e não com o regime". Simultaneamente, complementa Cordeiro, na medida em que a ditadura militar era, em última instância, a responsável pela organização das celebrações: "podemos compreendê-la, naquele contexto, como parte dessa identidade, como uma construção – e ao mesmo tempo construtora – das relações que a sociedade estabelecia, então, com a 'pátria amada'".[782]

Isso é o que se pode perceber claramente, por exemplo, em ações como o feito realizado pelo aposentado e ex-escoteiro potiguar José Alves Pessoa, que ficou conhecido no país como "andarilho do Sesquicentenário".[783] Em 1º de março, Pessoa, que na ocasião já estava na casa de seus 69 anos e morava há algum tempo no Amapá, partiu a pé – inspirado na *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, que, como se pode notar, se quer tinha se iniciado – do Oiapoque com destino ao Chuí, percorrendo uma distância total de 6.170 quilômetros, em 8 meses e 16 dias. O objetivo do "andarilho" era chegar no extremo sul do país exatamente no Dia da Bandeira" (como se sabe, 19 de novembro), levando consigo uma garrafa que continha água retirada do rio Oiapoque, a ser despejada no rio Chuí, enquanto o vidro seria oferecido como um presente a Médici.[784] Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o aposentado e ex-escoteiro potiguar afirmou que todo seu esforço nada mais era que uma maneira por ele

[781] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[782] *Ibid.*, p. 70.
[783] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[784] *Andarilho, em Campinas, diz que saiu do Oiapoque e irá até o Chuí.* Folha de S. Paulo, 19 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

encontrada de expressar: "[o seu] patriotismo". Já o despejo da água retirada do rio Oiapoque no rio Chuí simbolizava, nas suas palavras: "a integração nação".[785]

Em suma, creio que os exemplos até aqui apresentados, quando articulados com aspectos conjunturais do Brasil de 1972, nos ajudam a perceber, entre outras coisas, como é que a *Corrida da Integração Nacional* constituiu-se – especialmente, em função das suas potencialidades simbólicas e de sua capilaridade (que, como já pontuei, abrangeu apenas em seu itinerário oficial 678 cidades brasileiras) – como uma ferramenta de integração nacional; ou, conforme Guy Debord,[786] como um instrumento de unificação, altamente capaz de reunir – por meio de uma série de práticas e representações que se articulavam com o mito da integração nacional/ideal de "Brasil grande" – a nação ao redor de um passado em comum, de uma percepção favorável do tempo presente e de perspectivas otimistas em relação ao futuro.

Sendo assim, não me parece ser equivocado afirmar que a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* cumpriu, portanto, com aquela que, como afirma Fernando Catroga,[787] talvez seja uma das principais potencialidades dos eventos de feições cívicas: "criar um momento de comunhão, no qual os indivíduos se deviam sentir integrados numa totalidade, ou melhor, numa nação de cidadãos, ainda que só imaginada". Aliás, como complementa o autor, os eventos cívicos, justamente em função do exposto: "terão sempre por objetivo a produção do consenso [...], numa prática aglutinada de símbolos consensualizadores, porque de pretensão universal".[788] Nunca é demais lembrar, ainda de acordo com Catroga, que faz parte da produção do referido consenso a exclusão daqueles que eram tidos como "inimigos da pátria". Inimigos esse que, nos anos do governo Médici, poderiam ser todos aqueles vistos, pelas lentes do regime por ele liderado, como uma ameaça ao suposto momento de paz, harmonia e união vivido pela nação, tido, como já vimos, não apenas como um fruto de um projeto de desenvolvimento nacional bem-sucedido, ao qual não cabia nenhum tipo de oposição; como, ainda, pelo efetivo controle dos grupos que conspiravam contra esse mesmo projeto: "anarquistas", "comunistas", "trabalhistas", "subversivos", "guerrilheiros", "terroristas", entre outros.

---

[785] *Oiapoque-Chuí a pé, aos 60 anos*. Estado de S. Paulo, 27 ago. 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[786] DEBORD, Guy. *Op. cit.*
[787] CATROGA, Fernando. *Op. cit.*
[788] *Ibid*, p. 94.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no capítulo anterior, o encerramento da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, em solenidade realizada no Monumento do Ipiranga, foi mobilizado, pela Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil e pela Liga de Defesa Nacional, como um episódio que demarcou não apenas o início da Semana da Pátria em São Paulo – cidade que, como lembra Janaína Cordeiro,[789] era, de uma maneira geral, tida, pelo regime militar, tanto como o "berço" da Independência do país quanto como o "coração" de sua economia e, não por acaso, como um dos símbolos do "milagre econômico". Mais do que isso, o término desse evento cívico/esportivo anunciou o início da referida semana em todos os estados e territórios brasileiros, provocando aquilo que Fernando Catroga[790] denomina de momentos sintonos: instantes fortemente marcados pela suspenção do tempo profano, mediante a criação de cadeias de solidariedade imaginadas; ou, nas palavras do próprio autor, de períodos altamente capazes de gerar: "uma comunhão quase mística, em que a sociedade se sente coparticipante de uma totalidade unificada".[791]

Assim como Cordeiro,[792] acredito que a vontade de se fazer parte dessas cadeias de solidariedade imaginadas ou desses momentos de comunhão quase mística – que, como se sabe, são muito potentes no que tange à sua capacidade de gerar nos indivíduos um sentimento de pertença a um todo unificado – foi certamente um dos fatores que contribuíram, em grande medida, para o sucesso das comemorações dos 150 anos da emancipação política nacional, de um modo geral, e, mais especificamente, da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* – não à toa, também chamada, em 1972, de *Corrida da Integração Nacional*. A propósito, como chama a atenção a autora, em tais cadeias de solidariedade/momentos de comunhão, o estabelecimento de *links* entre passado e presente, orientados por uma perspectiva otimista de futuro, costumam ocorrer com certa frequência, evocando: "uma cultura política marcada por um forte sentimento cívico e para qual os ganhos do presente [...] [estão] indissociavelmente ligados às glórias do passado". Além disso, complementa Cordeiro, a cultura cívica mencionada

[789] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
[790] CATROGA, Fernando. *Mito, nação e rito:* religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.
[791] *Ibid.*, p. 61.
[792] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*

tende a caracterizar-se, ainda: "por um expressivo senso de hierarquia e respeito aos heróis do passado, fazendo com que [...] esses eventos [...] [ocupem] um lugar muito próximo do sagrado no imaginário político de expressivos segmentos da sociedade".[793] Creio que muito em função desse motivo é possível observar, em diversos documentos e recortes de jornais atinentes à corrida disponíveis no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, o uso de termos como "fogo sagrado", em alusão ao Fogo Simbólico da Pátria; "altar majestoso", para denominar os locais onde costumavam ocorrer as solenidades a ele relacionadas; e "oração cívica", em referência a alguns dos discursos proferidos nessas mesmas solenidades.[794]

Sendo assim, não me parece ser equivocado relacionar o culto à nação expresso por meio da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* e a noção de religião civil, muito mobilizada por Catroga, principalmente em suas análises sobre os processos de secularização e laicização das sociedades francesa e norte-americana.[795] Como afirma o autor, a dita religião tende a objetivar-se concretamente em: "discursos, inscrições em monumentos, em produções filatélicas e numismáticas"; ou, então, em: "citações religiosas (retiradas do seu contexto e utilizadas nas mais diversas sessões públicas), na veneração de heróis cívicos e no uso paradigmático de suas vidas, no culto sacrificial da pátria (consubstanciado na veneração dos veteranos das guerras)"; e, até mesmo, na utilização de: "edifícios e lugares públicos como espaços de oração, na gestão qualitativa do calendário etc.". Em outros termos, diz o autor, a religião civil: "traduz-se em símbolos (como os hinos e as bandeiras), em ritos (como as sessões solenes, os discursos inaugurais, as paradas), em múltiplas expressões iconográficas, em fortes investimentos comemorativos"; assim como: "num intenso culto cívico dos mortos [...] e na frequente sacralização da linguagem político ideológica, em particular quando se qualifica o sentido do destino histórico [de uma determinada nação]".[796]

Como resume Douglas Atilla Marcelino,[797] a religião civil costuma não se manifestar, portanto, por meio de uma teologia, mas, sobretudo, através de símbolos e ritos, servindo como uma espécie de "cimento da nação", tal como se pôde observar,

---

[793] *Ibid.*, p. 92.
[794] Para mais informações, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.
[795] Para mais informações, *cf.*, por exemplo, CATROGA, Fernando. *Entre deuses de césares:* secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.
[796] *Ibid.*, p. 170-171.
[797] MARCELINO, Douglas Atilla. *O corpo da nova república:* funerais de presidentes e memória de Tancredo Neves. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

claramente, nos inúmeros exemplos analisados nesta tese referentes à *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria – vide*, entre outros, os relacionados às solenidades atinentes à recepção Fogo Simbólico da Pátria.[798] É importante esclarecer, de acordo com o autor, que a religiosidade cívica é concebida, dentro da perspectiva aqui exposta, como um tipo de complemento ou de sucedâneo das religiões tradicionais. Faço tal esclarecimento pois, assim como Marcelino, concordo com Catroga[799] ao afirmar que as distintas manifestações dessa religiosidade, em última instância, nada mais são do que formas encontradas pelas sociedades para dissimular a corrupção do tempo, com vistas a se fazer com que a memória coletiva funcione como um tipo de "segundo além". Conforme o autor, as sociedades, em seu protesto de fundo existencial contra o esquecimento e a morte, precisam de formas de se ritualizar o tempo – entre as quais, são dignos de destaque os usos de ritos de recordação, associados às liturgias cívicas. Logo, conclui Catroga, não de maneira fortuita: "mais do que em qualquer outra cerimônia necromântica, as comemorações cívicas apelam explicitamente à mediação da memória, chamando-a a desempenhar a mesma função pedagógica atribuída[, por exemplo,] [...] à literatura histórica [típica do século XIX]"[800] – a saber, difundir a história oficial de uma dada comunidade política imaginada, ressaltando, especialmente, o papel do Estado como o principal elemento criador e garantidor de sua nacionalidade.

Com o fim da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*/início da Semana da Pátria, as comemorações do 150º aniversário do "grito do Ipiranga" chegaram aos seus momentos finais, que, como demonstra Adjovanes Thadeu de Almeida,[801] podem ser concebidos, sobretudo em razão do que foi dito nos últimos parágrafos, como um período de "simbolismo mágico" e "unificador da simultaneidade", onde o país teve a oportunidade de agir como um só "corpo", envolvido por um intenso sentimento de patriotismo e com bastante engajamento ao redor das celebrações da semana citada. Semana essa que, cabe destacar, possuía uma programação composta por inúmeros eventos, como os seguintes, que estão, por exemplo, entre os que ocorreram em São Paulo: a exposição de joias e armas de alto valor da família imperial – como uma coroa de quatro quilos e meio de ouro, que pertenceu a dom Pedro I – vindas

[798] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Entre a unidade e a sacralização do tempo/espaço: as normas da corrida*, contida no quarto capítulo desta tese.
[799] CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: _____; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado (Orgs.). *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998.
[800] *Ibid.*, p. 224.
[801] ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

excepcionalmente do Museu Nacional de Petrópolis (Rio de Janeiro) e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (Idem) e que puderam ser vistas, entre os dias 1º e 6 de setembro, no salão nobre do Museu do Ipiranga; a missa festiva realizada, em 2 de setembro, por 100 bispos – liderados por dom Aloísio Lorscheider – na Praça da Sé, em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, com direito à reprodução de uma mensagem gravada pelo papa Paulo IV, dirigida ao povo brasileiro; a solenidade de inumação dos restos mortais de dom Pedro I em cripta localizada no interior do Monumento do Ipiranga, em 6 de setembro, contando com a presença do governador do estado de São Paulo Laudo Natel, do presidente da república Emílio Garrastazu Médici e do primeiro ministro de Portugal Marcelo Caetano; a realização, em 7 de setembro, do tradicional desfile militar típico dessa data, que chegou a ter à sua disposição um efetivo total de 18 mil membros das Forças Armadas e que, pela primeira vez em tal estado, foi presidida por um presidente da república; a ocorrência, também no dia 7 de setembro, do espetáculo de som e luz *Quatro Séculos de História* – primeiro do tipo exibido na América Latina – nas dependências do Museu do Ipiranga, com a pretensão de contar a história da nação a partir do ano de fundação da cidade de São Paulo (1553); e o encerramento oficial, no mesmo dia citado anteriormente, das festividades – protagonizado por Médici, em recepção oferecida, especialmente, a Caetano e ao corpo diplomático português – no Palácio dos Bandeirantes.[802]

Afora os exemplos mencionados, outros inúmeros eventos, ocorridos seja em São Paulo ou nos demais estados e territórios brasileiros, poderiam ser listados nestas considerações finais. Todavia, como se pode imaginar, a realização de um empreendimento desse tipo me distanciaria sobremaneira do caminho que pretendo percorrer.[803] Por ora, o que eu gostaria de enfatizar é que creio que as múltiplas análises desenvolvidas ao longo desta tese nos ajudam a compreender os eventos esportivos por

[802] *Festejos do "sesqui"*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56; *Cem bispos e a mensagem do papa na missa de hoje*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56; *Meio milhão de paulistas viram a parada do "sesqui"*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 71a; *Encarte de divulgação do espetáculo de som e luz Quatro Séculos de História*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 67. É sempre válido lembrar, como já fiz em outras oportunidades, que, com exceção do *Encarte de divulgação do espetáculo de som e luz Quatro Séculos de História*, as fontes citadas nesta nota de rodapé são recortes de matérias publicadas em jornais que não foram identificados pelos organizadores do Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Os organizadores do fundo também não divulgaram a data de publicação das matérias.

[803] Para mais informações sobre esses eventos, *cf.* Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pastas 74 e 74a.

mim investigados – cumpre frisar, a *III Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* – como um produto e, simultaneamente, como um agente do "milagre econômico" (1969-1973): período em que, como venho tentando evidenciar, ditadura militar e segmentos expressivos da sociedade civil se empenhavam, munidos de uma forte expectativa otimista em relação ao futuro da nação, na construção de um "Brasil grande", que se pressupunha unido e que parecia galopar, na esteira dos 10 por cento anuais de crescimento econômico gerado pelo "milagre", rumo a um inevitável devir promissor. Devir esse que costumava ser concebido como fruto de um projeto bem-sucedido – e, consequentemente, inquestionável – de desenvolvimento promovido pelo regime militar, que, como já vimos, buscava, entre outras estratégias, demonstrar a força de tal projeto por meio da realização de feitos que simbolizavam grandeza e/ou unidade, como por exemplo: a construção da Ponte Rio-Niterói, da Rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu; a expansão tanto da rede de telecomunicações quanto do sistema e ensino superior nacional; o combate implacável aos "inimigos da pátria"; e, como eu não poderia deixar de ressaltar, a promoção de eventos esportivos de grandes proporções – entre eles, aqueles que foram aqui tomados como objeto de estudo.

Como acabamos de ver, a "onda" de otimismo gerada pelas altas taxas de crescimento provocadas pelo "milagre econômico" estava associada, portanto, a múltiplos fatores – que, aliás, já são um tanto quanto conhecidos: a construção de obras faraônicas, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a expansão do ensino superior, o controle da "subversão" e do "terrorismo" etc. No entanto, gostaria de reafirmar, de acordo com Cordeiro,[804] que em nenhuma outra dimensão da realidade social a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha magnitude e de uma maneira tão tipicamente nacional como no campo esportivo – sobretudo, no ambiente futebolístico, como se pôde verificar na análise aqui desenvolvida sobre a *Taça Independência*: torneio de dimensões internacionais que, além de ser mobilizado como uma oportunidade de se lançar luzes sobre a supremacia do Brasil nos gramados, também constitui-se, entre outras coisas, como um espaço privilegiado para reafirmar, simbolicamente, aos brasileiros e ao mundo a potência (tanto econômica quanto civilizacional) em que o país, em tese, havia se transformado.

[804] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*

Como demonstra Carlos Fico,[805] a conquista da copa de 1970 foi, com efeito, um fator superveniente relevante para o projeto de propaganda política desenvolvido pela ditadura militar (1969-1977), pois constituiu-se como um elemento facilitador da deflagração do processo de "reinvenção do otimismo" ocorrido durante o "milagre econômico". Entretanto, a mobilização do esporte nesse processo – inclusive, do futebol – não pode ser reduzida à conquista do tricampeonato mundial pelo escrete canarinho. Afinal, como procurei explicitar por meio desta tese, a *III Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* também contribuíram – entre outros tantos eventos esportivos pouco lembrados pelos historiadores – para reiterar leituras otimistas sobre o Brasil. Faço tal afirmação pelo fato de ter podido observar que – sobretudo através do uso de símbolos comuns, associados às múltiplas facetas de tais eventos – o regime militar estabeleceu – tendo em vista, especialmente, reforçar o consenso social estabelecido ao redor dele próprio – associações diretas entre esporte, Estado e nação. Em outras palavras, os sucessos alcançados no campo esportivo costumavam ser representados, pela ditadura militar, como um êxito do povo brasileiro e, simultaneamente, como um reflexo positivo do extraordinário desenvolvimento econômico do país, que vinha sendo impulsionado graças às realizações de sua "grande" liderança – notadamente, o presidente Médici.

Faz-se relevante sublinhar que o referido fenômeno extrapolou o universo dos eventos por mim analisados, podendo ser igualmente observado em outras áreas do campo esportivo que ainda não foram estudadas de um modo pormenorizado, como por exemplo: as já citadas campanhas vitoriosas do piloto de automobilismo Emerson Fittipaldi, que, em 1972, tonou-se o primeiro brasileiro a conquistar o *Campeonato Mundial de Fórmula 1*; do boxeador Éder Jofre, que, em 1973, sagrou-se campeão mundial, na categoria peso-pena, pelo Conselho Mundial de Boxe; assim como do jogador de xadrez Henrique Mecking, também conhecido como Mequinho, que, em 1972, foi campeão sul-americano do esporte em tela e que, em 1973, conquistou o *Torneio Interzonal de Petrópolis/RJ*, classificando-se, dessa forma, para o *Torneio dos Candidatos*: última etapa eliminatória para a disputa do prestigiado *Campeonato Mundial da Federação Internacional de Xadrez*.

[805] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

De acordo com Fico,[806] muitos analistas[807] que se debruçaram sobre o projeto de propaganda política produzido pela ditadura militar tiveram a impressão de que ela delineou, de uma maneira integrada, um sistema propagandístico que amparava ideologicamente a repressão e buscava encobri-la. Concordo com o autor ao dizer que isso, de fato, ocorreu, mas que é necessário reconhecer, ao mesmo tempo, que hoje já se sabe que segmentos militares tinham ideias diferentes sobre o perfil da "comunicação social" do regime. Para resumir, nas palavras de Fico: "a pretensão de Otávio Costa [vale lembrar, dirigente máximo da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)] era educar o povo [cabe esclarecer, não apenas para convencê-lo da potência em que o país havia se tornado, como, também, para instaurar um novo padrão de comportamento social, compatível com o patamar de seu desenvolvimento econômico]; para setores do Exército, havia que demonstrar força". Nesse contexto de disputas, afirma o autor: "inserem-se [...] os episódios das autocríticas de ex-terroristas, o do *slogan* 'Brasil: ame-o ou deixe-o' e as comemorações do Sesquicentenário da Independência". Como explica Fico, o primeiro: "foi uma estratégia de desmoralização montada pelo Exército, que levava à televisão adeptos da chamada luta armada para fazerem discursos de arrependimento e que a AERP desaprovava". O segundo: "foi lançado pela Oban [leia-se Operação Bandeirantes] [...] e acabou sendo identificado como de autoria da AERP, o que exasperava Costa". Já as celebrações dos 150 anos do "grito do Ipiranga": "foram conduzidas pelo Exército, contra a vontade de Costa, que desejava centrar [como, aliás, já pontuei] os festejos na figura de Tiradentes e execrou a sinistra peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I pelo Brasil, vindos de Portugal".[808]

---

[806] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nova edição, no prelo.

[807] GALLETTI, Maria Luiza Mendonça. *Propaganda e legitimação do poder no Brasil:* 1970/1978. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1981; GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio:* propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980. São Paulo: Loyola, 1990; WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução.* Redes de comunicação e coerção no Brasil – 1969-1974. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994; LIMA, Odair de Abreu. *A tentação do consenso:* o trabalho da AERP e os meios de comunicação como fonte de legitimação dos governos militares (1964-1974). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998; ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici.* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001; ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962-1964.* Rio de Janeiro: Mauad, 2001; entre outros.

[808] FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda... Op. cit.*

Creio que as afirmações feitas pelo autor que se referem, especificamente, às comemorações do 150º aniversário da emancipação política nacional carecem de fundamentação empírica consistente, ausente, de uma maneira geral, nas abordagens por ele desenvolvidas sobre esse assunto.[809] Por meio de consulta ao Fundo da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pude encontrar indícios que colocam em xeque a versão apresentada por Fico. Inclusive, consegui detectar uma fonte que não só estabelece normas para as celebrações, mas, ainda, demonstra toda uma preocupação em articular a ocorrência delas às linhas mestras do projeto de propaganda política desenvolvido pela AERP. Linhas mestras essas que, conforme autor, eram, mais exatamente, as seguintes: "em primeiro lugar, para tentar elidir qualquer parecença com o DIP [leia-se Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão responsável, como se sabe, pela censura e propaganda política realizada pelo Estado Novo (1937-1946)], consagrar o uso do eufemismo 'relações públicas' [...] [e,] com isso, evitar referências à expressão 'propaganda política', que era, não obstante, o que acabariam por fazer"; e, em segundo lugar, estabelecer estreitos pontos de diálogos com os jargões que sintetizavam os objetivos das atividades de "comunicação social": "motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento, mobilizar a juventude, fortalecer o caráter nacional, estimular o amor à pátria, a coesão familiar, a dedicação ao trabalho, a confiança no governo e a vontade de participação".[810]

De autoria da comissão executiva central, o documento citado no parágrafo anterior expressa uma clara intenção de instrumentalização política das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e, ainda, de se fazer tal uso instrumental de forma próxima às linhas mestras que orientavam o projeto de propaganda política formulado pela AERP. A propósito, como diz o documento: "somente nos últimos três anos foi realizado um esforço ordenado e abrangente para dar às festas da pátria uma dimensão realmente popular e nacional". Esse esforço: "partido inicialmente da AERP [...], obteve um êxito maior ou menor conforme o grau de participação das autoridades de cada unidade da federação". A falta de tradição nessas celebrações, pelo menos na dimensão que lhes pretende dar: "exige que esse trabalho de mobilização continue ainda por alguns anos, até que a participação de todos se torne

---

[809] FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004; _____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda... Op. cit.*; _____. *Reinventando o otimismo... Op. cit.*; entre outros.

[810] _____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda... Op. cit.*

realmente espontânea e completa, como ocorre em outros países". Mais uma vez, será necessário mobilizar: "todos os setores e camadas das comunidades, através da aplicação das mais modernas técnicas de comunicação, para assegurar o surgimento de iniciativas espontâneas e assegurar a vinculação direta das comemorações ao governo". Assim: "será afastada a hipótese de identificação das comemorações como oficiais". Dentro dessa perspectiva, na medida em que a comunidade aceite a ideia de que a Independência: "pertence a cada brasileiro e deve ser comemorada do mesmo modo como se festeja [...] outras datas menos importantes, com mais vibração e entusiasmo maior, será dado um passo à frente no trabalho de mobilização de todo o povo para a construção do novo Brasil". Sendo o povo alegre e de alto senso crítico, deverão ser evitados: "imagens, formas e linguagens que não estejam em consonância com esse espírito". Tudo isso: "para não despertar resistência em qualquer parcela da população, já que o objetivo maior é a promoção de uma verdadeira declaração universal de amor ao Brasil".[811]

Entendo que as informações apresentadas anteriormente, aliadas às discussões travadas, de um modo geral, no decorrer desta tese, colocam em xeque, pelo menos, dois pontos sustentados por Fico: o primeiro é o de que o projeto de propaganda política levado a cabo pela ditadura militar "não se amparava fundamentalmente em manifestações públicas";[812] já o segundo é o de que as intencionalidades propagandísticas que atravessavam as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil estariam estritamente ligadas a setores do Exército Brasileiro, que visavam, como já mencionei, utilizar as celebrações como uma espécie de ato de demonstração de força do regime militar, distanciando-se, assim, das linhas mestras da concepção de propaganda política que fundamentava as ações da AERP.[813] De toda maneira, acredito que esse é um assunto para ser discutido mais detalhadamente em outra oportunidade. Em outros termos, reconheço que, em função dos limites e objetivos estabelecidos para estas considerações finais, não é oportuno desenvolver, neste momento, uma análise pormenorizada sobre tal temática – que, certamente, merece ser alvo de novos estudos, que levem em conta as questões que acabei de levantar.

---

[811] *Sesquicentenário da Independência: normas básicas*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 15.
[812] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo... Op. cit*., p. 110.
[813] Para mais informações, *cf.* _____. *A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura... Op. cit.*; *Espionagem, polícia política, censura e propaganda... Op. cit*.; _____. *Reinventando o otimismo... Op. cit*.; entre outros.

Por ora, o que me parece ser relevante é mesmo dar destaque a uma outra questão por mim intensamente explorada: os pontos de contato entre as competições esportivas aqui apreciadas e o consenso social formado ao redor da ditadura militar. Como se pode presumir, creio que a tomada da *III Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* como objetos de estudo é, de fato, uma iniciativa bastante útil para um melhor entendimento das relações firmadas entre regime militar e sociedade civil. Acredito, mais especificamente, que esse empreendimento nos auxilia, significativamente, a pensar as relações em questão a partir de um ângulo de visão que vai além das conhecidas interpretações simplistas, binárias e maniqueístas criadas sobretudo a partir do contexto da redemocratização e que ainda hoje são bastante reiteradas em alguns espaços de sociabilidade. Como já vimos, essas versões costumam conceber as relações mencionadas por meio do estabelecimento de polos antagônicos, tais como: Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores v*ersus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros. Através desta tese, procurei demonstrar que, mais do que isso, existiu uma zona cinzenta – eivada, tal como a compreende Pierre Laborie,[814] de diversidades e ambivalências – situada entre os polos citados, em que se pode observar variadas formas de se comportar diante da ditadura militar. Como chama a atenção Denise Rollemberg,[815] é na referida zona cinzenta que, ao fim e ao cabo, estava, grosso modo, grande parte da sociedade brasileira dos anos 1970. Entendo que é nesse mesmo *locus* que também estava, por exemplo, Elis Regina em 1972: intérprete que, como se pôde verificar por meio da análise da *Olimpíada do Exército*, sofreu duras críticas por se apresentar na grande mídia como uma pessoa engajada politicamente e com um claro viés de esquerda e, ao mesmo tempo, participar de propagandas, de um show e de um especial de televisão relacionado às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Em suma, o que estou querendo enfatizar é que, quando analisadas de forma complexa, as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil colocam em xeque a memória dos "anos de chumbo". Forjada no contexto da promulgação da Lei da

---

[814] LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: _____. *Les Français des années troubles.* De la guerre d'Espagne a la Liberation. Paris: Seuil, 2003.
[815] ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Anistia (Lei nº 6.683/1979)[816] e estruturada, principalmente, nos mitos da sociedade "resistente" e "vitimizada", essa memória silencia sobre o fato de que os princípios e práticas autoritárias da ditadura militar não eram estranhos à grande parte da sociedade brasileira e que, para parcelas expressivas dessa mesma sociedade, os "anos de chumbo" foram, na realidade, "anos de ouro". Isso nos ajuda a entender, entre outras coisas, que a memória coletiva segundo a qual a sociedade civil teria sido vítima de um Estado todo-poderoso e que a resistência teria sido o mote dos "anos e chumbo" é uma construção *a posteriori*, que oculta, como explica Rollemberg,[817] os apoios engajados e as ambivalências da zona cinzenta. Não por acaso, Elis, como já pontuei, ocupa na dita memória a confortável posição de intérprete do "Hino da Anistia" – vale lembrar, a conhecida canção *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc (1979). Mesmo atualmente, pouco se fala do fato dela ter participado de propagandas, de um show e de um especial de televisão relacionado às comemorações dos 150 anos do "grito do Ipiranga". Tampouco, dos elogios e das defesas da participação da intérprete feitas, em abril de 1972, por seu então marido, Ronaldo Bôscoli, na coluna que escrevia para o jornal *Última Hora*; ou, então, da entrevista do ex-empresário de Elis, Marcos Lázaro, concedida, em 1993, à jornalista Léa Penteado, em que assegurou que a intérprete o disse que aceitou fazer show na *Olimpíada do Exército* em função do generoso cachê que lhe foi pago e que não via problemas em participar do evento.[818]

Como demonstra Cordeiro,[819] nas raras vezes em que a participação de Elis em ações orquestradas pela ditadura militar vem à tona, costuma-se reafirmar, ao mesmo tempo em que se silencia sobre as colunas de Bôscoli e sobre a entrevista de Marcos Lázaro, a versão dada pela intérprete na já citada entrevista concedida à revista *Veja*, em 1978. Como já vimos, Elis estabeleceu, nessa versão, o "medo" como o motivo que fez com que não só ela, mas toda a sociedade brasileira, cedesse ao regime militar.[820] Sendo assim, Cordeiro me parece mesmo estar correta ao afirmar que a prevalência da versão dada pela intérprete à revista *Veja*, bem como os silenciamentos sobre as colunas de Bôscoli e sobre a entrevista de Marcos Lázaro, não são frutos do acaso. Afinal, destaca a autora, a versão de Elis ia ao encontro das aspirações de grande parte da sociedade

[816] Para mais informações, *cf.* a referência contida na nota de rodapé de número 403.
[817] ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória... Op. cit.*
[818] Para mais informações, *cf.* as seções intituladas *A repercussão do show de Elis Regina no âmbito das esquerdas* e *O encerramento das olimpíadas e a memória dos "anos de chumbo"*, contidas no segundo capítulo desta tese.
[819] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*
[820] Os mesmos comentários feitos na nota de rodapé de número 818 também são válidos para esta nota.

brasileira do final da década de 1970, que, naquele momento, buscava: "os caminhos da reconciliação nacional, os quais Elis Regina soube expressar cantando *O bêbado e a equilibrista* ou declarando o 'medo' como o motivo maior que fez com que ela e toda a sociedade cedesse".[821] Tal como Cordeiro, entendo que tanto a versão dada pela intérprete à *Veja* quanto o "Hino da Anistia" por ela interpretado serviam, portanto, para reafirmar, para nação que começava a pensar o seu processo de redemocratização, a ideia de que a democracia sempre foi um valor inestimável e que a ditadura militar foi uma imposição implacável. Como diz a autora, por isso: "poucos se lembram da Elis Regina que cantou para os militares. E quando esses poucos retomam essa história, fazem-no como de resto é feito quando a sociedade se propõe a olhar para o passado ditatorial: de foram conciliadora".[822]

Em virtude de tudo o que foi dito até agora, entendo ser necessário, inclusive no âmbito acadêmico, superarmos os limites da memória coletiva ao qual fiz alusão anteriormente – notadamente, através do desenvolvimento de análises que abordem de uma maneira menos simplista as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade civil. Para tanto, creio ser essencial reconhecermos, como sublinham Rollemberg e Samantha Quadrat,[823] que não são apenas os tradicionais pilares básicos da repressão (ou seja, a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda) que sustentam as sociedades que, de um modo geral, experimentam o autoritarismo, mas sim uma complexa articulação de aspectos diversos relativos à coerção, à manipulação, ao consenso social e às múltiplas formas a partir das quais ele se expressa socialmente. Ademais, também não podemos deixar de levar em conta que, em 1972, havia, mais precisamente no Brasil, um consenso formado ao redor da ditadura militar, que se constituiu tanto pelos atos mais claros de adesão engajada a tal ditadura quanto por outras práticas mais sutis de consentimento por parte da sociedade civil: a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, a sensação de absoluta impotência, entre outras. Assim como Daniel Aarão Reis Filho,[824] creio que tais modos de se comportar de fato contribuíram, em diferentes momentos e situações, para a sustentação

---

[821] CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. cit.*, p. 187.
[822] *Id.*
[823] ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; *Ibid.*, vol. 2: Brasil e América Latina; *Ibid.*, vol. 3: Europa.
[824] REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

do regime militar e, consequentemente, para a execução bem-sucedida de muitos de seus projetos – entre eles, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como, evidentemente, os mais diversos eventos a elas associados (incluindo aí, os de caráter esportivo).

Como se pode perceber, compreendo que os exemplos analisados ao longo desta tese são de grande valia para o entendimento de que as relações estabelecidas entre ditadura e sociedade não podem ser reduzidas a binômios simplistas e maniqueístas, como o do tipo militares todo-poderosos *versus* civis indefesos. Dito de outro modo, entendo que eles nos auxiliam a compreender o regime militar como um produto social, que foi gestado dentro da própria sociedade brasileira e que, muito devido a isso, não era tido como estranho e, tampouco, problemático por parcelas expressivas dos seus mais distintos segmentos sociais – que, aliás, costumavam interagir com esse regime em seu cotidiano pelos mais diversos motivos: jogos de interesses, compartilhamento de valores e tradições, crença em uma concepção de história, percepção do presente e perspectiva de futuro em comum etc. Devo salientar, entretanto, que, a despeito do exposto, não compartilho da visão de que o Brasil vivia, em 1972, sob a égide de uma ditadura "civil-militar", tal como sustenta, por exemplo, Reis Filho, alegando que o apoio da sociedade constituiria: "a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares".[825] No que tange à essa questão, sigo Fico ao afirmar que: "virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente".[826] A propósito, como explica o autor, o Estado Novo, por exemplo, pode ser caracterizado como uma ditadura civil tutelada pelos militares, pois o golpe de 1937 teria sido, como demonstra Aspásia Camargo,[827] militar, mas com roupagem civil. Por sua vez, como evidencia José Murilo de Carvalho,[828] o ditador Getúlio Dornelles Vargas teria conseguido usar e conter os militares. Mas, de todo maneira, como conclui Fico: "o apoio dos militares – nesse caso absolutamente decisivo – não retira a natureza

[825] REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 62.
[826] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017, p. 52.
[827] CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso:* as origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
[828] CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

civil daquele regime".[829] Além disso, como acrescenta o autor, o uso do termo "civil" pouco diz quando usado apenas em oposição ao termo "militar" e, dentro dessa perspectiva: "conforme já foi apontado por Demian Melo,[830] o uso de civil feito por [René Armand] Dreifuss[831] (com conotação de classista, empresarial) foi mais preciso"; afora o fato de que, fosse razoável o argumento de Reis Filho, teríamos de designar a ditadura como: "civil-militar-empresarial-midiática-católica e assim por diante, tornando o debate ainda mais viciado por nominalismo".[832]

Entendo, assim como Fico, que: "o golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis [governadores, parlamentares, embaixadores, entre outros] e militares e, por essa razão, é possível chamá-lo de civil-militar".[833] Porém, como salienta o autor, alguns passos subsequentes foram marcando o caráter militar do novo regime, principalmente: "a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de cassação de parlamentares"; e, depois: "a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 (decisão tomada em julho de 1964)". Em síntese, compartilho do mesmo entendimento de Fico ao sustentar que o regime que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985: "foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (foi militar, mas também civil ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso"; além de ter: "como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares".[834] Mas esse é assunto para ser discutido em outras oportunidades. Digo isso ao levar em consideração tanto os limites e objetivos destas considerações finais quanto a própria complexidade da questão levantada – que, em que pese toda a discussão já desenvolvida a seu respeito,[835] certamente ainda merece ser alvo de estudos mais detalhados no campo da História.

---

[829] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira... *Op. cit.*, p. 52.
[830] MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____ (Org.) *A miséria da historiografia:* uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
[831] DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
[832] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira... *Op. cit.*, p. 52.
[833] Para mais informações, *cf.* FICO, Carlos. *Golpe de 1964:* momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.
[834] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira... *Op. cit.*, p. 53.
[835] Para mais informações, *cf.* a seção intitulada *Nomes e datas*, contida em FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira... *Op. cit.*

Neste momento, o que eu gostaria mesmo de fazer é enfatizar, à guisa de conclusão, que os eventos por mim analisados extrapolaram, em termos gerais, os limites do próprio campo esportivo. Notadamente, por terem sido uma das formas através das quais a ditadura militar, em um momento que ficou conhecido como "anos de chumbo", apresentou-se como legítima – sendo inclusive, como se pôde verificar em diversos exemplos aqui mobilizados, capaz de convencer parcelas expressivas da sociedade brasileira. Em vista disso, não me parece ser equivocado afirmar que o regime militar fez uso da *III Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* como estratégia de propaganda política, tendo como objetivo legitimar a si mesmo e, consequentemente, reforçar o consenso social estabelecido ao seu redor. Devo sublinhar, entretanto, que fazer tal afirmação não significa dizer que os eventos esportivos mencionados faziam efetivamente parte do projeto propaganda política desenvolvido pela ditadura militar. Como alerta Fico,[836] ao tomarmos o referido projeto como objeto de estudo, precisamos ter sempre em horizonte que nem tudo foi planejado, como numa conspiração ardilosa. Conforme o autor: "elementos supervenientes ora facilitaram, ora prejudicaram, os projetos da AERP. O chamado 'milagre econômico' e a conquista da Copa do Mundo de futebol são do primeiro tipo; a inflação e a crise do petróleo, do segundo".[837] Em suma, acredito que os ditos eventos podem ser caracterizados, com efeito, como um desses ainda pouco estudados elementos supervenientes do primeiro tipo. Elementos esses que, se por um lado, devem ser reconhecidos como importantes para a trajetória do projeto de propaganda política em debate; por outro, não podem ser superestimados, pois, como lembra Fico: "havia um projeto que, muito mais do que esses episódios, orientava a ação da AERP".[838] Não poderia deixar de dizer, ainda em concordância com o autor, que o próprio projeto de propaganda política realizado pelo regime militar, da mesma forma que a *III Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, também não pode ser, de todo modo, supervalorizado. Afinal, como procurei salientar no decorrer desta tese, a força do ideal de "Brasil grande" não decorre essencialmente de um projeto sofisticado de propaganda política. Mais do que isso, ela advém de uma poderosa rede de representações que se constituiu

[836] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo... Op. cit.*
[837] *Ibid.*, p. 146.
[838] *Id.*

no Brasil durante séculos e que, como resume Fico: “dormitando nos períodos de crise e insegurança, desperta e despertará vigorosa sempre que existir alguma estabilidade”.[839]

[839] *Ibid.*, p. 86.

REFERÊNCIAS

Fontes

Fundos documentais

ARQUIVO NACIONAL (RIO DE JANEIRO) – Fundo: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Jornais e revistas

Correio do Povo, 1938; 1944.

Folha de S. Paulo, 1971; 1972.

Jornal do Brasil, 1971; 1972.

Manchete, 1972.

O Cruzeiro, 1972.

O Pasquim, 1972.

Revista do Globo, 1944.

Última Hora, 1972.

Veja, 1972; 1978.

Legislação

Decreto nº 21.687/1972. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 14 abr. 1972, s. 1, p. 1.

Decreto nº 58.222/1966. Diário Oficial da União, 20 abr. 1966, s. 1, p. 4163.

Decreto nº 61.181/1967. Diário Oficial da União, 21 ago. 1967, s. 1, p. 8666.

Decreto nº 62.836/1968. Diário Oficial da União, 07 jun. 1968, s. 1, p. 4673.

Decreto nº 64.193/1969. Diário Oficial da União, 12 mar. 1969, s. 1, p. 2177.

Decreto nº 66.143/1970. Diário Oficial da União, 30 jan. 1970, s. 1, p. 793.

Decreto nº 67.576/1970. Diário Oficial da União, 17 nov. 1970, s. 1, p. 9757

Decreto nº 69.344/1971. Diário Oficial da União, 08 out. 1971, s. 1, p. 8179.

Decreto nº 69.922/1972. Diário Oficial da União, 13 jan. 1972, s. 1, p. 305.

Decreto-Lei nº 386/1968. Diário Oficial da União, 27 dez. 1968, s. 1, p. 11202.

Decreto-Lei nº 471/1969. Diário Oficial da União, 20 fev. 1969, s. 1, p. 1537.

Decreto-Lei nº 1.106/1970. Diário Oficial da União, 16 jun. 1970, s. 1, p. 4521.

Lei nº 1.860/1908. Diário Official, 08 jan. 1908, p. 237.

Lei nº 4.897/1965. Diário Oficial da União, 13 dez. 1965, s. 1, p. 12755.

Lei nº 6.683/1979. Diário Oficial da União, 28 ago. 1979, s. 1, p. 12265.

Publicações oficiais

CORRÊA, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca do Sesquicentenário.

Publicações não oficiais

ANÍSIO, Pedro; COLONNESE, Eugênio. *A Independência do Brasil em quadrinhos.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1970.

_____; _____. *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1972, p. 3.

NOVELLI, Luiz Antônio. *Uma estória na Independência.* Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1972.

Sítios eletrônicos

Correio do Povo, 2017 – <http://www.correiodopovo.com.br>.

Folha de S. Paulo, 1999, 2015 – <http://www.folha.uol.com.br>.

Veja Rio, 2015 – <http://www.vejario.abril.com.br>.

Referências bibliográficas

AGOSTINO, Gilberto. Populistas, ditadores e guerrilheiros. In: _____. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

_____. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Popularizando os festejos: a *Taça Independência e o* Sesquicentenário. In: _____. *O regime militar em festa:* a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALONSO, Gustavo. *Simonal:* quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici.* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: _____. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *"Com brasileiro não há quem possa!":* futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não.* Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARQUIVO NACIONAL. *A exposição internacional de 1922:* memória e civilização. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/exposicoes/60-4-rio-do-morro-ao-mar/283-a-exposicao-internacional-de-1922-memoria-e-civilizacao.html>. Acesso em: 9 jul. 2016.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962-1964.* Rio de Janeiro: Mauad, 2001; entre outros.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 5, Antrophos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História:* especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BILAC, Olavo. *A defesa nacional:* discursos. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.

BORGERS, Walter. *Olympic Torch Relays*: 1936-1994. Kassel: Agon Sportverlag, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo In: _____. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Como é possível ser esportivo? In: _____. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: _____. *História e Ciências Sociais.* 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso:* as origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional:* A revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas:* o imaginário da república no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CASTRO, Celso. Insubmissos na justiça militar (1874-1945). In: *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. Niterói: ANPUH-Rio, 2006.

CATROGA, Fernando. *Entre deuses de césares:* secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. *Mito, nação e rito:* religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

_____. Ritualizações da história. In: _____; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado (Orgs.). *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

CERRI, Luís Fernando. 1972: "Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos". *Estudos Ibero-Americanos,* Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHIRIO, Maud. *Une nouvelle écriture du destin national.* La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985). Mémoire de maîtrise. Université Paris-I – Panthéon-Sorbonne, 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

_____. Da solenidade das comemorações à festa do futebol. In: _____. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici. *Revista Perspectiva Histórica,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 97-124, 2012.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente:* as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento:* Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis.* Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURÁNTEZ, Conrado. La antorcha olímpica. *Revista Olímpica do Comité Internacional Olympique*, Lausana, v. 33, p. 16-23, 2000.

FERNANDÉS, Asín Enrique. *La política en las olimpíadas de 1936.* Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport (CEO-UAB), 1998.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. *Como eles agiam.* Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nova edição, no prelo.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: _____; _____ (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Golpe de 1964:* momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.

_____. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Represión durante la dictadura militar brasileña (1964-1985): violencia y pretensión pedagógica. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, Cidade do México, v. 1, p. 17-41, 2009.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GALLETTI, Maria Luiza Mendonça. *Propaganda e legitimação do poder no Brasil:* 1970/1978. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio:* propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980. São Paulo: Loyola, 1990.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Para uma introdução ao imaginário político: na direção de um ensaio de interpretação. In: _____. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *La memóire colletive.* Paris: Albin Michel, 1997.

HANIOĞLU, Şükrü. *The political ideas of the young turks:* the young turks in opposition. New York: Oxford University Press, 1995.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Introdução. In: _____. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Annuario estatistico do Brasil (1936)*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatistica e Publicidade, 1936.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: _____. *Les Français des années troubles.* De la guerre d'Espagne a la Liberation. Paris: Seuil, 2003.

LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa Nacional. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/liga%20da%20defesa%20nacional%20(LDN).pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LARRAIN, Jorge. Ideologia. In: BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence; KIERNAN, Victor Gordon; MILIBAND, Ralph. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIGA DE DEFESA NACIONAL. *Corridas do Fogo Simbólico*. Disponível em: <http://www.ligadadefesanacional.org.br/programas>. Acesso em: 29 ago. 2018.

LIMA, Odair de Abreu. *A tentação do consenso:* o trabalho da AERP e os meios de comunicação como fonte de legitimação dos governos militares (1964-1974). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Defesa Nacional.* Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/defesa%20nacional,%20A.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. *Jovens turcos.* Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/jovens%20turcos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LUNARDI, Rafaela. *Em busca do "Falso Brilhante".* Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I:* um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. *Com a taça nas mãos:* sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MARCELINO, Douglas Atilla. *O corpo da nova república:* funerais de presidentes e memória de Tancredo Neves. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MAZO, Janice Zarpellon. *A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945):* espaço de representação da identidade cultural brasileira. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____ (Org.) *A miséria da historiografia:* uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos:* a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades de apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). *Cultura política na História:* novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga deDefesa Nacional:* entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

_____. *A Liga de Defesa Nacional:* um projeto de modernização para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

OZOUF, Mona. *L'École de la France* – essais sur la révolution, l'utopie et l'enseignement. Paris: Gallimard, 1984.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação:* cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

PENTEADO, Léa. *Um instante, maestro!* A história de um apresentador que fez história na TV. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães se tornaram gaúchos pelo caminho da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Alemães no sul do Brasil:* cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

_____. *Exposições Universais:* espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____; _____. *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga de Defesa Nacional. *Publicatio UEPG*: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 19, p. 9-17, 2011.

REI, Bruno Duarte. Arquivos e esporte: o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 62-69, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIORDA, Mario. Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso. In: ELIZANDE, Luciano; FERNÁNDEZ, Damián; RIORDA, Mario. *La construcción*

del consenso. Gestión de la comunicación gubernamental. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015a.

_____; _____. Memória, história e autoritarismo. In: _____; _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários.* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLIM, Luís Henrique. *A chama que arde em nossos clubes!* A *Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria* em Porto Alegre (1938-1947). Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Apropriando-se da Chama Olímpica: a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico em Porto Alegre – Brasil (1938-1947). *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 65-73, 2011.

SAFADY, Jorge. *Liga de Defesa Nacional:* Fogo Simbólico da Pátria (sinopse). São Paulo: Editora Comercial Safady LTDA., 1960.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (Orgs.). *Dicionário de política*. Volume 1. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *1922:* celebrações esportivas do Centenário. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____; COSTA, Maurício da Silva Drumond; MELO, Victor Andrade de. Celebrando a nação nos gramados: o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1922. *História:* Questões & Debates, Curitiba, n. 57, v. 1, p. 151-174, 2012.

SCHATZ, Patrícia Volk; ESPÍNDOLA, Carlos José. *Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro* de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016.

SERPA, Élio Cantalício. Revista *O Cruzeiro* de 1972: conmemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.

SILVA JÚNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis:* a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. Companhia das Letras: São Paulo. 2004.

SOARES, Filipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste):* discursos e políticas governamentais (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória:* Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

SOUTO, Sérgio. *Imprensa e memória da copa de 50:* a glória e a tragédia de Barbosa. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz:* feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução.* Redes de comunicação e coerção no Brasil – 1969-1974. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.